

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL DAS RELAÇÕES POLÍTICAS

FERNANDO ANTÔNIO DE MORAES ACHIAMÉ

ELITES POLÍTICAS ESPÍRITO-SANTENSES E REFORMISMO AUTORITÁRIO (1930-1937)

Vitória

2005

FERNANDO ANTÔNIO DE MORAES ACHIAMÉ

ELITES POLÍTICAS ESPÍRITO-SANTENSES
E REFORMISMO AUTORITÁRIO (1930-1937)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em História Social das Relações Políticas.

Orientadora: Prof^a. Dr.^a Nara Saletto da Costa.

Vitória

2005

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

A178e Achiamé, Fernando Antônio de Moraes, 1950-
Elites políticas espírito-santenses e reformismo autoritário
(1930-1937) / Fernando Antônio de Moraes Achiamé. – 2005.
356 f. : il.

Orientadora: Nara Saletto da Costa.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Espírito
Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Bley, João Punaro, 1900-1983. 2. Espírito Santo (Estado).
Governador (1930-1937 : João Punaro Bley). 3. Espírito Santo
(Estado) - História - Segunda República. 4. Espírito Santo (Estado)
- Política e governo. I. Costa, Nara Saletto da. II. Universidade
Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e
Naturais. III. Título.

CDU: 93

FERNANDO ANTÔNIO DE MORAES ACHIAMÉ

ELITES POLÍTICAS ESPÍRITO-SANTENSES E REFORMISMO AUTORITÁRIO (1930-1937)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em História Social das Relações Políticas.

Aprovada em de de 2005.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof^a. Dr.^a NARA SALETTO DA COSTA
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientadora

Prof^a. Dr.^a MARIETA DE MORAES FERREIRA
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof^a. Dr.^a MÁRCIA BARROS F. RODRIGUES
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof^a. Dr.^a VÂNIA MARIA LOSADA MOREIRA
Universidade Federal do Espírito Santo

À Marta, Fernanda, Marcela, Daniel, Alessandra e Giovana, por compreenderem que elaborar uma dissertação de mestrado é assim mesmo – envolve toda a família. Inclusive aquela parte que continua viva na saudade: durante as pesquisas nos deparávamos, a todo o momento, com pessoas e fatos de que tivemos as primeiras referências por Ceny Júdice Achiamé e Felisbina de Moraes Achiamé, a cuja memória também dedicamos este trabalho.

Agradecemos sinceramente a Nara Saletto da Costa, por ter acreditado desde o início no nosso projeto de estudo e pela orientação segura e rigorosa; a Márcia Barros Ferreira Rodrigues, pela grande ajuda em todo o itinerário do mestrado; a Vânia Maria Losada Moreira, pelas valiosas sugestões no exame de qualificação; a Marta Zorzal e Silva, pelas indicações sobre o projeto de pesquisa; aos colegas da Secretaria de Estado da Fazenda, pela compreensão; e por último, nem por isso menos importante, aos irmãos, por ordem de chegada, Geraldo Augusto de Moraes Achiamé, Reinaldo Santos Neves, Carlos Teixeira Campos Júnior e Antonia Colbari, pelo apoio e incentivo, imprescindíveis para que o presente trabalho fosse concretizado. Os agradecimentos são extensivos aos diretores e servidores das instituições onde foram realizadas as pesquisas: CPDOC/FGV, Arquivo Público Estadual, Biblioteca Pública Estadual, Setor de Coleções Especiais da Biblioteca Central da UFES, Associação Comercial de Vitória, Loja Maçônica União e Progresso, Rotary Clube de Vitória, Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, Biblioteca do Instituto de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento Jones dos Santos Neves (IPES) e Setor de Pesquisa de A Gazeta.

– *Estás louco, meu filho! Meter-se com aquela gente; são todos uma corja de bandidos e trapaceiros, um Falconieri deve estar conosco, do lado do rei.*

Os olhos voltaram a sorrir.

– *Do lado do rei, com certeza, mas de que rei?*

O rapaz teve um daqueles seus acessos de serenidade que o tornavam impenetrável e querido.

– *Se nós não estivermos lá, eles fazem uma república. Se queremos que tudo fique como está é preciso que tudo mude.*

Giuseppe Tomasi di Lampedusa, *O leopardo*.

RESUMO

Analisa o processo histórico da Revolução de 1930 no estado do Espírito Santo, e seus desdobramentos políticos até 1937. Recorre ao instrumental teórico enunciado por Antonio Gramsci e às obras de historiadores que trataram essa questão no plano nacional. Estuda a formação do estado nos aspectos da apropriação do território, da organização econômica e da estruturação social, com ênfase nas décadas de 1920 e 1930. Correlaciona as ideologias mundiais na primeira metade do século XX com a política brasileira no período enfocado. Procura entender o sistema oligárquico vigente na Primeira República, para explicar a trama que presidiu o movimento revolucionário no estado e a implantação do novo regime, face ao posicionamento das elites políticas espírito-santenses. Interpreta as atividades da Administração João Punaro Bley no estado, na promoção do saneamento financeiro e da centralização político-administrativa, nos termos de um reformismo autoritário. Em correspondência com essa situação, aborda a manutenção do “espírito” revolucionário e a glorificação do interventor. Trata da reorganização e criação de “partidos” gramscianos e examina disputas pelo poder no período de democracia limitada. Conclui pelo sentido conservador imprimido à atividade política nesses anos no estado, para permitir que as reformas efetuadas nas áreas sociais não interferissem nos privilégios econômicos das classes dominantes, que foram preservados.

Palavras-chave: Estado do Espírito Santo – história. Política espírito-santense – Segunda República. João Punaro Bley – Administração (1930-1937).

ABSTRACT

This dissertation is engaged in an analysis of the historical process of the 1930 Revolution in the State of Espírito Santo, and its political developments as far as 1937. It employs the theoretical apparatus devised by Antonio Gramsci as well as works by historians who have dealt with this issue in a Brazilian scope. It surveys the construction of the state in such aspects as territorial appropriation, economic organization, and social structuring, with an emphasis on the '20s and '30s. It compares world ideologies current during the first half of the 20th century to Brazilian politics in the period under analysis. It seeks to understand the oligarchic system extant in the First Republic so as to explain the scheme driving the revolutionary movement in the State and the implementation of the new regime as regards the commitment of local political elites. It interprets the activities of the João Punaro Bley administration both in sponsoring a financial recovery and a political and administrative centralization in terms of autocratic reforms. In the light of this situation, it deals with the preservation of revolutionary "spirit" and the creation of a personality cult surrounding the governmental leader. It deals with the reorganization and creation of Gramscian "parties" and surveys clashes for power occurring in a period of restricted democracy. As a conclusion it enhances the conservative pattern imprinted on the political activity during these years at the State level so as to prevent reforms carried out in social sectors from interfering with economic privileges of dominant classes, which were supposed to be preserved.

Key-words: State of Espírito Santo – history. Espírito Santo politics – Second Republic. João Punaro Bley – administration (1930-37).

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 – Confraternização política na Primeira República.....	307
Fotografia 2 – Comando de coluna revolucionária em Minas Gerais.....	308
Fotografia 3 – Lenços vermelhos no palácio do governo.....	309
Fotografia 4 – Aprovação popular ao novo regime.....	310
Fotografia 5 – A Junta de Sanções reunida.....	311
Fotografia 6 – Comissão de Sindicância municipal.....	312
Fotografia 7 – Inauguração da Praça João Pessoa.....	313
Fotografia 8 – A Junta Governativa junto ao povo.....	314
Fotografia 9 – Inauguração da Praça 13 de Fevereiro.....	315
Fotografia 10 – Missa comemorativa em frente ao quartel.....	316
Fotografia 11 – Apoteose no primeiro aniversário da revolução.....	317
Fotografia 12 – Um ato político-comemorativo.....	318
Fotografia 13 – O interventor conhece o estado.....	319
Fotografia 14 – Antigos coronéis no novo pacto político.....	320
Fotografia 15 – Manobras do Regimento Policial Militar.....	321
Fotografia 16 – Inauguração do novo edifício do Colégio Americano Batista.....	322
Fotografia 17 – Almoço no 3º Batalhão de Caçadores.....	323
Fotografia 18 – Visita ao interior do estado.....	324
Fotografia 19 – Embarque de contingente da Força Pública do Estado.....	325
Fotografia 20 – Por ocasião da Reunião dos Interventores.....	326
Fotografia 21 – Fundação da Legião de Outubro – fotografia recortada.....	327
Fotografia 22 – Fundação da Legião de Outubro – fotografia completa.....	328
Fotografia 23 – A Igreja e o poder temporal.....	329
Fotografia 24 – Sessão na Loja Maçônica União e Progresso.....	330

Fotografia 25 – O Instituto Histórico próximo ao poder.....	331
Fotografia 26 – Alegoria de um certo estado de espírito.....	332
Fotografia 27 – Manifestação operária oficial.....	333
Fotografia 28 – Reunião de instalação do <i>Rotary Club</i> de Vitória.....	334
Fotografia 29 – Incentivo aos bons estudantes.....	335
Fotografia 30 – Convenção do PSD.....	336
Fotografia 31 – O governador Bley recebe a presidência do PSD.....	337
Fotografia 32 – Homenagem a deputado opositor.....	338
Fotografia 33 – Propaganda do 1º Congresso Integralista Brasileiro.....	339
Fotografia 34 – Quadros numa exposição.....	340
Fotografia 35 – Reunião de doutrinação integralista.....	341
Fotografia 36 – Os camisas-verdes desfilam.....	342
Fotografia 37 – Escola integralista no interior do estado.....	343
Fotografia 38 – Vereadores à Câmara Municipal de Vitória.....	344
Fotografia 39 – Casamento integralista.....	345
Fotografia 40 – Bley retorna à sede do seu governo.....	346
Fotografia 41 – Recepção ao governador Bley.....	347
Fotografia 42 – Desfile de remadores saldanhistas.....	348
Fotografia 43 – Inauguração do Estádio Governador Bley.....	349
Fotografia 44 – Liquidação de empréstimos externos.....	350
Fotografia 45 – Porto de Vitória.....	351
Fotografia 46 – Estação de Sericicultura em Vargem Alta.....	352
Fotografia 47 – Faculdade de Farmácia e Odontologia.....	353
Fotografia 48 – Entrega da bandeira nacional ao estado.....	354
Fotografia 49 – O “Altar da Pátria” no parque Moscoso.....	355
Fotografia 50 – “Das competições partidárias à unidade da pátria”.....	356

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
1.1	Apresentação do problema.....	13
1.2	Discussão historiográfica.....	23
1.3	Organização dos capítulos.....	40
2	DE QUAL ESTADO DO ESPÍRITO SANTO SE TRATA?.....	43
2.1	Formação territorial ou “Terrenos Desconhecidos”.....	43
2.2	Formação sócio-econômica.....	57
3	A REVOLUÇÃO DE 1930 NO ESTADO CAPIXABA.....	68
3.1	“Prevaleceram não os passos do <i>charleston</i> mas os passos de ganso”.....	68
3.2	O significado da Revolução de 1930 na história do Brasil.....	76
3.3	“Ora, a eleição já está aqui na garupa da mula”.....	87
3.4	“Não fica bem a revolução chegar a pé”.....	104
3.5	O começo do reformismo autoritário.....	119
4	CONSOLIDAÇÃO DA INTERVENTORIA (1931-1934).....	135
4.1	Saneamento financeiro e a centralização político-administrativa.....	135
4.2	Fabricação e manutenção do “espírito” revolucionário.....	151
4.3	<i>Scherzo</i> – um estrategista de farda e terno.....	156
4.4	Reorganização de “partidos” tradicionais e criação de novos.....	164
4.4.1	Igreja.....	165
4.4.2	Maçonaria.....	171
4.4.3	IHGES.....	176
4.4.4	<i>Vida Capichaba</i>	179
4.4.5	Sindicatos.....	184
4.4.6	<i>Rotary Club</i>	186
4.4.7	Partidos políticos.....	192
5	POLÍTICA REGIONAL E DEMOCRACIA LIMITADA (1934-1937).....	212
5.1	Nova conjuntura política.....	213
5.2	Pegando pela palavra, ou “Olha, Astolfo, você tem que votar no Bley”.....	217
5.3	“Antes de virar esta página negra da história política do Espírito Santo”.....	238

5.4	O que foi sacrificado no "Altar da Pátria"?	248
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	261
7	REFERÊNCIAS	272
7.1	Fontes	272
7.1.1	Acervos arquivísticos	272
7.1.2	Depoimentos	272
7.1.3	Publicações avulsas do período	272
7.1.4	Periódicos editados em Vitória	273
7.1.5	Diário e memórias	273
7.2	Bibliografia	273
7.2.1	Geral	273
7.2.2	Específica sobre o estado do Espírito Santo	277
7.3	Sites consultados	279
	ANEXOS	280
	ANEXO A – <i>Acta da Reunião da Directoria da Associação Commercial de Victoria, em 6 de Novembro de 1930</i>	281
	ANEXO B – Excertos das <i>Memórias</i> de João Punaro Bley	290
	ANEXO C – Fotografias	307

1 INTRODUÇÃO

“Afinal, professor, houve a Revolução de 30?”, pergunta Octávio Ianni ao seu instrutor de Geografia Humana num curso da USP em 1949. Após ouvi-lo com atenção, Aroldo de Azevedo responde sério e firme: “Não, não houve, mas na verdade depois disso, tudo mudou”.¹ Sempre que refletimos sobre os episódios de 1930, nos vem à mente um posicionamento semelhante ao do antigo geógrafo, mesmo que seja por outras razões. Sabemos que, de fato, não ocorreu uma revolução, no sentido marxista de uma nova classe social conquistar o poder e mudar as relações de produção.² Mas sabemos, também, que depois de 1930 muitos aspectos da vida brasileira se modificaram, alguns de forma marcante. Como explicar a situação, aparentemente contraditória, de rupturas e continuidades na política do nosso país a partir dessa época?

E como explicar os acontecimentos políticos de 1930 e seus desdobramentos no estado do Espírito Santo? Naturalmente que a vida política espírito-santense desse período guarda semelhanças e aproximações com os complexos de fatos sucedidos em outras unidades federadas. No entanto, devem ser conhecidas as particularidades relativas à implantação, desenvolvimento e término da Segunda República em terras capixabas para se avançar no conhecimento da própria história nacional.

1.1 Apresentação do problema

Ao longo deste trabalho, procuraremos demonstrar as rupturas e continuidades na política dos anos de 1930 a 1937 como exercida no estado do Espírito Santo, já que estas idéias, por si próprias, não se encontram manifestadas de modo explícito.

¹ A historiadora Vavy Pacheco Borges relata o episódio, cf. BORGES, Vavy Pacheco. Anos trinta e política: história e historiografia. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2001, p. 159-182; p. 439-446. p. 442.

² FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930: história e historiografia*. 16. ed. rev. ampl. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 116.

Convém ressaltar, desde logo, que nem mesmo os eventos empíricos, os simples acontecimentos, estão corretamente estabelecidos na historiografia espírito-santense para que a partir deles sejam construídos e interpretados os fatos históricos, e se proceda a uma síntese do período político enfocado. Não são conhecidos em profundidade líderes, partidos e facções políticas que disputavam o poder no estado do Espírito Santo nos anos imediatamente anteriores à Revolução de 30. Somente é mencionada, mesmo assim de passagem, uma disputa intra-oligárquica para controlar o aparelho regional de Estado, com facções rivais lideradas pelos irmãos Jerônimo e Bernardino Monteiro.³

Também não se conhecem com exatidão quais foram os principais atores políticos da época pós-revolucionária, nem o papel que exerceram na vida estadual. Sabe-se que alguns deles assomam à cena política com a Revolução de 1930, mas não se distingue claramente quem eram, a que correntes de pensamento político estavam ligados, nem como eles se posicionaram frente à presença de um interventor de origem militar no poder regional. E, muito menos, tem-se noção dos recursos empregados pelas classes dominantes para se reorganizarem politicamente nas diversas fases do período objeto do estudo.

Assim, devemos esclarecer que, de maneira inescapável, o presente trabalho possui um caráter factual, pela necessidade que sentimos de resgatar do esquecimento diversas personalidades políticas e de estabelecer certos conjuntos de fatos históricos que, salvo engano, nunca foram tratados na historiografia espírito-santense. Se existe alguma vantagem e mesmo emoção em se penetrar numa “selva escura” historiográfica, quase que por completo desconhecida, da mesma forma existem as desvantagens, que também trazem outra gama de emoções, ao se pavimentar quase solitariamente o caminho historiográfico, a ser depois percorrido. Assim, muitos esforços e tempo foram despendidos no estabelecimento dos fatos a partir dos quais procedemos à análise e a síntese historiográficas. Porque, como nos lembra Eric Hobsbawm, devemos combater a moda intelectual “pós-moderna” que afirma não existir “nenhuma diferença clara entre fato e ficção. Mas existe, e para nós, historiadores, inclusive para os antipositivistas mais intransigentes, a

³ NOVAES, Maria Stella de. *História do Espírito Santo*. Vitória: FEES, [197-]. p. 400-401, e OLIVEIRA, José Teixeira de. *História do Estado do Espírito Santo*. 2. ed. Vitória: FCES, 1975. p. 423-424.

capacidade de distinguir entre ambos é absolutamente fundamental. *Não podemos inventar nossos fatos*. Ou Elvis Presley está morto ou não”.⁴

Dos novos protagonistas políticos, sem dúvida o que se distingue é a interventoria, instituição nunca presente antes no cenário político estadual, pelo menos da forma como se apresentou nos anos de 1930. Não só pela instituição em si, mas pela circunstância de surgir no Espírito Santo um interventor "de fora", de extração militar e com um projeto reformista, se não consubstanciado em um documento, pelo menos implícito em suas ações, e diretamente ligado ao centralismo que Vargas vai impor ao Estado brasileiro.

Já em 1965, Francisco Weffort constatava esse fenômeno na história política nacional: “Firmando seu prestígio nas massas urbanas, Getúlio estabelece o *poder do Estado como instituição*, e esse começa ser uma categoria decisiva na sociedade brasileira”. E acrescenta: como o Estado “pode se legitimar com o apoio das massas, [ele] encontra naquele compromisso uma nova fonte de poder; passa à condição de árbitro que decide em nome dos interesses nacionais”; para concluir que “o Estado encontrará, assim, condições de se abrir a todos os tipos de pressões sem se subordinar, exclusivamente, aos objetivos imediatos de qualquer delas”.⁵

Esse Estado de compromisso congrega os interesses de diversas classes sociais, mas não é um sujeito delas desligado. Deve-se enunciar claramente que o Estado de compromisso vincula-se aos interesses das classes dominantes, mas não de forma direta. A margem de manobra que o referido Estado conseguiu frente aos ditames das classes dominantes – entre outros aspectos, devido ao fato de se estar vivendo num período de exceção –, ele a utiliza para encaminhar a questão social que vinha se arrastando ao longo de toda a República Velha. Encaminhar as questões de fundo social, se interessava diretamente às classes subalternas, abrangia o conjunto da sociedade. E isso as classes dominantes, com suas frações ligadas às burguesias cafeeira e industrial, logo perceberam e apoiaram.

⁴ HOBBSBAWM, Eric. *Sobre história*. Tradução Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 18.

⁵ WEFFORT, Francisco Corrêa. *O Populismo na política brasileira*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003. p. 55-56.

A “condição de árbitro que decide em nome dos interesses nacionais” que o Estado assume neste período não se confunde, evidentemente, com o poder de um governo ou de uma pessoa, como pode ser apreendido de forma simplista, dado o enorme carisma de Vargas na época. A presença do Estado como árbitro para dirimir questões políticas, sociais ou trabalhistas se materializa, para exemplificar, no aumento da burocracia (os institutos de previdência, os sindicatos) e na criação de justiças qualificadas (a eleitoral e a trabalhista). Tais iniciativas de caráter institucional concedem a essa condição do poder público como árbitro, mesmo fora da vigência do Estado de compromisso, um alto grau de permanência e estabilidade, presentes desde o início do processo de sua implantação na vida do país, e que transcendem no tempo às injunções conjunturais que levaram ao seu aparecimento na década de 1930.

Também no bojo da política centralizadora de cunho federal, sempre existiu uma margem de manobra exercida pelos interesses regionais e locais. Identificar as margens de manobra possíveis e as utilizadas pelas lideranças estaduais do Espírito Santo nos diferentes momentos políticos da década de 1930 certamente auxiliará no esclarecimento das questões superestruturais do período.

Tampouco está incorporada ao registro historiográfico espírito-santense a atuação político-institucional da interventoria, as razões de seu projeto político ter sido vencedor, ou de quais intelectuais orgânicos ela se valeu para concretizar esse seu objetivo. Vale dizer, ignoram-se os expedientes políticos de que a interventoria lançou mão, enquanto poder regional, para se colocar como intermediária credenciada entre o poder central e os poderes locais. Nem sequer se cogita do emprego no Espírito Santo de um projeto de reformismo autoritário, utilizado pela interventoria como arma para a manutenção e reforço da hegemonia política, em nome dos interesses da classe que já era dominante.

Igualmente negligenciado pela historiografia, um outro aspecto da história política espírito-santense desses anos refere-se ao papel dos movimentos de oposição ao situacionismo dito revolucionário, por se ignorarem quais eram esses movimentos e o seu papel político no período, e de que maneira eles foram assimilados ao poder hegemônico ou liquidados.

Eis o delineamento de alguns eixos importantes das nossas preocupações aqui presentes e que formam um conjunto de questões, verdadeira agenda de temas políticos sobre os anos trinta no estado do Espírito Santo. Esta agenda teve que ser apresentada, pois é ela que nos conduz à formulação do problema do presente estudo que, nas suas limitações, não possui a pretensão de esgotá-la.

As idéias de ruptura ou continuidade, consideradas mutuamente excludentes, são interpretações já antigas no que diz respeito à história do Movimento de 30.⁶ E são encontradas em muitos trabalhos mais recentes de analistas da história contemporânea do Brasil. Força é concordar com a seguinte apreciação que, por situar o problema de forma equilibrada, merece ser transcrita de forma extensiva:

As teses da ruptura ou da continuidade podem ter sua razão de ser quando especificamos os aspectos da vida social aos quais elas se aplicam e, mesmo assim, devemos deixar clara a própria noção de ruptura com que estamos analisando o processo histórico. A alternativa ruptura *versus* continuidade talvez seja um tanto ilusória, já que os movimentos político-sociais, mesmo os mais radicais, têm também elementos que foram gerados na velha ordem e a idéia de um corte radical com o passado pode não ser a melhor representação do processo histórico.⁷

E o texto acrescenta uma ponderação lógica, aqui consignada como um lembrete permanente para se aquilatar o tipo de compreensão histórica que se pretende buscar com o presente trabalho: “A história não se processa pela emergência abrupta de eventos, mas alguns deles podem lhe imprimir um determinado curso, nem sempre previsto em seus antecedentes”. Então, optar entre um posicionamento e outro seria um falso problema? Parece que existe para a questão uma outra via a ser trilhada: “Entre o determinismo, onde os acontecimentos são vistos como produto de uma necessidade inquestionável, e o voluntarismo, que vê a vontade e a ação humanas como elementos fundamentais do processo histórico, cabe relativizar [...]”. E essa relativização é fundamental do ponto de vista teórico, porque por meio dela se pode “compreender as complexas relações entre traços estruturais, dados conjunturais e a opção de determinados atores sociais”.⁸

⁶ BORGES, 2001, p. 170. O termo “idéia” para referir-se a continuidade e a ruptura é desta autora.

⁷ Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro, verbete *Revolução de 1930*. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/>>. Acesso em: 26/01/2005.

⁸ Ibid.

Dessa forma, para analisar a história política do estado do Espírito Santo, ocorrida nos anos de 1930 a 1937, propomos que as idéias de continuidade e ruptura ganhem um contorno peculiar por estarem presentes de forma simultânea. De uma parte, continuidades no exercício do poder político por representantes das classes dominantes. De outra, rupturas com um passado oligárquico-elitista que, já naquela época, era julgado como promotor de exclusão política e de incompetência administrativa.

A unir essas idéias de ruptura e continuidade, o reformismo autoritário. Tal conceito, cuja operacionalização se busca neste trabalho, engloba ações de modernização institucional e centralização político-administrativa (por exemplo, alterações no aparelho regional de Estado); e, então, temos indicações de rupturas com o passado oligárquico. Mas também esse reformismo compreende uma dimensão autoritária que busca postergar os avanços sociais das classes subordinadas e, dessa forma, fica patenteado o aspecto de continuidade nas muitas ações políticas da época. Assim, entre rupturas e continuidades o reformismo autoritário na vida político-administrativa capixaba pode ser compreendido como uma expressão regional de um projeto centralizador e reformista do governo federal. Boris Fausto é quem nos oferece o embasamento para situarmos esse tema no período histórico:

Junto ao Poder Central, a corrente [tenentista] consegue formar um ativo núcleo de pressão, defendendo a representação por classes, o prolongamento da ditadura – explicitação de suas distâncias anteriores com o liberalismo – a punição dos políticos mais comprometidos com a república Velha, o *prevalecimento do “espírito revolucionário”, que se traduz em um programa de reformas*. Mas suas diversas experiências regionais ressentem-se de um mínimo de identidade, o que corresponde, aliás, aos objetivos do governo Vargas nos primeiros anos de existência. Detentores de postos importantes do Estado, os “tenentes” servem aos desígnios de Vargas, no sentido de neutralizar apenas o poder político das oligarquias, *sem impor modificações relevantes na estrutura socioeconômica*.⁹

Naturalmente que o reformismo autoritário inclui uma dimensão política e não somente aspectos ligados às realidades da economia e da sociedade. Tal dimensão foi tratada no ensaio de Boris Fausto, *O pensamento nacionalista autoritário* de maneira sintética: “Apesar das diferenças de perspectiva, os nacionalistas

⁹ FAUSTO, 1997, p. 95. Grifos nossos.

autoritários [como Alberto Torres, Oliveira Viana, Azevedo Amaral e Francisco Campos] concebiam uma modernização do país de cima para baixo, prescindindo das mobilizações populares, especialmente quando não controladas”. E garante que “a instituição básica destinada a realizar a transformação, nas condições brasileiras, só poderia ser o Estado autoritário, centralizador, dotado de extensos poderes”.¹⁰

Ambas as idéias de ruptura e continuidade fizeram parte de um longo processo histórico a que estiveram submetidas as ações políticas no Brasil a partir de seu nascimento como nação politicamente independente, e que Antonio Gramsci, referindo-se a outro contexto histórico, denominou de revolução passiva. Ou seja, ruptura e continuidade somente podem ser entendidas como pertencentes a um processo histórico-político de longa duração e que na teoria gramsciana está assimilado ao conceito de revolução passiva. Porque, como garante Daniel Campione,

[...] a revolução passiva é um tipo de processo que percorre toda a história latino-americana, desde a independência e a constituição dos Estados nacionais, processo realizado inequivocadamente “a partir de cima”, com aparatos estatais que se construíram, dando forma ao mesmo tempo à estrutura de classes da sociedade e assentando as bases para um tipo de desenvolvimento que incluiria a incorporação ao mercado mundial.¹¹

Além disso, deve-se atentar para o fato de que o conceito de revolução passiva, também denominado por Gramsci de “revolução-restauração”, contém, ao mesmo tempo, as idéias de ruptura (revolução) e continuidade (restauração). *Acreditamos que se associarmos o conceito de revolução passiva com as idéias de ruptura e continuidade estaremos reforçando a validade teórica de todos os elementos envolvidos nessa operação.*

Para não incorrermos em erros de avaliação, muito comuns quando se trata de analisar conjunturas políticas, mormente em situações voláteis como as dos anos trinta no Brasil, nos escudamos na metodologia gramsciana que “nos obriga a fazer um balanço concreto da situação histórica”.¹² Ou seja, analisar as “relações de força”

¹⁰ FAUSTO, Boris. *O pensamento nacionalista autoritário (1920-1940)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 46.

¹¹ CAMPIONE, Daniel. Hegemonia e contra-hegemonia na América Latina. In: COUTINHO, Carlos Nelson; TEIXEIRA Andréa de Paula (Org. Apres.). *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 51-66. p. 65.

¹² KEBIR, Sabine. “Revolução-restauração” e “revolução passiva”: conceitos de história universal. In: COUTINHO, Carlos Nelson; TEIXEIRA Andréa de Paula (Org. Apres.). *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 147-155. p. 152.

presentes nas conjunturas históricas de nosso interesse.¹³ Pretendemos nos valer do instrumental teórico de Gramsci para tentar surpreender, num estado periférico do Brasil, particularidades de uma forma de revolução que segue um longo processo; de uma revolução sem revolução, de uma “revolução-restauração”, de uma “revolução passiva”.

Nesse sentido, julgamos oportuno transcrever uma esclarecedora observação de Carlos Nelson Coutinho, estudioso do pensamento gramsciano em nosso país:

[...] na medida em que esse conceito [de “revolução passiva”], como todos os demais conceitos gramscianos, *sublinha fortemente o momento superestrutural, em particular o momento político*, superando assim as tendências economicistas do marxismo da III Internacional, ele se revelou de inestimável utilidade para contribuir à especificação e à análise do caminho brasileiro para o capitalismo, *um caminho no qual o Estado desempenhou freqüentemente o papel de principal protagonista*.¹⁴

O conceito de “revolução passiva” é considerado por Coutinho como “capaz de fornecer importantes indicações para a análise dos processos de ‘modernização conservadora’ que caracterizam a história brasileira”.¹⁵

Ao optarmos pela idéia de pluralidade, pela ampla “visão de um campo de possibilidades históricas”,¹⁶ pelo enquadramento tanto das rupturas como das continuidades, é nosso interesse esclarecer de que modo se processou a rearticulação das facções oligárquicas espírito-santenses e seus representantes políticos frente ao projeto reformista autoritário que se desenvolveu no país e no estado ao longo da década de 1930. Quer dizer, deseja-se tornar claro o significado das ações políticas e institucionais implementadas no estado do Espírito Santo dos anos trinta, identificando quais jogos de interesses elas explicitavam e de que forma contribuíam para consolidar um projeto de hegemonia política.

¹³ Para situar historicamente as “relações de força”, cf. GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. v. 3. Edição e tradução Carlos Nelson Coutinho; co-edição Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 36 et seq.

¹⁴ COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. p. 197. Grifos nossos.

¹⁵ *Ibid.*, p. 195. O conceito de “modernização conservadora” empregado por Coutinho foi retirado, tudo indica, da obra de Barrington Moore Jr, *As origens sociais da ditadura e da democracia*.

¹⁶ BORGES, 2001, p. 171.

Porque nesse universo político capixaba, aparentemente restrito, é possível identificar ideologias em circulação, e correntes de pensamento a que se ligavam as antigas e as novas lideranças políticas.¹⁷ Após o advento da Revolução de 30 no estado do Espírito Santo, o que mudou na política capixaba? O que permaneceu como antes, só que numa nova roupagem? Enfim, após pesquisar, analisar e sintetizar os dados empíricos é preciso que se julgue como os "anéis" políticos das classes dominantes foram oferecidos à interventoria para que se preservassem os seus "dedos" econômicos. Ou mesmo, ao contrário do que diz o ditado popular, é necessário estabelecer que "anéis" políticos somente foram trocados de uns "dedos" elitistas para outros; ou, ainda, que novos "anéis" foram acrescentados aos velhos "dedos" econômicos da elite.

Já vimos que o objeto central deste estudo é, numa idéia de pluralidade, enfrentar a questão da ocorrência de rupturas e continuidades nas ações políticas e institucionais vigentes no estado do Espírito Santo no período da Segunda República, em comparação com a situação existente ao final dos anos vinte. Assim, devem ser levantadas algumas hipóteses e sub-hipóteses iniciais, a fim de se problematizar o objeto, sempre procurando demonstrar, no decorrer do trabalho, as rupturas e continuidades presentes na história política capixaba daquele período.

Não foi somente a partir do Movimento de 30 que representantes da parcela hegemônica (comercial-exportadora) da classe dominante passaram a controlar o aparelho regional de Estado, em detrimento das oligarquias agrárias. Esse controle já existia e, a partir de 1930, assiste-se ao reforço dessa hegemonia, além de uma troca de guarda elitista com valorização de uma fração da classe dominante em detrimento de outra. Assim, a Segunda República no Espírito Santo trouxe uma reorganização das elites políticas estaduais, um rearranjo político intra-oligárquico.

Ocorrem também o declínio, e mesmo o desaparecimento, de antigas lideranças políticas e o surgimento de novas, todo esse quadro político emoldurado pelo reformismo autoritário – tradução regional de projeto do governo central, como já assinalado. Nesse sentido, houve uma ruptura com práticas oligárquicas e institucionais vigentes na República Velha, e se estabeleceu uma nova correlação de forças políticas. Mas o aparelho regional de Estado foi orientado para reforçar a

¹⁷ Cf. ABREU, Fernando de. *Vergastas*: [discursos]. Rio de Janeiro, [s.n.], 1930.

supremacia dos representantes da parcela hegemônica da classe social dominante, parcela ligada ao comércio exportador de café. E, assim, tivemos uma continuidade na situação política existente no estado desde o período anterior à Revolução de 1930. Referida situação compreendia a existência de duas frações da classe dominante, uma ligada às oligarquias agrárias e a outra vinculada aos exportadores de café, com o predomínio desta última. Mas sem que houvesse nenhuma contradição política maior entre tais frações, é bom que seja sublinhado. Esta continuidade é bem demonstrada pela circunstância, assinalada por José de Souza Martins, quando considera que a Revolução de 30

[...] colocou militares no lugar dos velhos chefes políticos regionais [...]. Por esse meio, as oligarquias mantinham suas relações de clientelismo e, sobretudo, sua dominação tradicional em relação à clientela, isto é, o povo. Mas, passaram a prestar obediência aos novos donos do poder, os militares e burocratas do Estado centralizado. No fim, mesmo onde a Revolução renovou as lideranças políticas, recorreu ao mesmo sistema de compromissos com facções locais em que o coronelismo sempre se baseou.¹⁸

Para atender aos interesses da classe dominante, frente às novas demandas por participação política e benefícios sociais efetuadas pelas camadas médias e baixas, a administração de Punaro Bley no período de 1930 a 1937 se caracterizou por uma estratégia de conciliação de interesses. A engenharia institucional estabelecida pela interventoria tinha como um dos seus pressupostos a intermediação político-administrativa do chefe do aparelho regional de Estado com o poder central e com os poderes locais e pela implementação de políticas públicas como saneamento financeiro, melhorias na prestação da educação e saúde públicas, aparelhamento do porto de Vitória, criação de banco local, e outras iniciativas. Todo esse quadro estava montado no contexto de um reformismo autoritário e modernizante, que beneficiava principalmente as classes dominantes e, de maneira subsidiária, as classes médias. Então, pode-se constatar a presença, no quadro político e institucional capixaba da década de 1930, de práticas continuístas e, ao mesmo tempo, de uma certa ruptura com o passado.¹⁹

¹⁸ MARTINS, José de Souza. *O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 31-32.

¹⁹ ZORZAL E SILVA, Marta. *Espírito Santo: estado, interesses e poder*. Vitória: FCAA/SPDC, 1995.

Os intelectuais orgânicos, comprometidos com a classe dominante, procuram influenciar o poder local por meio de diversos “partidos”, no sentido gramsciano do termo. Alguns desses “partidos” eram instituições já presentes no universo capixaba como a Associação Comercial, a Maçonaria, a revista *Vida Capixaba*, o Instituto Histórico e Geográfico. Outros foram criados no período, como o Rotary Club, a revista *Chanaan*, e diversos sindicatos patronais e de trabalhadores.

No relato de Vavy Pacheco Borges com que iniciamos esta introdução, a historiadora acrescenta que a interpretação do professor Delgado de Carvalho era feita “fora do campo do marxismo, porém que aceitava uma ruptura e uma recomposição de forças depois de 1930”. Continua a referida historiadora, afirmando que, “segundo relato do próprio Ianni, foi a partir dessa idéia que ele Ianni se preocupou com a idéia de revolução não como algo de abrupto ou enfrentamento armado (como tinha sido a Revolução Francesa)”; e o sociólogo, então, “começou a pensar que poderiam existir revoluções num processo histórico-social não abrupto ou violento, mas de forma lenta e incruenta”.²⁰

1.2 Discussão historiográfica

A historiografia denominou de Segunda República o período de outubro de 1930 a novembro de 1937. O seu estudo se faz, em geral, inserido no contexto maior da Era Vargas, sendo mais freqüentes os trabalhos que focalizam o Estado Novo (1937-1945) e, em muitos deles, o intervalo histórico antes referido costuma ser tratado como simples introdução aos anos em que vigorou no país a ditadura estado-novista. Ademais, os estudos sobre essa fase da história brasileira não costumam distinguir de forma nuançada as ocorrências políticas, tratando-as em bloco. Ora consideram acontecimentos políticos do início do período como válidos para toda a duração, ora insinuam que se encerraram naquela época certos processos que avançaram até bem depois.²¹ A abordagem errônea de tempo, feita por muitos

²⁰ BORGES, 2001, p. 442.

²¹ Ibid., p. 169 et seq.

autores, foi bem sintetizada por José de Souza Martins no que se refere à Era Vargas (1930-1945), mas que também é válida para a Segunda República:

Talvez haja alguma dificuldade para dar o devido peso a esses compromissos [da Revolução de 30 com facções locais] porque a tendência generalizada dos historiadores e cientistas políticos seja a de, equivocadamente, imaginar o governo Vargas, de 1930-1945, como sendo qualitativamente o mesmo do começo ao fim. A importância de suas oscilações não ganha destaque nas análises. Ao contrário, esses quinze anos de getulismo, vistos na sua variável estabilidade cotidiana, não se desenrolaram na certeza de um regime e de um período de governo definidos. Longe disso. O governo Vargas parece ter sido, do começo ao fim, um suceder de jogos políticos executados com maestria e competência. Porém marcado por inúmeras incertezas.²²

Outro equívoco muito comum que existe em nossa historiografia, e relativo aos anos de 1930 a 1937, é o de se julgar o todo ignorando-se as partes. Quer dizer, não se levam em consideração as especificidades dos estados e mesmo das regiões brasileiras que, por certo, sofreram de forma diferenciada os impactos dos acontecimentos políticos desse período. Já na historiografia produzida regionalmente, costuma-se deixar de lado os debates nos estados de decisões políticas tomadas no centro do poder federal na época do Governo Provisório e do primeiro mandato presidencial de Vargas.²³

Esse tempo transcorrido do fim da República Velha até o começo da ditadura do Estado Novo (1930-1937) é caracterizado por forte instabilidade das instituições republicanas e pela riqueza e diversidade de ocorrências políticas. Dentre essas últimas, devem ser mencionadas a criação de partidos de âmbito estadual, com destaque para os que se denominavam de Partido Social Democrata – PSD e se colocavam na linha de apoio a Vargas; a instituição da Justiça Eleitoral, do voto secreto e obrigatório e da participação feminina nas votações; a escolha em 1933 de representantes à Assembléia Nacional Constituinte; os pleitos para as assembleias constituintes estaduais; as disputas pelas governorias por meio do voto indireto; a existência de deputados “classistas”; a realização de eleições municipais, e outras. Essas são questões eminentemente políticas e algumas delas foram equacionadas

²² MARTINS, 1999, p. 32.

²³ Cf. GOMES, Ângela Maria de Castro. Política: história, ciência, cultura, etc. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, 1996, vol. 9, nº 17, p. 59-84.

de forma diferenciada nos diversos estados que então compunham a Federação brasileira.²⁴

Na bibliografia histórica sobre os anos 30 no Brasil, outra discussão trata do projeto político e institucional que levou à instauração do Estado Novo. Assim, ao se considerar a “fabricação” do processo político e institucional que deu origem ao regime ditatorial estado-novista, também devem ser resgatadas suas especificidades nos estados.

Muitas são as pesquisas que surgiram nas últimas três décadas e tiveram a Era Vargas como objeto de estudo, a ponto de vários estudiosos considerarem que esse período é detentor da mais volumosa produção intelectual realizada por estudiosos da nossa história. Tal avanço historiográfico deveu-se a inúmeros fatores e, dentre eles, podem ser citados a instauração e declínio do Regime Militar em nosso país; o distanciamento no tempo da época varguista, com alguns de seus personagens principais deixando a cena da vida; a instituição de cursos de pós-graduação em História; a criação do CPDOC/FGV e do Arquivo Edgard Leuenroth; a relativização que o neoliberalismo pretende fazer em relação às conquistas trabalhistas existentes desde a Era Vargas, e outros mais.

Por outro lado, há carência de estudos na área de história política que enfoquem a década de 1930 no estado do Espírito Santo. Somente existem os trabalhos de Marta Zorzal e Silva (1995), João Gualberto Moreira Vasconcellos (1995), Renato Pacheco (1998) e Carlos Vinícius Costa de Mendonça (2002) que tratam de questões políticas espírito-santenses relativas ao período de nosso interesse; e, mesmo assim, eles não têm como objeto de estudo específico a Revolução de 1930 e seus desdobramentos políticos no estado capixaba.

Ao analisarmos a produção historiográfica do período focado, devemos considerar o fato de que na história do Brasil o termo “revolução” é utilizado de forma indiscriminada, e muitas vezes para designar episódios políticos que se caracterizaram como conservadores – o caso do Movimento Militar de 1964 é um bom exemplo. “No Brasil nunca houve, de fato, uma revolução, e, no entanto, a propósito de tudo fala-se dela, como se a sua simples invocação viesse a emprestar

²⁴ Cf. GOMES, 1996.

animação a processos que seriam melhor designados de modo mais corriqueiro”.²⁵ Assim, o emprego da expressão “Revolução de 1930”, apesar de ter uso corrente na historiografia, não impede que examinemos as diversas vertentes explicativas que analisam essa fase da vida nacional.

Para situarmos as questões historiográficas referentes ao campo temático no qual se insere o objeto de nosso interesse, convém examinar três trabalhos que procuram traçar os percursos dos estudos que têm por assunto a história política e, em especial, a que focaliza a década de 1930.

O mais específico e minucioso é o ensaio de Vavy Pacheco Borges (2001), onde se faz um balanço da historiografia dos anos trinta, correlacionando-a com a política, e procurando mapear as opções teóricas relativas ao tema. A primeira parte do trabalho trata dos "Anos Trinta e Revolução", e nela a autora assinala que, pelo fato de o regime republicano ser excludente, muitas questões e problemas estruturais são os mesmos no decorrer de décadas como “a questão da República, do fim do Liberalismo, que aos poucos se transmuta na questão da democracia-não-democracia, da ditadura militar e do desprestígio da política, a questão nacional, a questão da federação, do regionalismo, a industrialização, a reforma agrária, a busca de um caráter (depois identidade nacional)” e, por vezes, as soluções apontadas também são semelhantes, o que “propiciaria uma visão de continuidade”.²⁶

Consideramos que esta visão é reforçada pela própria realidade da história republicana brasileira, que quase nunca supera seus problemas sociais, nem os enfrenta completamente. Essa situação de não acabado, de questões estruturais que não se resolvem, é típica da história de um país onde se fez presente a revolução passiva. De fato, segundo Lincoln Secco,

o resultado da revolução passiva é o seu caráter inacabado: não transforma integralmente as estruturas do passado e não instaura um Estado renovado que incorporaria amplas camadas sociais à cidadania; [no caso do *Risorgimento*] funda-se um compromisso

²⁵ WERNECK VIANNA, Luiz J. *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1997. p. 12.

²⁶ BORGES, 2001, p. 160.

entre a velha aristocracia e a burguesia moderada (literariamente descrito no belíssimo romance *O leopardo de Lampedusa*) [...].²⁷

Dissertemos um pouco mais sobre essa categoria. Para fazer uma das suas formulações sobre ela, Gramsci parte da obra *Miséria da Filosofia* e afirma que “cada membro da oposição dialética deve procurar ser integralmente ele mesmo e lançar na luta todos os seus ‘recursos’ políticos e morais, [...] só assim se consegue uma superação real”. É interessante observarmos de que maneira o filósofo italiano prossegue em suas considerações para reforçar a compreensão do que seja o conceito de revolução passiva numa visão dialética:

Dir-se-ia que não compreenderam isso nem Gioberti nem os *teóricos* da revolução passiva e da “revolução-restauração” [...]. Neles, a “incompreensão” teórica era a expressão prática das necessidades da “tese” de se desenvolver integralmente, até o ponto de conseguir incorporar uma parte da própria antítese, *para não se deixar superar*; isto é, na oposição dialética somente a tese desenvolve, na realidade, todas as suas possibilidades de luta, até capturar os supostos representantes da antítese; *exatamente nisso consiste a revolução passiva ou revolução-restauração* (CC, 5, 318).²⁸

Buscou-se analisar mais uma definição de revolução passiva no intuito de enfatizar a vinculação deste conceito a um processo histórico de longa duração que não se apresenta pronto e acabado desde o seu início, mas é construído de forma deliberada, com a tese assimilando a antítese, a superação dialética sendo sempre negada. Assim, a Revolução de 1930 e seus desdobramentos mais imediatos podem ser considerados como um dos episódios, um dos momentos desse longo processo vivido na história brasileira, desde seus primórdios como nação politicamente independente.

Como escapar de uma concepção retrógrada do conhecimento histórico, que trata a história brasileira como a biografia do país, onde o Estado, ou o poder público, representaria os principais papéis de sujeito histórico? Vavy Borges não responde à indagação que ela própria suscita, mas observa que “a República teve diferentes ordens jurídico-políticas em seu primeiro século e muitas datas constituem-se em marcos (1889, 1891, 1894, 1930, 1937, 1945, 1964, 1985, 1989) que datam as diversas rearticulações que até nossos dias, na prática, ainda excluem uma imensa

²⁷ SECCO, Lincoln. Crise e estratégia em Gramsci. In: DIAS, Edmundo Fernandes et al. *O outro Gramsci*. 3. ed. São Paulo: Xamã, 1996. p. 85.

²⁸ Apud KEBIR, 2003, p. 152. Grifos nossos.

maioria da população de uma verdadeira participação política". E conclui que esta "periodização das rupturas político-institucionais continua organizando mesmo uma história produzida com outro tipo de preocupação", citando como exemplo a coleção *História da Vida Privada no Brasil*.²⁹

A própria historiadora, contudo, adota essa periodização ao analisar a produção historiográfica do período, afirmando que os anos trinta foram marcados "por forte instabilidade e por vivo debate; a década se inicia com uma ruptura institucional consagrada desde então como Revolução de 30", e termina "sob a égide de nova ruptura, a decretação do chamado Estado Novo. Sob a perspectiva de uma história das instituições políticas, sem sombra de dúvida esses são momentos de rupturas".³⁰ Assim, por que não considerar essas rupturas institucionais como indícios de um processo político que se desenrolava em um nível mais profundo? De qualquer forma, sempre devemos ter em mente que esses marcos cronológicos não se constituem em barreiras intransponíveis. Sua utilidade é de servirem como referência para organizar as interpretações dos acontecimentos políticos. Dessa maneira, não vislumbramos nenhum inconveniente metodológico em adotar as balizas temporais consagradas pela historiografia para demarcar a Segunda República brasileira.

Na continuidade de seu ensaio, Vavy P. Borges discute os diversos conceitos de "revolução" (termo recorrente nos autores do período) e as expressões "questão social", "povo", "crise", "novo", apoiando-se nas falas e textos produzidos na época por Virgínio Santa Rosa, Barbosa Lima Sobrinho, Francisco Campos, Oliveira Vianna, Azevedo Amaral, Manoel Bonfim e Sérgio Buarque de Holanda, dentre outros. Assim, para ela "o campo da história política evidencia, mais do que qualquer outro, os laços inextricáveis entre essa forma de conhecimento e poder, os laços entre uma história política vivida e uma história política escrita por memorialistas e historiadores".³¹ A peculiaridade desses discursos reside no fato de sua produção ter-se dado próxima aos acontecimentos a que se referem, ou seja, são testemunhos, que devem ser contextualizados no devido tempo histórico. Boris Fausto nos adverte para a sua importância: "Um olhar arrogante poderia ironizar os

²⁹ BORGES, 2001, p. 160.

³⁰ Ibid.

³¹ Ibid.

programas de salvação nacional contidos naqueles escritos, esquecido de que o olhar arrogante do presente rapidamente se converte em passado". Esse "olhar arrogante" é mais comum entre os historiadores do que seria admissível, mas Fausto prefere "assinalar que aquela gente tinha a percepção de estar vivendo novos tempos e, para bem ou para mal, não estava enganada".³² Tratando de temas sociais e políticos concernentes ao estado do Espírito Santo, tivemos pouquíssimos testemunhos impressos na própria época em que foram efetuados.³³

Na segunda parte do referido ensaio, intitulada "Ruptura e Processo", a historiadora introduz reflexões "provocativas" sobre parte de um conjunto de "trabalhos de história política que tiveram impacto na vida universitária e na forma de se escrever a história política do país" nos últimos cinquenta anos. Entre as idéias de ruptura e de continuidade nos escritos históricos sobre a Revolução de 1930 constata que a idéia de ruptura "reina quase que soberana". Assevera que, de maneira geral, o período é reconstituído por meio de um "percurso único e linear, desaparecendo a idéia de pluralidade, a visão de um campo de possibilidades históricas". Ela identifica dois eixos que condicionam a produção historiográfica: um, "que parte da situação concreta dos movimentos da sociedade em que o historiador vive e diante das quais ele se posiciona" e outro "que parte da situação do conhecimento histórico no momento em que o historiador escreve seu trabalho, de suas visões teórico-metodológicas", e acredita que esses eixos estejam parcialmente superpostos.³⁴ Como ela examina muitas obras em seu ensaio, assinalemos aqui somente as que interessam mais de perto ao nosso objeto de estudo.

É destacada por Vavy P. Borges a análise de Francisco Weffort e sua proposta sobre a categoria de "Estado de compromisso". Esse autor considera que o fim da hegemonia cafeeira vai se dar a partir de 1930 e, assim, o exercício do poder, a dominação no governo Vargas pós-1930 é explicada pela referida categoria, pois "nenhum dos grupos participantes pode oferecer ao Estado as bases de sua legitimidade". Nessa perspectiva, a hegemonia estava vinculada ao poder econômico e, como nenhum dos grupos econômicos podia predominar sobre o outro, constrói-se um compromisso entre eles, patrocinado pelo Estado.

³² FAUSTO, 1997, p. 26.

³³ Cf. o item 7 REFERÊNCIAS, adiante.

³⁴ BORGES, 2001, p. 171.

A essa categoria está ligada a formulação teórica de Weffort, já assinalada antes, de que Getúlio Vargas “estabelece o poder do Estado como instituição, e este começa a ser uma categoria decisiva na sociedade brasileira”.³⁵ Porque esta ligação? Somente uma instituição forte pode exercer, do alto, este compromisso entre as classes, fazendo com que uma delas (a burguesia) ceda em algum ponto (os direitos dos trabalhadores, por exemplo) em benefício de outra, para no essencial continuar exercendo o seu domínio – o que nessa época consiste em fazer, para seu próprio proveito, a transição rumo ao capitalismo “ocidental”. Numa visão larga, pode-se afirmar que os fascismos e os totalitarismos ajudaram a partejar o “Ocidente” nas sociedades que ainda possuíam muitos componentes “orientais”, fazendo com que elas acompanhassem os países que estavam mais avançados no processo histórico em direção ao capitalismo industrial.

Acreditamos na utilidade teórica de se relacionar a categoria de Estado de compromisso com um contexto histórico mais amplo e de mais longa duração, de forma a testar sua aplicabilidade à história brasileira do período abrangido pelo nosso estudo. Somente existe Estado de compromisso no âmbito de um grande processo, onde predomina a revolução passiva – uma sociedade gelatinosa, com classes sociais politicamente enfraquecidas, de tal maneira que nenhuma delas possua condições de promover e manter a hegemonia. Poder-se-ia objetar que o Estado de compromisso não estava presente no período oligárquico, quando se sabe que a revolução passiva já existia na vida brasileira. É que, nesse longo processo histórico, as crises políticas foram resolvidas utilizando-se outros expedientes. Somente nos períodos em que se tornam agudas as contradições político-sociais, e elas não são enfrentadas, surgem as soluções de compromisso que devem ser garantidas por um forte patrocinador – um regime bonapartista, ou com maior frequência, o Estado. Que, aliás, seja no “Ocidente” ou no “Oriente”, nunca deixou de crescer e se tornar cada vez mais complexo no decorrer do século passado. Violento século XX, que se caracterizou pela ascensão das massas e pelo fortalecimento do Estado para dar conta dessa nova realidade. Nem que para isso tivesse que lançar mão das guerras, dos genocídios, do reforço dos aparelhos

³⁵ WEFFORT, 2003.

repressivos, dos fascismos, totalitarismos e autoritarismos de todo os matizes, à esquerda e à direita.

A instituição no Brasil dos anos trinta do Estado de compromisso servirá como um anteparo institucional para as classes dominantes, frente às investidas reivindicadoras das classes subalternas. Essa categoria se constitui num determinado momento do processo de revolução passiva e, a nosso juízo, consegue dar conta simultaneamente de duas categorias gramscianas: tanto da questão estrutural contida no “bloco histórico”, como dos aspectos conjunturais pertinentes ao “bloco no poder”, pois que estes últimos costumam se alterar com maior frequência, mas dentro dos limites impostos pela estrutura.

A categoria weffortiana de Estado de compromisso foi empregada no conhecido ensaio de Boris Fausto integrante da coletânea *Brasil em perspectiva*, e depois abordada por ele com mais desenvoltura em *A Revolução de 1930: historiografia e história*. No *Prefácio à edição de 1997* desta última obra, o historiador indaga até que ponto a noção de Estado de compromisso se sustenta e informa que a crítica mais significativa, de Sônia Draibe, argumenta “que a noção de compromisso supõe implicitamente certo equilíbrio ou ‘empate social’ entre setores agrários e industriais, e tende ainda a ser utilizada como sinônimo de aliança política, introduzindo dilemas para a compreensão de um período marcado pela instabilidade das coalizões políticas”.³⁶ Boris Fausto contra-argumenta e afirma que Weffort não associou esta noção ao pressuposto de que as alianças políticas seriam estáveis:

Pelo contrário, segundo ele [Weffort] o Estado de compromisso é, antes de tudo, “um Estado em crise que se forma e se reforma na busca de respostas à nova situação criada pela crise da economia agrária, pela crise local (e mundial) das instituições liberais, pelos esforços de industrialização autônoma de uma sociedade tradicionalmente agrária e dependente, pela dependência social dos setores médio e pela crescente pressão popular”.³⁷

O historiador reconhece que, “ainda assim, a crítica de Draibe tem o mérito de sugerir uma leitura menos linear da chamada Era Vargas que, como estou insistindo, não surgiu, no pós-30, a partir de um modelo predefinido”.³⁸ Elaborada com base em textos de Gramsci, consideramos que a noção de Estado de compromisso possui

³⁶ FAUSTO, 1997, p. 23-24.

³⁷ Ibid., p. 24.

³⁸ Ibid.

até agora inegável validade teórica para explicar a questão política de fundo a ser tratada no presente estudo.

Ao prosseguir em suas considerações, Vavy P. Borges afirma que “no campo da discussão da revolução burguesa, outra análise significativa foi a de Luiz Werneck Vianna”. Tal estudo demonstra que “um Estado bonapartista conduziria as relações sociais, cumprindo o papel de guardião dos interesses da burguesia, incapaz de se impor hegemonicamente; isso constituiria uma revolução pelo alto, mas sempre uma revolução, isto é, uma ruptura”.³⁹

Neste ponto, nos propomos correlacionar as categorias de Estado de compromisso e de bonapartismo. Para Werneck Vianna, o Estado de compromisso “embora sustente em teoria a autonomização política do Estado, nega-a no plano empírico”. Este pesquisador justifica seu posicionamento afirmando que “a autonomização do Estado no político, como o demonstra Marx no *18 Brumário*, não se esgota na supressão do jogo parlamentar e de representação liberal. Exprime o esforço de generalização das classes dominantes, que incapazes por si sós de o promoverem, inclusive, e às vezes principalmente por dissidências internas, rumam para detrás de um Estado impessoal e representativo de toda a nação”. Ao nosso sentir, a conceituação de Werneck Vianna não nega a categoria de Estado de compromisso, mas quer demonstrar que ela somente se realiza com o concurso do “bonapartismo”. Para tanto, ele recorre diretamente a Gramsci para quem “esse tipo de Estado expressa a necessidade das classes dominantes de também serem submetidas por um ‘patrão’”.⁴⁰ Indo mais longe: essas duas categorias estão imbricadas no caso em exame – o Brasil dos anos trinta. Ademais, como ressalta Sônia Draibe, ao indicar o caminho prussiano ou a “revolução pelo alto” Luiz Werneck Vianna parte da mesma premissa do conceito de Estado de compromisso: “a ausência de uma revolução burguesa clássica”.⁴¹

De forma a relativizarmos e historicizarmos essas amarras teóricas, devemos ter sempre presente a assertiva de Draibe, quando assegura ser inegável “que a transformação no pós-30 não foi unilinear e unívoca e dificilmente será apreendida

³⁹ BORGES, 2001, p. 174.

⁴⁰ WERNECK VIANNA, Luiz J. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. p. 118.

⁴¹ DRAIBE, Sônia. *Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil, 1930-1960*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p. 26.

através de uma caracterização de tipo *geral* da estrutura de poder – o ‘compromisso’, a coligação conservadora, o populismo – ou apenas no puro nível do jogo político entre forças heterogêneas”. A solução seria entendermos tal transformação na concretude histórica, ou seja, nas especificidades da construção do Estado capitalista e burguês no Brasil e, nesse processo, surpreender “as expressões da autonomia e da capacidade dirigente do Estado”, o que se constitui, justamente, no objetivo que desejamos atingir no presente estudo, no que concerne ao estado do Espírito Santo.⁴² E que se coadunam perfeitamente com a assertiva gramsciana, já citada, que sempre “nos obriga a fazer um balanço concreto da situação histórica”.⁴³

Retomando o texto de Vavy P. Borges, constatamos que ele considera Edgar Carone como “o pesquisador que tem o maior número de títulos publicados sobre o período republicano”, e que na sua obra de 1965, *Revoluções do Brasil Contemporâneo*, os fatos políticos de 1922 a 1938 são interpretados “numa perspectiva processual revolucionária primeiramente ‘ascendente’, depois ‘triunfante’ e finalmente ‘descendente’”. Já com base no artigo de Boris Fausto integrante da obra *Brasil em Perspectiva*, Vavy Borges assegura que para esse historiador “a revolução de 1930 teria resultado basicamente de uma aliança temporária entre as facções burguesas não vinculadas ao café, as classes médias e o tenentismo. O período entre 1930 e 1934 explicar-se-ia sobretudo pela luta entre as oligarquias e o tenentismo”,⁴⁴ interpretação que, de resto, coincide com a de Edgar Carone, e que já possui um entendimento pacífico e consagrado na historiografia.

Borges assegura que, pelo conjunto da obra de Boris Fausto, “pode-se dizer que a ‘revolução de 1930’ é analisada como uma ruptura, um conflito intra-elites e com configuração marcadamente regional”, e que, para aquele historiador, essa revolução “representa o fim da hegemonia da burguesia cafeeira e o início de grandes mudanças na ação do Estado: centralizado, intervencionista, básico para a industrialização, além de mudar as relações entre poder estatal e operariado”. A historiadora acrescenta que Boris Fausto, “ao aceitar o ‘Estado de compromisso’ que explicaria não somente o movimento, mas o conjunto do sistema político posterior,

⁴² DRAIBE, 1985, p. 27.

⁴³ KEBIR, 2003, p. 152.

⁴⁴ BORGES, 2001, p. 175.

vê um vazio de poder pela crise de hegemonia, a partir das análises de Antonio Gramsci e Nicos Poulantzas, que criticam o economicismo marxista”. E deduz que “Boris Fausto parece aceitar uma temporalidade processual una, com um sentido determinado, ao encerrar sua revisão dizendo que então o Brasil ‘entra na maioria’, marcado certamente pelo desenvolvimentismo que considera o Estado como o maior agente histórico, em função da não-constituição definida de classes”.⁴⁵ Processo que, a nosso ver, e como dito antes, pode ser associado ao que Gramsci entendia como “Ocidentalização”.

Finalmente, na última parte de seu ensaio, intitulada *Concluindo: da régua ao caleidoscópio ou da ideologia à representação*, o alinhamento de Vavy P. Borges com os postulados da história cultural fica evidenciado por suas próprias colocações no decorrer do texto. Por exemplo, quando se refere ao seu próprio livro *Tenentismo e revolução brasileira*, afirma que “a visão de história por trás dessa pesquisa não era mais a de uma história-processo, mas sim a de história como um campo de possibilidades”.⁴⁶ Outra evidência do referido alinhamento prende-se ao fato de ela basear seus argumentos em autores, como Roger Chartier, que se identificam com essa abordagem historiográfica.

A autora destaca *O silêncio dos vencidos* de Edgar De Decca como “a primeira revisão mais impactante” de uma memória oficial de 1930, assinalando também que a obra “conserva a idéia de ruptura a partir de outro processo e propostas de revolução”. No caso, “o corte proposto é 1928, quando teriam se associado em outro projeto de revolução setores tenentistas, o Partido Democrático de São Paulo e o Bloco Operário Camponês (BOC)”.⁴⁷

A frase com que conclui seu ensaio pode ser tomada como uma síntese do seu posicionamento teórico: “Assim, sublinho mais uma vez uma passagem: de referências às interpretações da revolução [de 30] a partir do conceito de ideologia, para um enfoque mais amplo, em torno do conceito de representação”.⁴⁸ Ora, este

⁴⁵ BORGES, 2001, p. 176.

⁴⁶ Ibid., p. 181. A expressão “amplo campo de possibilidades” é de E. P. Thompson, um dos expoentes da história cultural.

⁴⁷ Ibid., p. 180 e 445.

⁴⁸ Ibid., p. 182.

posicionamento teórico é o adotado pela história cultural e do qual não compartilhamos, como se verá adiante.

Outro trabalho que discute a historiografia sobre o tema do nosso interesse tem como autora Ângela de Castro Gomes, que nele analisa a revitalização dos estudos de história política no país. Na segunda metade dos anos 1970, estava na ordem do dia procurar a origem para a "dramática questão do autoritarismo" na vida nacional, fato que contribuiu de forma decisiva para a revitalização dos estudos de história política entre nós. A partir dessa constatação, são escolhidas pela autora "algumas áreas temáticas consideradas significativas quantitativa e qualitativamente: a dos estudos políticos que retomaram temas clássicos como as instituições partidárias e sindicais [...] e a dos estudos políticos que se dedicaram ao pensamento político-social brasileiro".⁴⁹

É grande a riqueza desse artigo por apontar caminhos para os estudos da história política no Brasil quando, por exemplo, destaca

[...] algumas observações que passaram a se incorporar ao estoque de conhecimentos sobre partidos políticos no Brasil: a de que a análise sobre o funcionamento de partidos nacionais deve atentar para os seus níveis estaduais e municipais de atuação; a de que a historicidade das instituições partidárias é fundamental, e que também ela sofre o impacto da regionalização.⁵⁰

O que a autora observou sobre os partidos pode se aplicar a outros temas dentro do campo da história política, bastando adotar a acepção mais extensa de partido, como proposta por Antonio Gramsci, e incorporar aos estudos históricos as categorias gramscianas de hegemonia, estado ampliado e revolução passiva.

A última das avaliações sobre a produção historiográfica que tem por tema os anos trinta, e que escolhemos para aqui analisar, foi realizada por Marieta de Moraes Ferreira e Surama Conde Sá Pinto (2003) e apresenta diversas vertentes explicativas da Revolução de 1930. Uma delas possui dois pressupostos básicos: "o papel central desempenhado no movimento pelas classes médias, que no pós-30 teriam ascendido ao poder embora em caráter não exclusivo, e a existência de uma forte identidade entre estes setores e o movimento tenentista" e compreende autores

⁴⁹ GOMES, 1996.

⁵⁰ Ibid.

como Virgínio Santa Rosa, Guerreiro Ramos e Hélio Jaguaribe. A outra vertente, compartilhada por autores como Nelson Werneck Sodré, considera que “a revolução de 1930 seria o resultado de uma brecha na classe dominante que, ao cindir-se, permitiu a composição de uma de suas frações (a burguesia industrial) com setores médios urbanos e sua ascensão ao aparelho do Estado”.⁵¹ Acreditamos que tais interpretações já estão ultrapassadas pelas visões teóricas defendidas em trabalhos historiográficos posteriores, especialmente nos ensaios de Francisco Weffort e Boris Fausto antes referenciados, e que também são tratados por Ferreira e Pinto.

De acordo com elas, exatamente as obras desses últimos autores citados compõem uma terceira vertente explicativa. Erigida nos anos 70, tal vertente critica as duas anteriores e propõe uma interpretação alternativa. Para Weffort e Fausto “a Revolução de 1930 deve ser entendida como o resultado de conflitos intra-oligárquicos fortalecidos por movimentos militares dissidentes, que tinham como objetivo golpear a hegemonia da burguesia cafeeira”. No entanto, abre-se um vazio no controle do Estado “em virtude da incapacidade das demais frações de classe para assumir o poder de maneira exclusiva, e com o colapso político da burguesia do café”. As autoras afirmam que “a resposta para essa situação foi o Estado de compromisso” e apontam entre as suas características principais “uma maior centralização, com a subordinação das oligarquias ao poder central, a ampliação do intervencionismo, que deixa de ser restrito à área do café, além do estabelecimento de certa racionalização na utilização de algumas fontes fundamentais de riqueza pelo capitalismo internacional”.⁵²

As historiadoras registram também a existência de uma outra corrente explicativa do Movimento de 30, partilhada por Edgar De Decca, Ítalo Tronca e Maria Helena Capelato, “em cujo cerne está a desqualificação de 1930 enquanto marco revolucionário e a idéia de que a revolução representaria um golpe preventivo da burguesia contra o movimento operário, visto como uma séria ameaça à dominação burguesa” para mais adiante registrarem que “as principais críticas que têm sido endereçadas a essa interpretação dizem respeito à problemática comprovação

⁵¹ FERREIRA, Marieta de Moraes e PINTO, Surama Conde Sá. A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930. In: FERREIRA, Jorge et al. (Org.). *O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 408.

⁵² FERREIRA e PINTO, 2003, p. 409-410.

empírica dos argumentos sustentados por seus autores”.⁵³ Tal observação, a nosso ver, liquida as postulações de validade que Vavy Borges reivindica para essa linha historiográfica, conforme apresentado antes.

Convém registrar também que já foram deixadas de lado pela historiografia muitas outras interpretações do Movimento de 1930 por, da mesma forma, tentarem estabelecer causas e desdobramentos importantes a partir de explicações teóricas sem correspondência com os dados empíricos. Dentre essas interpretações destacam-se: a que entendia o Movimento como uma manifestação da classe média, os tenentistas sendo o seu segmento militar; a filiada ao antigo PCB que queria a Revolução de 1930 como um marco na transição brasileira do capitalismo inglês para o capitalismo de predomínio norte-americano; e, finalmente, aquela que considerava a ascensão da burguesia industrial e a derrocada da burguesia cafeeira no Brasil como se fosse uma rápida troca de guarda, sem contextualizar o processo histórico envolvido.

É fundamental que se dê conta dos caminhos percorridos pelos principais trabalhos cujos objetos estão ligados, direta ou indiretamente, àquele ora selecionado, para manter-se atualizado sobre o estado-da-arte da produção historiográfica referente ao objeto desta pesquisa. Assim, é necessário refazer os principais “percursos historiográficos”, de modo a assegurar que determinadas opções teóricas ou metodológicas, somente enunciadas ou descartadas por outros pesquisadores, possam ser retomadas, se interessarem ao estudo sobre a política capixaba nos anos trinta.

Com base nos estudos antes apresentados sobre a historiografia da Era Vargas, devemos fazer algumas considerações. O fato de Vavy P. Borges alinhar-se às diretrizes da história cultural não invalida sua percuciente análise da historiografia, nem obriga que compartilhemos da opção teórico-metodológica por ela adotada. Se, hoje em dia, para analisar uma conjuntura histórica virou moeda corrente referir-se ao “amplo campo das possibilidades”, justamente uma dessas possibilidades consiste em fugir da dicotomia entre continuidade *versus* ruptura no universo da política da década de 1930 em nosso país, e considerar que, para o caso, houve continuidades e rupturas. A busca por maiores possibilidades cognitivas e pela

⁵³ FERREIRA e PINTO, 2003, p. 410-411.

pluralidade epistemológica não é monopólio do pensamento pós-moderno, nem da história cultural. Nesse sentido, devemos chamar atenção para as virtualidades da história, que ao estudar o passado de uma sociedade não pode se restringir aos aspectos da infra-estrutura econômica e prescindir da superestrutura cultural, onde se desenrola o jogo político. Por isso é que acreditamos ser possível nos valermos do “amplo campo das possibilidades” que a história política nos oferece, mas com o emprego de um viés teórico gramsciano, e não exclusivamente culturalista.

Entendemos, também, que as análises de Francisco Weffort e Boris Fausto, de matriz gramsciana, ainda não esgotaram todas as suas potencialidades explicativas acerca do Movimento de 30 e seus desdobramentos de médio prazo. Essa postura leva em conta que rupturas e continuidades se inter-relacionam de forma dialética, como num processo, e não se excluem. Assim, julgamos correto o entendimento de que a Revolução de 1930 é representativa de discontinuidades políticas (umas superficiais, outras mais profundas), já que inegavelmente ocorreu uma ruptura político-institucional no país. Correto também se constitui o outro entendimento, por ser complementar ao anterior, em considerar que nos anos trinta aconteceu uma continuidade, e não uma transformação radical, nas estruturas econômicas e sociais brasileiras, diferente do ocorrido na Revolução Francesa ou na Revolução Soviética. No que se relaciona à teoria política, consideramos que o presente mais “novo” tem por volta de setenta anos – as análises de Gramsci, o grande renovador da filosofia política e que aborda de uma perspectiva marxista ainda não superada as questões teóricas ligadas à superestrutura.

Os historiadores não devem ser profetas do passado. Não devem, por exemplo, “arrumar” retrospectivamente a história dos anos trinta para com ela forçar a explicação do que veio depois, por já saberem o que aconteceu. Esse, talvez, seja o supremo anacronismo, do qual é difícil escapar. Difícil, mas não impossível. Basta lembrar que sempre vamos ao passado carregados do presente. Por outro lado, o simples enunciar dessa premissa – muito citada, até de forma vulgar –, pela qual se entende que os historiadores sempre formulam suas indagações ao passado a partir de uma perspectiva contemporânea, costuma deixar de lado um dos seus corolários principais. Tomando o aspecto formal dos que acreditam ser uma vacina infalível contra qualquer mal metodológico, os pesquisadores em história se esquecem exatamente de ressaltar essa postura de contemporaneidade. E muitos vão agora

ao passado, próximo ou remoto, buscando “fingir” que não estão no início do século XXI. Como se isso pudesse atrapalhar uma pretensa isenção que, segundo acreditam, necessariamente devem adotar no escrito da história. No processo de construção do presente estudo, que possui um objeto específico, procurou-se não perder de vista o amplo campo temático no qual ele se insere, nem seus desdobramentos historiográficos. Ou seja, aquilo que sabemos, mesmo de forma limitada, sobre a atuação dos regimes políticos totalitários e autoritários ao longo do século anterior no Brasil e no mundo e, principalmente, sobre suas consequências para a sociedade e sobre o fim que tiveram, não foi ignorado e esteve sempre presente em nossas indagações.

A ancoragem de todas as questões teóricas, antes brevemente levantadas, somente pôde ser feita depois de percorrido o caminho da pesquisa a que nos propusemos. Justamente esse percurso nos revelou a justeza das opções teóricas e historiográficas aqui indicadas, por nos ajudar na superação de obstáculos sempre colocados pela diversidade, quantidade e dispersão das fontes historiográficas e pela necessidade de serem elas sempre problematizadas. Poderíamos dar muitos exemplos para ilustrar essa questão, mas vamos nos ater a dois somente. Apesar de considerarmos que todo governo discricionário da Modernidade tem no diário oficial a fonte por excelência para o estudo da sua história, por uma questão de praticidade e agilidade na pesquisa e na elaboração da dissertação – tendo em vista a limitação do tempo – optamos por deixar de lado a maioria das fontes oficiais (impressas e manuscritas), muito numerosas e ricas de informação para a época e o tema estudados, mesmo tendo consciência que tal escolha iria empobrecer e limitar o presente trabalho. Privilegiamos, assim, a pesquisa em arquivos privados mais acessíveis (detentores também de muitos documentos oficiais), em cartas publicadas na época, num diário, em reminiscências e num periódico que marcou a existência espírito-santense nesses anos, a revista *Vida Capichaba*. Outro exemplo de tratamento das fontes: como realizar a crítica historiográfica das memórias de uma figura política tão importante no contexto histórico abrangido pelo trabalho, como o foi João Punaro Bley? E, observe-se, são reminiscências lançadas em anotações depois de algumas décadas de acontecidos os fatos. Para enfrentar esse caso, como outros tratados na presente dissertação, seguimos o método indiciário,

que Carlo Ginzburg demonstrou de forma magistral, em associação com uma “concepção geral” crítica, própria do método gramsciano.⁵⁴

Acreditamos que, sem o apoio do instrumental teórico e metodológico antes enunciado, o caminho historiográfico percorrido seria completamente diverso, ou nem sequer teria existido.

1.3 Organização dos capítulos

Dentro do vasto campo da história política do Brasil, já temos definido que o objeto central do presente estudo consiste em demarcar as especificidades da Revolução de 1930 e seus desdobramentos até 1937 no estado do Espírito Santo, distinguindo naquela conjuntura política as ações do governo e das elites políticas que representaram ruptura, e as que tiveram um sentido de continuidade em relação ao passado pré-revolucionário. Em outras palavras, nosso enfoque privilegia a articulação das elites políticas com a atuação governamental de cunho reformista implementada pela interventoria federal a partir de 1930 no território capixaba, procurando desvendar nessa articulação os sinais de ruptura e os de continuidade. As questões teóricas e historiográficas vinculadas àquele enfoque foram tratadas na Introdução deste estudo.

Consideramos imprescindível abordar a formação territorial (incluindo a ocupação territorial, a distribuição demográfica, a rede de comunicações, a divisão administrativa), e a formação sócio-econômica nas quais a população espírito-santense e seus representantes “faziam política”. Nessas formações é que vão se introduzir as ações da interventoria e dos demais atores políticos na década de 1930. Referidas abordagens são tratadas no capítulo “De qual estado do Espírito Santo se trata?” do presente trabalho.

⁵⁴ Cf. GINZBURG, Carlo. *Relações de força: história, retórica, prova*. Tradução Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002; cf. também GRAMSCI, 2000, v. 3, p. 353.

O capítulo “A Revolução de 1930 no estado capixaba” destina-se a analisar os contextos mundial e brasileiro nos quais se inseriram o Movimento de 30 e seus desdobramentos imediatos. Nessa parte também se buscará conhecer um pouco da realidade espírito-santense anterior à revolução, e de que maneira Punaro Bley e seu grupo político posicionaram-se frente às pressões e demandas revolucionárias, e de outras entidades e protagonistas interessados no poder, para assumirem e firmarem-se no comando do aparelho regional de Estado e iniciarem medidas ligadas ao reformismo autoritário.

Em meio à efervescência política da década de 1930, assiste-se no estado do Espírito Santo ao desaparecimento de antigas lideranças que se retiram de cena devido a causas várias (por exemplo, Bernardino Monteiro morre em 1930, Jerônimo Monteiro, em 1933) e ao surgimento de políticos que se firmarão em épocas posteriores, como Carlos Lindenberg e Jones dos Santos Neves. E à permanência na cena política de personagens com atuação variada na República Velha como Fernando de Abreu, Geraldo Viana e Atílio Vivacqua. Ocorrem, também, rearticulações políticas envolvendo as facções dos jeronimistas e dos bernardinistas oriundas do extinto Partido Republicano Espírito-santense, e o aparecimento no cenário estadual de novos partidos gramscianos, sejam de expressão nacional como a Liga Eleitoral Católica (LEC), Ação Integralista Brasileira (AIB) e a Aliança Libertadora Nacional (ALN), sejam de âmbito estadual como o Partido Social Democrático (PSD), o Partido da Lavoura (PL), os sindicatos. No capítulo “Consolidação da interventoria (1931-1934)” serão analisadas as principais conjunturas políticas do período, nas quais se fizeram presentes no estado capixaba aqueles atores, facções e partidos.

Existe outro momento da história política espírito-santense que merece análise acurada – a eleição indireta para governador realizada em 1935, que teve lances marcantes de articulação partidária e ações individuais. Referida eleição é importante porque ensinará a continuidade da atuação político-administrativa do grupo ligado ao interventor federal, só que numa formatação democrática, mesmo que limitada. No capítulo “Política regional e democracia limitada (1934-1937)” pretende-se demonstrar que, a partir de 1935, uma das ações prioritárias do governo estadual foi a de continuar sua administração reformista pelo alto e, na hora oportuna, participar na conspiração do golpe do Estado Novo. Com tal

procedimento, Punaro Bley vai permanecer no comando do aparelho regional de Estado por mais cinco anos, como interventor novamente, agora no regime estado-novista – período não abrangido por esta dissertação.

Nas Considerações Finais procuraremos correlacionar as principais ações das elites políticas espírito-santenses com atividades desenvolvidas no contexto do reformismo autoritário para evidenciar como ocorreu uma dupla cooptação – dessas elites regionais e locais pelo representante do poder central, e deste representante por tais elites, e para estabelecer o sentido geral da gestão política no estado do Espírito Santo de 1930 a 1937.

2 DE QUAL ESTADO DO ESPÍRITO SANTO SE TRATA?

São muitos os “Espíritos Santos” construídos ao longo da sua arqui-secular história. É mister que nos coloquemos de acordo sobre qual estado do Espírito Santo existia nas décadas de 1920 e 1930.

2.1 Formação territorial ou “Terrenos Desconhecidos”

Para facilitar tal entendimento, comecemos pelo território. Não o território considerado no plano meramente formal de delimitação de divisas, mas como espaço social criado e qualificado por certa sociedade “com base na apropriação e transformação dos meios criados pela natureza”. Assim, ao analisarmos o território espírito-santense, utilizamos uma visão que o qualifica pelo seu uso social. E tal uso pressupõe que uma determinada sociedade dele se apropriou e o domina.⁵⁵

É lugar-comum na historiografia espírito-santense a afirmação de que, durante o século XVIII, a capitania do Espírito Santo serviu como barreira para evitar os caminhos em direção às minas e, assim, os descaminhos do ouro. E que esta ação deliberada por parte da Coroa portuguesa – fortificando Vitória, por exemplo – foi causadora do atraso econômico e isolamento territorial da capitania, com reflexos na vida sócio-econômica da província e do estado. Se, em linhas gerais, tal posicionamento está correto, os pesquisadores nunca registraram o outro lado da questão. A partir dessas medidas político-administrativas da metrópole, a capitania do Espírito Santo – governada militarmente por capitães-mores em quase todo o referido século – *teve garantida sua sobrevivência como unidade política*. Não se levam em conta os desaparecimentos das outrora importantes capitanias de Porto Seguro e Ilhéus – incorporadas à Bahia –, e de São Tomé, assimilada ao Rio de Janeiro. Assim, na extensa costa que medeia as cidades de Salvador e do Rio – as

⁵⁵ MORAES, Antonio Carlos Robert. *Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no longo século XVI*. São Paulo: Hucitec, 2000. p. 18.

duas capitais da Colônia brasileira – somente a capitania do Espírito Santo permaneceu como ente político.

De qualquer sorte, a produção açucareira e as proibições portuguesas mantiveram os espírito-santenses presos ao litoral. Percorrendo o território no final do período colonial a partir do norte, constata-se apenas a existência das vilas de Conceição da Barra, São Mateus, Linhares (no baixo rio Doce), Santa Cruz, Nova Almeida e Serra. Ao sul de Vitória, então uma pequena “vila do açúcar”, existiam Viana, Vila Velha, Guarapari, Benevente (depois Anchieta), e Itapemirim.

Como evidente, o Espírito Santo se constituiu numa unidade do Império brasileiro por ter sobrevivido às vicissitudes do Antigo Sistema Colonial da Época Mercantilista. A capitania deixou como herança para a província do Espírito Santo uma imensidão de terras não colonizadas. Para a mentalidade da época elas eram consideradas desabitadas, já que os remanescentes de seus habitantes originais eram tidos como mero estorvo, que deveria ser neutralizado. Não que esse território espírito-santense fosse inteiramente desconhecido – durante a Colônia, muitas foram as expedições exploratórias, as entradas e, sobretudo, os deslocamentos de populações indígenas inteiras (os “descimentos” jesuíticos). Por isso é que essas terras podiam ser consideradas “devolutas” nos inícios do século XIX. A julgar pelos relatos de autoridades e viajantes, a província do Espírito Santo estava nessa época em grande pobreza, com sua produção de açúcar em plena decadência.

Nas primeiras décadas do Brasil como nação politicamente independente, a ocupação do território capixaba continuava a se restringir à estreita faixa litorânea. Somente a cafeicultura ensejará a ocupação econômica e territorial em parte do interior da província do Espírito Santo. A penetração pelos vales dos rios Itabapoana e Itapemirim, que já tinha se iniciado timidamente no período colonial, se expande a partir dos anos de 1840 e 1850 com as lavouras cafeeiras. E quem eram essas pessoas que aqui chegavam, atraídas por novas terras para plantar café? Fazendeiros vindos de São Paulo, como o futuro barão de Itapemirim, e de Minas Gerais, a exemplo de Manoel Esteves de Lima, que em 1820 organizou “uma expedição integrada por alguns senhores, acompanhados de seus escravos, vários libertos e alguns índios, 72 pessoas no total”. As correntes migratórias mais relevantes desse período (1830-1870) tiveram origem em Minas Gerais e na então

província do Rio de Janeiro (neste caso, oriunda do médio Paraíba), e vão ocupando as terras nas bacias do Itabapoana e Itapemirim. Nem sempre eram fazendeiros trazendo sua escravaria e seus bens; posseiros participaram desse processo, pois “mineiros e fluminenses pobres também foram atraídos pelas terras devolutas da nova região do café”.⁵⁶

A segunda metade do século XIX assiste também à ocupação de terras na região central da província – que correspondia à hinterlândia de Vitória –, com a criação das colônias de imigrantes em Santa Isabel (1847) e Santa Leopoldina (1857), em terrenos de maior altitude, mais secos e inférteis se comparados aos do sul, e levando-se em consideração as condições da agricultura à época. Entre a região central e o vale do Itapemirim, a colônia do Rio Novo foi instalada a partir de 1854; primeiro como iniciativa particular para destinação de capitais desmobilizados ao término do tráfico negreiro, e depois, com o fracasso do empreendimento, como colônia encampada pelo governo imperial. Era grande a extensão da colônia do Rio Novo, tendo mais tarde se expandido para o interior, em direção a Castelo.

À semelhança dos vales dos rios Itapemirim e Itabapoana, também existiam fazendas ao redor de Vitória e da Serra que empregavam escravos na produção cafeeira. Também a ocupação da extensa bacia do rio São Mateus, no extremo norte da província, deveu-se à presença de escravos, mas nessa região e nesse período a produção cafeeira não suplantou em termos econômicos a de farinha de mandioca e a extração de madeira.

Ao tempo da Abolição, ainda existiam muitas terras não colonizadas no Espírito Santo – a expansão da sua cafeicultura foi muito mais lenta do que no Oeste paulista, que se deu no mesmo período, devido ao encarecimento da mão-de-obra escrava, à falta de crédito para aumento das lavouras, à ausência de infra-estrutura. Enfim, “a província não tinha estradas nem portos aparelhados, não possuía um sistema comercial e financeiro desenvolvido, não dispunha de capital local suficiente, nem podia competir com São Paulo na atração de capitais externos”, como bem salienta Nara Saletto.⁵⁷

⁵⁶ SALETTO, Nara. *Transição para o trabalho livre e pequena propriedade no Espírito Santo (1888-1930)*. Vitória: Edufes, 1996a. p. 30.

⁵⁷ Ibid., p. 113.

A crise econômica que se seguiu à Abolição fez com que diversas fazendas cafeeiras do sul fossem divididas em lotes, que eram vendidos a brasileiros e imigrantes. Assim, no início do século XX, existiam no vale do Itabapoana grandes fazendas de café e no vale do Itapemirim, além de vastas propriedades cafeeiras, uma importante área de terras com pequenas e médias propriedades, que resultaram não somente dessa divisão de antigas fazendas, mas da própria existência dos lotes coloniais e, sobretudo, das posses. O pólo centralizador da atividade econômica no sul era Cachoeiro de Itapemirim, que se comunicava com o Rio de Janeiro, primeiro por via fluvial e marítima, depois por estrada de ferro.

A outra área de produção cafeeira localizava-se na hinterlândia de Vitória, com predominância de pequenas e médias propriedades, a maioria oriunda das antigas colônias de imigrantes, mas também de iniciativas do governo para demarcar mais terras e cedê-las para uso produtivo, ou regularizar as posses. Ressalte-se que, no início do século passado, as regiões cafeeiras do sul e do centro comunicavam-se de maneira precária. Na região interiorana ao norte do rio Doce, a ocupação ainda era muito rarefeita.

Em meio às crises cíclicas da cafeicultura, ocorriam novas expansões da lavoura de café. A ocupação das terras nas regiões sul e centro do estado continuou a ser realizada por migrantes brasileiros (fluminenses, mineiros, nordestinos) e por imigrantes estrangeiros e seus descendentes em lotes pequenos e médios, explorados com mão-de-obra familiar. Nas fronteiras agrícolas, onde existiam muitas glebas não exploradas, as terras eram invadidas por posseiros – que depois podiam regularizá-las –, ou compradas, ou, ainda, requeridas ao estado por pessoas interessadas em formar fazendas, utilizando-se de meeiros e jornaleiros para o trabalho. Com a crise de 1897-1910, grandes propriedades foram divididas em lotes para venda a lavradores, que os exploravam utilizando a força de trabalho de suas famílias. Assim, não se configura exagero afirmar que “o Espírito Santo entrou no século XX, de um lado, com uma estrutura fundiária bastante descontinuada e, de outro, praticamente sem utilizar o trabalho assalariado”.⁵⁸

⁵⁸ MORANDI, Ângela et al. *Alguns aspectos do desenvolvimento econômico do Espírito Santo (1930-1970)*. Vitória: UFES/NEP, 1984. p. 9.

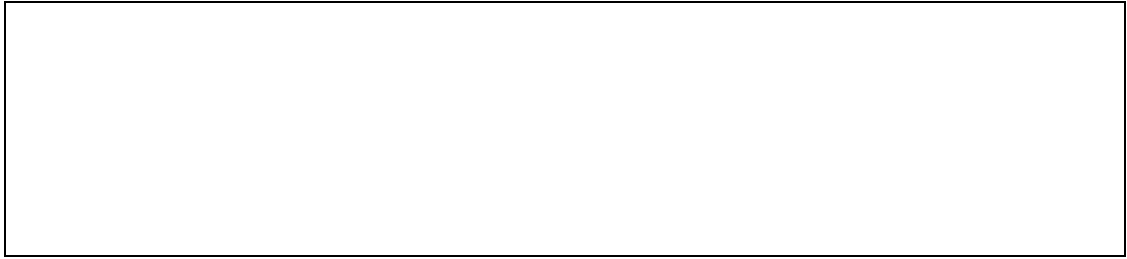
A década de 1920 vai se caracterizar, no plano econômico, pela alta nos preços do café e pela defesa destes preços pelo governo federal e estados interessados. Estes fatos levaram à ampliação das fronteiras agrícolas no estado, tanto nas áreas internas às propriedades como em terras novas, e possibilitaram que a administração estadual construísse estradas vicinais, ligando as regiões produtoras de café às estações ferroviárias, e erguesse pontes, com destaque para as levantadas sobre a baía de Vitória e o rio Doce em Colatina.

Em 1912 o governo Jerônimo Monteiro editou uma carta geográfica do estado que foi reimpressa em 1927, e era a que estava em vigor nos anos trinta, já que um novo mapa encomendado na administração Florentino Avidos teve que ser engavetado devido à qualidade deplorável dos dados geográficos colhidos.⁵⁹ Neste *Mapa do Estado do Espírito Santo de 1927*, o que mais chama a atenção é a expressão “TERRENOS DESCONHECIDOS” que cobre toda superfície que, *grosso modo*, abrange o noroeste do estado. Pode-se considerar, numa certa ousadia, que *no início do século XX* essa vasta região estava saindo de um *longuíssimo período colonial*, após as guerras contra os indígenas, travadas nas primeiras décadas do século XIX, e as sucessivas políticas indigenistas que ali iam sendo colocadas em prática. Ao longo dos anos vinte e trinta, com o esvaziamento desse vasto território das populações autóctones, cuidava-se de incrementar o seu povoamento, só que agora com “gente de verdade” – migrantes nacionais e descendentes de imigrantes que poderiam colonizar as terras em bases familiares para plantar café e dar retorno econômico à classe dominante e ao governo estadual.

Ao longo da década de 1920, com o incentivo do governo estadual, intensificou-se a corrente migratória em direção ao norte proveniente das regiões do sul e do centro do estado que estavam com o solo esgotado, ou não tinham mais terras a oferecer para novos ocupantes, destacando-se entre estes os herdeiros dos pequenos e médios proprietários originais.

⁵⁹ As informações são do engenheiro e geógrafo Cícero Moraes (1954, *passim*), que viveu nessa época.

MAPA POLÍTICO



Fonte

Em 1924 foi criada a Companhia Territorial com sede em Colatina (cuja presidência é entregue a Sílvio Avidos, filho de Florentino Avidos, então presidente do Estado) para lotear vastos trechos de mata inexplorada. Assim, ao norte do rio Doce, a ocupação das terras ainda estava acontecendo no período abrangido por este estudo. Demonstrar tal aspecto não é difícil, basta citar a fundação da Colônia de Água Branca em 1928, que abrigou imigrantes de origem polonesa.

O Mapa 1 (p. 48) nos dá uma idéia da conformação territorial do estado do Espírito Santo em 1940. A área atual do estado é de 45.597 km², menor do que se tivessem sido atendidas as pretensões que, nessa época, o governo capixaba possuía em relação à divisa noroeste com Minas Gerais. Mesmo assim, observa-se que o rio Doce separa a superfície estadual em duas partes praticamente iguais, ficando uma ao norte com 21.351 km² e a outra ao sul com 24.246 km².⁶⁰ Para o que interessa registrar aqui, devem-se notar no referido Mapa 1 (p. 48), elaborado a partir de dados de 1940, as particularidades da divisão política e administrativa do estado, e que estiveram em vigor na década de 1930. Na área ao norte do rio Doce (metade do estado) só existiam quatro municípios – Conceição da Barra, São Mateus, Colatina e Baixo Guandu (criado em 1935). Ficavam ao sul do rio Doce todos os demais 28 municípios capixabas e que integravam as chamadas regiões central e sulista do estado. Dessa forma, o próprio “corpo político” do estado expressava a importância relativa das suas diferentes regiões.

Segundo os dados do Quadro 1 (p. 51), o estado espírito-santense contava com cerca de 750.000 habitantes em 1939. A distribuição desse contingente populacional se fazia de modo irregular nas suas diferentes regiões, sendo que a maior densidade demográfica estava na região sul, em municípios como Mimoso do Sul, Guaçuí, Alegre, Castelo, Cachoeiro de Itapemirim, São José do Calçado e Muniz Freire. A região que se convencionou chamar de central – correspondente aos arredores e à hinterlândia de Vitória, como antes assinalado –, também possuía municípios, além da capital, com uma população expressiva, como a Serra, Cariacica, Domingos Martins, Santa Leopoldina, Santa Teresa, Itaguaçu e Afonso Cláudio.⁶¹ Ao se confrontarem as informações proporcionadas pela divisão administrativa do estado, e constantes no Mapa 1 (p. 48), com os dados

⁶⁰ MORAES, Cícero. *Geografia do Espírito Santo*. Vitória: Fundação Cultural do Espírito Santo, 1974. p. 73.

⁶¹ Na designação dos municípios foram utilizadas suas atuais denominações.

populacionais dos municípios espírito-santenses apresentados no Quadro 1 (p. 51), pode-se deduzir que a vasta região norte do estado, nestes anos vinte e trinta, constituía-se numa grande frente de expansão, que aos poucos se transforma em fronteira agrícola, e que se diferencia, em termos de divisão política, das áreas de ocupação antiga do Espírito Santo.

No que se refere à apropriação e uso da terra, contudo, se reproduzirá na região norte do estado a mesma prática adotada no sul, e assinalada por Nara Saletto para um período anterior:

A pequena propriedade não estava limitada aos núcleos coloniais ou aos imigrantes. O Estado nunca conseguiu impedir as “invasões”, e desenvolveu uma política que facilitava a legalização das posses por pessoas de recursos limitados que conseguissem integrar-se à produção mercantil, basicamente de café. O resultado foi o enfraquecimento das grandes fazendas, a expansão das pequenas e médias propriedades e o predomínio da pequena produção familiar, não apenas nas pequenas propriedades, mas também nas médias e grandes, como produção dos parceiros.⁶²

O “vazio” demográfico ao norte do rio Doce foi fabricado no decorrer do longuíssimo período colonial, e intensificado nos séculos XIX e XX, como já afirmado. A rarefação demográfica ainda era evidente ao final da década de 1930, na região ao norte do rio Doce, especialmente no noroeste do estado.

No período provincial e no começo do estadual, o escoamento da safra cafeeira do Espírito Santo era realizado pelas tropas de burro até os entrepostos comerciais que, em geral, ficavam no primeiro trecho encachoeirado dos rios – porto de Limeira no Itabapoana, Cachoeiro de Itapemirim no rio do mesmo nome, Alfredo Chaves no rio Benevente, Porto do Cachoeiro de Santa Leopoldina no rio Santa Maria da Vitória. De tais entrepostos o café era embarcado para a barra destes rios e de lá seguia para Vitória e, principalmente, para o Rio de Janeiro.

A presença das ferrovias mudará todo esse sistema de transporte. A primeira estrada de ferro construída no Espírito Santo data de 1886 e unia Cachoeiro do Itapemirim a algumas zonas produtoras de café nas terras altas do vale, como Castelo.

⁶² SALETTO, 1996a, p. 149.

Município	População	Superfície em Km²
Baixo Guandu	10.493	2.568
Colatina	27.036	7.680
Conceição da Barra	9.256	5.268
São Mateus	24.343	9.151
Subtotal da Região Norte	61.128	24.667
Afonso Cláudio	31.592	1.161
Alfredo Chaves	18.196	479
Anchieta	16.137	355
Aracruz (Santa Cruz)	23.109	1.081
Cariacica	20.209	231
Domingos Martins	24.683	1.647
Fundão	13.797	368
Guarapari	18.308	503
Ibiraçu (Pau Gigante)	18.837	590
Itaguaçu	19.476	860
Santa Leopoldina (Cachoeiro de)	30.382	1.325
Santa Teresa	30.723	793
Serra	11.379	316
Viana	14.878	207
Vila Velha (Espírito Santo)	10.239	201
Vitória	39.932	213
Subtotal da Região Centro	341.877	10.330
Alegre	53.546	655
Cachoeiro de Itapemirim	43.280	1.326
Castelo	34.129	1.180
Guaçuí (Siqueira Campos)	25.677	1.000
Iconha	17.612	224
Itapemirim	27.232	1.355
Iúna (Rio Pardo)	17.737	602
Mimoso do Sul (João Pessoa)	57.407	1.132
Muniz Freire	22.997	932
Muqui (São João do Muqui)	20.186	332
Rio Novo do Sul (Rio Novo)	12.536	595
São José do Calçado	25.669	389
Subtotal da Região Sul	358.008	9.722
TOTAL DO ESTADO	771.013	44.719

Quadro 1 – O estado e seus municípios em 31.12.1939.

Fonte: Boletim Estatístico do Espírito Santo – DEE, nov./dez. de 1940, n.º 5 e 6, para S. Ex^a o Sr. Major João Punaro Bley – “Dez anos depois”, apud MENDONÇA, C. V. *O êxtase autoritário...*

Nota: As denominações dos municípios na época estão entre parênteses. Para as mesmas parcelas informadas, os totais encontrados diferem dos que constam na fonte.

Em 1894 os trilhos da Estrada de Ferro Leopoldina entraram no território espírito-santense a partir de Santo Eduardo no estado do Rio de Janeiro e, no ano seguinte, cobrindo um percurso de 26 km, já tinham atingido as terras da fazenda Mimoso, então no município de São Pedro do Itabapoana. Depois de passar por Muqui e São Felipe (Marapé, atual Atílio Vivacqua), a ferrovia chega a Cachoeiro do Itapemirim em 1903.⁶³

De Vitória, o governo estadual começou a construção da Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo para Cachoeiro no mesmo ano de 1894, e o primeiro trecho, inaugurado em 1895, chegava até Viana. Em 1902, foi alcançada a metade do percurso em Engenheiro Reeve (atual Matilde), sempre passando por zonas produtoras de café. Em 1907 a estrada de ferro foi vendida pelo governo do estado à Leopoldina que, em 1910, concluiu a ligação com Cachoeiro do Itapemirim, inaugurada com a presença do presidente Nilo Peçanha.⁶⁴

Cachoeiro de Itapemirim se constituía num entroncamento ferroviário; além das linhas para o Rio de Janeiro e para Vitória, possuía outras para o litoral (até Barra do Itapemirim e Marataízes, ferrovia construída nos anos 20 pelo governo estadual), para Castelo, e uma ainda que, passando por Alegre e Guaçuí, chegava a Carangola, já em Minas Gerais (vide Mapa 2, p. 53).

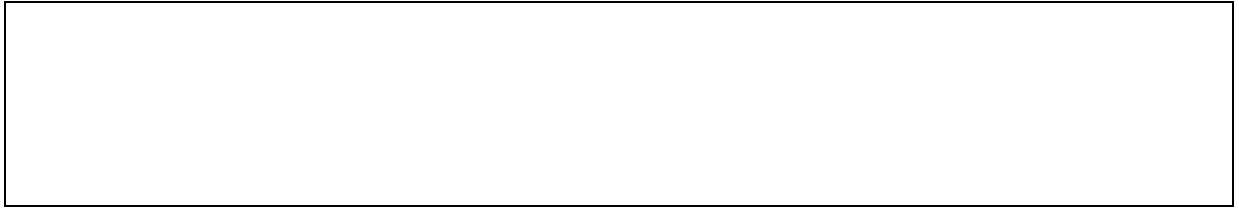
Colatina, onde o leito da Estrada de Ferro Vitória a Minas encontra pela primeira vez o leito do rio Doce, transformou-se em importante ponto de apoio para a conquista do noroeste do estado, desde que os trilhos ali chegaram em 1906. No ano seguinte já é sede do município de Linhares, que em 1921 passa a se chamar Colatina.

Em 1928 tem início, ao norte de Colatina, a implantação da Colônia de Águia Branca, mesmo ano em que é inaugurada a ponte Florentino Avidos sobre o rio Doce. Esta ponte foi projetada para servir à Estrada de Ferro São Mateus, que o governo do estado construiu no auge econômico dos anos 20, e que chegou a possuir uma linha operando de São Mateus a Nova Venécia, depois desativada.

⁶³ MORAES, Cícero. *Assim nasceram as cidades no Espírito Santo*. Vitória: IHGES, 1954.

⁶⁴ ROCHA, Haroldo Correa e COSSETTI, Maria da Penha. *Dinâmica cafeeira e constituição da indústria no Espírito Santo (1850-1930)*. Vitória: Coplan/IJSN/Geres/FCAA, 1983. p. 77-78.

MAPA FERROVIÁRIO



Fonte

Com a construção da ponte Florentino Avidos, é incrementada a ocupação do noroeste espírito-santense a partir de Colatina, que passa a ser uma cidade-ponte, para empregar uma terminologia cara aos geógrafos. Esse já era um projeto das elites político-econômicas da República Velha no Espírito Santo, e continuará a ser executado nos anos trinta. Enfatizamos o caso de Colatina por ser o mais importante na ocupação territorial daquela região. Mas, por onde passou a Estrada de Ferro Vitória a Minas, iniciada em 1903, ocorre a criação ou o desenvolvimento de muitos lugarejos e vilas (Fundão, Ibirapu, João Neiva, Itapina, Baixo Guandu, conforme sua denominação atual) e a convergência para as estações ferroviárias da produção de café e de madeira dos territórios circunvizinhos.⁶⁵

Ressalte-se que os trilhos da Vitória a Minas e da Leopoldina confluíam para Vitória, mas não se comunicavam, o que somente acontecerá na década de 1930.⁶⁶ Note-se também que, na Revolução de 1930, as duas colunas militares mais significativas vindas de Minas Gerais penetraram no Espírito Santo e o ocuparam em obediência ao traçado ferroviário daquele tempo.

No decorrer dos anos vinte, a maior parte do café capixaba – em especial a produção do sul do estado que até então era exportada pelo Rio de Janeiro – passa a ser embarcada pelo porto de Vitória, o mesmo ocorrendo com o café mineiro das zonas produtoras atingidas pela Estrada de Ferro Vitória a Minas.

Por conta do café e das ferrovias, ocorre o deslocamento do eixo sócio-econômico e político do litoral para o interior do estado no decurso da década de 1920, explicitado territorialmente na mudança das sedes municipais de Nova Almeida, Santa Cruz e Linhares (extenso trecho da costa capixaba) para, respectivamente, Fundão, Aracruz e Colatina, este último caso já mencionado. Ao sul de Vitória, a decadência dos também litorâneos municípios de Guarapari, Anchieta e Piúma contrasta com a ascensão de Domingos Martins, Alfredo Chaves, Iconha e Rio Novo do Sul. Já o declínio econômico do município de Itapemirim – que então compreendia todo o litoral do extremo sul capixaba – corresponde ao desenvolvimento de Cachoeiro, Castelo, Alegre, Muqui e Mimoso. As circunstâncias comuns a todos os municípios

⁶⁵ MORAES, 1954.

⁶⁶ TALLON, Miguel Depes e COSTA, Luciana Osório da. *O Espírito Santo na Revolução de Trinta*. Vitória: Assembléia Legislativa do Espírito Santo, 1980. p. 135.

são poucas e decisivas: as localidades decadentes quase não produziam café e utilizavam a navegação de cabotagem como principal meio de comunicação, enquanto que os novos e ricos municípios eram cafeicultores, e servidos por ferrovias, ou na sua proximidade.

De 1916 a 1920 é construída a primeira rodovia no estado – fazia a ligação de Santa Teresa a Santa Leopoldina, de onde o café era embarcado em grandes canoas que percorriam o rio Santa Maria da Vitória em demanda do porto vitorienense. As precárias rodovias que existiam no estado nos anos de 1920 eram estradas vicinais que punham em contato as regiões produtoras de café com as vilas e entrepostos comerciais que, em muitos casos, coincidiam com as estações ferroviárias. Já existiam eixos rodoviários ligando Cachoeiro, Muqui, Mimoso e Ponte do Itabapoana, no sul do estado, e, em direção ao norte, Vitória, Santa Leopoldina, Santa Teresa e Colatina, todos eles com tráfego precário.⁶⁷

Sabemos todos que é bem diferente da atual a conformação do território espírito-santense nos anos de 1920 e 1930. Não podemos ignorar o processo histórico por ele sofrido se quisermos equacionar, passadas mais de sete décadas, as questões sócio-econômicas e no plano político que então eram relevantes.

Naquele tempo, estavam na ordem do dia desde conflitos sobre posse de terras até lutas territoriais de maior alcance político, como as que envolviam as divisas com os estados vizinhos. Porque nem mesmo os limites precisos do estado capixaba achavam-se definidos nos anos de 1930. Continuavam pendentes problemas com a Bahia na divisa ao norte e, sobretudo, com Minas Gerais, na divisa a partir da margem esquerda do rio Doce. E essas eram polêmicas importantes num tempo espírito-santense em que simultaneamente se construíam uma sociedade e um território. Quer dizer, numa época onde existia “uma sociedade que tinha na construção do território forte elemento de identidade. Em função disso, deve-se considerar também o papel desempenhado pela formação territorial na armação da vida política do país [...]”, ou do estado, no caso presente. Assim, justifica-se a elaboração destas rápidas considerações sobre a formação territorial do Espírito Santo, levando-se em conta também que “a prática das transformações *pelo alto* –

⁶⁷ MORAES, 1954; TALLON e COSTA, 1980.

tão recorrente na história do Brasil – não raro buscou legitimação sustentando-se no argumento da necessidade de manutenção da *integridade territorial*”.⁶⁸

Como demonstrar a ocorrência de tal processo no Espírito Santo? Os exemplos poderiam se multiplicar. Escolhemos um indício altamente significativo da mentalidade reinante sobre este tema no estado:

O que vale é terminar a obra, que elles [os colonizadores] começaram. Como disse o Dr. Jorge Kafuri [secretário da Agricultura], esses que começaram o povoamento do nosso sólo, eram seres desarmados á frente do que hoje somos. Temos a technica de tudo. A luta já não será tão grande. Levemos avante o que foi iniciado. Trabalhemos pelo desenvolvimento do nosso Estado. Si muito não pudermos fazer, ao menos façamos isto: risquemos do mappa de nossa terra, aquella facha de letras que cobre cerca de 2/5 do seu território e significa: TERRENOS DESCONHECIDOS.

Sim. Porque é, até de certo modo acabrunhador que, em quatro seculos de civilização, de povoamento e de exploração do solo espiritosantense, de dimensões tão pequenas, ainda haja terrenos ignorados de nós...

E é mais do que isto: é uma injuria á memoria dos gigantes que iniciaram a desbravação dos sertões capichabas...

Este é o fecho do editorial escrito pelo jornalista Alvimar Silva e estampado na revista *Vida Capichaba* por ocasião das comemorações do seu “4º Centenário da Colonização do Solo Espírito-santense” em maio de 1935. O periódico era lido pela elite pensante capixaba e por pessoas que nos dias de hoje seriam denominadas de formadores de opinião.⁶⁹ Nos anos de 1930, incorporar os vastos “Terrenos Desconhecidos” à vida econômico-social do estado do Espírito Santo era quase uma idéia fixa para a elite capixaba, a ponto dessa “marcha para o Norte” garantir o futuro estadual, representar uma vergonha para aquele presente caso não fosse compreendida, e servir como resgate da memória dos antepassados.

⁶⁸ MORAES, 2000, p. 24.

⁶⁹ VIDA CAPICHABA, ano XIII, nº 387, 30 maio 1935.

2.2 Formação sócio-econômica

As formações sócio-econômica e territorial do estado não estão dissociadas, como evidente, e aqui elas são apresentadas separadamente como mero recurso de exposição.

1853 é uma data precisa na história econômica do Espírito Santo, quando a produção do café suplantou, em rendimento, a açucareira. O açúcar criou o Espírito Santo, mas não o desenvolveu. Foi preciso esperar a chegada da lavoura cafeeira para que as terras no interior fossem exploradas, como já visto. A partir da segunda metade do século XIX, o ouro verde passa a ocupar uma presença central na vida econômica espírito-santense, e só vai deixá-la nos anos de 1960. Durante todo este século, a economia regional teve por base a cafeicultura. Nunca conseguiram igualar-se a ela, em termos financeiros, as demais atividades econômicas, representadas pela exploração madeireira, pela pecuária, pela cultura do cacau e outras menores.

Já vimos, também, que a expansão do café se inicia nas primeiras décadas do século XIX pelo sul do Espírito Santo e pela área de colonização antiga ao redor de Vitória, avançando depois para a região serrana central. E que o sul e o centro da província se constituíam em duas zonas cafeeiras distintas que quase não se comunicavam. Essa realidade continuará nos primeiros anos da República Velha.

À medida que a presença das estradas de ferro se consolida no território estadual e atinge regiões cafeeiras no Espírito Santo e em Minas Gerais, assistimos à convergência para Vitória do café a ser exportado, com todas as repercussões econômicas que tal atividade suscitava.

Apesar de a economia estar quase toda voltada para a produção do café, sobravam espaços para a agricultura de sustentação – definida como uma agricultura que produz artigos de subsistência e cujos excedentes também são comercializados, caso do milho, arroz, feijão, etc. Note-se também que, durante as quatro primeiras décadas do século XX, foram mantidas as produções, originadas da época colonial, de açúcar no baixo Itapemirim e de farinha de mandioca no vale do São Mateus,

para fornecimento ao mercado interno do estado e a outras regiões brasileiras. Assim, não se pode falar em monocultura do café para o caso do Espírito Santo nessa época. Existia uma policultura, mas o café era o produto mercantil por excelência e se constituía no principal sustentáculo econômico do estado.⁷⁰

O intrincado processo de substituição da mão-de-obra escrava pela livre no Espírito Santo já se encontra bem estabelecido na historiografia.⁷¹ Ele nos oferece pistas para pensar as relações de trabalho que foram construídas e se reproduziram no território capixaba. No início do cultivo do café em solo espírito-santense, a relação de trabalho mais empregada foi a escravista, herança do Antigo Sistema Colonial, nele formando um tripé com o “exclusivo” comercial e a dominação política da colônia pela metrópole. Deste tripé só restou o escravismo moderno, já que os outros elementos estruturantes foram abolidos no processo da independência política do Brasil. No começo do século XIX, o contingente de escravos no Espírito Santo, relativamente expressivo segundo registro de Nara Saletto, era integrado pela mão-de-obra oriunda das plantações decadentes de açúcar, e pelos cativos utilizados em larga escala na região norte da província para a fabricação da farinha de mandioca. Na expansão da lavoura cafeeira, aquele contingente cresce, lenta mas sensivelmente, mesmo depois que, cessado o tráfico negreiro, aumentou o preço do escravo.⁷²

As políticas desenvolvidas pelo governo imperial e pela administração da província já se encaminhavam, de há muito, no sentido de promover a solução imigratória para a progressiva escassez de mão-de-obra escrava. Assim, tais políticas vão incentivar a abertura de novas terras para a exploração do café em pequenas propriedades no centro e no sul capixaba. É exemplar, nesse aspecto, a visita que D. Pedro II faz ao Espírito Santo em janeiro de 1860. Demora-se uns quinze dias, e seu interesse maior consiste em conhecer as terras não colonizadas e as recém-fundadas colônias de imigrantes. Percorre trechos da província até Linhares, um grande “vazio” demográfico pela ótica de então, e as colônias de Santa Leopoldina (nome de sua

⁷⁰ BUFFON, José Antônio. *O café e a urbanização no Espírito Santo: aspectos econômicos e demográficos de uma agricultura familiar*. Campinas, 1992. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas / Instituto de Economia, 1992.

⁷¹ Cf. ALMADA, Vilma P. Ferreira de. *Escravidão e transição: o Espírito Santo (1850-1888)*. Rio de Janeiro: Graal, 1984; ROCHA e COSSETTI, 1983; SALETTO, 1996a; SALETTO, Nara. *Trabalhadores nacionais e imigrantes no mercado de trabalho do Espírito Santo (1888-1930)*. Vitória: Edufes, 1996b; ROCHA, Gilda. *Imigração estrangeira no Espírito Santo (1847-1896)*. Vitória: [s.n.], 2000.

⁷² SALETTO, 1996a.

mãe e de uma filha), Santa Isabel (nome da sua filha mais velha), e Rio Novo. Por ocasião dessa última visita, num gesto pleno de significado, não passa pela propriedade do velho e rico barão de Itapemirim (o que seria para o imperador mais uma visita a grande fazenda cafeeira) para priorizar o contato com os colonos do Rio Novo. Quer dizer, o “moderno” era a mão-de-obra imigrante e não o trabalho escravo.

Essa política de substituição da mão-de-obra escrava pela do imigrante foi tão deliberada no Espírito Santo, como em outros lugares do Brasil. Para melhor entendê-la em suas peculiaridades, estabeleçamos um termo comparativo. Em São Paulo, por exemplo, o fluxo da corrente imigratória direciona-se para dentro das grandes fazendas cafeeiras, enquanto no Espírito Santo grande parte desse fluxo destina-se aos núcleos coloniais. Em São Paulo predomina o colonato, no Espírito Santo a parceria, ambas formas de exploração do trabalho livre – no entanto, familiar e não assalariado –, lembrando que os trabalhadores paulistas começam a existir numa geração anterior aos espírito-santenses. Tanto num estado como noutro, foram criados óbices para a posse da terra pelos libertos. Enquanto que em São Paulo o imigrante e seus descendentes vão sendo progressivamente assalariados, no Espírito Santo eles se transformam em pequenos e médios proprietários, na sua ampla maioria. O acesso à terra proporcionado ao trabalhador imigrante é que fez toda a diferença na variante capixaba. Também muitos “nacionais” obtiveram áreas para plantio, geralmente por meio da posse e nos mesmos termos daqueles permitidos aos estrangeiros – em pequenas e médias propriedades e com o uso de mão-de-obra familiar.

Deve-se consignar que depois da Abolição a falta de mão-de-obra na lavoura foi séria. E, como até os anos de 1950 o estado capixaba possuía em seu interior uma fronteira agrícola, existia certa facilidade de acesso à terra por parte do trabalhador rural. Essas circunstâncias, aliadas à baixa capitalização da economia, concorrem para a presença marcante do colonato e da parceria no mundo das relações de trabalho no Espírito Santo.

A meação é uma forma de parceria em que a metade da produção fica com o trabalhador e a outra metade vai para o dono da terra. Foi muito comum o seu emprego no estado como relação de trabalho na produção cafeeira. Em outros

lugares existiu a terça e a meação, tanto para a produção do café como para outros produtos como o milho e o feijão. No Espírito Santo, o meeiro só dividia o café, ficando com o resultado do seu trabalho nos roçados de lavoura branca que fazia.⁷³

O processo histórico por que passou o Espírito Santo e que deu origem a suas características culturais explica a ascensão social dos descendentes de imigrantes. Eles passaram por grandes dificuldades, mas, por serem proprietários de terra, por explorarem um produto destinado à exportação e, assim, terem acesso a certas facilidades creditícias, e pela coesão familiar que lhes foi permitida, prosperaram na segunda e terceira gerações e conquistaram maior visibilidade social. Já os brasileiros pobres, sobretudo os afro-descendentes, não tiveram a mesma chance, embora alguns deles também ascendessem socialmente.⁷⁴

Esse privilégio concedido ao imigrante europeu refletiu-se até na atual composição étnica espírito-santense. Aqui devemos recorrer a uma paráfrase. No último quartel do século XVIII, e nos limites do Antigo Sistema Colonial da Época Mercantilista, o lucrativo tráfico de africanos possibilitou que, no Maranhão, se explorasse extensamente a cultura algodoeira, cujo produto encontrava mercado certo na nascente indústria têxtil inglesa. Essa circunstância levou Caio Prado Júnior a afirmar que “o algodão, apesar de branco, tornará preto o Maranhão”. A frase fecha uma nota de rodapé: “Não é somente economicamente que [o Maranhão] se transforma. Com o algodão vieram os escravos africanos – ou vice-versa, preferivelmente –; modifica-se a feição étnica da região, até então composta na sua quase totalidade, salvo a minoria de colonos brancos, de índios e seus derivados mestiços. O algodão, apesar de branco, tornará preto o Maranhão”.⁷⁵ Claro que o processo histórico ora enfocado se deu de forma diferente. Quando, na segunda metade do século XIX, ocorre a expansão da lavoura cafeeira em terras espírito-santenses, a forte presença dos imigrantes de origem européia esteve associada ao declínio do escravismo no país. O café preto fez branco o Espírito Santo.

Com esta constatação busca-se ressaltar duas ocorrências na história espírito-santense: a primeira prende-se ao fato de os imigrantes europeus aqui chegados

⁷³ SALETTO, 1996a; SALETTO, 1996b. *passim*.

⁷⁴ SALETTO, Nara. Sobre a composição étnica da população capixaba. In: *Dimensões – Revista de História da UFES*, nº 11. Vitória: UFES; CCHN, jul. dez. 2000, p. 99-109.

⁷⁵ PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 1965. p. 84.

terem por destino, em sua esmagadora maioria, as lavouras de café, geralmente como pequenos proprietários ou meeiros. A segunda ocorrência consiste em que o contingente populacional originado dos imigrantes europeus possui um peso considerável no processo de miscigenação por que ainda passa a população espírito-santense, processo no qual a presença de descendentes dos povos indígenas e africanos sempre foi e é muito grande.⁷⁶

De qualquer sorte, deve-se ter presente que, de forma constante, a produção cafeeira capixaba sempre foi pequena, se comparada ao conjunto do país, e fornecia ao mercado café de qualidade inferior ao de outros lugares. Os fazendeiros utilizavam pouco capital e este pouco era investido em pequenas melhorias nas propriedades. As transações comerciais eram todas feitas com a praça do Rio de Janeiro, no que diz respeito ao café do sul espírito-santense, que durante muitos anos foi a região que produziu esse artigo em maior quantidade. Pouco capital, comércio local fraco, o que restava ao Espírito Santo se não buscar soluções próprias para atender aos seus problemas? Esta busca teve que levar em consideração três variáveis econômicas – abundância de terras, carência de mão-de-obra e presença restrita de capital.

A quantidade de terras, herança do período colonial como já vimos, significava que o trabalhador podia ter acesso a elas de forma mais fácil do que em outras regiões, o que aumentava o seu poder de barganha frente ao contratador do trabalho – o fazendeiro. A isso se aliava a circunstância de que havia falta de trabalhadores, o que também ocasionava a valorização da força de trabalho existente. Já a escassez de capital comercial se explica pelo fato de que ele se acumulava fora do circuito econômico espírito-santense, dificultando assim sua disponibilidade no estado.

A combinação dessas três variáveis levou a uma formação econômica e social em que o café era produzido para o mercado externo, em seu maior volume nas pequenas e médias propriedades, empregando a mão-de-obra familiar e a meação, este tipo de parceria também se fazendo presente de forma majoritária, após a Abolição, nas grandes propriedades. *No período da República Velha, não existe nada igual a essa formação sócio-econômica espírito-santense.* Ela é atípica se

⁷⁶ Cf. ALMADA, 1984; SALETTO, 1996a; ROCHA, 2000. Nara Saletto chama atenção para esta segunda ocorrência no ensaio *Sobre a composição étnica da população capixaba* (SALETTO, 2000, p. 99-109).

considerarmos que, no processo de colonização pela pequena propriedade, outras regiões brasileiras não exportavam o que produziam. Tal formação, antes meramente esboçada, estava em pleno vigor no período do nosso interesse.

As grandes áreas de povoamento no Espírito Santo já foram vistas no item da formação territorial. Interessa focalizar agora a dinâmica do processo. Conforme registro de Warren Dean, a ocupação do solo, também no caso espírito-santense, foi feita “a ferro e fogo”. Existia um padrão “clássico”. As terras eram ocupadas e, se estivessem perto de uma linha ferroviária ou de um grande curso d’água, a madeira de lei nelas contida era extraída e, geralmente em toros, transportada para os mercados do Rio de Janeiro, e mesmo para o exterior. Caso contrário, essa madeira era simplesmente queimada. Nas grandes e médias propriedades havia uma exploração agrícola associada – a madeira nobre era extraída, queimavam-se os terrenos, plantava-se café, em geral de forma intercalada com outras culturas, o milho e o feijão, por exemplo. Era uma exploração extensiva e predatória e que, como nas *plantations*, sempre demandava mais terras, mesmo sendo realizada em pequenas e médias propriedades. Não devemos, no entanto, “naturalizar” esta questão ao atribuir a causas naturais (esgotamento do solo, falta de terras, etc.) a exclusividade de sua explicação.⁷⁷

Foi o capital comercial que levou a cafeicultura espírito-santense a se organizar em pequenas e médias propriedades e com o uso da mão-de-obra predominantemente familiar, e a reproduzir este quadro econômico e social. Advirta-se logo que se está tratando do pequeno e do médio capital comercial, que geralmente é local. Como já assinalado, esse tipo de capital não possui condições de acumular excedentes que permitam sua reprodução endógena. Ele se acumula na superexploração do excedente da pequena propriedade e estimula a sua reprodução enquanto pequena propriedade, não dando margem para que ela possa expandir sua área, aumentar e concentrar sua produção, ou se desenvolver tecnicamente. Assim, as famílias de pequenos e médios proprietários necessitavam ocupar novas terras, em busca de reproduzir as condições de trabalho semelhantes àsquelas a que tinham se acostumado, e das quais o capital comercial dependia para manter sua circularidade. Em outros termos: o capital comercial no estado do Espírito Santo é

⁷⁷ DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. Tradução Cid Knipel Moreira; revisão técnica José Augusto Drummond. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. passim.

um aliado das pequenas propriedades, porque vive do que elas produzem. Assim, este capital estava empenhado na manutenção e expansão da pequena propriedade produtora de café, com o emprego da mão-de-obra predominantemente familiar.⁷⁸

Um exemplo concreto desse processo histórico comandado pelo capital comercial, e que, inclusive, teve reflexos no próprio território capixaba, como antes assinalado, é a corrente migratória do sul e do centro do Espírito Santo em direção a Colatina e às terras ao norte do rio Doce, que se iniciou nos primeiros anos do século XX e estava no auge nos anos vinte e trinta. Essa foi a primeira migração interna acontecida no estado, pois os fluxos migratórios, que no século XIX demandaram o território capixaba, eram compostos por mineiros, fluminenses ou imigrantes, como é conhecido. As pessoas que participaram desse processo de colonização no norte do rio Doce eram originárias, em sua grande maioria, das regiões sul e central do estado, que para os efeitos do presente estudo estão contidas na área ao sul desse rio.⁷⁹ A noção da dinâmica dessa população também nos é oferecida por Sinésio Ferreira que fala de um deslocamento rural-rural, das regiões de colonização mais antiga rumo à ocupação de terras ao norte do estado.⁸⁰

Em todo o período, predominavam no Espírito Santo pessoas residentes nas áreas rurais, já que as poucas cidades eram pequenas. Na década de 1920, por exemplo, Vitória possuía cerca de vinte mil habitantes, aumentados para trinta mil na década seguinte. A população espírito-santense era composta de descendentes de índios e de africanos, de migrantes vindos de outros estados (especialmente Minas Gerais, Rio de Janeiro e do Nordeste), de imigrantes alemães, italianos, portugueses, libaneses, etc. e de seus descendentes.⁸¹

Convém frisar algumas características já tratadas antes: essa população constituía-se, em sua maioria, de pequenos e médios proprietários, também chamados de colonos ou sitiantes, que utilizavam a mão-de-obra familiar. A meação era muito comum nas grandes e médias propriedades, e mesmo entre parentes (um cunhado meeiro do outro, um filho meeiro do pai). Existiam ainda os trabalhadores a jornal (os

⁷⁸ SALETTO, 1996a.

⁷⁹ BUFFON, 1992, p. 150.

⁸⁰ FERREIRA, Sinésio Pires. *Espírito Santo: dinâmica cafeeira e integração no mercado nacional (1840-1960)*. Rio de Janeiro, 1987. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro / Instituto de Economia Industrial, 1987.

⁸¹ Consultar, a propósito, SALETTO, 2000.

jornaleiros), sobretudo nas épocas de colheita.⁸² Mesmo na região sul, onde havia grandes propriedades, muitas terras estavam em mãos de pequenos proprietários (posseiros), em áreas fora do predomínio da imigração. Na região central e em parte do sul as terras estavam mais divididas, devido à existência dos antigos núcleos coloniais.

Se na República Velha e nos anos trinta havia uma distribuição desigual da população pelo território espírito-santense, com peso maior nas regiões do sul e do centro, era também desigual a sua estratificação. A estrutura social capixaba estava dividida em duas classes antagônicas. Para se qualificar classe social o critério é a relação dos seus componentes com os meios de produção, mas não somente. Existe classe social sempre que seus vínculos “com as relações de produção, o lugar no processo de produção, se reflete sobre os outros níveis por efeitos pertinentes”, definidos estes últimos como elementos novos que “podem ser referenciados tanto nas estruturas políticas e ideológicas como nas relações sociais, políticas e ideológicas de classe”.⁸³

Assim, uma dessas classes sociais, a dominante, era composta por grandes proprietários de terra, os fazendeiros, e por comerciantes e exportadores de café, estes últimos se constituindo na sua fração hegemônica. Essa classe dominante exercia o poder político e se confundia com a oligarquia que alguns partidários da Revolução de 1930 julgavam ingenuamente que iriam destruir num passe de mágica.

As oligarquias espírito-santenses na República Velha eram hegemônicas pelo capital comercial, e seus integrantes não podiam rivalizar em número e poderio econômico com os de São Paulo, por exemplo. Neste estado, quem comandava suas oligarquias, integradas pelos grandes fazendeiros, comerciantes de café, exportadores e donos de estrada de ferro, era o setor financeiro ou bancário, ou seja, o capital cafeeiro presente em todas essas atividades econômicas.

No outro extremo da estrutura social capixaba, havia a classe subalterna, formada pelos trabalhadores rurais avulsos (jornaleiros) e pelos meeiros. Deve-se registrar

⁸² SALETTO, 1996a.

⁸³ POULANTZAS, Nicos. *Poder político e classes sociais*. Trad. Francisco Silva. São Paulo: Martins Fontes, 1977. p. 76.

também a presença, nessa classe despossuída, de operários nas poucas fábricas, e de trabalhadores como ferroviários e estivadores.

Entre essas classes sociais antagônicas existia uma classe média composta de pequenos comerciantes, funcionários civis e militares, além de, no campo, haver uma quantidade expressiva de pequenos proprietários de terra, tanto brasileiros como imigrantes e seus descendentes. Ou seja, abaixo da classe dominante não há um vazio social – existem os pequenos e médios proprietários, imigrantes ou não, também chamados de sitiantes e colonos, e os posseiros. A posse da terra é bastante garantida no Espírito Santo. Detecta-se a presença de posseiros, que depois vão regularizar suas pequenas propriedades, em áreas não atingidas pelos núcleos coloniais (no sul, em volta de Vitória) e mesmo antes da imigração. Estes posseiros e pequenos proprietários brasileiros eram muito explorados; não se constituíam numa camada social rica, mas alguns de seus membros ascenderão socialmente mais tarde, assim como a segunda e terceira gerações dos imigrantes.⁸⁴ Dessa forma, a contradição entre o capital (fazendeiros e comerciantes de café) e o trabalho (jornaleiros e meeiros) pode ser tomada como a contradição fundamental existente no interior do bloco histórico no período que interessa ao nosso estudo. Contudo, tal contradição não se encontrava explicitada politicamente nessa época.

Vejamos, em linhas gerais, o dinamismo econômico dessa hierarquia social. No Espírito Santo, a cadeia de comercialização do café estava assim distribuída, de baixo para cima: o vendeiro, que compra o café das famílias produtoras (e cuja função vai desaparecendo com a construção de estradas vicinais unindo os locais produtores às estações de estrada de ferro); os pequenos e médios compradores de café do interior (de Santa Leopoldina, por exemplo) que recebem o produto dos vendeiros e o despacham para comerciantes e exportadores sediados em Vitória, aos quais os fazendeiros se vinculavam de forma direta. Se no início do século XX a maioria dos exportadores existente no Espírito Santo era representada por casas comerciais estrangeiras, ao longo da década de 1920 nota-se a presença entre eles de casas comerciais com sede no estado e cujos proprietários já tinham

⁸⁴ SALETTO, 1996a; SALETTO, 1996b.

nacionalidade brasileira, ou eram descendentes de portugueses e italianos, como demonstrado por Campos Júnior.⁸⁵

Em quase toda a década de 1920 o estado do Espírito Santo atravessou uma fase de prosperidade econômica e de importantes realizações governamentais por conta dos preços elevados do café, então a principal fonte de riqueza estadual. A produção passa de um milhão de sacas anuais – terceiro lugar no país, depois de São Paulo e Minas Gerais. A crise de 1929, um dos fatores para a ruptura institucional que ocorreu na vida política brasileira, afetou o estado capixaba até 1933, já que a partir deste ano ocorre uma reação nacional para a valorização do café, e no restante da década as exportações do produto mantiveram-se constantes, fato que contribuiu para atenuar a crise econômica.⁸⁶ Como o café produzido no estado era de qualidade inferior, muitas vezes ele era comprado pelos produtores de outros estados para ser destruído na chamada quota de sacrifício. Segundo Jurandir Pires Ferreira, presidente do IBGE em 1953, “o café do Espírito Santo nunca foi de boa qualidade, sendo mesmo, nos períodos em que se exigia a quota de sacrifício, adquirido por lavradores de São Paulo e de Minas Gerais para oferecerem à queima”.⁸⁷ A essa circunstância acrescenta-se uma outra também ligada à condição e ao preço do café capixaba – ele era comprado por outros estados para consumo no mercado interno brasileiro.⁸⁸ A recessão no Espírito Santo não foi muito inclemente como em outros lugares do Brasil devido à sua agricultura ser de base familiar, bastando comprimir ainda mais as despesas do núcleo produtivo (a família) para que houvesse uma sobrevida econômica maior, à espera de melhores dias.

Força é concordar com Buffon quando afirma que “diante de todas estas considerações não representa retórica considerar a década de trinta ‘um marco importante (...), talvez menos pelo que ocorreu no Espírito Santo e mais pelo que não ocorreu’. Ou seja, a crise de 1929 e o desenvolvimento do processo de integração no mercado nacional não representaram qualquer descontinuidade na evolução econômica do estado”.⁸⁹ Realmente, à medida que os preços do café encontram sustentação ao longo da década de 1930 novas áreas são conquistadas

⁸⁵ CAMPOS JÚNIOR, Carlos Teixeira de. *A construção da cidade: formas de produção imobiliária em Vitória*. Vitória: Florecultura, 2002. p. 42-43.

⁸⁶ FERREIRA, 1987, p. 114-116.

⁸⁷ IBGE. *Enciclopédia dos municípios brasileiros*. Rio de Janeiro, 1959, v. 22, p. 13. Apud BUFFON, 1992, p. 159.

⁸⁸ FERREIRA, 1987, p. 115.

⁸⁹ Cf. BUFFON, 1992, p. 171-172, citando MORANDI *et al.*, p. 4.

por essa cultura, novas lavouras são formadas e o comércio cafeeiro ganha impulso regional.

Então, podemos considerar que os binômios café e ferrovias de um lado, e capital comercial e produção familiar de outro, moldaram, respectivamente, a formação territorial e a formação sócio-econômica existentes no estado do Espírito Santo dos anos de 1930.

Mesmo sem aprofundar algumas questões, consideramos importante situar historicamente a formação do território, da economia e da sociedade espírito-santenses. Aqui cabe citar Carlos Nelson Coutinho:

Como seria de prever, é também a partir do 'ponto focal' da práxis política que Gramsci elabora suas reflexões especificamente filosóficas, que ocupam grande parte dos *Cadernos*. E esse 'politicismo' lhe permite, por um lado, chegar a uma teoria fecunda sobre o caráter ontológico da consciência e sobre seu papel na vida social, leva-o também, por outro lado, a cair em algumas posições idealistas quando aborda certas questões filosóficas específicas. Esse idealismo se manifesta em determinadas observações de Gramsci que envolvem questões de teoria do conhecimento (de gnosiologia), assim como de ontologia da natureza sem atingir essencialmente, porém, suas considerações ontológico-sociais.⁹⁰

Essa foi a maneira que consideramos válida para nos precavermos contra o idealismo de Gramsci, presente em algumas de suas posições filosóficas e, ao mesmo tempo, evitar o economicismo e o mecanicismo, próprios de um marxismo vulgar.

⁹⁰ COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. p. 102.

3 A REVOLUÇÃO DE 1930 NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Para melhor situarmos historicamente os acontecimentos políticos que se desenvolveram no estado do Espírito Santo durante o período de 1930 a 1937, é necessário um exame, mesmo que rápido, de como se apresentavam as conjunturas políticas no mundo e no Brasil. A análise dessas conjunturas, por sua vez, é facultada se lançamos um olhar mais abrangente sobre os fatores que concorreram para sua formação. Quer dizer, na história política, a compreensão do conjuntural costuma ser facilitada se iniciamos seu estudo pelo entendimento das grandes linhas, numa perspectiva de longa duração.

Difícilmente encontraríamos respostas cabais e sucintas para inúmeras indagações sobre a política mundial e brasileira dos anos trinta; nem é o que se propõe o presente estudo. As rápidas considerações que faremos sobre algumas dessas questões de fundo têm por objetivo evitar que conjuntos de fatos empíricos se apresentem desconectados uns dos outros, ou que fiquem sem uma adequada contextualização histórica.

3.1 “Prevaleceram não os passos do *charleston*, mas os passos de ganso”

De forma a não refazermos caminhos já trilhados, extraímos parte da argumentação teórica apresentada neste e no próximo item, fazendo as devidas adaptações, do estudo intitulado *O liberalismo como ideologia do sistema mundial moderno (1789-1989)* que apresentamos na disciplina “Fundamentos da História Social das Relações Políticas” do Programa de Pós-graduação em História da UFES, e que já se encontra publicado.⁹¹

Quando se faz alguma referência ao Antigo Regime, mesmo para leigos no tema, é comum se associar esta expressão ao mundo da aristocracia em decadência. De

⁹¹ ACHIAMÉ, Fernando e SANTOS NEVES, Reinaldo (org.). *O reino conquistado: estudos em homenagem a Renato Pacheco*. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 2003. p. 83-112.

modo menos freqüente as pessoas se dão conta de que o Antigo Regime foi substituído pela Modernidade, na qual todos ainda estamos inseridos, e é definida por Immanuel Wallerstein como “a combinação de uma determinada realidade social com uma determinada *Weltanschauung*, ou visão de mundo”. Somente decorridos exatos duzentos anos da Revolução Francesa – quando da queda do muro de Berlim em 1989, considerada convencionalmente como o início da dissolução da URSS – é que a Modernidade foi contestada de forma conseqüente.⁹²

Como outros marcos históricos, esses também são simbólicos, construídos algum tempo depois que tiveram lugar os acontecimentos e para satisfazer exigências de natureza variada. Deve-se ressaltar que muitas das mudanças na política advindas da Revolução Francesa não se deram de forma abrupta; muitos autores acreditam mesmo que os valores políticos e culturais próprios da aristocracia conviveram em pé de igualdade com costumes burgueses até, pelo menos, a Primeira Guerra Mundial, e mesmo depois.

Segundo Wallerstein, as “ideologias, as ciências sociais e os movimentos anti-sistema” são formas engendradas para enfrentar a nova situação trazida pela Modernidade.⁹³ A ideologia, especificamente, consiste num “programa político para lidar com a Modernidade” e é, portanto, uma criação dela, incorrendo em anacronismo quem se referir à sua existência em épocas históricas anteriores ao século XVIII:

[...] as ideologias não eram necessárias nem possíveis antes da transformação da geocultura da economia capitalista internacional, provocada pela Revolução Francesa e o conseqüente período napoleônico. [...] É claro que os governantes [no Antigo Regime] eram contestados com freqüência, e até depostos, mas aqueles que os substituíam sempre pregavam a mesma crença na normalidade da estabilidade. [...] A convulsão desencadeada pela Revolução Francesa – convulsão sentida em toda a Europa e em outras regiões – transformou essa mentalidade. O povo tornara-se soberano. [...] todo tipo de mudança, inclusive a de natureza política, virara coisa “normal”.⁹⁴

⁹² WALLERSTEIN, Immanuel. *Após o liberalismo: em busca da reconstrução do mundo*. Tradução Ricardo Aníbal Rosenbusch. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 83.

⁹³ *Ibid.*, p. 84.

⁹⁴ *Ibid.*, p. 102.

O sociólogo norte-americano enfatiza as novas realidades trazidas pela Revolução Francesa – a “normalidade” da mudança política e a soberania do “povo”, vinculando-as ao aparecimento das ideologias. Existem duas acepções de ideologia – uma é a que ele denomina de “geocultura” e que pode ser considerada como uma de suas contribuições mais originais ao debate teórico que envolve a história do sistema mundial moderno. A outra acepção de ideologia é aquela comum, consistindo de um programa político para tomada e manutenção do poder. É importante notar que um sentido do termo ideologia não exclui o outro; ao contrário, se complementam.

Fundamentalmente, Wallerstein tenta compreender a Modernidade e suas relações com a ideologia. Considera que ocorreu, entre os anos de 1789 e 1989, uma “pseudobatalha da modernidade” já que, como ele mesmo sustenta, não existiram propriamente três ideologias distintas (conservadorismo, liberalismo e socialismo), mas uma só – a geocultura do liberalismo. Nesses duzentos anos, as três variações da “ideologia global” empenharam-se numa falsa batalha para impor sua “visão de mundo” à própria Modernidade. Falsa batalha porque cada uma destas variações ideológicas estava relacionada às outras como num tripé; e, juntas, as três faziam parte da “ideologia global”, isto é, da geocultura. Tal fato não impediu que esta “ideologia do sistema mundial capitalista” assimilasse, de forma preponderante, os postulados da ideologia liberal, mesmo sem prescindir das demais. Por isso que a geocultura foi denominada de liberalismo – ela deu suporte ideológico e serviu como “cimento” da Modernidade, pelo menos até 1989.

Nas considerações sobre o surgimento das ideologias, Wallerstein nos informa que os termos conservadorismo, liberalismo e socialismo foram utilizados, de início, no período de 1815 a 1848 – por sinal, duas datas muito significativas para a história européia, com reflexos no mundo que vivia sob sua direta influência. Aqueles termos correspondem a três posturas perante a Modernidade e a “normalização” da mudança política instituída pela Revolução Francesa. Para o conservadorismo, tratava-se de “circunscrever o perigo” representado pelo novo. Já para o liberalismo, era o caso de se “conseguir a felicidade do gênero humano da maneira mais racional possível”. E, no que se refere ao socialismo, a preocupação centrava-se em “acelerar a tendência para o progresso enfrentando com vigor as forças que a ele se opunham”. Contudo, cabe indagar: as diferenças entre o liberalismo e o socialismo

seriam mera questão de ritmo (ou de ênfase) no processo de transformação da sociedade? Para Wallerstein, como para diversos estudiosos das ciências sociais, a resposta é afirmativa – os liberais e os socialistas “compartilhavam a visão de mundo quanto à mudança”, sendo a diferença entre eles de natureza ideológica, de projeto político – os primeiros eram reformistas, enquanto que os segundos eram revolucionários, ambos querendo alcançar um futuro de maior progresso e bem-estar.⁹⁵

Para reforçar suas formulações acerca da estreita irmandade que unia as três ideologias, o sociólogo demonstra que elas praticaram discursos sobre o Estado e a sociedade – “pólos da grande contradição intelectual da modernidade” –, colocando-se sempre ao lado desta última e contra aquele. Tais discursos não impediram que as ações dos adeptos das ideologias, quando se encontravam no poder, se desenvolvessem no sentido do fortalecimento do Estado, em detrimento da sociedade. De fato, a hipertrofia do poder estatal é uma das principais características do mundo no decorrer do século XX. E, deve-se assinalar, “todas as três ideologias precisavam muito dos serviços do Estado para desenvolverem seus programas”.⁹⁶

Ao tratar do surgimento da geocultura – “ideologia global do sistema-mundo” –, Wallerstein pondera que tal fato não se deu de forma súbita. Naturalmente que a primeira ideologia política a aparecer foi o conservadorismo, como uma reação às mudanças ocasionadas pelos desdobramentos da Revolução Francesa. Nesse sentido, o conservadorismo é *reacionário*, na acepção mesma do termo, por *reagir* às transformações e ao progresso social. Em seguida, forma-se a ideologia liberal, que vai cristalizar e representar as mudanças na economia, na sociedade e nas idéias, trazidas pelo novo sistema capitalista. Em terceiro lugar aparece o socialismo, que se organiza à esquerda, com uma postura mais radical do que o liberalismo, e tentando se contrapor a ele, pois “o âmago do programa socialista consistia, em suma, em acelerar o curso da história”.⁹⁷

Ao longo do século XIX, o desenvolvimento das ideologias visava responder a uma única pergunta: “qual seria o programa político mais adequado para assegurar uma

⁹⁵ WALLERSTEIN, 2002, cap. 4, passim.

⁹⁶ Ibid., p. 91.

⁹⁷ Ibid., p. 86.

sociedade eficiente?” Como corolário desta tese, Wallerstein argumenta que o liberalismo, ideologicamente de centro, sempre predominou e foi assumindo características de ideologia mundial nos séculos XIX e XX em que os países, com suas economias e sociedades, foram cada vez mais interagindo, até chegarem à integração em escala global. Assim, a “geocultura do sistema-mundo” se identifica com o liberalismo.⁹⁸ No entanto, ela não é meramente um programa político para a conquista do poder, mas se constitui numa espécie de “caldo cultural” onde estão mergulhados os seres humanos (ou quase todos) que participam desse “sistema-mundo”. Ou seja, a geocultura (presente por toda a Terra) chega perto de virar sinônimo de cultura no sentido antropológico do termo, não fosse o autor um sociólogo.⁹⁹ Em outras palavras, a geocultura seria a cultura do sistema capitalista mundial e ela se associaria, de variadas formas, às diferentes culturas locais.¹⁰⁰

Para efeitos práticos, Wallerstein resolve a aparente contradição nas suas proposições – “três ideologias ou uma só?” –, estabelecendo que a ideologia global é única, mas sua versão “operativa” pode apresentar-se por meio de três ideologias políticas, sem contar as combinações possíveis entre elas. Ao analisar tais combinações é que o autor, a nosso entender, traz outra contribuição valiosa ao debate teórico, contribuição que auxilia na explicação do que ocorreu na política mundial no decorrer dos exatos duzentos anos que mediam as datas precisas de 1789 (Revolução Francesa) e 1989 (começo do fim da URSS).

Ele fala de tais combinações para provar sua argumentação de que as três ideologias são, na verdade, uma só. E que combinações seriam essas? A primeira refere-se ao liberalismo combinado com o conservadorismo. A segunda prevê a associação do liberalismo com o socialismo. E a terceira combinação política une o conservadorismo ao socialismo. Devemos analisar cada uma delas.

Na política, a aliança dos liberais com os socialistas objetivava opor-se aos conservadores. Até 1848, quando o movimento socialista começa a adotar as idéias

⁹⁸ WALLERSTEIN, 2002, p. 154.

⁹⁹ “Aqui eu uso a palavra ‘cultura’ no sentido que tradicionalmente lhe atribuem os antropólogos, o de um conjunto de valores e regras básicas que, de forma consciente e inconsciente, regem a retribuição dentro do sistema e criam um conjunto de ilusões que tende a induzir seus membros a aceitarem a sua legitimidade”. (WALLERSTEIN, 2002, p. 152-153).

¹⁰⁰ “O elemento fundamental para o funcionamento desta nova geocultura foi a elaboração da ideologia do liberalismo e a sua aceitação como ideologia emblemática da economia capitalista internacional” (WALLERSTEIN, 2002, p. 137).

marxistas na sua organização, “os que se diziam radicais, jacobinos, republicanos ou socialistas eram vistos como liberais mais militantes”. Tanto o combate ao absolutismo monárquico, como o chamado “pensamento liberal e igualitário do século XVIII” podem ser considerados um terreno fértil, onde deitou raízes a referida aliança liberal-socialista. No século XIX ela continuou sendo alimentada “[...] pelo interesse cada vez maior de ambas ideologias na produtividade [racionalidade econômica], a qual era para as duas o requisito básico para uma política social no Estado moderno”.¹⁰¹

O início da combinação política mais estreita entre os conservadores e os liberais, em oposição aos socialistas, também costuma ser datado de 1848, e não por acaso. É que, a partir desse ano de tanta instabilidade política, os conservadores começaram a perceber que as suas idéias para garantir a propriedade privada coincidiam com aquelas adotadas pelos liberais. Sem contar que o reformismo, propugnado pelos liberais, também era útil para os objetivos políticos dos conservadores.

Já a combinação política entre os conservadores e os socialistas é vista por Wallerstein como uma convergência entre essas duas correntes políticas, motivada pelo conhecido pendor antiindividualista de ambas, em oposição aos liberais. Ele também registra a admissão por parte de certos autores de um aspecto “social” do pensamento conservador.

Visando desenvolver seu raciocínio sobre a existência da ideologia global, Wallerstein identifica as seguintes correntes políticas: o “liberalismo socialista”, como resultante de alianças liberal-socialistas; o “liberalismo conservador”, que era proveniente de pactos políticos liberal-conservadores; e o “socialismo conservador ou conservadorismo social”, apesar de sua ressalva de que os acordos entre os conservadores e os socialistas tenham sido mais improváveis e não tenham passado, originalmente, de táticas políticas momentâneas. Nesse ponto, o autor apresenta um posicionamento fundamental para se pensar historicamente a atuação dos regimes políticos, especialmente os totalitários, presentes no sistema mundial na primeira metade do século XX:

¹⁰¹ WALLERSTEIN, 2002, p. 94.

[...] Mas poderíamos perguntar-nos se não seria o caso de interpretar os diversos “totalitarismos” do século XX como uma forma mais duradoura dessa aliança [conservadora-socialista], posto que eles instituíram uma forma de tradicionalismo ao mesmo tempo populista e social. Nesta hipótese, *os totalitarismos foram mais um meio pelo qual o liberalismo se manteve como protagonista, como antítese do drama maniqueísta* [encenado pelos extremistas da direita e da esquerda] [...].¹⁰²

Este posicionamento pode sofrer uma comparação intelectualmente proveitosa com certas considerações de Hobsbawm: “A ascensão da direita radical após a Primeira Guerra Mundial foi sem dúvida uma resposta ao perigo, na verdade à realidade, da revolução social e do poder operário em geral, e à Revolução de Outubro e ao leninismo em particular”. Poder-se-ia deduzir daí que o liberalismo centrista usou a extrema direita para neutralizar a extrema esquerda? Hobsbawm acredita que sim: “Sem esse [o leninismo], não teria havido fascismo algum, pois embora os demagógicos ultradireitistas tivessem sido politicamente barulhentos e agressivos em vários países europeus desde o fim do século XIX, quase sempre haviam sido mantidos sob controle antes de 1914”. O historiador inglês considera que “sob esse aspecto, os apologetas do fascismo provavelmente têm razão quando afirmam que Lênin engendrou Mussolini e Hitler”. E ele acrescenta: “Contudo, é inteiramente ilegítimo desculpar o barbarismo fascista alegando que ele foi inspirado pelas supostas barbaridades anteriores da Revolução Russa – que teria imitado –, como alguns historiadores alemães estiveram perto de fazer na década de 80”.¹⁰³ E mesmo que os liberais centristas não tenham conscientemente fomentado o extremismo de direita para se contrapor ao extremismo de esquerda, eles acabaram lucrando politicamente com esse confronto.

Ao finalizar sua argumentação, Wallerstein constata também que as correntes conservadoras-socialistas, que alimentaram ideologicamente os regimes totalitários, podem ser consideradas como uma “forma diabólica” do liberalismo, e fecha seu raciocínio com uma indagação ao mesmo tempo lógica e ousada:

[...] Por trás desta aparência de fechada oposição ao liberalismo encontramos, *como elemento central das demandas desses regimes*, a mesma fé no progresso trazido pela produtividade que tem sido o evangelho dos liberais. Assim, podemos inferir que até mesmo o

¹⁰² WALLERSTEIN, 2002, p. 97. Grifo nosso.

¹⁰³ HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991*. Tradução Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 127-128.

conservadorismo socialista (ou socialismo conservador) era, de certo modo, *uma variante do liberalismo, a sua forma diabólica*. E, nesse caso, não seria correto concluir que desde 1789 tem existido apenas uma verdadeira ideologia, o liberalismo, que expôs seu credo em três versões principais?¹⁰⁴

Noutra passagem, o autor argumenta que o liberalismo, “a quintessência da doutrina centrada”, sempre procurou se manter equidistante do que denominava de extremismos, e os liberais “[...] disseram-se contrários tanto aos reacionários quanto aos republicanos (ou democratas) em 1815-1848; aos *fascistas e comunistas em 1919-1939*; aos imperialistas e nacionalistas radicais em 1945-1960 [...]”.¹⁰⁵ Essa passagem do texto wallersteiniano nos chamou atenção por englobar o período histórico de nossa preocupação e interesse. Mas devemos considerar, do ponto de vista epistemológico, que a atuação real dos liberais no período de 1919 a 1939, em relação ao que eles chamavam de extremismos, não se deu de modo uniforme em todo o mundo, como um pesquisador mais desavisado poderia julgar. Entretanto, o registro desta tendência em nível mundial mantém uma correspondência, em linhas gerais, com diferentes realidades de muitos países, dentre os quais se inclui o Brasil.

O liberalismo como ideologia global da Modernidade – esta frase procura resumir o tema que abordamos neste item, e era o seu título original. Contudo, uma época histórica pode ser explicada com uma argumentação que tem por base categorias teóricas mais abstratas;¹⁰⁶ ou sintetizada de modo mais leve por um texto jornalístico:

Dividimos a História em eras, com começo e fim bem definidos, e mesmo que a ordem seja imposta depois dos fatos – a gente vive para frente mas compreende para trás, ninguém na época disse “Oba, começou a Renascença!” –, é bom acreditar que os fatos têm coerência e sentido, e nos dão lições. Só que podemos aprender a lição errada. Falamos nos loucos anos vinte, quando várias liberdades novas começavam a ser experimentadas, e esquecemos que foi a era que gerou o fascismo. O espírito da “Era do jazz”, de Scott Fitzgerald, foi o espírito totalitário, e prevaleceram não os passos do *charleston*, mas os passos de ganso.

¹⁰⁴ WALLERSTEIN, 2002, p. 97. Grifos nossos.

¹⁰⁵ Ibid., p. 10. Grifo nosso.

¹⁰⁶ Para um posicionamento sobre o valor das ideologias, cf. GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986. p. 62-63.

Esta reflexão, que inicia uma crônica de Luís Fernando Veríssimo denominada *Mal-entendidos*, é uma boa síntese do período histórico que estamos analisando.¹⁰⁷

3.2 O significado da Revolução de 1930 na história do Brasil

De imediato, uma constatação se impõe – em nosso país não existiu um regime totalitário, nos moldes daqueles que, no período entre guerras, se implantaram na Europa. É que estiveram ausentes da história brasileira os elementos indispensáveis pelos quais se costuma definir o totalitarismo – não tivemos um sistema político no qual o Partido fosse assimilado ao Estado, ou que mobilizasse amplamente as massas, ou, ainda, que negasse a independência, mesmo relativa, da sociedade em relação ao Estado.

Mesmo sendo difícil distinguir os regimes totalitários dos autoritários, já que nenhum deles existiu em forma pura, devemos fazer um esforço de definição.¹⁰⁸ O historiador Boris Fausto conceitua totalitarismo com palavras que ecoam as proposições de Wallerstein sobre o tema:

A criação do conceito de totalitarismo nasceu da necessidade de identificar a nova forma de regime que surgiu no século XX, não-enquadrável nas antigas designações de “despotismo” ou de “tirania”, de tal modo que a palavra nasceu da coisa. A coisa corresponde à instituição de regimes que visam a sujeitar a sociedade nos moldes de um Partido-Estado, cujo chefe é fundamental, seja no sentido da referida constituição do Partido-Estado, seja no estabelecimento de laços emotivos com as massas, a partir de uma figura carismática. Daí a afirmação de que os regimes totalitários têm características revolucionárias, ao contrário do tradicionalismo, ou das várias formas despóticas.¹⁰⁹

Consciente de que, na prática, não é fácil distinguir entre sistemas políticos totalitários e autoritários, Boris Fausto observa que

o regime autoritário – produto também das condições políticas vigentes no século XX – caracteriza-se, negativamente, por menor investimento em todas as esferas da vida social; pela inexistência de

¹⁰⁷ A GAZETA, 13 fev. 2005, p. 3.

¹⁰⁸ Sobre este tema, já é considerado clássico o ensaio de Bolívar Lamounier “Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República – uma interpretação”, publicado em 1971 no tomo III, v. 2 da *História geral da civilização brasileira*.

¹⁰⁹ FAUSTO, 2001, p. 7. Grifo nosso.

uma simbiose entre Partido e Estado, sendo o primeiro, quando existente, dependente do último; pelas restrições à mobilização das massas.

O historiador paulista, ao prosseguir suas considerações para colocar em evidência as características do autoritarismo, sublinha que um dos seus traços básicos consiste “na relativa independência que preserva a sociedade em relação ao Estado: a autonomia de algumas instituições, em especial as religiosas, e de uma esfera privada de pensamento e de crença, embora apenas tolerada”. Finalmente, Boris Fausto considera que “o autoritarismo tende a ser mais conservador, ligado às tradições do passado, enquanto os regimes totalitários buscaram, nesse mesmo passado, seus elementos míticos e heróicos, como é o caso das lendas germânicas sobre os heróis guerreiros, ou dos tempos gloriosos do Império e da *pax romana*”.¹¹⁰

Cabe notar que os ideólogos e políticos adeptos do autoritarismo, tal como vigente dos anos 1920 a 1940 no Brasil, combatiam os liberais, as políticas oligárquicas e, no entanto, de acordo com a teoria de Wallerstein antes exposta, militavam no campo da “forma diabólica” do liberalismo como ideologia global. E se eles exerceram seus poderes na versão autoritária, certamente diversa do totalitarismo, nem por isso obtiveram menor eficácia política.¹¹¹

A partir da vigência da República em 1889, a associação entre o liberalismo e os costumes oligárquicos deu livre curso no Brasil às fraudes eleitorais, ao controle do país pelos estados mais poderosos, e à pequena participação política da população. A essa situação vão se opor correntes críticas diversas como a de esquerda, inspirada no movimento comunista; a liberal-democrática – que lutava pelo voto secreto, pela organização de uma Justiça Eleitoral e pela formação política do povo e, com isso, queria estabelecer instituições realmente representativas no país –; e a corrente da direita, com suas diversas ramificações. Os princípios comuns que formam o espectro ideológico da direita no Brasil compreendem “a negação de todo individualismo na sociedade e na política, a organização social patrocinada pelo Estado, a valorização das tradições” e “a defesa de uma ordem autoritária”,

¹¹⁰ FAUSTO, 2001, p. 8.

¹¹¹ Para uma análise mais detalhada do pensamento nacionalista autoritário e suas variações tal como presente nas obras dos seus principais ideólogos – Alberto Torres, Oliveira Viana, Azevedo Amaral e Francisco Campos – remetemos para Fausto (2001). Uma interpretação que utiliza instrumental teórico diverso da anterior, mas que com ela possui muitos pontos de contato, encontra-se no capítulo II de Mendonça (2002).

excluindo-se desse recorte a ideologia liberal, “dadas suas concepções sobre a soberania e a representação”.¹¹²

Distinguem-se duas fases da “constituição e influência de um pensamento autoritário no Brasil” – uma anterior à Grande Depressão e à Revolução de 1930, onde “ocorreu uma espécie de maturação ideológica dos autores” e uma outra em que os “principais ideólogos da corrente tiveram papel significativo na criação de instituições e na vida política em geral”. Não se pode esquecer que neste período os princípios políticos liberais estavam em descenso e sendo contestados; mesmo o sistema capitalista como um todo era dado como falido. “Entre os anos 1930-1937, travou-se no país uma batalha entre as principais correntes políticas” antes referidas – a esquerda, os liberais, e a direita, com predomínio desta última: “O pólo da direita que defendia a centralização do poder e a modernização do país, com nuances mais ou menos nacionalistas, acabou prevalecendo, não sem atritos internos” [...].¹¹³

No plano político, quais eram as medidas defendidas pelos autoritários naquela época? Entre as principais, citam-se o prolongamento do governo provisório de Vargas, com o conseqüente adiamento indefinido das eleições gerais e da constitucionalização do país. Mas as lutas entre os autoritários e os liberais, de que resultou a Revolução Constitucionalista de 1932, forçaram a convocação da Assembléia Constituinte em 1933 e de eleições indiretas para os cargos executivos nos anos seguintes. Este regime constitucional durou pouco; com apoio da maioria das elites e das Forças Armadas, Getúlio Vargas deu o golpe do Estado Novo em novembro de 1937, implantando uma ditadura autoritária que iria durar até 1945, como é bem conhecido. Esta ditadura “era considerada por seus líderes como o regime mais adequado às características do país, e não apenas como um expediente ditado pelas circunstâncias”.¹¹⁴

Episódios que congregam um conjunto complexo de fatos – como a Revolução de 1930, a Revolução Constitucionalista de 1932, o Estado Novo –, não aparecem do nada, evidentemente, mas são construídos em circunstâncias históricas determinadas. Daí a importância de contextualizar historicamente os anos trinta, e se

¹¹² FAUSTO, 2001, p. 14-15.

¹¹³ Ibid., p. 20-21.

¹¹⁴ Ibid.

valer de conceitos interpretativos apropriados, para não reduzir a explicações simplistas questões de maior abrangência.

Um desses conceitos, explicitado por Antonio Gramsci e já tratado antes, é o de “revolução passiva” que, mesmo não devendo ser aplicado indistintamente à história brasileira, possui plena validade para explicar o Movimento de 30 e seus desdobramentos políticos, como o faz Carlos Nelson Coutinho:

O modo pelo qual as classes dominantes reagiram a essas pressões “de baixo” [dos operários e das camadas médias] foi a realização de uma outra revolução passiva, a chamada “Revolução de 1930”, através da qual – como já observei – os setores mais modernos da oligarquia agrária conquistaram uma posição hegemônica no bloco de poder, cooptando ao mesmo tempo a ala mais moderada da liderança das camadas médias, os tenentes. Essa solução “pelo alto” obstaculizou em parte as tendências “ocidentalizantes” que vinham se desenvolvendo na década anterior [...].¹¹⁵

Esses obstáculos, que em certa medida atrapalharam a “ocidentalização” da vida brasileira, serão superados ao longo das décadas de 1930 e 1940, quando se executarão diversas medidas que impulsionam a industrialização da economia em nosso país.

Um outro posicionamento, que complementa esse anterior, foi exposto por Luiz Werneck Vianna em sua obra *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Em certa passagem, o autor nos mostra que a revolução “pelo alto”, se induz a “modernização econômica através da intervenção política”, também traz implicações na “conservação” do sistema político, embora promova rearranjos nos lugares ocupados pelos seus diferentes protagonistas. E registra que “num certo sentido, toda revolução ‘pelo alto’ assume a configuração particular de uma revolução ‘passiva’, como Gramsci a descreveu no *Risorgimento*, isto é, de uma revolução sem revolução, se bem que a recíproca não seja verdadeira, como ilustra o caso inglês”.¹¹⁶

No Brasil, quem promoveu essas soluções “pelo alto” por meio de revoluções “passivas” no decorrer da década de 1930 foram os dirigentes e os ideólogos que comungavam com o pensamento nacionalista autoritário. E o fizeram comprometendo as frações da elite econômica com interesse no processo, mesmo

¹¹⁵ COUTINHO, 1999, p. 214.

¹¹⁶ WERNECK VIANNA, 1978, p. 141.

aquelas ligadas ao setor agro-exportador que tinham sido desalojadas do poder. Os nacionalistas autoritários, apesar de suas diferenças de perspectiva, “concebiam uma modernização do país de cima para baixo, prescindindo das mobilizações populares, especialmente quando não-controladas”. E a transformação, nas condições sócio-econômicas brasileiras, deveria ser promovida por uma instituição básica – “o Estado autoritário, centralizador, dotado de extensos poderes”, como já enfatizado antes.¹¹⁷ Daí a grande ênfase no papel desempenhado pelo Estado na economia, na sociedade e na política, mesmo sabendo-se que a hipertrofia estatal era uma característica que estava “no ar do tempo”.

Pelo que foi exposto anteriormente, consideramos válido estabelecer um vínculo entre o pensamento nacionalista autoritário e as práticas derivadas do que se conceitua como “revolução passiva” na teoria gramsciana, vigentes no exercício da política brasileira na década de 1930.

“O resultado da Revolução de 30, mais do que as propostas do movimento em si, é que transformou 1930 em um marco histórico importante”. Com esta afirmativa, Marieta Ferreira e Sulama Sá Pinto nos lembram que os rumos tomados pelo país a partir de 1930 ultrapassaram de muito os restritos propósitos que estavam contemplados no ideário do movimento cristalizado em torno da Aliança Liberal. O que veio depois, às vezes bem depois, é que contribuiu para ressaltar 1930 como referência de mudança na vida brasileira.

A história política brasileira do período compreendido nos últimos anos da República Velha (especificamente a partir de 1922) até a instauração do Estado Novo (1937) já foi bem explorada pelos estudiosos de história, preocupados em achar esquemas explicativos para o período que sucedeu a 1930, como vimos no item destinado à revisão historiográfica.

A interpretação histórica sobre o Movimento de 30 que encontra maior acolhida entre os estudiosos nos dias atuais foi formulada por Boris Fausto no início da década de 1970, ou seja, há mais de trinta anos. Ela recorre a uma série de fatores econômicos, sociais e políticos, que se combinaram de forma peculiar, e concorreram para desencadear o período revolucionário e, sobretudo, para

¹¹⁷ FAUSTO, 2001, p. 46.

promover novo direcionamento da vida brasileira nos anos posteriores. Além de rejeitar as explicações históricas referidas meramente a posições ideológicas, o historiador paulista estrutura o seu edifício explicativo com uma flexibilidade teórica que, durante mais de três décadas, permitiu recepcionar sem maiores abalos novas descobertas empíricas sobre o período. Em outras palavras, a qualidade explicativa das colocações de Boris Fausto reside no fato de não ter ele aderido a modismos teóricos e de não compactuar com radicalismos políticos de gama variada que pudessem distorcer sua postura frente às “duras lições da história”. Essa circunstância beneficia sua abordagem do episódio de 1930, quando é necessário incorporar ao conhecimento histórico dados mais recentes, oriundos de pesquisa empírica e postos à disposição dos estudiosos pelos avanços da historiografia. Dessa forma, ele sempre procura matizar o debate sobre as questões históricas que apresenta – por exemplo, ao tratar da queda do “sistema oligárquico” em 1930, observa que após esta data as oligarquias estaduais se recompuseram, mesmo que numa outra realidade política. O que, de resto, pode ser pontuado como um fato emblemático da continuidade e descontinuidade na história política brasileira – acabou o “sistema oligárquico”, mas muitas das oligarquias que lhe davam sustentação sobrevivem e se rearticulam no novo cenário de poder.

Passados muitos anos da elaboração de seu trabalho sobre o Movimento de 30, Boris Fausto também reconhece algumas de suas fraquezas teóricas, mas que não comprometem o conjunto dos postulados ali enunciados. Podemos exemplificar com a circunstância de o autor não ter dado a devida importância à ideologia circulante então no Rio Grande do Sul que, por sinal, ainda não tinha sido objeto de extensas pesquisas, somente ocorridas tempos depois do aparecimento do trabalho do historiador paulista. Ou também, como visto no item da discussão historiográfica, a contribuição trazida ao tema por Sônia Draibe. Já as opções historiográficas que, além de não guardarem correspondência com a realidade empírica, mais confundem do que esclarecem o episódio de 1930, como as explicações de Edgar de Decca e Ítalo Tronca, são rejeitadas de forma incisiva por Boris Fausto que, no prefácio da 16ª edição revista e atualizada da sua obra, mantém as linhas mestras das formulações originais sobre a Revolução de 30.¹¹⁸

¹¹⁸ FAUSTO, 1997, p. 11-27.

As objeções que podem ser feitas ao trabalho de Boris Fausto residem no fato de ele praticamente desconsiderar as diversas articulações políticas ocorridas em estados brasileiros que não eram os de primeira grandeza. Não que o autor tivesse a obrigação de abarcar, com seu estudo pioneiro, todas as nuances e possibilidades que poderiam se apresentar para a história do período. Ele desbravou novos caminhos para a historiografia republicana, especialmente em torno da República Velha e do Movimento de 30 – e as novas contribuições acerca das regiões brasileiras periféricas de então mais reforçam e enriquecem do que contestam o seu esforço historiográfico precursor.

Para encaminhar a questão da derrubada do regime oligárquico no Brasil, Boris Fausto utiliza o esquema centro-periferia encontrado na obra de Andre Gunder Frank, esquema de que se serviu também Immanuel Wallerstein para embasamento teórico de sua obra. O historiador paulista acompanha Caio Prado Júnior e Gunder Frank ao negar o caráter atrasado da estrutura agrária cafeeira e não admitir “como semifeudais as áreas aparentemente desvinculadas do mercado”, propondo que a agricultura extensiva, o monopólio da terra, a existência de áreas regionais diversas são produtos do “desenvolvimento do subdesenvolvimento”. E, apoiando-se em Gunder Frank, considera que as relações de trabalho – como a “meia” e a “terça” – vinculam-se a “duras considerações de ordem econômica e técnica de maior rentabilidade, de acordo com o tipo de cultura e a oferta de mão-de-obra”, embora colocando em dúvida “a modernidade dessas relações, em todos os lugares em que apareçam”.¹¹⁹

Para o que interessa ao nosso objeto de estudo, após referir-se à “existência de áreas de maior e menor desenvolvimento, no interior dos diferentes países” e à “importância dos mecanismos de articulação interna dessas áreas”, Boris Fausto propõe a seguinte questão:

Até que ponto as chamadas “formas espúrias”, de relações formalmente não-capitalistas, os “remanescentes escravistas” são meros resíduos ou representam uma contradição interna do sistema que deve ser valorizada, tanto sob o aspecto econômico como, sobretudo, sob o aspecto político?¹²⁰

¹¹⁹ FAUSTO, 1997, p. 117-118.

¹²⁰ Ibid., p. 118.

É o caso do estado do Espírito Santo, onde as “formas espúrias” nas relações de trabalho – a meação, por exemplo – possuíam um grande peso na totalidade da produção cafeeira estadual, considerando o seu uso nas fazendas e, principalmente, nas pequenas e médias propriedades, como já mencionado.¹²¹ Naturalmente que o estado capixaba, na constelação brasileira referida por Fausto, ocupava um lugar menor.¹²² No entanto, é dessa articulação entre os diversos elementos do sistema que podem surgir novas luzes para se entender com mais detalhes o conjunto histórico analisado, especialmente sob o aspecto político, particularidade lembrada pelo historiador.

No que diz respeito às inter-relações da economia com a sociedade e a política, devemos fugir de explicações reducionistas, muitas vezes adeptas de um economicismo primário, como aquela que atribui o surgimento da Revolução de 1930 à quebra da Bolsa de Nova Iorque em outubro de 1929, numa relação direta de causa e efeito, sem relativizar essa questão. Uma passagem na obra de Hobsbawm ressalta a necessidade de nuançar os vínculos entre o econômico e o político exatamente nesse momento histórico:

A Depressão não levou automaticamente à suspensão ou abolição da democracia representativa, como também é evidente pelas consequências políticas nos EUA (o *New Deal* de Roosevelt) e na Escandinávia (o triunfo da social-democracia). Só na América Latina, onde as finanças dos governos dependiam, em sua maior parte, das exportações de um ou dois produtos primários, cujos preços despencaram de repente e dramaticamente, a Depressão provocou a queda quase imediata de quaisquer governos existentes, sobretudo por golpes militares. Deve-se acrescentar que a mudança política no sentido oposto também se deu no Chile e na Colômbia.¹²³

Realmente, na América Latina, onze movimentos de inspiração marcadamente militar derrubaram governos em diversos países num período de apenas dois anos, o que se revela muito expressivo: “Argentina (setembro, 1930); Brasil (outubro, 1930); Chile (junho, 1932); Equador (agosto, 1930; outubro, 1931 e agosto, 1932);

¹²¹ Esta afirmativa é feita levando-se em consideração a realidade da divisão fundiária – muito parcelada – existente na época no estado do Espírito Santo, como demonstrado por Nara Saletto (1996a).

¹²² Boris Fausto (1997, p. 78), ao reproduzir a população das vinte capitais dos estados brasileiros e do Distrito Federal com base no Recenseamento do Brasil de 1920, indica Vitória em penúltimo lugar com 21.866 habitantes, na frente apenas da cidade de Goiás que possuía 21.223.

¹²³ HOBBSAWM, 1995, p. 140.

Peru (agosto, 1930 e fevereiro/março, 1931); Bolívia (junho, 1930); República Dominicana (fevereiro, 1930); Guatemala (dezembro, 1930)".¹²⁴

No que se refere ao Brasil, se a influência da Quebra da Bolsa em 1929 foi importante como pano de fundo para suportar os episódios políticos de 1930, ela esteve presente no cenário nacional de forma mais intensa nos anos subseqüentes. Boris Fausto argumenta que este comportamento da crise "não elimina seu impacto na fase pré-revolucionária no âmbito econômico", e garante que "os efeitos políticos não são constatáveis apenas pelas eleições de março de 1930, em que a exploração da situação econômica por parte da Aliança Liberal teve escasso rendimento". Na verdade, de acordo com esse historiador, "é necessário considerá-los em vários planos, especialmente em função do comportamento da burguesia cafeeira, no caso de um conflito aberto entre o governo e as oposições".¹²⁵

Como antes assinalado, considera-se que a partir da década de 1930 o processo de industrialização do país se acelerou, não significando isso dizer que a burguesia industrial liderou o Movimento de 30, ou que este foi feito em seu benefício direto. O peso da exportação do café no conjunto da economia vai declinando ao longo dos anos trinta, mas sem ser totalmente desbancado do seu lugar primordial.

O predomínio dessa ou daquela fração de classe não pode ser explicado, como acertadamente nos ensina Boris Fausto, num esquema mecanicista em que haveria uma justa correspondência entre determinada classe social e a sua representação no governo, sem as intermediações dos interesses políticos, dos partidos, das associações de classe.

O conceito de Estado de compromisso, antes apresentado, torna-se operacional no contexto da maior autonomia do Estado frente à sociedade, quando justamente as relações Estado-sociedade necessitam constante mediação. Nenhuma fração das classes dominantes, das classes médias, e muito menos das classes subordinadas possuía poder suficiente para se impor perante as demais e exercer a hegemonia política. É por isso que o Estado de compromisso torna-se necessário – para mediar as questões de poder colocadas por estes segmentos sociais frente ao conjunto da

¹²⁴ FAUSTO, 1997, p. 145.

¹²⁵ Ibid., p. 129.

sociedade do país. Além do mais, graças às peculiaridades da formação social e econômica brasileira, ocorreu grande intervenção do Estado na economia, constituindo este fato mais uma solução “pelo alto”, das muitas que existem ao longo de nossa história, como vimos.

Uma explicação adicional de Francisco Weffort sobre a categoria de Estado de compromisso ajudará no seu entendimento e aplicação ao período histórico ora abordado:

Depois de 1930, contudo, estabelece-se uma solução de compromisso de novo tipo, em que nenhum dos grupos participantes do poder (direta ou indiretamente) pode oferecer as bases da legitimidade do Estado: as classes médias, porque não possuem autonomia política perante os interesses tradicionais em geral; os interesses cafeeiros, porque foram deslocados do poder político sob o peso da crise econômica; os setores menos vinculados à exportação, porque não se encontram vinculados aos centros básicos da economia. Em nenhum desses casos, os interesses sociais e econômicos particulares podem servir de base para a expressão política dos interesses gerais.

[...].

Encontramo-nos, pois, diante da seguinte situação: os senhores do poder político não representam diretamente os grupos que dominam as esferas básicas da economia. Isto significa que a nova configuração do poder possui uma diferença fundamental em relação à antiga: já não é a expressão imediata da hierarquia do poder econômico.¹²⁶

Não é o caso de se falar que, num momento, o Estado vinculava-se a determinada classe dominante e, no momento seguinte, estava desligado das classes sociais. Na realidade, ele passa a apresentar maior autonomia em relação a cada uma delas. Naquela conjuntura, no que concerne às classes dominantes, o “velho não tinha morrido totalmente, e o novo ainda estava nascendo”, para fazer uma paráfrase de conhecida sentença de Gramsci. O “velho”, então, era representado pela burguesia cafeeira – que incluía os fazendeiros, os grandes comerciantes, os exportadores, os banqueiros –, e o “novo” referia-se à burguesia industrial.¹²⁷ Firmado o compromisso, o Estado passa a agir, em última instância, para beneficiar os interesses dessas frações das classes dominantes – as que tinham perdido a hegemonia no sistema político (a burguesia cafeeira) e as que buscavam essa hegemonia (a burguesia

¹²⁶ WEFFORT, 2003, p. 53-54.

¹²⁷ Para um panorama geral sobre a sucessão presidencial e crise política e, especificamente, acerca do conflito no interior do bloco das classes dominantes, cf. PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Política e trabalho no Brasil: dos anos vinte a 1930*. 2. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p. 35-52.

industrial). Não é lugar nesta análise de nos estendermos em considerações sobre os pontos de contato – e eles eram muitos – que existiram entre aquelas duas frações de classe. Basta enfatizar uma realidade, para a qual Boris Fausto já tinha chamado a atenção: “O acordo se dá entre as várias frações da burguesia”.¹²⁸

As classes médias passam a se beneficiar com a expansão das atividades burocráticas do Estado, mas são mantidas em posição subordinada. Mesmo porque a mudança nas relações de produção não interessava para elas, desde que lucravam com a situação vigente à época. Assim, o antagonismo entre o tenentismo e as oligarquias – que perdurou nos primeiros anos pós-30 e foi superado com o esvaziamento do movimento tenentista –, não pode ser assimilado a uma contradição fundamental entre as classes médias e as classes dominantes.¹²⁹ Toda uma profunda análise sobre o tenentismo enquanto movimento de rebeldia antes de outubro de 1930, e acerca da atuação dos tenentes no governo foi elaborada por Boris Fausto em *A revolução de 1930: historiografia e história*. Dele é uma frase que sintetiza de forma feliz o papel das classes médias na revolução: “O movimento de 1930 não pode ser entendido sem a intervenção das classes médias, mas não é uma revolução destas classes, nem no sentido de que elas sejam o setor dominante no curso da revolução, nem de que sejam seus principais beneficiários”.¹³⁰

No que se refere particularmente à classe trabalhadora urbana, o governo federal pós-revolução procurou mantê-la desorganizada, no primeiro momento, face às suas reivindicações de mudanças sociais profundas. Aos poucos atende a algumas de suas reivindicações (jornada de trabalho de oito horas, férias e descanso semanal remunerados, carteira de trabalho, etc.) naquilo que não atrapalhasse os interesses patronais, mas cobra um alto preço – ele direciona o operariado para se organizar nos limites de um modelo corporativista, promovendo a repressão de suas vanguardas e a cooptação de parcelas expressivas do conjunto dos trabalhadores. Quanto à mão-de-obra existente no campo, suas relações de trabalho foram mantidas intocadas, como se se tratasse de qualquer coisa de sagrado para o governo.

¹²⁸ FAUSTO, 1997, p. 136.

¹²⁹ Cf. CARONE, Edgar. *O tenentismo: acontecimentos, personagens, programas*. São Paulo: Difel, 1975. passim.

¹³⁰ FAUSTO, 1997, p. 109.

Por fim, deve-se notar a existência de um consenso entre os autores que produziam seus escritos à época (Azevedo Amaral, Oliveira Viana) e os analistas retrospectivos (Francisco Weffort, Boris Fausto) de que se buscava a integração do Brasil ou, para utilizar uma expressão cara ao período, estava-se construindo o Estado Nacional.

Por tudo o que já foi antes abordado, e para continuar utilizando as categorias analíticas criadas por Gramsci, pode-se considerar a Revolução de 1930 como o último movimento civil e militar na história do Brasil em que se empregaram de forma conseqüente as táticas da “guerra de movimento” para a tomada do poder. E, por conseqüência, a partir dessa época, com a progressiva “ocidentalização” do país, somente uma “guerra de posição” poderia ter sucesso para a conquista da hegemonia por parte de uma classe fundamental com origem no mundo da produção.

3.3 “Ora, a eleição já está aqui na garupa da mula”

Nos primeiros quarenta anos da República brasileira, o sistema político vigente era oligárquico – as escolhas ligadas ao poder eram feitas por grupos restritos, dos grotões mais recônditos do país até a sucessão presidencial da República. No âmbito de cada estado brasileiro, facções políticas oligárquicas lutavam entre si pelo controle dos respectivos aparelhos regionais de Estado. O controle desse aparelho dava à facção vencedora uma vantagem extra, pela importância política considerável que possuía a administração pública. No período eleitoral, e na formação governamental que se seguia, quem não era amigo era considerado inimigo, num jogo de soma zero.

Sabemos que, nesse sistema de poder oligárquico, o estado do Espírito Santo não era exceção, apesar de a história política capixaba relativa ao período estar por ser escrita, quase que na sua totalidade. Devido à restrita expressão sócio-econômica do estado, e conseqüente representatividade limitada nas esferas de poder do país, a política espírito-santense gravitava em torno dos interesses das oligarquias

estaduais de outras unidades mais poderosas da Federação. Dentre tais oligarquias distinguem-se exatamente as que dominavam a política do país: a de Minas Gerais, devido à origem mineira de muitas famílias oligárquicas capixabas e aos laços comerciais que nos prendiam às Alterosas; e a de São Paulo, por questões econômicas ligadas às firmas exportadoras de café e, também, por injunções da formação educacional e de parentesco com componentes da oligarquia do Espírito Santo. Para ilustrar este último vínculo, basta referir o fato de que muitos jovens oriundos das classes dominantes espírito-santenses formaram-se bacharéis na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco no final do Império e início da República, e diversos deles casaram-se com moças pertencentes à elite paulista, como Muniz Freire e Jerônimo Monteiro.

Na República Velha, o acesso ao exercício da política no estado era limitado às pessoas que possuíam estreitas ligações familiares e de compadrio com as oligarquias locais, cuja riqueza estava baseada, geralmente, na exploração do latifúndio e do comércio cafeeiros. As oligarquias espírito-santenses promoviam a montagem e a manutenção de uma fechada rede de troca de favores políticos – que incluía aquele entrelaçamento de parentesco e compadrio antes referido – para defenderem seus interesses políticos, ou seja, para exercerem sua hegemonia. Na prática, estavam alijados do jogo político os representantes dos interesses dos pequenos proprietários de terra, das camadas médias urbanas e dos operários – muito poucos no Espírito Santo desse tempo.

No estado capixaba, as oligarquias de origem familiar mandavam e desmandavam no contexto de um regime político organizado para as beneficiar. Nas três primeiras décadas do século XX, os Cunha integravam uma vasta parentela atuante na região de São Mateus – da qual fez parte o Barão de Aimorés –, assim como os Calmon dominavam a política no território de direta influência de Linhares e Colatina. Tais famílias exerciam sua ascendência política sobre os moradores dessas áreas desde o Império.

Na região de Vitória, a família Monjardim já se apresentava decadente como proprietária rural, mas alguns de seus membros se faziam representar de maneira constante na política regional, presença que ocorreu desde os tempos coloniais, com o capitão-mor Francisco Pinto Homem de Azevedo, e continuou no Império com

o seu genro, José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, o coronel Monjardim, várias vezes vice-presidente da província do Espírito Santo. E prosseguiu nos períodos imperial e republicano com o filho deste último, Alfeu Adelfo Monjardim de Andrade e Almeida, o Barão de Monjardim, e com os seus descendentes, entre os quais se destacaram os filhos José Francisco, Argeu Hortêncio, Manoel Silvino, e Américo Monjardim, e netos como Alcebíades Guaraná Monjardim.¹³¹

Ao sul do estado, participaram da oligarquia diversos membros de famílias como a Souza Monteiro, a Marcondes de Souza e a Vivacqua. Esta última expandiu-se a partir do atual município de Muniz Freire e se enriqueceu com o comércio do café, possuindo também laços familiares com os Monteiro.

Desde o começo do século XX, passaram a integrar o poder regional vários descendentes de Francisco de Souza Monteiro, mascate e depois grande proprietário de terras em Cachoeiro de Itapemirim, e de sua esposa, Henriqueta Rios de Souza Monteiro. Dentre os seus descendentes que participaram da política estadual por muitos anos, podem ser citados Antônio de Souza Monteiro, o primogênito, José de Souza Monteiro e Florentino Avidos, este casado com Henriqueta, filha mais nova do casal Souza Monteiro. Contudo, os membros da família que mais se distinguiram na política regional no decorrer da República Velha foram Jerônimo e Bernardino de Souza Monteiro. Outro irmão, Fernando de Souza Monteiro, seguiu a carreira eclesiástica e foi o segundo bispo no estado. Assim, pode-se afirmar que houve uma época na história espírito-santense em que eram irmãos o presidente do estado, um senador da República e o titular da diocese do Espírito Santo. Sem contar outros membros do vasto clã dos Monteiro, que também ocupavam cargos de destaque na administração pública.¹³²

No entanto, ocorreu uma dissensão política nessa poderosa oligarquia familiar a partir de 1920, e o monteirismo separou-se em duas correntes políticas – a que apoiava Jerônimo Monteiro, a jeronimista, e a que se alinhava à liderança de Bernardino Monteiro, os bernardinistas. O móvel da disputa foi a sucessão de Bernardino, em 1920. Inicialmente, o candidato do presidente do estado para

¹³¹ MONJARDIM, Leonardo Passos. *História política da família Monjardim*. Vitória: Lei Rubem Braga, 2003.

¹³² LINDENBERG, Carlos. *De viva voz: depoimento de Carlos Lindenberg*. Vitória: IHGES; AESL; Cultural-ES, 1989.

suceder-lhe era Henrique Novaes, seu sobrinho, depois substituído por Nestor Gomes, do que discordava Jerônimo Monteiro, desejando para si o cargo, ou para nele colocar Abner Mourão. Este era oriundo de São José do Calçado, mas possuía projeção fora do estado por militar na imprensa paulistana. Os irmãos Monteiro controlavam duas correntes políticas no Congresso Legislativo estadual que, assim, estava dividido ao meio. Depois de muitas lutas e brigas políticas, e até tiros disparados contra o palácio do governo sem maiores conseqüências, o nome de Nestor Gomes, candidato de Bernardino, foi homologado pelo Congresso Nacional como presidente do estado. Essa profunda cisão terá reflexos nas disputas políticas ocorridas no estado capixaba pelo menos nos próximos quinze anos, mesmo após a morte dos irmãos Souza Monteiro, seus principais originais.¹³³

Na política estadual, as divergências intra-oligárquicas eram resolvidas, de modo geral, no seu próprio âmbito. Somente quando as lutas políticas assumiam uma dimensão maior, como essa que se acabou de referir, é que autoridades de âmbito federal eram chamadas para arbitrar as contendidas. O grupo que controlava a “máquina” do Partido Republicano Espírito-santense – único a existir no estado em boa parte da República Velha – ditava os rumos no processo de alternância dos nomes no poder. A pessoa que fosse indicada para um cargo eletivo pela parcela dominante daquele partido podia se considerar eleita por antecipação.

As ilustrações para essa realidade podem ser retiradas de muitas fontes. Vamos nos valer do depoimento do engenheiro Luiz Serafim Derenzi, que vivenciou de perto tal realidade:

Na chamada “República Velha” no Espírito Santo, só havia o Partido Republicano Espírito-santense [...].

A oposição, diminuta e desarticulada, atuava na esfera municipal, sem grande influência perturbadora na ação do governo. No mais das vezes, as facções antagônicas apoiavam o presidente do Estado. *Não havia líderes, que congregassem os opositores sobre uma só bandeira.* Quem rompesse com o governo ficava no ostracismo e, dificilmente, se reelegia, se exercesse mandato eletivo. O eleitorado se agrupava em torno de chefetes distritais, “coronéis”, sob cuja proteção moral aguardava promessas raramente cumpridas. A oposição poucas vezes chegava à Assembléia Legislativa ou Câmara dos Deputados. A política federal não interessava aos

¹³³ LINDENBERG, 1989. A expressão monteirismo é aí empregada por Luiz Guilherme Santos Neves, que chama atenção para o poderio exercido pelas mulheres no seio da família Monteiro. Diversos autores fazem referência ao fato, destacando a influência política exercida por Helena de Souza Monteiro, a Dodona.

“coronéis”. A eleição do presidente da República era episódio sem consequência e de curta duração.¹³⁴

O sistema oligárquico era fechado como uma armadura e engessava a prática política. Convém frisar que, em geral, as dissensões paroquiais não extravasavam para o plano estadual, pois nele os adversários locais costumavam apoiar a situação, ou seja, o governo. E as disputas de poder na esfera do estado não eram levadas para o âmbito federal, onde todas as correntes estaduais também se compunham com o situacionismo.

No Espírito Santo da década de 1920, as constantes brigas e desacordos políticos não levaram à fundação de uma outra agremiação dissidente do Partido Republicano Espírito-santense – os adversários políticos locais continuavam abrigados na mesma organização partidária. Provavelmente, isso se devia ao fato de que os “coronéis”, detentores do poder político sobre os “currais” eleitorais das diversas localidades, não teriam interesse em se indispor com os políticos (deputados estaduais e federais, senadores, presidentes do Estado) que controlavam a “máquina” do partido no âmbito regional. Por sua vez, essa “máquina” retirava o seu poder, justamente, do conjunto de coronéis que, como já dito, dominavam os “currais” de eleitores, onde o voto, em geral, era de “cabresto”, ou seja, vinculado ao poderio do coronel local. Esse sistema oligárquico mantinha a condição, antes referida, de o Partido Republicano Espírito-santense indicar para um cargo eletivo determinada pessoa, que já podia se considerar eleita.

De modo geral, as escolhas eleitorais eram fraudadas em proveito do situacionismo político, por meio do expediente chamado de “eleições a bico de pena”, em que era mais importante o preenchimento “cuidadoso” dos mapas eleitorais com os “resultados” das urnas, do que os votos reais dos eleitores. Os opositores, mesmo saindo derrotados do processo, limitavam-se a marcar uma posição política. Mais à frente, eles se conformavam com a deliberação do partido, para aderirem ao situacionismo ou para buscarem alguma outra vantagem político-partidária.

Exemplo concreto dessa situação de domínio oligárquico no Espírito Santo é o episódio vivido no começo de carreira por um político que mais tarde se projetaria no

¹³⁴ DERENZI, Luiz Serafim. *Biografia de uma ilha*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1965. p. 234. Grifo nosso.

cenário estadual. Em 1920, Carlos Fernando Monteiro Lindenberg, então um jovem de 21 anos, foi lançado candidato ao cargo de prefeito de Cachoeiro de Itapemirim contra Seabra Muniz, político mais experiente e genro de Bernardino Monteiro. Era uma maneira de a facção política vinculada a Jerônimo Monteiro marcar presença no pleito, mesmo sabendo serem nulas as chances do seu proponente sair vitorioso.¹³⁵ E essa derrota inicial nas eleições “arranjadas” passou a fazer parte do currículo político de Carlos Lindenberg, como uma marca das práticas vigentes naquele tempo:

Na véspera do pleito, Carlos estava na fazenda Monte Líbano quando apareceu o escrivão de Pindobas, Agostinho Alves dos Santos. O candidato oposicionista o recebeu:

- “Seu” Agostinho, o senhor por aqui hoje?
- É, vim dormir aqui na fazenda. Amanhã preciso ir bem cedo para o Cachoeiro.
- Mas o senhor não será escrivão na eleição de amanhã?
- Ora, a eleição já está aqui na garupa da mula.
- E eu?
- Você não passou em branco. Tem uma meia dúzia de votos.

O candidato do presidente Nestor Gomes venceu o pleito. Carlos ficou em segundo lugar.¹³⁶

A vigência desse sistema político pode ser detectada por meio de outro forte indicador, agora numa situação política mais ampla. A revista *Vida Capichaba* apresentou, em fevereiro de 1930, com a devida antecedência em relação às eleições que ocorreriam no mês seguinte, ampla matéria sobre “os nossos representantes no Senado e na Câmara federais” – Bernardino de Souza Monteiro, candidato único a senador, e Abner Mourão, José Gomes Pinheiro Júnior, Xenócrates João Calmon de Aguiar e José Pedro Fernandes Aboudib para os cargos de deputado federal.¹³⁷ A revista fazia a propaganda política nos termos considerados comuns à época – apresentar a chapa situacionista completa que sairia vencedora das eleições no mês seguinte. As escolhas políticas e “eleitorais” já tinham ocorrido no âmbito do partido e competia ao “eleitorado” a homologação da chapa de candidatos. Evidentemente, não ocorreu situação diversa – todos os indicados foram vencedores e reconhecidos pelo Congresso Nacional em abril.¹³⁸

¹³⁵ A GAZETA, 22 jul. 1979, Caderno 2, p. 4-6, entrevista com Carlos Lindenberg.

¹³⁶ GURGEL, Antonio de Pádua et al. *Dr. Carlos, um homem do campo e sua relação com o poder*. Vitória: Contexto Jornalismo & Assessoria Ltda, 2000. p. 52-53.

¹³⁷ VIDA CAPICHABA, ano VIII, nº 213, 06 fev. 1930.

¹³⁸ Ibid., nº 225, 1º maio 1930.

Com a morte de Bernardino Monteiro, em 12 de maio de 1930, o partido escolheu Abner Mourão para a vaga de senador, também como candidato único; em julho seu nome foi prontamente referendado pelo eleitorado.¹³⁹ E com uma circunstância significativa – o escolhido era diretor do *Correio Paulistano*, “um dos mais importantes órgãos da imprensa sul-americana” e político “ligado estreitamente aos interesses do situacionismo federal” e, portanto, aos interesses cafeeiros de São Paulo.¹⁴⁰ Essa circunstância parece reforçar a hipótese, antes levantada e cuja comprovação escapa aos objetivos do presente trabalho, de que os interesses econômicos e políticos das oligarquias de São Paulo e do Espírito Santo estavam entrelaçados desde a Primeira República. E tais interesses procuraram sobreviver num período posterior. Quando, em maio de 1935, Abner Mourão assume o mandato de deputado estadual pelo Partido da Lavoura – no lugar de Jerônimo Filho, escolhido senador –, tenta defender na Assembléia Constituinte espírito-santense os interesses do comércio cafeeiro paulista. Mourão propõe, sem êxito, que aquele colegiado se manifeste contra a sobretaxa de 5 *xelins* por saco de café exportado, que deu ao estado capixaba uma arrecadação extra, e pela extinção do Departamento Nacional do Café - DNC, que tinha sido criado em detrimento dos interesses paulistas, já que representava mais uma etapa na federalização do comércio exportador de café.¹⁴¹

O último presidente do Estado na República Velha foi Aristeu Borges de Aguiar, que trabalhou como promotor público em Colatina e Vitória e como advogado do Banco do Brasil.¹⁴² Era ligado a famílias tradicionais do município da Serra, circunstância que o diferenciava dos governantes estaduais que o precederam, todos eles com fortes vínculos familiares e políticos no sul do Estado. Aristeu Aguiar, titular da Secretaria do Governo na gestão de Florentino Avidos, foi indicado para sua sucessão em 1928 pela corrente política bernardinista, já tratada anteriormente, majoritária no Partido Republicano Espírito-santense. Luiz Serafim Derenzi – que participou da administração Aristeu Aguiar, embora em cargo menor – presta um testemunho sobre os muitos membros da família Aguiar que atuavam em altos

¹³⁹ VIDA CAPICHABA, ano VIII, nº 236, 24 jul. 1930.

¹⁴⁰ Ibid., nº 223, 17 abr. 1930.

¹⁴¹ Livro de atas das sessões da Assembléia Constituinte do Estado do Espírito Santo (1935).

¹⁴² DERENZI, 1965.

cargos no período governamental de 1928-1930, mesmo com a intenção de defendê-los dos comentários populares:

Aristeu Aguiar formou um governo de elite, comprovada *a priori*. Na pobreza demográfica do Estado escolheu os melhores valores. Se a escolha recaiu no ambiente familiar, foi apenas o fator confiança que atuou. A pasta dos Negócios do Interior e Justiça foi dada ao Dr. Mirabeau da Rocha Pimentel concunhado do presidente, mas veterano de dois governos na gerência de negócios públicos. A Secretaria da Presidência, ao espírito organizado de Nelson Goulart Monteiro [filho de Bernardino Monteiro]. [...] Ormando Aguiar, chefe das linhas da Estrada de Ferro Leopoldina, foi chamado para a Secretaria de Viação e Obras. [...] Ao experimentado nos problemas urbanos, Moacir Avidos [filho de Florentino Avidos, antecessor imediato de Aristeu Aguiar], foi dada a Prefeitura da Capital. O Serviço de Defesa do Café, base do mais alto interesse econômico do Estado, foi confiado a Audifax Aguiar. A Saúde Pública coube ao irmão mais velho da família, Dr. J. Dukla de Aguiar, intransigente e trabalhador.

E Derenzi completa sua defesa do clã Borges de Aguiar, considerando ser aquela uma “circunstância ocasional” que desencantou o povo, o verdadeiro “culpado” nessa história por atribuir suas carências ao governo:

Os freqüentadores do “Café Globo” e do “Bar Petrópolis” receberam com frieza indisfarçável a nomeação do culto secretariado governamental. Eram todos inatacáveis, porém a singularidade de pertencerem, em maioria, ao grupo familiar, emprestou-lhes coloração suspeita de oligarquia. E quando o povo, por qualquer circunstância ocasional, se desencanta do governo, todos os males que o afligem lhe são atribuídos, porque, dele governo, o povo quer remédio infalível para suas mazelas físicas e morais.¹⁴³

E, por acaso, não era aquele um governo composto por membros da oligarquia espírito-santense? O que ficou acintoso, mesmo aos olhos dos contemporâneos do episódio, foi a circunstância de seus componentes pertencerem, quase todos, a uma *única* família, das poucas que se revezavam no poder estadual. Em outro depoimento, o próprio Derenzi reconhece que Aristeu Aguiar, “apesar da popularidade adquirida no magistério, junto à mocidade, se tornara antipático pela constituição de seu gabinete, todo escolhido em sua parentela doméstica, com poucas exceções. Teve um trágico waterloo”.¹⁴⁴

¹⁴³ DERENZI, 1965, p. 229-230. Na parte transcrita o autor acrescenta a seguinte nota: “O ‘Café Globo’ e o ‘Bar Petrópolis’ reuniam, à tarde, a classe média, onde, com a *blague* característica dos capixabas, se apreciavam os fatos da vida social, política e comercial da cidade”.

¹⁴⁴ TALLON e COSTA, 1980, p. 15.

Após o grave entrevero de 1920, as facções do monteirismo se encontravam numa espécie de trégua política, estabelecida quando da sucessão de Nestor Gomes – solucionada com Florentino Avidos, cunhado dos irmãos Monteiro que se desavieram. Na sucessão do próprio Florentino, a suspensão das hostilidades abertas manteve-se com a escolha de Aristeu Borges de Aguiar que não foi vetado pelos jeronimistas, apesar de pender politicamente para o lado de Bernardino.

As forças políticas espírito-santenses dividiram-se em duas correntes opostas, ao se definirem em relação às candidaturas nas eleições presidenciais de 1930. Uma delas, a majoritária, congregava os políticos que apoiavam o situacionismo nas esferas estadual e federal, ou que alinhavam-se com Washington Luís, mesmo sendo opositores ao governo estadual. Que políticos seriam estes? Os ligados à administração Aristeu Aguiar, os partidários de Bernardino, candidato a senador na corrente governista, e muitos seguidores de Jerônimo Monteiro. Tudo indica que este último político espírito-santense não abraçou de forma entusiasmada a campanha da Aliança Liberal, nem aderiu ao Movimento de Outubro de 1930. Apesar de Osvaldo Aranha ter registrado em extensa carta a Getúlio Vargas de 6/8/1929 – portanto, no início da caminhada aliancista –, quando fazia considerações sobre o apoio político nos estados: “O Espírito Santo melhora. Temos mais os ex-governadores Marcondes e Nestor Gomes e Jerônimo Monteiro”.¹⁴⁵ Estes eram ex-presidentes do estado capixaba que estavam insatisfeitos com a situação política regional e simpatizavam com uma dissidência no plano federal que poderia render-lhes dividendos políticos. O que importa considerar nessa conjuntura é a posição das pessoas realmente comprometidas com a corrente política majoritária. Para designar algumas basta recorrer à chapa situacionista para as vagas de deputado federal nas eleições de 1930, como antes assinalado – Abner Mourão, Xenócrates Calmon, Pinheiro Júnior, José Pedro Aboudib. Não é o caso, no presente estudo, de inquirir com minudência sobre o passado de alguns deles, que se bateram contra a oligarquia Monteiro na República Velha. Em 1930, estavam todos unidos em torno do governo.

A outra corrente, minoritária, vinculou-se à Aliança Liberal e era integrada por alguns políticos como o deputado estadual Fernando de Abreu, um dos participantes da

¹⁴⁵ VÁRIOS AUTORES. *A revolução de 30: textos e documentos*. Tomo I. Brasília, Editora UnB / Rio De Janeiro, CPDOC/FGV, 1981, p. 171.

“revolta” contra a eleição de Bernardino em 1916 e que apoiou Nestor Gomes em 1920; o advogado Afonso Corrêa Lírio, anti-jeronimista extremado; o deputado federal Geraldo Viana, que antes esteve incorporado à corrente bernardinista, mas dissentiu do governo Aristeu; e o juiz de direito João Manoel de Carvalho, filiado intransigente à facção jeronimista. Eles se posicionaram de maneira eqüidistante dessas facções políticas locais, já que, no plano federal, ambas apoiavam a candidatura Júlio Prestes, patrocinada pelo governo federal.

Marta Zorzal e Silva defende posição diferente – considera que a facção jeronimista estava alijada do poder estadual, como de fato estava, e assim os opositores ao governo Aristeu Aguiar só podiam ser partidários dessa facção.¹⁴⁶ O que, por um lado, parece não corresponder à realidade política nacional, onde na conjuntura de 1929-1930 os irmãos Monteiro compartilhavam a mesma posição – o situacionismo de Washington Luís, contra a dissidência de Getúlio Vargas. Por outro lado, no plano estadual, as evidências empíricas indicam que, se João Manoel de Carvalho era adepto de Jerônimo Monteiro, o mesmo não se dava com Fernando de Abreu. E que evidências são essas? Declarações de Carlos Lindenberg mostram o político de Cachoeiro de Itapemirim reforçando a defesa do palácio do governo no episódio da posse de Nestor Gomes: “Aí os amigos de Bernardino, inclusive Fernando de Abreu, Alziro Viana, etc., vieram e trouxeram uns rapazes de fora, não digo que fossem jagunços, mas pelo menos eram pessoas dispostas a reagir, e trouxeram sacos de areia, sacos de feijão e de arroz para botar na janela do palácio para fazer barricada. E assim eles fizeram”.¹⁴⁷ Em Muqui, reduto eleitoral de Geraldo Viana, o “coronel” que, nessa época, apoiava Jerônimo Monteiro era João “Janjão” Vieira da Fraga, cuja família era adversária política de Viana.¹⁴⁸ Quanto a Afonso Correia Lírio, há uma expressa referência de que ele era inimigo de Jerônimo Monteiro, feita por Punaro Bley em suas *Memórias*:

Verifiquei [em outubro e novembro de 1930] que João Manoel de Carvalho e Afonso Lírio eram de política contrária no âmbito estadual, embora próceres da Aliança Liberal. O primeiro era jeronimista apaixonado, isto é, partidário de Jerônimo Monteiro, presidente do Estado no período 1908-1912, e residente no Rio. O

¹⁴⁶ ZORZAL E SILVA, 1995, p. 109-111.

¹⁴⁷ LINDENBERG, 1989, p. 14.

¹⁴⁸ CASTRO, Leandra Passini de. *Fraga, fragata, fragou...: A família Fraga em Muqui – mais de meio século de história*. Vitória: Artgraf, 1990.

segundo, ao contrário, era adversário intransigente daquele político, por motivos sobejamente conhecidos.¹⁴⁹

Resta identificar que motivos seriam esses, o que não se encontra nos propósitos desta dissertação.

Dessa maneira, e recapitulando, com o surgimento da Aliança Liberal, o arranjo das forças políticas no estado sofre uma alteração. As evidências documentais apontam para um quadro político novo na conjuntura de 1929-1930. A maioria dos políticos espírito-santenses continua fiel ao situacionismo nas esferas estadual e federal. Já uns poucos políticos estaduais – que no passado tinham se perfilado nas duas correntes do monteirismo, ou com elas mantido uma relação de independência e mesmo de oposição –, reúnem-se numa facção política que se opõe ao situacionismo no âmbito estadual e federal, tendo em vista o novo panorama político nacional com a presença nele das idéias da Aliança Liberal. Nessa adesão aos postulados aliancistas, esses políticos não foram acompanhados pela maioria dos partidários de Bernardino Monteiro, nem pelos seguidores de Jerônimo Monteiro. No entanto, a política estadual ainda estava fortemente marcada por essas duas facções políticas, que em 1930 também estavam representadas entre os aliancistas. Tal realidade política explicaria, inclusive, a composição da Junta Governativa, em outubro de 1930, com líderes da Aliança Liberal no estado, sendo um deles vinculado à facção jeronimista (João Manoel de Carvalho) e outro possuidor de uma postura política antijeronimista (Afonso Correia Lírio).

Ressalta claro, no exame dessa conjuntura política, o pulo sobre o abismo que os aliancistas deram em termos da política espírito-santense daquela época, numa atitude que nos chega até hoje carregada de forte conteúdo emocional – como costuma sobrevir em períodos de crise do poder. Situação que deve ter sido semelhante ao ocorrido no restante do país com os adeptos da Aliança Liberal. Pulo sobre o abismo não tanto no que diz respeito a João Manoel de Carvalho, juiz de direito em vara da Capital do estado, mas, por exemplo, no que se refere a Geraldo Viana, que tinha construído importante carreira política no sistema oligárquico da Primeira República, eleito seguidas vezes deputado federal. Ele coloca em jogo todo o seu prestígio político ao abraçar com entusiasmo a causa aliancista, não somente

¹⁴⁹ BLEY, Memórias, p. 65v. Em todas as citações desse documento, corrigimos e atualizamos sua ortografia.

fazendo na Câmara Federal uma pioneira, intransigente e contínua defesa da posição de Getúlio Vargas. Começa a questionar o posicionamento de uma entidade como a Associação Comercial de Vitória, da qual era representante no Rio de Janeiro junto à Federação das Associações Comerciais. Quando percebe que esses órgãos serão usados para apoiar a candidatura Júlio Prestes, opta por suas idéias e renuncia à referida representação ainda em agosto de 1929, fato que pode tê-lo incompatibilizado com a diretoria da Associação Comercial de Vitória, no lance ocorrido no final do ano seguinte para escolha do interventor federal no estado, que será tratado mais adiante. O substituto de Geraldo Viana foi o deputado coronel Augusto Manoel de Aguiar Filho, mais um nome do clã familiar então no poder.¹⁵⁰ Boris Fausto registra esse apoio de entidades representativas das classes dominantes a Washington Luís em agosto de 1929.¹⁵¹

Apesar de, no início, contar com poucos adeptos, a propaganda eleitoral aliancista no estado revelou-se agitada, como em outros lugares do país. O jornal *A Gazeta*, oposicionista, relata as reuniões para organização da Aliança Liberal no estado, sempre boicotadas pelo governo. Este chegou a ponto de instruir seus correligionários a não darem quórum para as sessões do Congresso Legislativo, de maneira a evitar os pronunciamentos do deputado Fernando de Abreu que, não podendo falar a seus pares, pronuncia-se no Comitê Central da Aliança Liberal.¹⁵²

Como antes assinalado, do lado situacionista posicionava-se a grande maioria dos políticos estaduais, sobretudo aqueles que ocupavam cargos eletivos ou que almejavam fazê-lo, como pode ser comprovado pela Fotografia 1 (p. 307), que retrata a bancada federal espírito-santense e outros líderes políticos se solidarizando com o presidente do Estado Aristeu Aguiar, quando este presenciou no Rio de Janeiro a leitura da plataforma política do candidato Júlio Prestes, provavelmente em dezembro de 1929.

Mesmo no estado do Espírito Santo do final dos anos vinte, que possuía um ambiente político limitado e provinciano, é possível operacionalizar certas categorias gramscianas, a partir da análise de práticas políticas ocorridas em curto espaço de

¹⁵⁰ Livro de atas das reuniões da diretoria da Associação Comercial de Vitória (1927-1932). Atas das reuniões da diretoria realizadas em 08/08/1929 e 19/9/1929.

¹⁵¹ FAUSTO, 1997, p. 47.

¹⁵² A GAZETA, 04 jan. 1930, p. 1.

tempo, mas num quadro em que as contradições em torno da conquista e manutenção do poder se aguçaram e ficaram mais à mostra. É nítida, por exemplo, a criação de um ambiente favorável à mudança que será operada pelo Movimento de 30, mesmo antes de seu aparecimento. Na luta eleitoral de 1929-1930, constata-se claramente a formação dos novos dirigentes, fossem eles líderes realmente novos, ou antigos, que estavam sendo “transformados”. Esses “condutores” políticos formavam-se ou transformavam-se no âmbito dos “partidos” gramscianos: no jornal de oposição, na coligação oposicionista – a Aliança Liberal –, no preparo de comícios, na formação de comitês eleitorais, em ações “partidárias”, destinadas a organizar a conduta coletiva e ser sua vanguarda. Enfim, numa práxis política realmente modificadora de opiniões e possuidora de forte conteúdo emocional, e que contribuiu para unir o pensar com o sentir e levar à ação política, tarefa efetuada por intelectuais orgânicos da Aliança Liberal no Espírito Santo, alguns já citados antes.¹⁵³ Isso comprova empiricamente o posicionamento de Gramsci, no sentido de que, em primeiro lugar, determinado partido político torna-se dirigente, para depois ser dominante.

Este posicionamento gramsciano fica evidente, por exemplo, ao se compulsarem os poucos números do jornal oposicionista *A Gazeta*, publicados nesse período e que chegaram até nós; pode-se constatar que, naquela conjuntura, uma nova prática política assumiu caráter essencial. Cada discurso oposicionista, cada comício organizado, cada lançamento de manifesto, e toda reportagem jornalística, todo panfleto distribuído, toda adesão aos princípios aliancistas se encaminhavam para a construção de uma nova realidade política que, mais à frente, será coroada com a tomada do poder. Como exemplos dessas ações, pode ser citada a fundação do “Comitê Liberal Espírito-santense” em Vitória e do “Comitê Pró Getúlio Vargas” em São Mateus, já em setembro de 1929.¹⁵⁴

Estas considerações não significam que os rumos do movimento revolucionário em nosso estado já estivessem previamente traçados, ou que os dirigentes forjados na luta tinham plena consciência sobre a dinâmica dos acontecimentos. E, muito menos, que os líderes possuíam algum controle sobre a referida dinâmica – tal situação não existia nem mesmo no plano nacional. As indecisões políticas, as

¹⁵³ Cf. GRAMSCI, 1986, p. 138-139 sobre essa passagem do saber, ao compreender e ao sentir, e vice-versa.

¹⁵⁴ *A GAZETA*, 11 set. 1929, p. 1 e 3.

marchas e contramarchas foram a tônica de agosto de 1929 a outubro de 1930 – os acontecimentos somente se precipitaram devido a fatores diversos, e até imponderáveis, como o assassinato de João Pessoa, em 26 de julho de 1930.¹⁵⁵

A categoria gramsciana de transformismo, pouco utilizada nos estudos históricos em nosso país, é útil para explicar os fatos observados nesta transição política, quando ocorre um “transformismo molecular” – pessoas do Partido Republicano Espírito-santense, em especial alguns de seus “intelectuais”, passam individualmente para a facção aliancista. Depois, com a vitória da revolução, assistimos a parcelas inteiras da elite política espírito-santense – sobretudo aquelas pessoas que se encontravam na oposição antes de outubro de 1930 – aderirem em bloco ao poder dominante, no que Gramsci denominou de “transformismo de grupos”.¹⁵⁶

A República Velha no Espírito Santo inicia o seu fim ao som dos tiros e gritos dados no largo do Carmo em Vitória em meio a comício da Aliança Liberal na noite de 13 de fevereiro de 1930. Muitos depoimentos concordam que as forças policiais do governo estadual reprimiram de forma brutal a livre manifestação dos oposicionistas – soldados encachaçados jogaram os cavalos contra a multidão, e em direção a ela fizeram disparos com armas de fogo.¹⁵⁷

Desta tragédia resultaram cinco mortos, muitos feridos e um desgaste muito grande para a administração estadual. Entre os mortos estavam Elzira Kill Ferraz, jovem que cursava o 4º ano ginasial, e “o tenente Pedro Gonçalves, ajudante de ordens do sr. Secretário do Interior [Mirabeau Pimentel] e um dos mais estimados oficiais do Regimento Policial Militar”.¹⁵⁸ Foram abertos rigorosos inquéritos, como sempre, mas o governo não mais se livrou da imputação de ter iniciado o tiroteio e a carga de cavalaria, num episódio dos mais violentos da campanha aliancista no país.¹⁵⁹ Eis o testemunho da historiadora Maria Stella de Novaes, que morava em uma casa fronteira ao largo do Carmo:

¹⁵⁵ FAUSTO, Boris. A revolução de 30. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Brasil em perspectiva*. São Paulo: Difel, 1968; FAUSTO, 1997.

¹⁵⁶ SAVIANI, Dermeval. Apresentação à 3ª edição. In: NOSELLA, Paolo. *A escola de Gramsci*. 3. ed. rev. atual. São Paulo: Cortez, 2004, p. 11-20. p. 17.

¹⁵⁷ Cf. TALLON e COSTA, 1980. Maria Stella de Novaes ([197-], p. 424) registra que “a polícia montada cercava tudo e até o morro de São Francisco, então mata fechada, foi policiado fortemente. Dali partiu o primeiro tiro!...”

¹⁵⁸ VIDA CAPICHABA, ano VIII, nº 215, 20 fev. 1930.

¹⁵⁹ TALLON e COSTA, 1980.

Na memória de todos os que assistiram ao apagar das luzes e à intensidade do tiroteio, de surpresa, à multidão atenta aos discursos, que eram proferidos, com eloquência e destemor, na escadaria do Colégio [do Carmo], perdura ainda a cena indescritível! Gritos, correria, confusão, crises nervosas e mortes, sob o tiroteio, na escuridão, assinalaram a memorável noite de 13 de fevereiro de 1930 [...].

O Colégio foi invadido!... As casas vizinhas abriram suas portas ao povo tomado de pavor!... Revolta contra o Governo!...

No dia seguinte, Vitória parecia uma cidade após uma catástrofe!¹⁶⁰

Os momentos de dor e pânico permaneceram durante muito tempo no imaginário da cidade de Vitória e, por extensão, do estado capixaba, como provam os exageros acerca do número de mortos no episódio – que, em alguns relatos, chega a dezenas. Ou as brincadeiras que se fizeram do acontecimento como forma de reiterá-lo, de mantê-lo vivo, mesmo que numa dimensão jocosa, para que a tragédia assumisse proporções menores, ou mesmo fosse transmutada em comédia. Numa destas pilhérias, relatava-se em tom sério que dias depois do comício, nas matas do morro de São Francisco, perto da praça do Carmo, apareceram urubus voando; quando o interlocutor se espantava, e indagava qual a causa dessa revoada, vinha a explicação do fato, ainda com seriedade – era o corpo de um chinês que, ferido no tiroteio, fugiu para o mato, tendo lá morrido. Quando o incauto, mais espantado anda, indagava sobre os detalhes, vinha o desfecho da piada com uma frase no sotaque oriental: – China “moleu”, “ulubu” comeu!¹⁶¹

Na madrugada de 14 de fevereiro, as oficinas tipográficas do jornal *A Gazeta* foram empasteladas, e logo se descobre que pessoas pertencentes ao Regimento Policial Militar (a Polícia Militar de então) eram os autores desse outro grave incidente que, conjugado à violenta repressão do comício aliancista, deveria fazer parte do esquema de alguma autoridade governista para aniquilar a oposição.¹⁶² Uma pista para essa interpretação talvez esteja no seguinte trecho do depoimento de Luiz Serafim Derenzi: “Designaram o difícil local fronteiro ao Colégio do Carmo, hoje Praça Afonso Schwab, facilmente bloqueável pelo policiamento”. Não foi permitido

¹⁶⁰ NOVAES, [197-], p. 424-425.

¹⁶¹ Renato Pacheco (1998, p. 41) anota: “Em 4 de dezembro de 1942, em *A Tribuna*, Abílio de Carvalho se refere a 40 e tantos inocentes trucidados. Assim se faz a história”. Luiz Serafim Derenzi (1965, p. 234-235), que assistiu ao comício, descreve o episódio e fala em “inúmeros feridos e uma dezena de mortos”. O mesmo Derenzi apresenta versão mais minuciosa dos acontecimentos em Miguel Depes Tallon e Luciana Osório da Costa (1980, p. 15-17). Outra versão (com “13 mortos”) foi dada por Carlos Lindenberg, presente ao comício, cf. GURGEL, 2000.

¹⁶² *A GAZETA*, ano II, nº 693, 13 fev. 1931, com fotos e comentários sobre o empastelamento realizado no ano anterior.

que o comício, a ser promovido pela caravana da Aliança Liberal, se realizasse na praça Costa Pereira, ampla e com muitos acessos. “Houve pela manhã do dia 13 desentendimento entre o secretário de Justiça [Mirabeau Pimentel] e o Chefe de Polícia. Fernando Rabelo exonerou-se e não lhe foi dado substituto togado. Substitui-o o Cel. de Polícia Hermínio, sem grande autoridade e muito menos instrução”.¹⁶³ Que desentendimento seria esse? O Chefe de Polícia, bacharel em Direito, deve ter se exonerado por discordar de alguma medida repressiva que estava sendo providenciada por parte de membro do governo; exoneração que era uma espécie de anúncio da tragédia que iria acontecer horas mais tarde.

Ainda em fevereiro, membros do governo –, como Nelson Monteiro, secretário da Presidência, Atílio Vivacqua, secretário da Instrução, José Vieira Machado, secretário da Fazenda e Ormando Borges de Aguiar, secretário da Agricultura –, prestam solidariedade coletiva ao secretário de Interior e Justiça, Mirabeau Pimentel, fazendo uma visita à sua casa, gesto a que se associou a revista *Vida Capichaba*.¹⁶⁴

O resultado das eleições presidenciais de março de 1930, por já ser esperado, não teve grande repercussão no estado do Espírito Santo. Também as escolhas para os cargos eletivos da representação capixaba no legislativo federal foram “confirmadas” pelas urnas, como já assinalado. O situacionismo estadual promove medidas para retomar a iniciativa no campo político; por exemplo, organiza o Centro Político “Mirabeau Pimentel” e o Centro Político “Santo Antônio” e considera que “precisamos, com todo o empenho, fundar gremios dessa natureza, para não mais necessitarmos dos estímulos cívicos das famigeradas caravanas...”.¹⁶⁵

No entanto, tudo levava a crer que as forças oposicionistas, nos âmbitos estadual e federal, não mais se contentariam com o resultado das eleições, meramente confirmatório das escolhas limitadas a um pequeno grupo. Um bom indício do aumento da temperatura política no Espírito Santo é o fato de as “classes conservadoras” serem compelidas a manifestar seu apoio ao governo do estado que, como vimos, estava ligado ao situacionismo na esfera federal. Por meio de palavras candentes se pronuncia Oswald Cruz Guimarães, vice-presidente da

¹⁶³ TALLON e COSTA, 1980, p. 15-16.

¹⁶⁴ *Vida Capichaba*, ano VIII, nº 215, 20 fev. 1930.

¹⁶⁵ *Ibid.*, nº 234, 10/7/1930.

Associação Comercial, em discurso lido no palácio do governo nas comemorações pela passagem do 2º aniversário da Administração Aristeu Aguiar em junho de 1930, discurso depois transcrito no livro de atas da entidade, e que não deixa dúvidas acerca da gravidade daquele momento político, e de que lado se encontravam os interesses das classes dominantes espírito-santenses:

Não é das nossas normas, sr. presidente, incensar aquelles que galgam as elevadas funcções de chefe de Estado. Pelo contrario, o commercio é sempre severo nos seus julgamentos e commedido nas suas manifestações.

Neste momento, porém, em que a propaganda de idéas subversivas se intensifica no Paiz, por espiritos ambiciosos de mando, por espiritos mal intencionados que não pretendem senão guindar-se aos cargos que nunca attingiriam, e que graças a Deus nunca attingirão, a Associação Commercial, orgam das classes conservadoras, se sente na obrigação de trazer ao chefe do Estado a sua solidariedade, para que v. exc. se sinta prestigiado, apoiado para resistir cada vez mais forte aos embates dessas idéas de dissolução da familia, do governo, da propriedade, de tudo enfim o que é a base da nossa actual organização.¹⁶⁶

Tresanda nestas palavras o cheiro que durante os próximos anos (e, por que não dizer, as próximas décadas) iria contaminar a política do país com sua pregação anti-subversiva e, especialmente, anticomunista. Nas décadas de 1920 e 1930 e em momentos de crise política, as classes dominantes lançam mão em seus discursos dessa ameaça subversiva genérica, quando não podem identificar com clareza o inimigo, ou desejam municiar as autoridades com pregações que justifiquem a repressão e os desmandos governamentais.¹⁶⁷

A passagem por Vitória, no início de agosto, do corpo de João Pessoa que, de navio, era transportado para enterro no Rio de Janeiro, foi mais um fato político aproveitado pela oposição para continuar a sua pregação contra as oligarquias “carcomidas”, contra os “perrepistas”. Naturalmente que os partidários da Aliança Liberal não iriam conseguir do governo estadual a presença da banda do Regimento Policial Militar na recepção fúnebre e procuraram a banda do orfanato Cristo-Rei; “mas, os pequenos asilados estavam descalços!... Lutava o padre Leandro para sustentá-los! A *Gazeta*, porém, logo providenciou os calçados e, assim, os meninos

¹⁶⁶ Associação Comercial de Vitória (Livro de atas das reuniões da diretoria – 1927-1932. Ata da reunião de 07/7/1930, p. 61 v-62).

¹⁶⁷ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “Perigo Vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva; FAPESP, 2002.

se apresentaram garbosos e cômicos do seu papel, no momento”.¹⁶⁸ Até a circumspecta Associação Comercial – que primava por não se comprometer com injunções políticas passageiras para, acima delas, melhor representar os interesses das “classes conservadoras” –, hasteou sua bandeira nacional a meio mastro e enviou telegrama de condolências à família do morto ilustre.¹⁶⁹

3.4 “Não fica bem a revolução chegar a pé”

“Nesse ponto, é necessário restituir toda importância à trama dos acontecimentos políticos”.¹⁷⁰ Quando, às 17:30 do dia 3 de outubro, a revolução estourou no Rio Grande do Sul e em Minas Gerais, a que se segue a sublevação militar na Paraíba horas depois, o governo espírito-santense é colhido de surpresa e, com o passar dos dias, toma providências para oferecer resistência militar e, tendo em vista a situação excepcional, tabela os preços dos gêneros de primeira necessidade, de forma a evitar especulação comercial.¹⁷¹ Mas a situação político-institucional rapidamente se deteriora.

Naturalmente que no estado do Espírito Santo já deveria estar adiantada a conspiração civil e militar que garantiria a deposição do governo estadual, com a menor resistência possível. Desde 1929, da tribuna parlamentar, o deputado estadual Fernando de Abreu verberava os governos da União e do estado em diversos discursos, misturando idéias de Alberto Torres, Oliveira Viana, Juarez Távora e outros mais. A partir de setembro de 1930 não mais comparece às sessões do Congresso Legislativo – certamente intensificava seus contatos com adeptos do movimento que logo iria acontecer. Em novembro de 1930, vitoriosa a revolução, Fernando de Abreu reúne esses discursos numa obra “de combate”, denominada *Vergastas*.¹⁷² Pessoas adeptas do movimento se infiltram no estado para minar eventuais resistências à revolução, em comum acordo com elementos simpáticos à

¹⁶⁸ NOVAES, [197-], p. 424.

¹⁶⁹ Associação Comercial de Vitória. Livro de atas das reuniões da diretoria – 1927-1932.

¹⁷⁰ FAUSTO, 1997, p. 128.

¹⁷¹ Associação Comercial de Vitória. Livro de atas das reuniões da diretoria – 1927-1932. p. 61 v-62.

¹⁷² ABREU, 1930.

causa que residiam no estado. Pelas *Memórias* de Punaro Bley, somos informados que

[...] o capitão Magalhães Barata e os tenentes Wolmar Carneiro da Cunha e Milton Pio Borges, estes dois últimos antigos e prestigiosos integrantes do 3º B. C. [Batalhão de Caçadores]; e dois ex-alunos da Escola Militar de Realengo, desligados em 1922, José Lindenberg e Jurandir Magalhães [irmão de Juraci Magalhães], haviam chegado a Vitória antes da eclosão do movimento revolucionário, com a finalidade de entrarem em entendimentos com o tenente [Euclides] Lins, tesoureiro [intendente] do 3º B. C. e representante da Revolução em Vitória, no sentido de levantarem a Guarnição Federal, o que não ocorreu devido a ação rápida das autoridades estaduais.

Como decorrência, Barata fugiu para Cachoeiro do Itapemirim, de lá alcançando Minas Gerais; Wolmar e Pio Borges foram obrigados a se homizarem na casa de um pescador; José Lindenberg e Jurandir Magalhães, presos.¹⁷³

A polícia estadual agia, e pessoas notoriamente comprometidas com os ideais tenentistas eram detidas, tão logo aparecessem no estado. É o caso do tenente José Sinval Monteiro Lindenberg que, por ter participado das revoltas tenentistas dos anos de 1920, foi preso em Vitória e recambiado para o Rio de Janeiro de navio, mas antes do desembarque ganhou a liberdade, graças a um primo que trabalhava na Polícia Marítima. Assim, a infiltração dos revolucionários no estado é feita de modo muito discreto, de modo a não levantar suspeitas dos agentes do governo. Carlos Lindenberg, que se integrou ao movimento para ajudar ao seu irmão José, deu apoio a alguns tenentistas: no dia 4 de outubro “pegou o carro de Asdrúbal Soares emprestado e o entregou ao primo Durval Avidos, que foi a Viana buscar os revolucionários [Joaquim Magalhães Barata e Wolmar Carneiro da Cunha]. Durval os trouxe para uma chácara que Anísio Fernandes Coelho [cunhado de Carlos] tinha em São Torquato, na época um bairro deserto do município de Vila Velha”.¹⁷⁴ Qual o significado destas ações? Elas ilustram de forma eloqüente a derrocada do sistema político da República Velha – quando pessoas pertencentes às classes dominantes passaram a apoiar francamente o movimento revolucionário, mesmo não tendo se empenhado na campanha da Aliança Liberal, o colapso do regime já era dado como certo.

¹⁷³ BLEY, *Memórias*, p. 62-62v.

¹⁷⁴ GURGEL, 2000, p. 64.

O governo de Washington Luís, nos seus estertores, envia a Vitória um grupo de sete oficiais do Exército e treze sargentos, sob o comando do coronel José Armando Ribeiro de Paula, encarregado de organizar a resistência militar aos insurretos. O grupo de militares, aqui chegado no dia 10 de outubro, trouxe também algum material bélico. O capitão Bley, futuro interventor federal no estado, integrava o estado-maior do coronel José Armando, destinado a planejar ações para reprimir a revolução, e esta circunstância é lembrada por pessoas que viveram na época.¹⁷⁵ Em suas *Memórias*, e em depoimentos diversos que prestou, Punaro Bley sempre enfatiza sua disposição de desertar para o lado revolucionário assim que chegasse ao Espírito Santo. Tal fato não ocorreu de imediato segundo o próprio Bley, que preferiu intensificar os contatos com os oficiais comprometidos com a revolução e que já se encontravam no estado, ou para aqui vieram junto com o coronel José Armando de Paula. Os tenentes Celso Lobo e Sady Martins Vianna, simpáticos à causa da revolução, são mandados para o sul do estado, com instruções para não oporem resistência ao avanço da coluna revolucionária proveniente de Minas pelo eixo Carangola, Veado (atual Guaçuí), Alegre e Cachoeiro de Itapemirim. O tenente Marroig, localizado em Colatina, recebe as mesmas instruções no que se refere à coluna que também de Minas iria progredir no eixo de marcha Baixo Guandu, Colatina, Vitória.¹⁷⁶

No 3º Batalhão de Caçadores, localizado em Vila Velha, agem os tenentes Carlos Marciano de Medeiros e Euclides Lins. No Regimento Policial Militar do Estado, pessimamente armado e municiado, também trabalham elementos que não escondiam seu apoio à revolução, como o tenente Nicanor Paiva. As providências do governo estadual se limitaram à organização de “dois ‘Batalhões Patrióticos’, organizados por empreiteiros de estradas de rodagem, seus fracos efetivos constituídos por pobres operários, recrutados sob promessas de roupas, calçados, alimentação e problemático soldo”.¹⁷⁷

O presidente Aristeu foi “cozinhado em fogo brando” pelos oficiais simpáticos à causa revolucionária, que afirmavam estar adotando a tática do marechal Joffre, herói da 1ª Guerra Mundial – recuar para oferecer resistência num ponto mais

¹⁷⁵ NOVAES, [197-]; LIMA SOBRINHO, Barbosa. *A verdade sobre a Revolução de Outubro – 1930*. 2. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

¹⁷⁶ BLEY, *Memórias*, p. 62v.

¹⁷⁷ *Ibid.*, p. 61v.

defensável. Já era tarde demais quando Aristeu Aguiar compreendeu que esse ponto era a ilha de Vitória, facilmente neutralizada, do ponto de vista militar, pelo corte em seus suprimentos de água e eletricidade.¹⁷⁸

O governo mineiro, presidido por Olegário Maciel, estava comprometido com a revolução, cujo chefe militar em Minas “era o tenente-coronel Aristarco Pessoa (irmão de João Pessoa), tendo em seu estado-maior Leopoldo Néri da Fonseca e Cordeiro de Farias”.¹⁷⁹ Certamente que esses revolucionários elaboraram um plano militar estratégico para que suas ações fossem conseqüentes e vitoriosas na conquista do poder. Se realmente existiu tal plano e se ele foi divulgado, não temos conhecimento. Contudo, considerando as ações guerreiras desencadeadas a partir de Minas Gerais, pode-se inferir que o controle militar do estado do Espírito Santo foi planejado para que ocorresse sob a iniciativa do seu poderoso vizinho situado a Oeste, e um dos líderes do Movimento de Outubro de 30. Com a vitória da revolução praticamente garantida em Minas, colunas de forças revolucionárias concentram-se nas fronteiras com o Espírito Santo e, no dia 14 de outubro, o invadem simultaneamente por diversos pontos.¹⁸⁰ Acompanhando o traçado dos principais eixos ferroviários existentes no estado então, essas colunas revolucionárias, caso fosse necessário e num movimento de pinça, chegariam até a capital capixaba que, devido ao seu porto, era um objetivo estratégico importante.

A principal dessas colunas tomou o caminho do vale do rio Doce, pelo leito da Estrada de Ferro Vitória a Minas, e ficou parada na altura de Baixo Guandu, na divisa entre os dois estados, à espera de que o governo do Espírito Santo fosse persuadido da inutilidade da resistência. Nada melhor que uns poucos versos de Carlos Drummond de Andrade – que, inclusive, cita a localidade onde essa coluna ficou estacionada –, para reconstituir parte da situação vivida pelo país:

[...] A esta hora no Recife, / em Guaxupé, Turvo, Jaguará, / Itararé, / Baixo Guandu, / Igarapava, / Chiador, / homens estão se matando / com as necessárias cautelas. / Pelo Brasil inteiro há tiros, granadas, / literatura explosiva de boletins, / mulheres carinhosas cosendo fardas / com bolsos onde estudantes guardarão retratos / das respectivas, longínquas namoradas, / homens preparando discursos, / outros, solertes, captando rádios, / minando pontes, / outros (são

¹⁷⁸ LIMA SOBRINHO, 1975, p. 151.

¹⁷⁹ MURAKAMI, Ana Maria Brandão (Org.). *A Revolução de 1930 e seus antecedentes*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC; Nova Fronteira, 1980. p. 139.

¹⁸⁰ Ibid., p. 139.

governadores) dando o fora, / pedidos de comissionamento / por atos de bravura, / ordens do dia, / “o inimigo (?) retirou-se em fuga precipitada, / deixando abundante material bélico, / cinco mortos e vinte feridos...” / Um novo, claro Brasil / surge, indeciso, da pólvora. / Meu Deus, tomai conta de nós. [...].¹⁸¹

Esse contingente militar ficou conhecido como Coluna Amaral, por ser comandado pelo coronel Octávio de Campos Amaral, que participou ativamente da campanha da Aliança Liberal, e que, no período revolucionário, não se constituía em mais um oficial da Polícia Militar mineira, mas era o seu próprio comandante-geral e, portanto, pessoa de confiança do presidente Olegário Maciel.¹⁸² A coluna Amaral compunha-se de soldados da poderosa guarnição militar do estado de Minas Gerais e de voluntários oriundos do vale do rio Doce. Dentre os seus participantes mais conhecidos estavam Manoel Vilá, ex-sargento do Exército, e os civis Mário Tavares, Ademar Távora – irmão de Juarez Távora, e depois nomeado interventor em Colatina –, Agliberto Pires e Manoel Roque, respectivamente advogado e dono de cartório na mesma cidade.¹⁸³ Aconteceram algumas escaramuças na altura de Aimorés e Baixo Guandu, de que resultaram poucas baixas (entre mortos e feridos) de ambos os lados da contenda.¹⁸⁴

O sul do estado – região economicamente importante na época, como vimos –, foi controlado por outra coluna militar que, a partir de Carangola, Minas Gerais, e seguindo o traçado ferroviário da Leopoldina, entrou no Espírito Santo e ocupou Guaçuí (então denominado Veado), Alegre, Castelo e Cachoeiro de Itapemirim, Muqui e Mimoso (na época um distrito de São Pedro do Itabapoana). Era comandada pelo major Joaquim Magalhães Barata, que depois foi interventor no Pará, e tinha como subcomandante o tenente Serôa da Mota. Dela faziam parte alguns “chefes civis, Fernando de Abreu, Genaro Pinheiro, Dermeval Amaral, Adílio Valadão e outros”.¹⁸⁵ Tinha até um capelão, o padre Brandão. Almeida Cousin, escritor e farmacêutico, refere-se a este padre em seu livro de memórias:

¹⁸¹ ANDRADE, Carlos Drummond. *Reunião*: 10 livros de poesia. Rio de Janeiro, José Olympio, 1971. p. 26-27.

¹⁸² ABREU, Alzira Alves de. (Coord.). Ed. rev. atual. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001. 5 v. p. 201.

¹⁸³ BLEY, Memórias, p. 62; TALLON e COSTA, 1980, p. 134.

¹⁸⁴ Cf. TALLON e COSTA, 1980, p. 43-94; LIMA SOBRINHO, 1975, p. 151; COUSIN, Almeida. *Mundos e fundos*: segunda parte de cem anos de memórias. Rio de Janeiro: Cátedra, 1975. p. 139.

¹⁸⁵ BLEY, Memórias, p. 61v. A graduação de major era atribuída ao capitão Barata de acordo com o costume vigente nas lutas tenentistas dos anos vinte, assim como Juarez Távora e Luís Carlos Prestes recebiam a qualificação de generais.

Cachoeiro de Itapemirim, centro ferroviário, tornara-se o Q. G. do sul do Estado. Estive ali no momento agudo (anda guardo o passaporte), trazido em tróleis de linha e autorizado a buscar recursos urgentes, para uma doente grave. O entusiasmo de lenços vermelhos enchia aquele reduto de Fernando de Abreu. Falei com ele e mais alguns. Impressionou-me principalmente um padre revolucionário, desassombrado, de lenço vermelho também.¹⁸⁶

A Fotografia 2 (p. 308) mostra o comando do contingente revolucionário que ficou depois conhecido como Coluna do Major Barata. Os personagens retratos receberam na fotografia original uma numeração que traduz uma evidente hierarquia. Nela Fernando de Abreu ocupa posição de destaque, logo depois dos chefes militares e antes do capelão militar. Enquanto todos posam de frente, Fernando de Abreu mantém-se de perfil, em uniforme militar, mas segurando um papel na mão. A unir os protagonistas, além das idéias, os lenços vermelhos no pescoço.

Os soldados rasos dessa coluna não seriam tão garbosos como seus comandantes, a se crer em diversos relatos, alguns deles contemporâneos dos acontecimentos. Ormando Moraes, jovem à época, rebusca suas lembranças e, ao nos oferecer uma descrição da chegada dessa coluna a Cachoeiro de Itapemirim, registra também a precariedade dos seus soldados:

Afinal, para nosso entusiasmo, porque iríamos ter o privilégio de presenciar um fato histórico e nosso peito ficaria lavado da dor da inveja pelos que estavam na boa vida em Marataízes, foi anunciada para dia 18 de setembro [sic, 16 de outubro] de 1930 a chegada dos revoltosos pelo trem da Leopoldina, que não ficava bem a revolução chegar a pé. A maioria dos adultos, principalmente mulheres, se cagava de medo e, a não ser pessoas mais humildes, apenas a numerosa molecada estava na estação naquela manhã de sol e foi uma grande decepção quando apenas uns 200 homens desceram do trem, mal encarados, mal vestidos, vários descalços, barba por fazer, cabelos desgrehados, sujos, alguns com fuzis, ou espingardas, ou revólveres, outros com facões, muitos aparentemente desarmados, mas todos de lenço vermelho no pescoço e sob o comando de alguns militares e civis de melhor aparência, seguiram tristes e cabisbaixos, sem foguetes e sem discursos, sem banda e sem tambores, na direção do campo de Estrela F. C., onde acamparam para nosso desgosto, visto que ficamos privados por algum tempo de participar dos treinos ao meio-dia do time dos padeiros [...]. Eta revolução porreta.¹⁸⁷

¹⁸⁶ COUSIN, 1975, p. 139.

¹⁸⁷ MORAES, Ormando. *Não fica bem a revolução chegar a pé*: crônicas e relatos. Vitória: [s.n.], 1979. p. 15-16.

No dia 16 de outubro, a cidade de Cachoeiro de Itapemirim é ocupada, sem resistência, pela Coluna do Major Barata.¹⁸⁸ Por esses dias, Almeida Cousin estava em São Felipe, então um distrito de Cachoeiro de Itapemirim e atual sede do município de Atílio Vivacqua, e viu assim a ocupação do local pelas forças do movimento revolucionário:

Ordem. Respeito à população. Proibição de cachaça.

Entretanto, nem todos aqueles invasores eram boa coisa. No meio de voluntários civis, revolucionários conscientes, vindos de Minas ou aderentes do caminho, grande parte da tropa era da maludagem e negrada, contratada ou mandada pelos coronéis montanhese, armados de winchester, de lenço vermelho ao pescoço, e ainda com as suas facas, revólveres e garruchas pendentes da cintura. A *Revolução pagava diárias*. Muita gente sem trabalho ia-se-lhe englobando pelo caminho.

De noite acenderam uma fogueira perto do coreto dos leilões da igreja. Cantaram, dançaram e gritavam: – “O Espírito Santo virou Minas! Virou Carangola! Virou Carangola!...”

Aqueles não estavam entendendo a Revolução que realizavam. Mas, sem cachaça e com disciplina, que os chefes sabiam impor, não sei de nenhum abuso que praticassem.¹⁸⁹

Essas colunas revolucionárias não foram organizadas de forma aleatória. Em certo sentido, elas podem ser comparadas a uma espécie de caravana eleitoral. Assim, não é por mera coincidência que políticos já militantes no estado, como Genaro Pinheiro e Fernando de Abreu, vão até Minas, de onde voltam com a Coluna do Major Barata, e são depois designados para interventores, respectivamente, nas prefeituras de Alegre e Cachoeiro de Itapemirim, seus redutos eleitorais, ou de suas famílias, antes de outubro de 1930. Da mesma forma, a Coluna Amaral beneficiou determinadas tendências políticas. De Aimorés, Waldemar Pequeno, líder aliancista local e que tomou as primeiras providências práticas a favor da revolução até a chegada do contingente militar mineiro, manda portador a Itaguaçu incentivando que ataquem Baixo Guandu pela retaguarda, com os cem homens que lá existem e estão sob as ordens de um seu irmão médico e do coronel Antônio Martinho Barbosa que, depois de outubro de 1930, será novamente entronizado no poder local.¹⁹⁰ Colatina assiste também a situação semelhante – pessoas influentes na sua política no pós-30 foram a Minas e depois desceram para o estado com as tropas da Coluna Amaral – Agliberto Pires e Manoel Roque, como já citado. Mais do que um

¹⁸⁸ BLEY, Memórias, p. 63 e 64; TALLON e COSTA, 1980, p. 139; GURGEL, 2000, p. 66.

¹⁸⁹ COUSIN, 1975, p. 138. Grifo nosso.

¹⁹⁰ TALLON e COSTA, 1980, p. 93.

papel militar, essas colunas tiveram um caráter político, e nos rastros de suas passagens foram deixando figuras-chave nos locais em que atuaram diretamente. Ou, em outros termos, para além de uma parada militar, essas colunas fizeram um passeio político no sul e no norte do estado.

Isso tudo pressupõe uma certa combinação de forças políticas e uma certa organização conspirativa por parte das oposições locais, a que a campanha da Aliança Liberal deu alento. Os líderes aliancistas nos municípios se comunicam e se reconhecem de tal forma que podem rapidamente concertar ações no decorrer do processo revolucionário e nas definições políticas que se seguiram à tomada do poder. Como os principais protagonistas não deixaram depoimentos circunstanciados sobre suas práticas, somente por informações indiretas podemos saber de suas ações. Punaro Bley refere-se a Fernando de Abreu liderando uma vanguarda revolucionária e, de posse de um trem, chegando à estação de Soturno vindo de Cachoeiro no dia 16 de outubro.¹⁹¹ E Barbosa Lima Sobrinho informa que, num “movimento contornante” para tomar a cidade de Campos, quatro colunas foram organizadas, sendo que uma delas “vinha pelo litoral, comandada por um deputado estadual do Espírito Santo, o Sr. Fernando de Abreu, que já havia ocupado São João da Barra”.¹⁹²

Por não terem sido fixados em documentos e reminiscências, perderam-se os detalhes, as marchas e contramarchas, as ordens e as contra-ordens, as senhas e contra-senhas, os avisos, acordos, pactos de sangue, alguns gestos maiores e muitos menores, mas que juntos concorreriam, agora, para dar melhor sentido ao todo orgânico do processo revolucionário e de suas conseqüências políticas. Contudo, os resultados políticos concretos, justamente eles, nos levam a entrever o que de fato aconteceu – a renovação de lideranças, o que será tratado mais adiante. Como é comum em momentos de rupturas políticas, a mudança institucional precisou ser legitimada por alterações simbólicas – novos personagens, novas práticas políticas. E nisso tais colunas revolucionárias – seus integrantes de lenço vermelho no pescoço –, contribuíram para marcar aos olhos da população que se construía tempos novos.

¹⁹¹ Cf. BLEY, Memórias, p. 64.

¹⁹² LIMA SOBRINHO, 1975, p. 152.

Existem registros da atuação no Espírito Santo de uma outra coluna, “a mais fraca de todas, constituída somente por irregulares, comandada pelo famoso João de Calhau, [e que] marcharia por Afonso Cláudio – Itaguaçu – Santa Teresa”. João de Calhau era chefe político em Ipanema, Minas Gerais.¹⁹³ Existem também referências à Coluna de Manhumirim; o tenente Porcino, que a comandava, era integrante da Força Pública mineira. Em fevereiro de 1931, a revista *Vida Capichaba* publica uma fotografia dessa coluna com a seguinte legenda: “Parte da columna revolucionaria de Manhumirim, Minas, que, de 15 de outubro do anno p. passado, sob o commando do tenente José Teixeira Porcino e direcção do dr. Joaquim Cabral, operou no Estado do Espirito Santo, invadindo-o pelos municipios do Rio Pardo, Muniz Freire e Castello”.¹⁹⁴

Após vitoriosa a revolução, houve casos de falsas colunas, quando bandidos comuns se aproveitaram dos momentos de indefinição política e insegurança pública para extorquir o comércio e a população, como foi o episódio da Coluna do Capitão Ventura, que dominou Afonso Cláudio por quase uma semana, até ser reprimida por um contingente militar mandado da capital do estado.¹⁹⁵

Dona Enedina Nascimento Jahel, residente em Vitória no alto da ladeira Caramuru, recebeu a informação por um soldado de polícia que as tropas mineiras estavam para invadir o Espírito Santo e que ocorreriam muitos casos de violência. Não teve dúvida, em companhia de suas filhas moças foi se refugiar na Serra.¹⁹⁶ Este é um exemplo, de inúmeros que podem ser citados, do clima de terror existente naqueles dias. Um jornal aliancista registra que tal clima foi espalhado pelo *Diário da Manhã*, então órgão oficial, e refere-se ao êxodo de famílias da capital.¹⁹⁷ “Ao chegarmos no dia 10 de outubro a Vitória encontramos a cidade alarmada com boatos que já circulavam sobre concentrações revolucionárias nas fronteiras do Estado”, nos afiança Punaro Bley.¹⁹⁸ A difusão desses boatos poderia, em princípio, interessar ao governo, para evitar que a população aderisse ao movimento revolucionário, ou a ele se mostrasse solidária. Mas os boatos certamente escaparam ao controle e foram exagerados de parte a parte – “em tempo de guerra, boato é como terra”. A

¹⁹³ BLEY, Memórias, p. 62; TALLON e COSTA, 1980, p. 134.

¹⁹⁴ Cf. *VIDA CAPICHABA*, ano IX, 07 fev. 1931.

¹⁹⁵ HADDAD FILHO, José. *A coluna do capitão Ventura & outras histórias*. Vitória: [s.n.], 2003. p. 7-18.

¹⁹⁶ Informação obtida em 21/02/2005 junto à historiadora Luciana Osório da Costa, neta da pessoa citada.

¹⁹⁷ Cf. *A GAZETA*, 21 out. 1930, p. 4.

¹⁹⁸ TALLON e COSTA, 1980, p. 133.

professora Maria Stella de Novaes, residente na capital, presta também seu depoimento:

E o tempo continuou a correr, até que, a 3 de outubro, uma notícia extraordinária abalou o povo capixaba, e desviou-lhe a atenção de todos os assuntos: – “Estalou a Revolução!” E ninguém podia tratar de outra coisa. Os jornais eram devorados, lidos e relidos, passados aos amigos e conhecidos. Os cálculos mais assombrosos provocavam acaloradas entrevistas de comadres, compadres, correligionários, amigos e até inimigos: – muita gente aproveitou para fazer as pazes e reforçar assim as fileiras partidárias.

– E os boatos?

– Falta-nos espaço para registrá-los.¹⁹⁹

Nesse período de incertezas políticas e aberta crise institucional, os representantes das classes dominantes, que se agrupavam na Associação Comercial de Vitória, não ficaram de braços cruzados. Ao contrário, se movimentaram e, descobre-se agora, tiveram um papel decisivo na definição dos acontecimentos políticos.

Os diretores da Associação Comercial visavam resguardar seus interesses e os da coletividade quando propuseram ao presidente Aristeu Aguiar um acordo com os revolucionários para deixar o poder. O temor daqueles diretores – como, de resto, deve ter sido de muitas pessoas de responsabilidade no Espírito Santo daqueles dias –, era que o governo tentasse alguma medida extrema de resistência, ocasionando novo derramamento de sangue, numa tragédia semelhante ou pior que a ocorrida no 13 de Fevereiro. Na memória coletiva ainda estava muito vivo esse acontecimento, no qual as autoridades civis e militares do estado tinham se excedido nas medidas de violência contra o povo. Assim, com as colunas mineiras forçando as fronteiras do estado e no intuito de evitar um mal maior, diretores da Associação Comercial de Vitória, em 15 de outubro, se dirigiram ao palácio do governo com o objetivo de propor ao presidente Aristeu um acordo com as forças revolucionárias, de forma a poupar vidas e maiores contratempos à população espírito-santense, conforme relataram pouco tempo depois:

Nesses dias de anciedade, não só do commercio como de toda a população da cidade, a Directoria da Associação Commercial, por nós representada, esteve em intimo contacto com os elementos officiaes, procurando demovel-os de uma resistencia inutil, que apenas poderia fazer sacrificio de vidas.

¹⁹⁹ NOVAES, [197-], p. 425.

Assim é, que, em companhia do Presidente Honorario dessa Associação [Antenor Guimarães?], dirigimo-nos ao Presidente do Estado, dr. Aristeu de Aguiar, a quem fizemos ver os inconvenientes de uma resistencia, em beneficio de nossa população. Fomos ainda mais longe, senhores, levamos à S. Exc. a proposta de um accordo com os elementos revolucionarios, representados pelo dr. João Manoel de Carvalho que, obsequiosamente havia accedido ao nosso appello para ir parlamentar com o Commandante da Columna Revolucionaria.

Sua Excellencia garantiu-nos, então, sob palavra, que, no seu governo não correria sangue em nossa cidade e que elle saberia corresponder ao appello que lhe faziamos. Quanto ao accordo proposto, disse-nos o Presidente do Estado, que deliberaria dentro de 24 horas, convencido que estava de que dentro desse prazo a situação se resolveria sem sacrificio para o nosso povo.

Cumprindo sua palavra, o sr. dr. Aristeu de Aguiar retirou-se no dia immediato, para bordo do vapôr italiano “Atlanta”, ficando a cidade a espera da Columna Revolucionaria.²⁰⁰

Tudo indica que o ainda governante interpretou esse “apelo” da Associação Comercial como um ultimato. À vista daquelas circunstâncias, sua interpretação estava correta, já que representava a retirada do seu mais importante sustentáculo institucional. Aristeu Aguiar comunicou aos dirigentes da Associação que decidiria em 24 horas. Dentro deste prazo, no início da manhã do dia 16 de outubro, deixou o palácio do governo e, com sua família, se refugiou no navio cargueiro italiano *Atlanta*, que se encontrava no porto da Capital. Seu concunhado, Mirabeau Pimentel, então Secretário do Interior e Justiça, se esconde “num navio da Costeira que ia de viagem para a Bahia”.²⁰¹ Em 26 de outubro o mesmo Mirabeau, “quando saltava de bordo do *Atlanta*, procedente da Bahia, foi preso” no Rio de Janeiro; no dia 30 já se encontrava detido na capital capixaba.²⁰² É possível que essas fugas no dia 16 de outubro tenham sido precipitadas pelo pânico que se estabeleceu em Vitória com a notícia da próxima chegada dos revolucionários mineiros pela Estrada de Ferro Vitória a Minas. Como Joaquim Teixeira de Mesquita, vice-presidente do estado, encontrava-se ausente de Vitória, assume o governo o presidente do Congresso Legislativo, Antônio Francisco de Ataíde. Este percorre as ruas da Capital acalmando a população e cerca de três horas depois entrega o poder ao coronel José Armando de Paula, nomeado interventor militar no Espírito Santo pelo ministro da Guerra, em nome do presidente da República Washington Luís.²⁰³

²⁰⁰ Cf. ANEXO A.

²⁰¹ BLEY, Memórias, p 63.

²⁰² Cf. A GAZETA, 27 out. 930, p. 1 e 30 out. 1930, p. 6.

²⁰³ Detalhes deste último episódio estão nas *Memórias* de João Punaro Bley.

A fuga de Aristeu Aguiar no dia 16 foi recebida com indignação pela maioria dos membros do poder legislativo estadual, especialmente por antigos políticos, como o seu presidente, Antônio Francisco Ataíde, e por Ubaldo Ramalhette Maia. No dia 22 de outubro o Congresso Legislativo Estadual se reúne para deliberar sobre a vacância do cargo de presidente do estado. Para caracterizar de modo marcante a renúncia de fato do presidente do estado ao seu cargo, o deputado Alarico de Freitas refere-se à “maneira precipitada por que [Aristeu Aguiar] abandonou o poder; a situação de indesejável em que se collocou em face do povo que o elegeo; a maneira por que, entre o escarneo publico atravessou as ruas desta Capital procurando asylo sob a bandeira de um navio estrangeiro”.²⁰⁴ As informações, trazidas ao plenário do Congresso Legislativo por Lauro Faria Santos, também reforçam a renúncia de fato do presidente do estado ao seu cargo:

Sr. Presidente, fui testemunha ocular dos acontecimentos que se passaram no Palacio do Governo na manhã de 16, quando chegou em Palacio o Coronel Commandante das forças do Exercito, já o Sr. Presidente Aristeu Aguiar não mais se encontrava no edificio, e esse Coronel foi recebido pelo Sr. Xenocrates Calmon, com o qual manteve uma conferencia – a que não assisti – não muito demorada. Em seguida o Sr. Xenocrates Calmon, declarou aos presentes, entre os quaes eu me achava, que o Sr. Dr. Aristeu Borges de Aguiar, entre uma Presidencia de Estado e sua Exma. esposa cuja saude estava no momento gravemente abalada optava pela mãe de seus filhos, o que a elle se afigurava muito natural.²⁰⁵

Compreende-se a indignação desses políticos ligados ao antigo regime, quando a revolução já era vencedora – eles queriam salvar a própria face, na conhecida e pouco praticada conduta de “ao rei tudo, menos a honra”. De acordo com os debates parlamentares, alguns deles fizeram questão de proclamar sua discordância com a nova realidade institucional e consideravam que, perante o ato de força, Aristeu Aguiar, ao invés de fugir, deveria ter simplesmente entregado o poder. Nesse sentido, o deputado Lauro Faria Santos proclama: “não tenho nenhuma ligação com o partido politico que atualmente domina o nosso Estado, e não enverguei ainda o lenço vermelho, porque sou dos que pensam que a salvação do Brasil não deverá ser feita pelas armas, mas no terreno das idéas e do respeito às leis”.²⁰⁶

²⁰⁴ TALLON e COSTA, 1980, p. 113-114.

²⁰⁵ Ibid., p. 111.

²⁰⁶ Ibid., p. 111-121.

A designação do coronel José Armando de Paula como interventor militar no estado foi um gesto de desespero de Washington Luís e de seus auxiliares diretos, especialmente do seu ministro da Guerra. O pretexto formal para a medida foi o fato de o território capixaba ter sido invadido por forças militares de outro estado, caracterizando uma guerra civil, o que na Constituição Federal de então era um dos casos em que se justificava a intervenção do governo da União nas unidades federadas. Tal providência por parte de um governo em seus últimos dias, e que teimava em não enxergar as rápidas mudanças na realidade político-institucional, deixa indignados os membros da diretoria da Associação Comercial, que receberam a nomeação de um interventor militar para o estado como um gesto de afronta da administração que se desagregava a olhos vistos, e um desafio ao acordo que fizeram com o presidente estadual deposto:

Nesta expectativa, fomos surpreendidos pelo gesto de franca hostilidade do Vice, aliás, ex-Presidente da Republica, dr. Washington Luiz, ao Governo aqui decahido e aos nossos propositos humanitarios, nomeando um interventor federal, encarregado da resistencia aos revolucionarios.²⁰⁷

Os referidos diretores reiteram ao interventor militar o mesmo acordo de não resistência às tropas revolucionárias. Por meio de contatos com militares adeptos da revolução, parte da diretoria da Associação Comercial de Vitória, composta por seus membros mais atuantes e de maior peso político, mudou de atitude em relação ao Movimento de Outubro de 1930. Devemos ouvir novamente os diretores da Associação Comercial de Vitória, Juvenal Ramos, Oswald Cruz Guimarães e Gabino Pessoa, agora justificando sua adesão ao movimento revolucionário:

A situação agrava-se, pois. Não vacillamos. Em data de 15 [sic, 16] dirigimos ao interventor [militar, nomeado por Washington Luís] o officio que incluimos por copia e fomos procural-o pessoalmente, levando os mesmos propositos que nos animava quando conferenciamos com o dr. Aristeu de Aguiar.

Fomos attendidos pelo Chefe do Estado Maior, sr. Major Paes Brasil, para quem appellamos em nome de nossa população. Aquelle illustre militar, em longa conferencia connosco, tomou o compromisso formal de que não correria sangue em nossa cidade, seriam respeitadas a vida e as propriedades das autoridades decahidas e garantidas a ordem publica e o lar das familias.

Sob essas condições, que foram realmente cumpridas pelo sr. Major Paes Brasil, com seu reconhecido cavalheirismo acceitamos os principios revolucionarios, firmando, nessa occasião, o documento de

²⁰⁷ Cf. ANEXO A.

16 de outubro, quando ainda existiam duvidas sobre a victoria da causa revolucionaria, pela ausencia quasi absoluta de noticias do resto do paiz.

Passámos, então a ajudar, auxiliar aos proceres da revolução, com todas as nossas forças, todos os recursos de que podíamos dispôr, na ancia de uma victoria que não nos beneficiaria pessoalmente, mas sim à população de nossa Capital.

Veio a Victoria da causa a que fomos convidados a abraçar e que abraçámos certos de prestarmos assim real serviço às classes conservadoras e ao povo e, como o publico ignorasse a somma de serviços por nós dispensada, os sacrificios a que nos expuzeramos, em beneficio geral, mantivemo-nos em attitude de amistosa expectativa, não comparecendo a Palacio senão para attender a chamados da Junta Governativa quando entendia ouvir-nos nas medidas de interesse geral que precisava ir tomando.²⁰⁸

Depois de passada a fase aguda da situação política, esses associados – que realmente detinham o mando na entidade –, comunicam aos demais companheiros de diretoria as providências de adesão e colaboração com os revolucionários, que são aprovadas, depois de protestos formais de alguns diretores mais recalcitrantes, ou que eram aliancistas há mais tempo... E, dessa forma, os representantes das “classes conservadoras” – como na época se autodenominavam as classes dominantes –, defendem os seus interesses, alinhando-se com quem detém o poder político de fato. Os detalhes sobre as mudanças da atitude dos diretores da Associação Comercial estão no ANEXO A, que transcreve integralmente a ata da reunião da diretoria daquela entidade ocorrida no dia 6 de novembro de 1930. Referida transcrição objetiva oferecer, por inteiro e de forma viva, o registro da crise político-institucional por que passava o estado do Espírito Santo. A participação dessa entidade de classe mostrou-se também decisiva em outro momento de definição política, como se verá mais adiante.

Devemos notar que o major Paes Brasil – citado na ata da Associação Comercial, na obra de Barbosa Lima Sobrinho, e em depoimento de Bley – era chefe do Estado-maior do coronel José Armando de Paula.²⁰⁹ O seguinte registro de Bley ajuda a explicar o acordo que o major Paes Brasil tinha feito com a Associação Comercial no sentido desta adotar os princípios revolucionários para, em troca, se evitarem combates na capital do estado: ao regressar de Cachoeiro de Itapemirim na manhã de 17 de outubro, e “dirigindo-me, nesse dia, ao palácio do governo, encontrei ali um

²⁰⁸ Cf. ANEXO A.

²⁰⁹ Cf. ANEXO A; LIMA SOBRINHO, 1975, p. 150; TALLON e COSTA, 1980, p. 133.

ambiente de grande alvoroço, com o coronel José Armando e alguns oficiais se preparando para se recolherem ao quartel do 3º B. C. onde pretendiam oferecer resistência. Da oficialidade, apenas o coronel [sic, major] Alcebíades Brasil se mantinha tranqüilo”.²¹⁰

Com oficiais do seu estado-maior comprometidos com a revolução, não restou alternativa ao coronel José Armando de Paula senão embarcar para o Rio de Janeiro em navio do Lóide que o governo de Washington Luís tinha enviado a Vitória com alguns engenheiros da Central do Brasil, encarregados de dinamitarem as pontes da Vitória a Minas, de forma a dificultar o avanço da coluna Amaral. O embarque do coronel José Armando e de oficiais e soldados que não aderiram à revolução é feito na manhã do dia 18 de outubro. Nesse mesmo dia a Força Pública do estado adere ao movimento.²¹¹ E, à tarde, os soldados da coluna Amaral, utilizando-se da Estrada de Ferro Vitória a Minas, chegam a Vitória e a ocupam pacificamente.²¹² Em seu *Diário*, Getúlio Vargas registra no dia 19 de outubro: “Os mineiros ocupam Vitória e invadem o sul da Bahia”.²¹³ A Fotografia 3 (p. 309) fixou a importância desses atores nos episódios militares da revolução de 1930 no Espírito Santo.

Mas a história política não deve se interessar somente pelos protagonistas, pelas figuras que em momentos decisivos ocupavam altos cargos, ou conquistaram postos de comando civil ou militar. Os coadjuvantes também ajudam a compor a trama histórica. Carlos Teixeira de Campos, então jovem funcionário da Secretaria da Fazenda estadual, trabalhava em região fronteiriça e foi avisado por irmãos da Maçonaria que tropas mineiras estavam para invadir as divisas do estado do Espírito Santo. Prevendo os saques e desmandos comuns nessas situações de convulsão política – tanto por parte das autoridades que fugiam quanto pelos revoltosos – o zeloso funcionário incumbiu a si próprio de uma missão arriscada e muito necessária: pôr a salvo todo o numerário pertencente ao estado que conseguisse. De forma discreta, foi passando por diversas coletorias e postos fiscais e recolhendo todo o dinheiro que havia em caixa – o que resultou em enorme quantia, numa época em que as transações bancárias eram muito limitadas. Mal tinha acabado de

²¹⁰ TALLON e COSTA, 1980, p. 139-140.

²¹¹ GURGEL, 2000, p. 66.

²¹² BLEY, Memórias, p. 65; TALLON e COSTA, 1980, p. 141.

²¹³ VARGAS, Getúlio. *Diário*. Edição de Leda Soares. 2 v. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: FGV, 1995. p. 14.

deixar a coletoria de Castelo, esta foi tomada por um grupo de revolucionários. Sempre de maneira discreta, utilizou-se de diferentes meios de condução para, alguns dias depois, chegar a Vitória e prestar contas do montante arrecadado na sede da repartição. Este gesto de audácia de um simples servidor representou grande desafogo financeiro para os novos dirigentes, que encontraram raspados os cofres do estado.²¹⁴ Existem indícios da ocorrência de saques em algumas dependências do palácio do governo, a se acreditar em relatos fidedignos sobre o fornecimento de lençóis e demais utilidades que faltavam na residência governamental.²¹⁵

Que houve apoio popular ao Movimento de 30 no estado não resta a menor dúvida. Um dos indícios que comprova esta assertiva é a Fotografia 4 (p. 310), em que se destaca uma bandeira que, tudo indica, deveria ser vermelha.

Se entrou para a história do Brasil o episódio de os gaúchos amarrarem seus cavalos no obelisco da avenida Rio Branco no Rio de Janeiro, aconteceu fato pitoresco em Vitória, que não passou despercebido a um observador atento – os soldados mineiros molhavam as mãos na água do mar e as levavam à boca para comprovarem se era mesma salgada...²¹⁶ Soldados gaúchos no Rio, soldados mineiros em Vitória, “um novo, claro Brasil surge, indeciso, da pólvora”.

3.5 O começo do reformismo autoritário

O coronel Campos do Amaral, ainda na noite de 18 de outubro em Vitória, reúne-se no palácio do governo com os líderes aliancistas no estado para organizar uma Junta Governativa encarregada de administrar o estado até o completo sucesso do movimento revolucionário. Obedecendo a instruções expressas do presidente Olegário Maciel, a Junta seria composta por João Manoel de Carvalho, Afonso

²¹⁴ Carlos Teixeira de Campos aposentou-se como desembargador do Tribunal de Justiça do Estado e professor da UFES. Este relato foi obtido em conversas informais no Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, do qual o ilustre espírito-santense era consócio.

²¹⁵ GURGEL, 2000, p. 66-67.; cf. reportagem em *A Gazeta*, 5 out. 1980, p. 5.

²¹⁶ GURGEL, 2000, p. 66.

Correia Lírio e um oficial do Exército.²¹⁷ O militar escolhido foi o capitão João Punaro Bley. Por que a escolha recaiu nele? Em suas *Memórias*, Bley argumenta que sua indicação para a Junta deveu-se ao fato de ser ele o oficial de mais alta patente em Vitória naquele momento.²¹⁸ É possível que isso fosse verdade, já que logo após a vitória do movimento revolucionário o major Paes Brasil – comissionado no posto de tenente-coronel – chefiou a Guarnição Militar Federal no estado, o 3º Batalhão de Caçadores.²¹⁹ No entanto, tal circunstância não deve ter sido a causa principal da indicação de Bley para a Junta Governativa – tudo leva a crer que ele se empenhou para que isso acontecesse. Simplesmente, ao exercer sua liderança em diversas ações nos dias de indefinição político-militar. Segundo suas próprias *Memórias*, Bley insistiu para que diversos oficiais legalistas, inclusive o seu comandante, aderissem à revolução; fez contatos com a Coluna do Major Barata em Cachoeiro de Itapemirim; chegou a ir até Santa Teresa em busca de informações sobre a Coluna Amaral; e conseguiu a rendição de destacamento legalista do 3º B. C., postado em entroncamento perto da Capital com ordens de oferecer resistência ao avanço da coluna proveniente de Minas. O capitão Punaro Bley conduz esse destacamento para o quartel do Regimento Policial Militar, situado no parque Moscoso, em Vitória, e já controlado por adeptos da revolução.²²⁰

Durante toda essa movimentação, Bley pode muito bem ter trabalhado para afastar do caminho outros possíveis pretendentes ao posto de líder militar da revolução no Espírito Santo. Como ele registra em suas *Memórias*, na noite do dia 16 de outubro, em Cachoeiro de Itapemirim, explicou ao major Magalhães Barata “que Vitória estava praticamente nas mãos dos revolucionários” e propôs “que sua coluna marchasse sobre Campos que, ocupada, representaria rude golpe para o Governo Federal”. Combinaram, ainda, que nesta mesma noite Bley “voltaria para Vitória para ultimar sua ocupação e organizar reforços para sua Coluna, caso fosse necessário”. Duas páginas depois, e já relatando informações sobre a Junta Governativa, Bley também anota o seguinte:

A constituição desta Junta à revelia do Capitão Barata e outros oficiais revolucionários que agiam no sul do Estado gerou certo descontentamento, contornado pela presença em Vitória do então

²¹⁷ BLEY, *Memórias*, p. 65; TALLON e COSTA, 1980, p. 141; Cf. telegrama em *A Gazeta*, 21 out. 1930, p. 4.

²¹⁸ BLEY, *Memórias*, p. 65.

²¹⁹ *A GAZETA*, 23/10/1930, p. 01.

²²⁰ BLEY, *Memórias*, p. 64v; TALLON e COSTA, 1980, p. 140-141.

major Cristóvão Barcelos, comandante-geral do Setor Sul, pessoa altamente credenciada não só junto aos revolucionários, como junto aos próceres da Aliança Liberal por ter tomado parte ativa no sinistro comício de 13 de fevereiro.²²¹

Não somente Punaro Bley, mas diversas lideranças civis e militares – que, nesse período, atuavam no Espírito Santo –, estariam interessadas em integrar a Junta Governativa. Ela tomou posse no dia 19 de outubro de 1930, e uma de suas primeiras providências foi encaminhar para o sul do estado a Coluna Amaral.²²² Outros atos significativos, do ponto de vista político, que a Junta adota logo após ser organizada, compreendem as confirmações dos nomes designados pelo major Joaquim Barata, na qualidade de “Comandante Militar”,²²³ para responderem pelas prefeituras do sul do estado, mandando apenas que fossem escolhidos mais dois membros para cada município, “a fim de ficar uniformizado o critério adotado de Juntas Governativas [municipais]”. Muitas das pessoas então designadas para as prefeituras integraram a Coluna do Capitão Barata, como Genaro Pinheiro, Fernando de Abreu e Adílio Valadão, e participariam da vida política do estado nos anos trinta.²²⁴ E a nova Junta Governativa enviou telegrama, comunicando sua posse e a situação de tranquilidade reinante no estado, ao ainda presidente Washington Luís, numa atitude que não deixa de constituir um desagravo às interferências indevidas na vida política estadual por parte do mandatário que seria deposto em 24 de outubro de 1930.²²⁵

Após a convocação de sucessivas sessões, no dia 22 de outubro o Congresso Legislativo declara vago o cargo de presidente do estado, mais como uma satisfação ao povo, pois a Junta Governativa já estava empossada desde o dia 19, como vimos.²²⁶ E, dias depois, este mesmo Congresso se reúne pela última vez, quando decide pela paralisação dos seus trabalhos, em mais um gesto inócuo, de vez que em data anterior o Governo Provisório já tinha decidido pelo fechamento das assembleias legislativas estaduais e câmaras municipais.²²⁷

²²¹ BLEY, Memórias, p. 64 e 65.

²²² Ibid., p. 65.

²²³ A patente oficial de Joaquim Magalhães Barata era a de capitão; a graduação de major e o título de Comandante Militar foram-lhe atribuídos, nessa época, no âmbito das ações revolucionárias.

²²⁴ A GAZETA, 23 out. 1930, p. 4.

²²⁵ Ibid., 21 out. 1930, p. 4.

²²⁶ TALLON e COSTA, 1980, p. 121.

²²⁷ CARONE, Edgar. *A Segunda República (1930-1937)*. 3. ed. São Paulo: Difel, 1978.

Logo depois da vitória das armas revolucionárias no Espírito Santo, alguns militares mais conservadores – naquele contexto, os que não estavam comprometidos radicalmente com o ideário tenentista – e os representantes das classes dominantes trataram de desarmar os espíritos, para que o entusiasmo demonstrado por ocasião do Movimento de 30 não prosseguisse por caminhos perigosos e contestadores, identificados com o extremismo político. Essas pessoas admitiam que tinha havido uma revolução, mas isso não queria dizer que o mundo tinha virado de ponta-cabeça. Elas procuraram circunscrever os ideais revolucionários, e delimitar as medidas inovadoras – revolução, sim, *ma non troppo*... E elas logo arranjam um pretexto para cobrir a cor vermelha do lenço revolucionário com o branco da paz, como que simbolizando um freio às contestações mais radicais. Um governo foi derrubado pela revolução, mas agora já existia outro organizado, e que precisava de paz social para exercer o seu domínio – era o recado que desejavam passar. Nesse sentido, o major Paes Brasil, aquele mesmo que tinha tranquilizado os dirigentes da Associação Comercial de Vitória e demonstrado calma quando os oficiais do coronel José Armando de Paula debandavam do palácio do governo para o 3º B. C.; o major Paes Brasil pronuncia no Teatro Carlos Gomes no dia 28 de outubro de 1930 uma conferência, logo depois publicada em opúsculo, intitulada *A regeneração da República*. Nessa conferência repete palavras que pronunciou “no dia seguinte ao da vitória revolucionária e no momento em que começava o trabalho hercúleo da reconstrução do Brasil novo [...] sob a égide de uma era nova de paz, simbolizada pelo ‘lenço branco’, colocado sobre o ‘lenço vermelho’, glorioso da Revolução”.²²⁸ Na Fotografia 3 (p. 309) – tirada no palácio do governo do estado entre os dias 18 a 21 de outubro, quando esteve em Vitória o coronel Otávio Amaral –, este já aparece com um lenço branco ao pescoço, amarrado ao lenço vermelho revolucionário, como que atestando as considerações antes apontadas. O lenço branco da reforma logo se sobrepõe ao lenço vermelho da revolução. Os precisos limites de mais essa revolução passiva na história brasileira já se configuravam claramente, para quem quisesse compreender – façamos algumas reformas, antes que o povo faça a revolução; o que se coaduna com a interpretação corrente que se faz das célebres palavras do presidente Antônio Carlos Ribeiro de Andrada.

²²⁸ VIDA CAPICHABA, ano VIII, nº 251, 20 nov. 1930.

As *démarches* militares e políticas de outubro e novembro de 1930 oferecem indicações sobre os rearranjos relacionados ao poder que têm início no Espírito Santo. Nessa ocasião foram tomadas as primeiras iniciativas do que viria a se caracterizar como um reformismo autoritário. Para o novo regime, que se pretendia revolucionário e promotor da derrubada dos costumes oligárquicos ultrapassados, era fundamental se apresentar com uma face nova. De início, ele almejou nada menos que fundar a República novamente, com bases que se acreditavam mais verdadeiras. O chefe do Governo Provisório – expressão que nomeia o regime recém-criado e que, salvo engano, somente tinha sido usada antes na história brasileira nos primórdios da República –, designou interventores de sua confiança nos estados, com exceção de Minas Gerais, o aliado decisivo do Rio Grande do Sul no Movimento de Outubro de 1930. Getúlio Vargas, por sinal, deixa a presidência do estado gaúcho para, envergando um uniforme militar, liderar a revolução e assumir a chefia do Governo Provisório.²²⁹

Como se deu praticamente em todo o país, a Junta Governativa empossada no estado do Espírito Santo logo passa a promover ações que interferiram maciçamente na vida municipal, com o objetivo de combater as oligarquias nos seus próprios redutos, de onde elas extraíam o prestígio político de que desfrutavam. Além disso, a Junta toma outras medidas de natureza prática, como o preenchimento dos cargos de confiança na administração estadual. No período conturbado de consolidação inicial do movimento revolucionário, a Junta Governativa editou cerca de 100 atos legais de forma a tomar as primeiras providências de reorganizar o poder executivo no estado, em consonância com as novas determinações emanadas da esfera federal. Entre estes atos, os que mais se distinguem são os ligados ao início de um reformismo autoritário – a redução em 10% do salário dos servidores estaduais e a severa contenção de gastos de forma a viabilizar o funcionamento do erário estadual. Tais medidas somente poderiam ser tomadas no contexto de uma situação institucional de exceção, como era aquela vivida nos meses de outubro e novembro de 1930. Neste breve governo colegiado fica claramente assentada a diretriz reformista que, independentemente de quem assumisse a interventoria, deveria ser implementada na continuidade do processo.

²²⁹ CARONE, 1976.

Ao se analisar, desdobrando-a, a expressão *reformismo autoritário* tendo como referência empírica os acontecimentos da época, uma constatação aparece de imediato. Os protagonistas da política revolucionária no estado, afinados com o que ocorre no país, logo definiram a *substância* que se queria reformar para, de imediato, passarem à sua qualificação *autoritária*. E, em seguida, colocaram esse autoritarismo como uma condição prévia e necessária para que se promovessem reformas político-institucionais prometidas pelos líderes revolucionários e reclamadas por camadas sociais de diferente extração. Ou, em outros termos, para que o reformismo fosse exercido o pressuposto era que a prática política passasse a ser autoritária.

O ano de 1930, no estado do Espírito Santo, iniciou-se com um ato de força do governo oligárquico, ao reprimir o comício da Aliança Liberal no famoso episódio do 13 de Fevereiro. O referido ano será encerrado, também, com outra demonstração de força, desta vez patrocinada pela Junta Governativa e de nítido sentido reformista autoritário, de vez que envolve profunda interferência na vida política de um município, e não uma repressão a comício oposicionista. No dia 2 de novembro, Finados, a sede do município de São Pedro de Itabapoana (oligárquica) é transferida *manu militari* para o distrito de Mimoso (tenentista), que pouco tempo depois será rebatizado com o nome de João Pessoa, em homenagem a um dos líderes da Aliança Liberal. Este relato da mudança da sede municipal de São Pedro do Itabapoana para Mimoso foi feito por Grinalson Medina, que presenciou os acontecimentos, e publicado pouco tempo depois do ocorrido:

Em 2 de novembro de 1930, dia de finados, chega a esta cidade, uma caravana da Estação de Mimoso, constituída de 13 caminhões, força policial, chefiada pela autoridade do sr. Waldemar Garcia de Freitas. Dizendo ser emissário de autoridade superior, postou, em seguida, um veículo em cada repartição pública, com o objetivo de retirar dali todo o seu arquivo, a fim de transportá-lo para a referida Estação, no momento, núcleo dos revolucionários. A população de nossa cidade recebeu com extraordinária surpresa e profundo constrangimento o acontecido, nesse dia de inteira consagração universal aos mortos. Sem poder tomar atitude alguma, pelo pavor causado, pela força numérica e superior acompanhando a caravana, o plano em apreço teve o êxito completo e esperado pelos timoneiros.²³⁰

²³⁰ MEDINA, Grinalson Francisco. *História do antigo município de São Pedro do Itabapoana, estado do Espírito Santo*: páginas de nossa terra, 1534-1931. [S.l.]: [s.n.], [1932?]. p. 130.

Essa mudança de sede municipal realizada a toque de caixa pode, à primeira vista, lembrar casos ocorridos na República Velha e patrocinados por “coronéis” locais. Mas, no fundo, não é a mesma coisa – mesmo que algum “coronel” local tenha se aproveitado dessa transição de poder para realizar o seu intento mudancista. Agora quem intervém é a REVOLUÇÃO, uma entidade que paira acima do poder local, e até do poder regional, como vimos.

Para este episódio temos o relato, até minucioso, dos vencidos – pessoas que lutavam para manter a sede do município em São Pedro do Itabapoana. Os vencedores não se preocuparam em registrar o ocorrido. Somente muito tempo depois é que pesquisadores recolheram dados dos acontecimentos sob o ponto de vista dos vencedores – eles estavam interessados em governar, em consolidar sua situação vitoriosa. O principal argumento do lado vencedor foi o de que a política praticada em São Pedro era partidária da situação “decaída”, enquanto que os comerciantes e moradores de destaque no então distrito de Mimoso apoiavam a Aliança Liberal. Entre estes se destacava o coronel Paiva Gonçalves, que ajudou a promover a excursão mudancista a São Pedro do Itabapoana. Waldemar Garcia, que a chefiou, era uma espécie de “delegado revolucionário” e, apoiado pelos “mineiros” que se encontravam no distrito de Mimoso, organiza o contingente militar. Foram arranjos caminhões, inclusive em Muqui, para fazer a transferência da sede municipal, em que estavam presentes pessoas de Mimoso como Rubens Rangel e João Guarçoni. Pelo seu desempenho neste episódio, Waldemar Garcia de Freitas será nomeado delegado de polícia no município, cujo interventor durante um longo período foi Pedro José Vieira.²³¹

A mudança da sede municipal veio ao encontro de uma situação de fato, em que o progresso estava do lado de Mimoso por sediar a estação da Estrada de Ferro da Leopoldina, enquanto que a então sede em São Pedro, afastada dos trilhos ferroviários e das rotas comerciais, apresentava-se decadente. Naturalmente que, para efetivar sua intenção, os partidários da transferência da sede não somente aproveitaram o momento de indefinição política para realizá-la, como a reforçaram com a mudança do nome do município para João Pessoa, considerado então o mártir da Aliança Liberal. Não se pode esquecer que o município era nessa época o

²³¹ Informações colhidas em 25/02/2005 por meio de conversa telefônica com a historiadora Rosângela Guarçoni, moradora em Mimoso do Sul, e que as obteve de antigos moradores de sua terra.

segundo mais populoso do estado, logo depois de Alegre, e concentrava expressiva produção cafeeira.

Contudo, a Junta Governativa não poderia se eternizar no poder. Com a organização do Governo Provisório no início de novembro, a situação política do Espírito Santo precisava ser definida. A correlação de forças que condicionou o desempenho da Junta Governativa, durante os trinta dias de sua existência, pode ser resumida numa expressão: luta pelo poder. E quem não deixa dúvidas sobre este estado de coisas é Punaro Bley, um dos seus componentes:

Desconhecendo inteiramente tudo sobre o Espírito Santo, seus homens políticos, sua administração, sua situação econômica e financeira, etc., deixei aos meus companheiros de Junta o encargo de reorganizar a vida administrativa do estado, limitando-me apenas a dar-lhes cobertura militar.

Foi quando passei a saber alguma coisa da vida político-administrativa e financeira [do estado] pelas conversas informais que mantinha com meus companheiros de Junta e outros próceres da Aliança Liberal, entre os quais Vicente Peixoto, João Tovar, Asdrúbal Soares, Heliomar Carneiro da Cunha, Rossi Belache, João Milton Varejão, Manoel Lopes Pimenta, Josias Soares, Frederico Codeceira, Jeremias Sandoval, etc. Fora deste grupo, com Pedro Fontes, que havia sido nosso médico em Teófilo Ottoni e casado com Elisa Ottoni, nossa prima; Olinto Aguirre, elementos da Associação Comercial entre os quais, Carlos Lindenberg e Oswald Cruz Guimarães, meu saudoso e grande amigo, por muitos anos meu Secretário da Fazenda.

Verifiquei que João Manoel de Carvalho e Afonso Lírio eram de política contrária no âmbito estadual, embora próceres da Aliança Liberal.²³²

A maioria dos antigos políticos não conseguiu perceber que os tempos eram outros. Ao se apresentarem desunidos quando da definição do nome que iria ocupar a interventoria, facilitaram a ação do poder central, que buscava uma pessoa identificada com a nova situação política revolucionária. Prevalecendo a indefinição de nomes, Fernando de Abreu toma um trem em Cachoeiro de Itapemirim e vai ao Rio de Janeiro apelar para os seus correligionários da Aliança Liberal: “– Chega dessa politicalha no Espírito Santo. Queremos um tenente! Nomeiem um tenente para a interventoria!”²³³

²³² BLEY, Memórias, p. 65-65v.

²³³ Informação obtida em conversa informal realizada em 2003 com o advogado Fernando de Abreu Júdice, neto do político.

Diversas fontes nos indicam que imperava a desunião entre as diversas facções que disputavam o poder pós-revolucionário no Espírito Santo. Todos os relatos concordam que havia uma situação política confusa no estado, devido a diversas correntes políticas que se digladiavam. Eram resquícios das lutas intra-oligárquicas da República Velha – os partidários de Jerônimo Monteiro e os de Bernardino Monteiro, os jeronimistas e os bernardinistas respectivamente, sem contar os políticos que não eram ligados de maneira direta a nenhuma dessas duas correntes do monteirismo. Para reconstituirmos o quadro político que então se apresentava, fiquemos com o testemunho de uma pessoa que participou pessoalmente de alguns desses lances políticos, ou sobre eles estava bem inteirado. E, afinal, saiu-se vencedor na disputa. Deixemos o próprio Bley falar sobre sua escolha para interventor federal no Espírito Santo:

[Para a posse de Getúlio no dia 3 de novembro] veio ao Rio, escalando em Vitória, Juarez Távora, chefe incontestado da Revolução no Norte do País. Em entrevista que com ele mantive, disse-me que com a posse de Getúlio considerava terminada minha missão no Espírito Santo e que, assim, desejava voltar para o Rio na primeira oportunidade. Achou melhor que eu continuasse em Vitória até a escolha do novo interventor.

Desinteressado, passei, então, a assistir “verdadeira batalha” por esta nomeação, envolvendo João Manoel de Carvalho, Afonso Lúcio e Geraldo Viana, este último também prócer da Aliança Liberal, mas residente no Rio.

Ex-deputado federal, rompido com Washington Luís, considerava-se com direito à governança do seu Estado e para isso trabalhava.

Em Vitória, o mais ativo era João Manoel de Carvalho, que, valendo-se de sua velha amizade com a família João Pessoa, esforçava-se para que o novo interventor fosse, pelo menos, favorável à corrente jeronimista. Em sucessivas consultas telegráficas os nomes se sucediam, vetados por uns e outros, quando não por todos.²³⁴

A desunião era total entre as correntes políticas que podiam se candidatar a oferecer um nome de interventor. Nem sempre quem lidera o processo revolucionário desde o início é seu beneficiário, após passados os momentos agudos de crise política, como foi o caso de Geraldo Viana. Punaro Bley propõe um nome que podia ser aceito por todas as correntes políticas para interventor no Espírito Santo, e nisso já se revela um hábil articulador:

Foi quando, para resolver o impasse, propus o nome de Cristóvão Barcelos, nosso chefe no setor Minas-Espírito Santo, pessoa

²³⁴ BLEY, Memórias.

bastante conhecida, pela corajosa atitude que tomara nos acontecimentos de 13 de fevereiro, quando Chefe da 3ª C. R. [Circunscrição de Recrutamento].

Para isto, de comum acordo com meus camaradas revolucionários, mandamos ao Rio o tenente Lins com a missão de convidá-lo. Teria sido aceito por todas as correntes se não tivesse declinado do convite, candidato que era a Interventor do Estado do Rio, sua terra natal.²³⁵

Nos momentos em que os representantes políticos não se entendem, os verdadeiros donos do poder agem de forma resoluta para resolver o impasse. Assim, a Associação Comercial de Vitória novamente intervém de forma direta na vida política espírito-santense, buscando uma definição que ia ao encontro das aspirações da classe que representava:

Diante desta luta acirrada, a Associação Comercial de Vitória, sob a presidência de Oswald Guimarães, à minha revelia, telegrafou ao Getúlio lembrando o meu nome; pessoa estranha às lutas políticas locais, membro da Junta Governativa e, por isso mesmo, capaz de pacificar ou congregar tantas opiniões díspares.²³⁶

Nessa época, Oswald Guimarães era vice-presidente da Associação Comercial, mas atuava de fato como seu presidente. Fala-se muito desse telegrama que a Associação Comercial mandou a Getúlio Vargas indicando o capitão João Punaro Bley para interventor no Espírito Santo. Aqui estamos frente a uma nova correlação de forças, ou um dos elementos da correlação já existente passou a predominar? As forças que estão presentes nessa conjuntura são velhas (fazendeiros, comerciantes de café), mas a correlação é nova, porque patrocinada pelo Estado. A partir justamente deste novo compromisso patrocinado pelo poder público estadual é que se inscrevem na política espírito-santense tanto as figuras dos tenentistas como suas idéias.

Não conseguimos localizar esse telegrama da Associação Comercial de Vitória a Getúlio Vargas indicando Bley para a interventoria, telegrama referido por fontes diversas como Maria Stella de Novaes, Carlos Lindenberg e pelo próprio Bley.²³⁷ De qualquer forma, e tendo em vista o posicionamento da Associação Comercial em se inclinar para a fonte do novo poder no país, esta reiterada referência ao telegrama é

²³⁵ BLEY, Memórias.

²³⁶ Ibid.

²³⁷ NOVAES, [197-]; LINDENBERG, 1986; BLEY, Memórias.

significativa. O jovem capitão não somente teve habilidade em conciliar as tropas invasoras de Minas com os destacamentos estaduais e federais estacionados no Espírito Santo, visando evitar derramamento de sangue. Ele enxergou mais longe ao tomar conhecimento da força que teve sobre o presidente Aristeu Aguiar o acordo que a Associação Comercial lhe propôs e que foi tomado, aliás corretamente, como um ultimato, conforme antes mencionado. Configurou-se, neste período de exceção, uma situação em que os políticos não se entendiam. E quando os representantes dos donos do poder não se entendem, os próprios donos são chamados para arbitrar a contenda. Foi o que aconteceu no Espírito Santo. Muitos políticos, não compreendendo ainda o que se passava então, consideravam que a presença de um interventor seria passageira. Ao registrar que estava desinteressado na disputa pela interventoria, o que talvez Bley quisesse afirmar realmente é que ele não se envolvia de forma direta com aquela situação e, portanto, estava a cavaleiro para, inclusive, propor o nome alternativo de um militar afinado com os novos tempos. Para ele somente haveria chance de ser escolhido interventor se as brigas políticas continuassem e se a solução não envolvesse um civil.

Além da Associação Comercial de Vitória, Bley teve outro importante avalista – Juarez Távora. O contato entre o membro da Junta Governativa do Espírito Santo e o Vice-rei do Norte, como logo passou a ser denominado esse líder aliancista, se deu em Vitória, como antes mencionado por Punaro Bley. A visita a Vitória de Juarez Távora, que do norte ia de avião para o Rio assistir à posse de Getúlio Vargas como chefe do Governo Provisório, foi documentada pela *Vida Capixaba*. O periódico, em ampla reportagem fotográfica, retrata a chegada do avião monomotor – uma novidade para a época – ao Campo de Aviação de Goiabeiras, a Junta Governativa e demais políticos capixabas fotografados com o visitante ainda no campo de aviação e uma multidão saudando a passagem do líder aliancista quando este deixa o palácio do governo. Em 12 de novembro de 1930, Juarez Távora manda o seguinte telegrama de Belém para Osvaldo Aranha, Ministro da Justiça:

SCIENTE DESPACHO VOSSO DIRECTOR GABINETE COMUNICANDO-
ME NOMEAÇÃO COMANDANTE BLEY DELEGADO MILITAR ESPIRITO
SANTO PT CUMPRI-ME ESCLARECER-VOS QUE MEU PEDIDO
ANTERIOR INDICAVA REFERIDO OFFICIAL PARA CARGO
INTERVENTOR FEDERAL AQUELLE ESTADO VISTO DEFFICULDADES
LOCAES SOLUCIONAR CASO POLÍTICO COM UM CIVIL PT CABE
ENTRETANTO AO VOSSO ESCLARECIDO CRITERIO DECIDIR EM
ULTIMA INSTANCIA CONVENIENCIA ADOPTAR OUTRA SOLUÇÃO PT

SAUDS
GENERAL TAVORA²³⁸

Escolhido interventor, o capitão Bley vai procurar cumprir a missão que lhe foi outorgada pelo chefe do Governo Provisório – a de pacificar as correntes políticas contrárias atuantes no Espírito Santo.²³⁹ E ele era possuidor de um perfil adotado por Vargas para nomear a primeira leva de interventores – entre outros aspectos, não tinha passado político e, assim, era eqüidistante das questões partidárias estaduais anteriores à revolução. Ou seja, a figura do capitão Bley se encaixava no modelo definido por Vargas para os interventores – pessoas desvinculadas da política local, de maneira que novas lideranças se formassem vinculadas a ele próprio.²⁴⁰

De início, e para contemplar os líderes estaduais que participaram da Aliança Liberal e se ligavam a correntes de peso da política regional, Punaro Bley nomeia os ex-membros da Junta Governativa para cargos importantes na nova administração: Afonso Corrêa Lírio para a Secretaria de Interior e Justiça – que na época também possuía função política –, e João Manoel de Carvalho para a Secretaria de Instrução. A Secretaria de Agricultura, Terras e Obras – outra posição também muito destacada na burocracia estadual –, foi destinada a José Sinval Monteiro Lindenberg, que tinha sido expulso da Escola Militar ainda em 1922 por ter se envolvido na revolta daquele ano, com citado antes, e que talvez fosse o único verdadeiro tenentista nascido no Espírito Santo além de, como se pode notar, membro da família Monteiro. Outras figuras de destaque nesse período de instalação do interventor no poder: João Luiz de Albuquerque Tovar, que iniciou o processo de saneamento financeiro da administração estadual; Wolmar Carneiro da Cunha e Carlos Marciano de Medeiros, militares projetados pela revolução no estado e que Punaro Bley colocou, respectivamente, na Secretaria do Governo e no comando do Regimento Policial Militar.

Para promover a pacificação política, Bley se valerá do principal instrumento à sua disposição – a delegação outorgada pelo chefe do Governo Provisório –, combinada

²³⁸ Original no Arquivo Osvaldo Aranha do CPDOC/FGV sob a referência “OA cp 30.11.12”.

²³⁹ BLEY, Memórias, p. 66v.

²⁴⁰ SOUZA, Maria do Carmo C. Campello de. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1976. p. 87 e ss.

com o controle da burocracia estadual (polícia, fisco, magistério) que passa a exercer. Aqui temos uma questão a ressaltar – uma nova ordem no poder estadual paira acima das antigas correntes políticas, que poderiam continuar a existir, mas a ela submetidas. Significativamente, a posição da interventoria não foi destinada a nenhuma dessas correntes. Ambas ficaram submetidas à nova liderança que dominava o aparelho de Estado; liderança que soube se manter independente das disputas políticas espírito-santenses originadas na República Velha, mas que as fomentou e delas se utilizou quando era do seu interesse, como se verá mais adiante. Podemos considerar que essa era a tradução, em ponto menor e no nível estadual, do Estado de compromisso estabelecido no âmbito nacional. Assim, o primeiro secretariado da interventoria contemplará essa situação política, em consonância com as pessoas que foram os mentores políticos de Punaro Bley, no começo dos seus contatos com a política espírito-santense e já por ele antes mencionadas.²⁴¹

Desta forma, estamos perante uma conjuntura política determinada, que se resolve com a formação de um novo bloco no poder, com membros da oligarquia capixaba e militares tenentistas. O que se depreende das indicações políticas da Associação Comercial de Vitória e de Juarez Távora – que convergiram para um mesmo nome destinado a ocupar a interventoria –, das próprias anotações de Bley antes transcritas, e da organização do seu primeiro secretariado, é que no estado do Espírito Santo o tenentismo logo se compôs, por meio de diversas pessoas, com representantes de facções da antiga oligarquia, fossem elas vinculadas a fazendeiros ou a exportadores de café. Tal composição encontrou na figura do interventor sua expressão política centralizadora, o que também era conveniente para o momento político que então se vivia. Nessa situação, o novo interventor estava duplamente comprometido – com o Executivo federal que lhe dava sustentação política, e com facções oligárquicas estaduais, que igualmente o apoiavam. E dessas esferas que o sustentavam politicamente Punaro Bley recebeu a mensagem clara: que se desincumbisse a contento das muitas tarefas que lhe estavam afetas; caso contrário, sempre existia a possibilidade de ser substituído.²⁴²

²⁴¹ Cf. BLEY, Memórias, p. 65-65v

²⁴² Ibid., p. 67v-70.

Como a transferência da sede municipal de São Pedro de Itabapoana para a Estação de Mimoso foi realizada quando a Junta Governativa estava no poder, uma comissão de moradores da antiga cidade de São Pedro se dirige à Capital do estado assim que é nomeado o interventor federal, na esperança de convencê-lo a revogar o ato mudancista. Ainda é Grinalson Medina quem nos informa sobre essa tentativa e a reação, consoante com os “novos tempos”, de Punaro Bley ao oficializar a tal transferência:

Em 24 de novembro de 1930, vão a Vitória os srs. Grinalson Medina, Jamil Mileipe e Mário Caroli, com o objetivo de reclamar, do exmo sr. Interventor do Estado, a volta para São Pedro do Itabapoana, da sede de Município e Comarca, em consonância com seus direitos adquiridos e assistidos por lei e antiguidade de 42 anos de existência. Recebidos pelo sr. Cap. Punaro Bley, no dia seguinte, lhe foi entregue pela respectiva comissão, um memorial acompanhado de mapa e outras descrições elucidativas sobre o palpitante assunto. O exmo. sr. Interventor disse que: “Estava admirado como aquilo não entrou ainda nos eixos”. Prometeu então estudar o caso para o andamento necessário. No dia 26 de novembro de 1930, o jornal oficial do Estado, estampa o decreto da Interventoria, homologando o ato dos revolucionários, com o espanto geral da Comissão em apreço que, observado o desacordo havido entre ela e o Chefe do Governo, na véspera, regressou imediatamente a São Pedro do Itabapoana.²⁴³

O novo interventor federal no Espírito Santo não poderia ir contra uma deliberação da Junta Governativa da qual participara, e que já tinha se definido pela mudança da sede do município, tendo em vista a ligação dos seus promotores com a nova situação política revolucionária. Posteriormente, em 7 de janeiro de 1931, quando da festa comemorativa da instalação da nova sede municipal e da alteração do seu nome para João Pessoa, o interventor comparece em São Pedro e reafirma nada poder fazer quanto à situação criada. Meses depois, alguns moradores da localidade, querendo a volta da sede para São Pedro, apresentam um requerimento nesse sentido ao chefe do Governo Provisório, que o indefere, à vista do parecer contrário emitido pelo interventor federal no Espírito Santo. Eis um exemplo – pequeno, mas significativo – do novo sistema político centralizador, que começa a ser implantado pela ditadura getulista no Brasil.²⁴⁴

²⁴³ MEDINA, [1932?], p. 131.

²⁴⁴ Ibid.

Ainda em 1931, o nome do município de São Miguel do Veado (atual Guaçuí) é mudado para Siqueira Campos, em mais uma homenagem a um líder da Aliança Liberal, agora um tenente, falecido em maio de 1930 num desastre aéreo quando voltava de Buenos Aires, onde fora conferenciar com Luís Carlos Prestes.

Como interpretar a conjuntura espírito-santense de então? Já vimos que a contradição política “fundamental” se constituía na oposição entre as classes fundamentais que representavam o capital e o trabalho, ou seja, entre as classes dominantes e as classes subalternas, e corresponde, num sentido amplo, ao que na construção teórica de Gramsci se denomina de “bloco histórico”. Sempre que nos referimos a esta categoria gramsciana, estamos também nos reportando à unidade entre o estrutural e o superestrutural, entre o “material” e o “ético-político”, como nos ensina o filósofo italiano:

“A história ético-política – na medida em que prescinde do conceito de bloco histórico, no qual conteúdo econômico-social e forma ético-política se identificam concretamente na reconstrução dos vários períodos históricos – é nada mais do que uma apresentação polêmica de filosofemas mais ou menos interessantes, porém não é história”.²⁴⁵

Assim, nunca se pode perder de vista essa contradição “fundamental”; mas acontece que ela não está explicitada do ponto de vista político no momento histórico que analisamos. Já a contradição “principal” existente nesta quadra da vida política espírito-santense deve ser estabelecida com clareza para não se cometerem equívocos; por exemplo, tomar como principais certas contradições secundárias. Essa contradição “principal” se aproximava das existentes em outros estados brasileiros e tem correspondência ao que na teoria gramsciana se denomina de “bloco no poder”. Nos anos da República Velha os grandes cafeicultores espírito-santenses eram aliados aos exportadores de café; essa aliança estava organizada, no plano político, por meio de uma oligarquia em que poucos representantes dessas frações de classe exerciam o poder. A partir da Revolução de 1930 a oligarquia cafeeira partilha o poder político no estado com representantes do tenentismo que com ela logo se compõem. Mas devemos resgatar as especificidades desse processo histórico no caso capixaba. Se em São Paulo começa a ter maior presença

²⁴⁵ Cf. GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. v. 1. Edição e tradução Carlos Nelson Coutinho; co-edição Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 308.

o capital industrial, no Espírito Santo o capital comercial continua hegemonizando a economia e a sociedade ao longo de toda a década de 1930.

4 CONSOLIDAÇÃO DA INTERVENTORIA (1931-1934)

A atuação político-administrativa da interventoria federal no estado do Espírito Santo orienta-se, nesses anos, pelas determinações emanadas do Poder Central (Código dos Interventores, entre outros atos legais), em conjugação com o atendimento a aspirações tenentistas que não fossem contrárias aos interesses de parcelas oriundas da oligarquia estadual. Ou seja, a política implementada por Punaro Bley procurou exercer sua hegemonia tentando agradar a gregos e troianos, ou a quase todos, porque no período houve ações contra-hegemônicas por parte de opositores à nova administração. De qualquer sorte, dos primeiros interventores nomeados por Vargas, Bley foi um dos poucos que conseguiu permanecer no poder até a redemocratização de 1934, e mesmo depois, o que denota sua habilidade política.

4.1 O saneamento financeiro e a centralização político-administrativa

Devido à precariedade da situação financeira estadual, constatada logo que a Junta Governativa assumiu o poder, a prioridade de Punaro Bley na interventoria não poderia ser outra – rigoroso controle das despesas. A pedido do novo interventor, “os exportadores de café elaboraram a receita para 1931”.²⁴⁶ Esta providência era de um realismo político a toda prova – além de entregar a responsabilidade pela previsão da receita nas mãos de quem, de fato, iria contribuir para a arrecadação dos impostos, dava ao interventor grande respaldo para tomar as necessárias medidas de contenção de gastos, em sequência daquelas já implementadas pela Junta Governativa. O detalhamento dessa situação foi registrado por Punaro Bley em suas *Memórias*:

No intuito de ter uma base segura para elaboração do orçamento de 1931, reuni todos os exportadores de café e pedi-lhes que, consultados os prováveis volumes dos seus negócios, dessem ao governo uma indicação sobre o que verdadeiramente poderia ser

²⁴⁶ PACHECO, Renato. *Os dias antigos*. Vitória: EDUFES; SMC, 1998. p. 36.

arrecadado. Após discussões, concluíram que a receita provável seria da ordem de 21 mil contos de réis, ou sejam, 10 mil menos do que a previsão do ano de 1930.

Concordando esta estimativa com os cálculos feitos pela Secretaria da Fazenda, a fixação da despesa não poderia ultrapassar a quantia acima referida.

Deste modo, para 1931, a receita foi fixada em 21 mil contos de réis e a despesa em 20.978:000\$000 [vinte mil, novecentos e setenta e oito contos de réis], resultando num saldo de 32 contos de réis.²⁴⁷

Entre as principais medidas de controle financeiro destacaram-se aquelas que atingiam diretamente o funcionalismo estadual, como a redução dos vencimentos dos servidores em 10%, nesse aspecto mantendo a determinação da Junta Governativa, e a cobrança de “imposto de um dia de vencimentos sobre todo o funcionalismo, ativo e inativo”, além da reorganização do quadro dos professores primários, pagamento aos coletores por uma tabela menor, revisão do provento dos aposentados, supressão de cargos considerados inúteis, “dispensa dos extranumerários de menos de 5 anos de serviço, de preferência solteiros”, contenção geral das verbas orçamentárias, entre diversas outras iniciativas.²⁴⁸

Passados muitos anos dos acontecimentos, Punaro Bley relembra-os: “Outra medida que tomei, numa demonstração que desejava um governo absolutamente honesto, foi a publicação diária do movimento de caixa do Tesouro: receita arrecadada no dia e despesa pormenorizada, nome por nome e os motivos dos pagamentos”.²⁴⁹ O capitão Bley montou “guarda na porta do Tesouro estadual” e nenhum pagamento era efetuado sem sua autorização – “desse modo fui eliminando os abusos que eram muitos”. Esses eram procedimentos de cunho reformista autoritário, sem dúvida, já que procuravam inovar em relação aos que eram adotados no passado, mas a inovação, além de ser imposta nos estreitos limites que interessavam ao governo, não mudava as coisas tanto assim. Era interesse da interventoria que houvesse essa transparência – no momento de crise por que se passava, ela não queria estimular demandas ao Tesouro estadual, seja para aumentar a arrecadação, seja para pressionar as despesas. A providência de publicar diariamente a receita e a despesa do estado era uma forma de desviar da figura do interventor as demandas por maior arrecadação e por maiores despesas.

²⁴⁷ BLEY, Memórias, p. 71.

²⁴⁸ Ibid., p. 71v.

²⁴⁹ Ibid., p. 73-73v.

Quase todas essas medidas atingiam a estrutura do serviço público estadual, cujos servidores não podiam protestar, considerando o regime discricionário de então. Acresce a essa circunstância a verdade contida no antigo ditado – “quem tem a chave do cofre, tem o poder”. O conjunto de tais iniciativas pode ser considerado como o impulso inicial por parte da interventoria nos rumos do reformismo autoritário.

Apesar de a grave crise econômico-financeira afetar toda a sociedade, mesmo que de forma diferenciada, as medidas para compressão de despesas da administração estadual foram implementadas para atender aos interesses das classes dominantes, cujos membros foram convenientemente consultados sobre quanto poderiam arrecadar. Está claro que a crise reinante serviu como pretexto para que não se falasse em providências objetivando aumento da receita, nem o novo governo estava interessado em pressionar os exportadores para que houvesse tal aumento. Já os servidores estaduais, que pertenciam em sua esmagadora maioria às classes média e pobre, nem sequer foram ouvidos. Além de terem os salários reduzidos, eles pagaram compulsoriamente o imposto de um dia sobre seus vencimentos. Comprimindo-se as despesas, aliviavam-se as pressões sobre as receitas – esta a política tributária implementada no período. Em suas *Memórias*, Punaro Bley se declara arrependido por ter tomado medidas extremas de contenção de gastos com sacrifício do funcionalismo, opinando que teria sido melhor elaborar o orçamento de 1931 com déficit, já que como novo dirigente não tinha sido responsável pelo descalabro financeiro que encontrara no estado, apesar de ter assumido todos os ônus dessa atitude. Deve-se tomar tal comentário como uma contraprova altamente elucidativa sobre o que, de fato, ocorreu.

A contenção financeira era, em tese, justificável pela profunda crise econômica que o país vivia. Entretanto, na esteira dessa contenção algumas iniciativas foram tomadas pela interventoria – como a de demitir os professores com menos de cinco anos de contrato – dentro do contexto do reformismo autoritário, e tiveram um sentido inegavelmente conservador. Como lembra Renato Soares na sua obra *A Escola Ativa antropofágica que a “Revolução” de 30 comeu*, interromperam-se

experiências pioneiras e modernizadoras que o último governo estadual da Primeira República promovia no Espírito Santo, especialmente na área educacional.²⁵⁰

No entanto, se a nova administração estadual tivesse se limitado a reduzir os salários do funcionalismo ou a demitir servidores – que ainda não detinham a irredutibilidade de vencimentos nem a estabilidade no emprego, conquistadas somente tempos depois –, ela não se diferenciaria muito de outros governos da República Velha no Espírito Santo que, em momentos de crise financeira, também tinham adotado medidas semelhantes. O maior diferencial nesse começo da década de trinta se dará no controle das finanças municipais, primeiro passo para a centralização política dos municípios na interventoria, levada a efeito pela Administração Bley. Os considerandos do decreto que criou a Inspetoria dos Municípios, órgão diretamente subordinado à interventoria Federal no estado do Espírito Santo, não deixam dúvida quanto ao centralismo político-administrativo visado:

Considerando que a dissolução dos poderes legislativos municipais veio trazer à tutela do Estado os negócios dos municípios.
Considerando que há necessidade de serem uniformizados os serviços públicos municipais a fim de se evitar a disparidade que se observa atualmente nos mesmos serviços.
Considerando, enfim, que a Interventoria é a única responsável perante o Governo Provisório da República pelos atos praticados por todas as autoridades municipais em território do Estado.²⁵¹

A criação no estado capixaba da Inspetoria dos Municípios, depois denominada de Departamento das Municipalidades, foi pioneira no Brasil e depois adotada por outros estados, devido à sua eficácia em controlar as finanças e a política desenvolvida pelas administrações locais. Este controle da administração municipal por parte das interventorias teve repercussão até mesmo na Assembléia Constituinte de 1933-1934, como referido por Victor Nunes Leal:

As experiências feitas pelos Estados de São Paulo e Espírito Santo [ao criarem um órgão de inspeção municipal] atraíram a atenção de muitos outros, que ali se inspiraram para instituir órgãos semelhantes. [...] Os representantes de outros Estados, que haviam criado departamento semelhante, também prestaram depoimento sobre as excelências da importante inovação administrativa, em torno da qual se formou, na Assembléia, um halo de tamanho

²⁵⁰ Sobre o episódio, consultar SOARES, Renato. *A Escola Ativa antropofágica que a "Revolução" de 30 comeu*. São Paulo, [s. n.], 1998.

²⁵¹ BLEY, Memórias, p. 72.

prestígio que um deputado capixaba reivindicou para o seu Estado a glória de também haver descoberto tão valioso instrumento de progresso.²⁵²

O que este comentário atesta, à parte o provincianismo do representante capixaba, é que no período de 1931-1934 a Administração Punaro Bley teve completo êxito em implantar no estado do Espírito Santo medidas intervencionistas na esfera municipal. Este êxito deveu-se ao empenho do governo em levar adiante suas determinações reguladoras e centralizadoras; às doses corretas de coerção e consenso, aplicadas pela administração estadual nas suas relações com as lideranças locais; à continuidade da gestão intervencionista em todo o período tratado; ao fato de o Espírito Santo ser um estado pequeno, com poucos municípios a fiscalizar; e a outros motivos mais.

De forma assemelhada ao que Vargas fez em relação à escolha dos interventores – pessoas desligadas das questões políticas estaduais –, Bley vai agir no que se refere à escolha de dirigentes nos municípios. A margem de manobra política do interventor federal no Espírito Santo também tinha suas limitações. Muitos interventores municipais, escolhidos pela Junta Governativa, foram mantidos em seus cargos por possuírem bons padrinhos junto aos revolucionários, ou terem se distinguido nas atividades da Aliança Liberal e nos pródromos do Movimento de 1930 no Espírito Santo – como Fernando de Abreu, por exemplo. Mas todos passaram a ler pela mesma cartilha do interventor, a aceitarem e a se identificarem com sua atuação política. Mesmo mantidos nos seus cargos, foram neles confirmados pelo interventor que, ademais, estava sempre vigilante:

Nesse ano de 1931, a maior dificuldade iria residir na escolha dos prefeitos. Alguns deles que vinham da Junta Governativa, tinham se revelado incapazes para a missão que lhes havia sido atribuída. Suas substituições foram realizadas dentro da fórmula Getúlio Vargas – pessoas estranhas à vida municipal local. Em geral mandava o tenente Álvaro Barreto, meu ajudante-de-ordens, com a missão de informar-me quanto aos melhores elementos locais. Assim, fui incorporando ao meu governo pessoas de moral ilibada, sem olhar atitudes passadas, tais como Astolfo Lobo, em Calçado; Mário Lima, em Castelo; Feliciano Garcia, em Anchieta, etc. Como “os olhos do dono engordam o cavalo”, viajei o estado inteiro de automóvel, a cavalo, e até de canoa.²⁵³

²⁵² LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 2. ed. São Paulo, Alfa-Ômega, 1975. p. 86.

²⁵³ BLEY, Memórias, p. 74-74v.

O inusitado da situação residia no fato de o ajudante-de-ordens do interventor ter também servido de informante, no que se referia à qualificação das pessoas para ocuparem cargos de dirigentes municipais. O que isso caracteriza – juntamente com a adoção da “fórmula Getúlio Vargas” e a desconsideração sobre o passado político dos candidatos –, é a prevalência na escolha desses dirigentes do critério da lealdade pessoal que eles deveriam possuir, ou construir, com Punaro Bley, reforçando um vínculo político particular. O preenchimento dos postos-chave na administração estadual e nos municípios realizou-se com indivíduos identificados com a nova situação política de modo genérico, mas principalmente com pessoas da estrita confiança do interventor. Se existissem grupos políticos em confronto no município, a opção era feita por pessoas equidistantes de tais grupos. E os escolhidos podiam ser deslocados de um cargo para outro, de acordo com as mútuas conveniências políticas – deles e da interventoria. Por exemplo, a figura de Adílio Valadão, revolucionário de primeira hora, que em 1930 foi ser interventor em Anchieta, em 1932 já exercia a interventoria em Rio Pardo (atual Iúna). Para manter o sistema político em funcionamento coerente, seus principais protagonistas periodicamente reiteram sua lealdade à figura do interventor, considerado a encarnação do próprio sistema. Assim, quando teve início a Revolução Constitucionalista de 1932 – um período de grave crise política do regime –, a publicação no *Diário da Manhã* dos telegramas de apoio a Bley, remetidos pelos interventores municipais e por outras figuras públicas, comprometia politicamente essas pessoas com a interventoria.

Levando-se em conta que, no começo da sua gestão, Punaro Bley intervém de forma sistemática em todos os municípios espírito-santenses, não faz muita diferença se estabelecer a quem interessavam tais intervenções; ou seja, que facções ou grupos políticos locais foram os beneficiários dessas ações – em última instância, o principal beneficiário era sempre o interventor. Assim, as palavras de Bley registradas no *Diário da Manhã*: “No Espírito Santo não existe propriamente política; há apenas administração, porque não sou político, nem desejo me tornar” podem ser interpretadas como uma síntese desse reformismo autoritário.²⁵⁴ Para os novos dirigentes, tinha acabado aquela política praticada na República Velha, caracterizada por brigas e dissensões no seio da oligarquia, e que nessa época era

²⁵⁴ *DIÁRIO DA MANHÃ*, 20 jan. 1930, apud PACHECO, 1998, p. 36.

referida de modo depreciativo como politicalha. Essa “política liberal” e os “políticos profissionais”, de modo geral, estavam em baixa num período discricionário em que não havia sequer representantes do povo eleitos para os poderes legislativo e executivo nas esferas federal, estadual e municipal. Nesse preciso contexto histórico é que se deve entender a expressão “não sou político, nem desejo me tornar”. O novo modo de se fazer política priorizava as medidas administrativas de interesse governamental; necessariamente era centralizado e, portanto, controlado pela interventoria. Somente nessas novas bases era permitido praticar a política. Os cordéis que controlavam as principais ações de poder passavam pelas mãos do interventor, que deles dispunha para atender os interesses precípuos do novo sistema político que se engendrava. “A boa política é a boa administração” – não era essa uma divisa adotada por Vargas?²⁵⁵ Sim, nesse período fazia-se política o tempo todo, mas de uma forma nova – por canais diversos dos anteriores, quer dizer, com controles e interesses diferentes daqueles que a população estava acostumada a presenciar; porque a participação popular em assuntos de política tinha sido sempre muito limitada nos anos da Primeira República.

A situação antes abordada tenta de maneira sumária reconstituir os vínculos políticos estabelecidos entre as lideranças municipais e a nova fonte de poder no estado. Era todo um sistema que se articulava, permeado por antigas ligações coronelísticas que ainda não tinham se obliterado de todo no panorama político espírito-santense. É difícil não considerar que a figura do interventor Bley vai assomando aos olhos de todos como um coronel acima dos coronéis, ou um coronel de novo tipo. Pois, como é sabido, o sistema do coronelismo, vigente na Primeira República, estava se esboroando e um novo precisava ser colocado em seu lugar.²⁵⁶ No processo, como também sabemos, as oligarquias se recompuseram dentro do novo regime autoritário, e algumas das antigas ligações políticas foram refeitas em proveito de seus próprios interesses, mas, sobretudo, em benefício da interventoria.

Se essa situação mostra uma parte do novo sistema político que se implantava no estado, também deve ser abordado o outro lado desse sistema, a sua face repressora. Quando se tratava de reprimir os adversários políticos, as antigas práticas oligárquicas também serviram de inspiração para a interventoria concretizar

²⁵⁵ NEVES, Jones dos Santos. *A serviço do Espírito Santo: discursos*. Vitória: [s.n.], 1954. p. 266.

²⁵⁶ VASCONCELLOS, João Gualberto M. *A invenção do coronel*. Vitória: UFES/SPDC, 1995. passim.

seus objetivos. E com uma inovação, não presente antes – existia um alinhamento automático com a administração federal, pois a centralização do regime teve início de cima para baixo, do nível federal para o estadual, até atingir o local, processo já bastante abordado pela historiografia brasileira. Não podem ser esquecidos os clássicos instrumentos de coerção, de que se valeram em larga escala os oligarcas da Primeira República, e que passam a ficar sob o controle do interventor, só que de uma forma mais discricionária ainda do que ocorreria antes. Tais instrumentos podem ser condensados numa expressão – o uso político da polícia, como ocorreria na República Velha. No entanto, com uma diferença fundamental: o interventor não dependia politicamente dos coronéis do interior, como os presidentes do estado na República Velha, mas obedecia aos ditames emanados do poder central.

Punaro Bley não somente soube escolher os amigos para colocá-los à frente das prefeituras ou em cargos importantes na administração estadual. Soube logo, também, distinguir seus inimigos e os isolar das esferas de influência dos poderes estadual e federal. E, como declara em suas *Memórias*, esse aprendizado sobre o panorama político estadual veio desde o período em que ele presenciou, na qualidade de membro da Junta Governativa, as disputas para a escolha do novo interventor. Um dos candidatos derrotados, Geraldo Viana, não se conformou com a preterição e buscou desafiar a liderança política de Bley. Este, prestigiado por Vargas ao confirmá-lo por um período maior no cargo, procura confrontar o opositor. Quando Geraldo Viana lança mais um desafio político ao interventor, como se verá logo adiante, a resposta não se fez esperar – o prefeito de Muqui, Alcides Viana, irmão de Geraldo, foi exonerado do cargo, o que gerou enorme polêmica na cidade, com diversos protestos ao Ministro da Justiça, a que se vinculavam, do ponto de vista administrativo, as interventorias.²⁵⁷

O raciocínio é elementar, e deve ter sido feito por Punaro Bley: se Geraldo Viana – grande amigo de Getúlio Vargas, seu colega na Câmara Federal, e seu defensor intransigente desde o início da campanha da Aliança Liberal – não teve força política para ser nomeado interventor, é que os caminhos que conduziam ao poder certamente tinham se alterado depois de outubro de 1930. Não mais bastavam amizades antigas vindas do período oligárquico. Eram necessários novos e

²⁵⁷ Cf telegramas no Arquivo de Osvaldo Aranha na FGV/CPDOC, referência OA cp 31.03.30/4.

decisivos aliados na política nacional. Bley irá se valer de um dos mais importantes, na continuação do jogo político: Juarez Távora, um dos seus padrinhos decisivos na indicação para a interventoria, como antes citado. Para estar habilitado a responder os longos telegramas com abaixo-assinados, recebidos de muitos moradores de Muqui, o Ministro da Justiça solicita informações ao interventor sobre o caso. A resposta de Bley foi realizada com todo o cuidado – explicou suas razões ao ministro em telegrama a que não tivemos acesso, e mandou o seu secretário de Agricultura, José Monteiro Lindenberg, detalhar pessoalmente a Osvaldo Aranha as causas da demissão de Alcides Viana.²⁵⁸ Alguns dias depois, ao receber telegrama de Juarez Távora alertando-o que os “geraldistas estão tecendo intrigas em torno” da demissão do prefeito de Muqui e que era bom informar ao ministro, Bley transcreve este telegrama do vice-rei do Norte e o endereça ao Ministro da Justiça, solicitando as “necessárias ordens para resolver definitivamente esta questão que já julgava resolvida”. O interventor Bley informa também que o estado “trabalha em absoluta ordem” e que o substituto do prefeito “foi recebido com sympathias geraes excepto pequenas [sic] facção de syrios e italianos mais ligados dr. Geraldo Vianna”.²⁵⁹

Este incidente nos informa que, em Muqui, o interventor prestigiou inicialmente a facção de Geraldo Viana, nomeando um seu irmão para a prefeitura municipal. Devido ao confronto político com os “geraldistas”, é nomeado Ewerton Guimarães da Silva, pessoa eqüidistante das desavenças locais, o que de certa forma beneficia a facção política ligada a João “Janjão” Vieira da Fraga, adversário político local dos Viana, como antes referido. O que não deixa de ser uma reafirmação do famoso dito de que a “Revolução, como Saturno, devora seus filhos”. O prefeito deposto em outubro de 1930 tinha sido justamente “Janjão” Vieira da Fraga, tendo o capitão Magalhães Barata colocado em seu lugar Alcides Viana, confirmado em novembro de 1930 pelo capitão Bley e exonerado no início de abril de 1931.²⁶⁰ O que causou estranheza a diversas pessoas foi a circunstância de que em meados de março de 1931, poucos dias antes da exoneração, o interventor estivera em Muqui numa visita oficial, tendo se avistado com Alcides Viana e com ele se congratulado pela boa administração, elogio estampado no *Diário Oficial* do estado. Tudo indica que a

²⁵⁸ Cf. minuta no CPDOC/FGV, referência OA cp 31.03.30/4.

²⁵⁹ Ibid., telegrama.

²⁶⁰ Cf. CASTRO, 1990; RAMBALDUCCI, Ney Costa. *Muqui, passado de glória, futuro de esperança*. Rio de Janeiro, [s.n.], 1991.

repentina mudança de posição de Bley, que exonerou outros “geraldistas” de cargos na administração estadual, tenha sido motivada pela circunstância de Geraldo Viana, com aprovação de Osvaldo Aranha, ter iniciado a propaganda no estado da Legião de Outubro, o que deve ter sido interpretado pelo grupo político situacionista como uma forma de passar por cima da autoridade de Punaro Bley, além de conferir grande destaque político a pessoas que não se alinhavam com o interventor.²⁶¹

O que um incidente como esse de Muqui significa para a história política espírito-santense desse período? O capitão Punaro Bley – que tinha se mostrado eficiente na curta “guerra de movimento” quando das definições político-militares de outubro de 1930 –, prossegue no exercício de sua liderança na nova fase caracterizada pela “guerra de posição”.²⁶² Na realidade, não foi somente a criação de uma Inspetoria dos Municípios que determinou a centralização político-administrativa no estado. Essa Inspetoria contribuiu de fato para realizar os ditames centralizadores da interventoria e, em suas mãos, foi um poderoso instrumento para que atingisse seus objetivos. Mas o novo órgão, sozinho, não explicaria todo o intrincado processo histórico que implicou a centralização política ocorrida no estado capixaba a partir dessa época. Processo esse, é bom reafirmar, que também não aconteceu de uma hora para outra – como, por exemplo, se publica um ato na imprensa oficial –, mas foi construído com avanços e recuos.

Assim, nesses anos de 1931-1934 na política espírito-santense, ocorreu uma “guerra de posição”, uma guerra de desgaste, em que cada fortaleza conquistada e cada trincheira tomada ao adversário eram depois mantidas de forma cuidadosa e vigilante. Talvez desconhecendo ainda todo o mecanismo de controle que estava sendo implantado no país, pessoas residentes no estado, e que tinham alguma denúncia ou reclamação contra o interventor, apelavam para o Ministro da Justiça, acreditando que ele iria tomar alguma providência decisiva. Mas o mecanismo adotado – talvez um outro “método Getúlio Vargas” – caracterizava-se pela remessa das reclamações diretamente para serem respondidas pelos reclamados, ou então para seu conhecimento – era uma forma de prestigiar as novas lideranças e de reforçar os vínculos que elas estavam construindo com os novos gestores revolucionários. E, também, procuravam-se coibir as intrigalhadas político-

²⁶¹ Cf. telegrama no CPDOC/FGV, referência OA cp 31.04.11/2 .

²⁶² GRAMSCI, 2000, v. 3, p. 255-256.

administrativas que nesses períodos discricionários eram muito freqüentes, além de não deixar nenhuma demanda sem resposta. Quando, em maio de 1931, Geraldo Viana remete uma carta a Getúlio Vargas listando uma numerosa gama de reclamações e acusações contra o interventor, o procedimento do chefe do Governo Provisório foi remeter tal carta a Punaro Bley, sem qualquer pedido de explicações.²⁶³ Nesse caso, o recado ao interventor era claro – prestar atenção aos adversários no estado e ao que eles estavam denunciando; não perder o controle da situação política sob risco de ser substituído; não criar problemas para o governo federal; entender que a relação do interventor com o chefe do Governo Provisório deve ser institucional, não se levando em consideração os interesses de velhas relações de amizade, como a que unia Geraldo Viana a Getúlio Vargas.

De forma semelhante, quando um morador do município de Alegre apresenta reclamação a Vargas sobre o interventor municipal Genaro Pinheiro, esta reclamação é repassada para o interventor federal no Espírito Santo que, por sua vez, a encaminha ao próprio reclamado. Prestigiar os que estavam subordinados na hierarquia era uma maneira de garantir que ela seria respeitada e reforçada por todos. E os níveis inferiores sempre teriam interesse em providenciar sobre os assuntos que lhe eram pertinentes, especialmente se os problemas já fossem do conhecimento dos estratos superiores. A permeabilidade desse sistema político centralizado era caracterizada por uma via de mão dupla, num fluxo comum a quase toda burocracia – tudo o que fosse determinação vinha de cima para baixo, e as demandas comuns fluíam de baixo para cima –, o que proporcionava a viabilidade do próprio sistema.

Esse caso ocorrido no município de Alegre deve ser analisado com mais detalhes, por ilustrar bem a “guerra de posição” que se travava no estado naquele tempo. Em 9 de junho de 1931, Nilo Guimarães escreve uma carta a Osvaldo Aranha reforçando uma denúncia feita a Getúlio Vargas e que sabia ter sido encaminhada à consideração do ministro por um cartão remetido pelo gabinete do chefe do Governo Provisório. Nessa carta informa que o jornalista Sebastião Alexandre, proprietário do periódico *Gazeta de Alegre*, está sofrendo perseguições políticas por parte de Genaro Pinheiro, interventor municipal, por exigir que seja realizada ampla

²⁶³ BLEY, Memórias, p. 74v-75.

sindicância nas contas da prefeitura nos últimos anos, “tanto mais que o actual Prefeito sempre esteve, de dez annos a esta parte, ligado às coisas politicas e administrações do Município, onde foi sempre figura saliente na secção: ‘Obras e serviços Publicos’, de que era perpetuamente encarregado techino [sic]”. O reclamante indaga o porquê de não se ter realizado sindicância em Alegre, quando em todos os outros municípios esta providência foi tomada, para terminar dizendo que o prefeito Genaro Pinheiro estava praticando injustiças contra os que foram “Liberaes e revolucionarios, para Governar com seus parentes e os Perrepistas que até 14 de Outubro andavam de fuzil nas mãos, procurando os chefes Liberaes”.²⁶⁴ Aí temos mais um caso de pessoas que, apesar de terem apoiado a revolução, depois foram perseguidas pelo novo regime. E, principalmente, um exemplo de continuidade da seguinte situação – indivíduos que ocupavam cargos no governo no regime deposto se aproveitaram da nova realidade política, galgando postos, após terem colocado o “lenço vermelho” no pescoço, como deve ter sido acontecido com Genaro Pinheiro. Nessa guerra de desgaste, o interventor já tinha tomado partido e deve ter usado a polícia para intimidar seus opositores de Alegre. Carlota Alexandre telegrafou ao Ministro da Justiça em 1º de julho de 1931 relatando que um tenente da polícia cometeu “inominável violência” ao retirar da vitrine da redação exemplares de *O Globo* devido à entrevista que seu marido, Sebastião Alexandre, tinha prestado àquele periódico e que, tendo em vista tal violência, eles fecharam a redação da *Gazeta de Alegre*. O interventor, ao responder à interpelação do Ministro da Justiça, devido possivelmente a uma outra carta do mesmo Nilo Guimarães, manda o seguinte telegrama em 9 de julho de 1931:

NAO E ABSOLUTAMENTE EXACTO GASETA ALEGRE IMPEDIDA
CIRCULAR MUITO MENOS EXISTE MOTIVO SYNDICANCIA ALLEGADO
MESMA FOLHA PT. EMPENHADO ULTIMAMENTE ESSE PERIODICO
DESABRIDA CAMPANHA DIFFAMACAO CONTRA AUTORIDADES VG,
SECRETARIO INTERIOR TELEGRAPHOU DELEGADO MILITAR
MANIFESTAR SE SEU REDACTOR NECESSIDADE INDICLINAVEL [sic]
MANTER SE DENTRO LIMITES ESTABELECIDOS, NÃO TENDO
CONHECIMENTO NENHUMA VIOLENCIA CONTRA ALLUDIDO JORNAL,
QUE CONTINUOU SENDO PUBLICADO, APESAR TER INFRINGIDO
DETERMINACAO CIRCULAR ESSE MINISTERIO, PUBLICANDO
PUBLICANDO [sic] COLUMNAS EM BRANCO, DISENDO SE
CENSURADO POLICIA PT. – TALVEZ ATTITUDE GASETA RESIDA NO
FACTO PREFEITURA TER RETIRADO PUBLICAÇÕES PARA FASEL AS
ÓRGÃO MUNICÍPIO PT. – SYNDICANCIAS ALEGRE JÁ ESTAVAM
PODER COMMISSAO SYNDICANCIAS ANTES REFERIDA CAMPANHA
PT. LAMENTO NAO PODER IMPEDIR QUE V. EXCIA SEJA TAO

²⁶⁴ Cf. carta no Arquivo Osvaldo Aranha do CPDOC/FGV, referência: OA cp 31.06.09/1.

CONSTANTEMENTE IMPORTUNADO POR HOMENS QUE APENAS SE
PREOCCUPAM INTERESSES PESSOAES.
ATTENCIOSAS SAUDACOES – JOÃO BLEY INTERVENTOR²⁶⁵

A destacar, de início, o conceito hoje repellido, mas que na época daquele regime ditatorial era exercido, de se limitar o exercício livre da imprensa – o Secretário do Interior e Justiça telegrafa ao Delegado Militar em Alegre para que este advirta o jornalista de que deve “manter-se dentro dos limites estabelecidos”. Sem contar que o interventor lembra ao ministro que o jornal em causa infringiu uma circular do próprio Ministério da Justiça relativa ao controle da imprensa. Deve-se ter em mente que o resultado dessas lutas – que um observador mais desavisado de hoje em dia poderia considerar de menor importância – significava a conquista ao inimigo de importantes posições políticas, situadas em um município que, como antes referido, era o mais populoso e com uma das maiores produções cafeeiras do estado. Se, pelo lado da oposição, a “guerra” envolvia questões de liberdade de imprensa, combate à corrupção e ao nepotismo etc., da parte do governo ela tinha como consequência a imposição de sua própria autoridade, o que podemos hoje chamar de exercer a hegemonia sobre a administração municipal e, por extensão, sobre todo o município. O interventor procura desconsiderar a denúncia, ao alegar que o jornal fazia oposição pelo fato de não mais publicar matérias da municipalidade.

Como é razoável supor, essas pequenas guerras de atrito variaram muito de um município para outro, a depender de como as forças oposicionistas se comportassem em relação ao novo poder hegemônico da interventoria – se buscavam um enfrentamento, ou se procuravam se acomodar –, e mesmo do que estava em disputa. No agora distrito de São Pedro de Itabapoana, a moradora Rosa Caroli, filha de Mário Caroli, cujo nome apareceu nos episódios antes tratados de mudança da sede, também telegrafa ao ministro Osvaldo Aranha em 29 de setembro de 1931 denunciando que sua casa tinha amanhecido “cercada por forças mando interventor”, que apreenderam lustres, impedidos de serem retirados por moças e senhoras defensoras dos direitos do distrito de São Pedro do Itabapoana.²⁶⁵ Segundo registro de Grinalson Medina, Mário Caroli tinha sido um dos signatários de um recurso ao Ministro da Justiça para que a sede do município voltasse a São Pedro, enquanto que a historiadora Rosângela Guarçoni nos informou que Rosa

²⁶⁵ Cf. telegrama no CPDOC/FGV referência OA cp 31.07.01/2.

Caroli, muito apegada à sua cidade, reteve em seu poder documentos da antiga prefeitura, de modo a evitar que fossem levados para Mimoso.²⁶⁶

Se, por um lado, privilegiamos na análise a participação do interventor nessa dinâmica histórica, por outro, devemos enfatizar que ele sozinho não podia montar todo o novo sistema político. Sua liderança é que foi exercida sobre uma quantidade razoável de pessoas, de modo que os novos costumes políticos, numa mescla de antigas práticas com outros procedimentos, fossem pouco a pouco tomando conta do estado.

As sindicâncias nas contas municipais estavam na ordem do dia e não podemos desconsiderá-las, passados tantos anos, dizendo que não deram em nada, ou que logo foram abandonadas. Acontece que, mesmo com atribuições limitadas, tais comissões se constituíram numa moeda de troca política, para dizer o mínimo. Os seus resultados dependiam, sobretudo, dos interesses políticos envolvidos. Em algumas situações, funcionaram como se fossem espadas de Dâmocles, sempre suspensas sobre os interventores municipais, e prontas a caírem sobre eles ao menor sinal de desvio da conduta político-administrativa que deveria ser seguida. Sobre as comissões de sindicância, Renato Pacheco fez o seguinte registro:

Começou o governo através da Junta de Sanções a apurar – por comissões de sindicância – as responsabilidades de ex-prefeitos. Fez-se novo inquérito sobre o massacre da Caravana Liberal, a 13 de fevereiro de 1930. Fizeram-se expurgos no Regimento Policial Militar e Guarda Civil. Foi exonerado o juiz de Itaguaçu, porque recebeu indevidamente subvenções da Câmara Municipal, a título de ajuda de custo [...].²⁶⁷

Todas as evidências indicam que essas conhecidas comissões de sindicância foram muito úteis à administração Punaro Bley nos primeiros tempos em que se firmava no poder estadual. E tais comissões eram controladas pela interventoria por meio da Junta de Sanções, da qual faziam parte o próprio interventor e o titular da pasta do Interior e Justiça. A Fotografia 5 (p. 311) mostra o interventor sentado na cadeira do antigo presidente do Congresso Legislativo, tendo à sua direita Afonso Correia Lírio, seu Secretário do Interior e Justiça e, em primeiro plano, possivelmente taquígrafos e secretários. É um atestado eloqüente de que a política em âmbito municipal agora

²⁶⁶ MEDINA, [1932?].

²⁶⁷ PACHECO, 1998, p. 36.

passava por outros canais, diferentes daqueles por que costumava ser exercida na Primeira República.

O Executivo – ao invés de sancionar os atos emanados do Poder Legislativo, então extinto –, utiliza o prédio do antigo Congresso Estadual para promover um outro tipo de sanção – o de punir quem não estivesse de acordo com sua política. É revelador que a antiga sede do Poder Legislativo tenha sido usada para o desempenho dessas funções. A figura do interventor concentrava as funções do Poder Executivo estadual, como sabemos. Mas a função política de atuar junto às lideranças municipais, geralmente reservada aos deputados estaduais, também foi para as mãos do interventor que, assim, concentrava atribuições políticas de dois poderes estaduais – do Executivo e do Legislativo. Da mesma forma, revela-se muito significativo a Junta de Sanções possuir o poder de aplicar penas a cidadãos e autoridades que transgredissem as determinações emanadas do Poder Executivo, em especial aquelas de ordem financeira. O fato de o interventor e seus auxiliares diretos julgarem e imporem sanções a pessoas e autoridades que considerassem faltosas não deixava de se caracterizar como o exercício de uma atribuição típica do Poder Judiciário. E esta situação, que pode ser estranha aos olhos de hoje, deveria ser divulgada para servir de exemplo e mostrar que o governo revolucionário funcionava.

A atuação da Junta de Sanções não estava isenta de conflitos, e não se resumia na análise da gestão administrativo-financeira dos municípios. O seguinte cabograma de 2 de julho de 1931, também dirigido ao ministro Osvaldo Aranha, contém grave denúncia de um comerciante, que alegava perseguições por parte da interventoria, por meio da Junta de Sanções:

DOUTOR OSWALDO ARANHA
 MINISTERIO JUSTIÇA RIO
 DANDO ENTRADA HONTEM MINHA DEFESA FUI HOJE INTIMADO
 NOVAMENTE POR RECADO POLICIAL MANDADO INTERVENTOR BLEY
 QUE CERCADO CHEFE POLICIA E PROCURADOR JUNTA RASGOU
 REFERIDA DEFESA ATIRANDO FRAGMENTOS DA MESMA MINHA
 FACE ACOMPANHADOS INSULTOS
 CONFIRMO MEU TELEGRAMMA QUAL PEDIA GARANTIAS VOSSENCIA
 CARACTER CIDADAO BRASILEIRO COMERCIANTE LEGAL
 CONTRIBUINTE E REVOLUCIONARIO COM SERVIÇOS PRESTADOS
 VICTIMA INJUSTA PERSEGUIÇÃO COMO BEM PROVA COPIA MINHA
 DEFESA E DOCUMENTOS ENVIAREI VOSSENCIA
 CONTINUO MERECER URGENTE GARANTIAS FEDERAL

– MANUEL DE LUCCAS ²⁶⁸

A hegemonia política deveria ser exercida com consenso e com coerção, custasse o que custasse, no peito e na marra, se fosse o caso. Pelos registros que nos ficaram, não era incomum o interventor se envolver pessoalmente em episódios violentos como o descrito acima, ao julgar que sua autoridade estava sendo desafiada. Alguns desses episódios são, inclusive, relatados por ele mesmo em suas *Memórias*, já bastante referidas ao longo dessa dissertação.

Era fundamental divulgar a presença do poder da interventoria, mesmo em lugares menores e mais afastados da Capital do estado, como o município de Rio Novo. Essa onipresença devia ser enfatizada para se mostrar eficaz aos olhos de um público mais amplo, como atesta a Fotografia 6 (p. 312). Essas comissões de sindicância, bem como os conselhos consultivos municipais, além de serem um canal institucional alternativo para o exercício do poder da interventoria no território estadual – por contraste com as prefeituras –, deveriam servir também para acomodar em funções de destaque as lideranças locais que se desejava prestigiar.

Mas os membros da elite política já podiam brincar com a situação, por saberem que gozavam de certa imunidade, mesmo tendo pertencido ao regime deposto em outubro de 1930. A mesma revista *Vida Capichaba*, que divulgou fotograficamente as atividades da Junta de Sanções e de comissões de sindicância, estampa um soneto relativo ao desembargador aposentado Josias Soares, pai do então prefeito de Vitória, Asdrúbal Soares, e possivelmente de autoria de Manoel Lopes Pimenta, diretor do periódico:

PHILOSOFOS CAPICHABAS // DESEMBARGADOR JOSIAS SOARES // Dr. Josias de Martins Soares... / Só ares? Não. O bicho é talentoso. / Tudo nelle seduz... O olhar... a voz... / É *causeur* fino, astuto, maneiroso. // Nasceu, feliz, nas plagas lá do norte, / Admira bastante um vatapá. / Hoje, é dono de todo o Espírito Santo / Monte Urubu, Mucamba, Camará. // Muito rico, possui uma grande somma. / Jura até que já enterrou dinheiro / Lá para os lados de Itaperoroma. // Gosta muito de um termo: *malocancia*... / E apesar de ter sido P. R. P., / Não teme a Comissão de Syndicancia. // Aranha Sem Graça.²⁶⁹

²⁶⁸ Cf. cabograma no CPDOC/FGV, referência OA cp 31.07.02/1.

²⁶⁹ *VIDA CAPICHABA*, ano IX, nº 271, 11 abr. 1931.

Sintetizando as considerações antes efetuadas, podemos afirmar que as mudanças administrativas empreendidas pelo interventor foram no sentido da centralização do poder político no aparelho regional de Estado. De fato, em relação aos procedimentos governamentais vigentes na República Velha, a diferença maior diz respeito à centralização político-administrativa. A partir de 1930 não ocorreu uma mera troca de comando político, como costumava acontecer antes. Não é mais uma facção regional da classe dominante que fica alijada do poder em benefício de outra. O poder passa a ser centralizado, em nível estadual e federal e, por consequência, os grupos locais perdem autonomia. Mesmo uma determinada facção local, eventualmente prestigiada pelos novos governantes, tem o seu poder diminuído em relação ao que detinha em situação anterior, porque tal facção passa a se relacionar com um novo árbitro, a interventoria. Tal ente é excepcional, entre outros aspectos, por ter conquistado e por manter o controle do aparelho de Estado utilizando recursos coercitivos diferentes daqueles empregados pelas oligarquias estaduais no passado. A centralização político-administrativa se configura como um caso emblemático de consenso revestido de coerção. Também se devem ter em mente, ao analisar essa conjuntura política, os enunciados de Weffort sobre o estabelecimento do poder do Estado como instituição com forte presença na sociedade brasileira, tema já tratado antes.

A ideologia do tenentismo dava o tom da maioria das ações políticas da interventoria no estado nesses anos de 1930 a 1934, guardando coerência com o que se passava na maior parte do país. E o saneamento financeiro justifica e, ao mesmo tempo, encobre a centralização político-administrativa então promovida.

4.2 Fabricação e manutenção do espírito “revolucionário”

No começo do Movimento de 30 existia um certo espírito “revolucionário”, como o gesto de se colocar no pescoço o lenço vermelho, presente desde a campanha aliancista e inspirado em costume pampeiro. Claro que variavam os interesses por trás desse espírito. Mas ele era usado pela interventoria de forma objetiva – para

promover mudanças político-administrativas que lhe interessavam, sempre em consonância com o Governo Provisório. Em termos do impacto junto aos arranjos políticos, deve ser levado em conta esse “clima de mudança”, que existiu nos primeiros tempos após outubro de 1930, e foi revigorado com o combate à Revolução Constitucionalista de São Paulo em 1932.

Partimos da seguinte questão: como uma linguagem “revolucionária” foi utilizada pela interventoria no sentido de obter o consenso da população para promover mudanças superestruturais (centralização político-administrativa) e, ao mesmo tempo, conter transformações radicais no corpo social. E, assim, manter na essência o *status quo ante* no domínio econômico ou, no máximo, mudá-lo de forma progressiva e em benefício dos interesses das classes dominantes.

Para demonstrar essa situação, utilizamos um recurso que, na época, passa a ser empregado em maior escala na imprensa e com um grande apelo junto à população – o registro fotográfico. Não se pode esquecer que, naquele tempo, e devido à proliferação do cinema falado, o uso da fotografia se vulgarizava. Ademais, numa população muito pouco letrada, a fotografia tinha o poder de comunicar instantaneamente o que se pretendia. Nessa época, os jornais e revistas passaram a estampar mais amiúde fotos dos principais acontecimentos políticos ou de protagonistas que desejavam destacar, apesar de ainda existirem muitas limitações técnicas no estado do Espírito Santo nesse campo. Assim, os clichês eram todos feitos fora do estado, geralmente no Rio de Janeiro, não sendo raro que um mesmo clichê fosse utilizado por *A Gazeta*, pelo *Diário da Manhã*, que durante certo período funcionou como jornal oficial, e pelas revistas *Vida Capixaba* e *Chanaan*.

Ainda em outubro de 1930 o jornal *A Gazeta*, que era de oposição à “situação decaída” e, portanto, de total apoio aos novos tempos, lidera uma campanha para dar um nome à nova praça surgida no centro de Vitória, no local onde alguns anos depois foi construído o prédio-sede dos Correios. Este espaço tinha abrigado um antigo mercado, demolido quando da construção do Mercado da Capixaba pela administração de 1924-1928. O nome escolhido, por decisão popular segundo *A Gazeta*, não poderia ser outro – Praça João Pessoa.²⁷⁰ Erigiram até um altar com a

²⁷⁰ A GAZETA, 22 out. 1930.

efígie do morto ilustre (Cf. Fotografia 7, p. 313). A celebração da missa foi suspensa devido às “persistentes chuvas” daquele domingo, mas as novas autoridades do estado, com destaque para os três membros da Junta Governativa, compareceram ao ato de inauguração da Praça João Pessoa, conforme mostra a Fotografia 8 (p. 314).

No novo “calendário revolucionário”, o dia 13 de fevereiro também foi marcado como uma data importante – o largo em frente ao Carmo, palco do massacre do ano anterior, foi rebatizado de Praça 13 de Fevereiro, e houve manifestações de autoridades, com discursos, e concentração popular (Cf. Fotografia 9, p. 315). O governo recém-empossado, de forma reiterada, avivou a lembrança do episódio para que se criasse um antagonismo entre a velha situação, “perseguidora” do povo, e a nova, que veio para o “salvar”.

Dentro desse contexto de ridicularizar as autoridades depostas em benefício das novas, é que se deve considerar a paródia feita no Espírito Santo da marcha de carnaval *Taí*, que na voz de Carmem Miranda fez sucesso no carnaval de 1930 (*Taí! Eu fiz tudo pra você gostar de mim! Ó meu bem, não faça assim comigo não! Você tem, você tem que me dar seu coração!*). A letra satirizava o antigo presidente do Estado, Aristeu Aguiar, e seu Secretário de Justiça, Mirabeau Pimentel, que haviam fugido assim que as forças revolucionárias mostraram-se vencedoras, e denunciava a difícil situação do Tesouro estadual: *Cadê! Aristeu e Mirabeau que ninguém vê! Azularam com o dinheiro do estado! E o povo, e o povo ficou sacrificado!* Esse seria um indício da rejeição popular às oligarquias depostas, e do prestígio inicial do regime implantado a partir de 1930, traduzido nesse espírito “revolucionário”. Essa quadrinha foi decorada em nossa juventude, a partir de conversas informais com pessoas mais velhas da rede familiar, o que demonstra sua permanência no imaginário local. Importa registrar que a letra dessa paródia possui algumas variantes, como a seguinte, transcrita pelo jornalista Namy Chequer:

No dia 13 de fevereiro Mirabeau virou guerreiro / E quando viram a coisa feia / Fugiram tal qual gente da aldeia / Cadê Aristeu e Mirabeau / Que ninguém vê / Azularam com o dinheiro do Estado e ficou o povo todo sacrificado / Seu Aristeu tenha paciência / Que seu

Governo foi uma indecência / Entrega o dinheiro que não é seu [nem d]e Mirabeau, aquele judeu".²⁷¹

Em tal conjuntura política, possui plena validade a conhecida frase de Gramsci: "A grande obra do poder é fazer-se projeto amoroso". Contudo, a chama do "projeto amoroso" tem que ser mantida acesa de forma constante.

Em julho de 1931, dando conta de eventos promovidos na Capital do estado, são divulgadas por *Vida Capichaba* fotos encimadas pelo título "5 DE JULHO" e tendo como legendas "Aspectos das homenagens prestadas aos heróis de Copacabana. Formatura das forças e desfile escolar".²⁷² No dia 26 de julho de 1931, primeiro aniversário da morte de João Pessoa, mais comemorações são realizadas, envolvendo concentração de povo e normalistas uniformizadas na Praça 13 de Fevereiro e missa na Praça do Quartel (Cf. Fotografia 10, p. 316). E quem não teve oportunidade de assistir pessoalmente aos acontecimentos, podia deles inteirar-se de forma indireta, por meio das fotos estampadas nos jornais e na prestigiosa revista *Vida Capichaba*.

E não se diga que essas iniciativas ficaram restritas a Vitória. Em Cachoeiro de Itapemirim, o interventor municipal Fernando de Abreu reclama, em carta de 14 de junho de 1931 a Elysinha, sobre as festividades em torno do líder da Coluna Barata, em visita ao estado: "Hontem e hoje, tive todo o dia tomado com a recepção do Cap. Barata. / [...] Estou cansado da excursão que fizemos até Veado [atual Guaçuí]. / Discursos, musicas, fogos, vivas, enfim uma agitação continua".²⁷³ E as reclamações prosseguem em carta de 26 de julho seguinte, agora sobre outras solenidades: "Não posso subir [para Vargem Alta], hoje, por motivo de haver de estar presente às festas que se realizam em memoria do presidente João Pessoa. / Custa-me muito, mas quem não quer ser lobo não lhe vista a pelle. / Si tenho as honras... de ser Prefeito, também tenho as obrigações".²⁷⁴ Em João Pessoa (atual Mimoso do Sul), São José do Calçado, e Vargem Alta são prestadas homenagens ao "grande morto",

²⁷¹ Cf. reportagem de Namy Chequer "Aristeu, primeiro o meu", publicada na revista *Século*, nº 5, julho de 2000. Disponível em: <<http://www.seculodiario.com.br/arquivo/2004/novembro/04/index.asp>>. Acesso em: 05/11/2004.

²⁷² Cf. *VIDA CAPICHABA*, ano IX, nº 286, 25 jul. 1931.

²⁷³ ABREU, Fernando de. *Crepúsculo*. Rio de Janeiro, [s.n.], 1937. Nessa obra o político reúne cartas que enviou de 1930 a 1936 à amante, Elysinha, publicadas no ano seguinte em que ela morreu.

²⁷⁴ ABREU, 1937, p. 26.

que tem o seu retrato inaugurado na escola feminina de Ponte do Itabapoana, a cargo da professora Clotilde Couto.²⁷⁵

O ano de 1931 não terminaria sem as comemorações pela passagem do primeiro aniversário da Revolução de Outubro, cuja data estabelecida foi o dia 24 desse mês, quando no ano anterior ocorrera a renúncia de Washington Luís (Cf. Fotografia 11, p. 317). Numa espécie de ensaio do que seriam as práticas populistas no decorrer da ditadura varguista, e que continuaram após o seu término, o governo aceita que firma particular – A. Prado & Cia – distribua víveres para as populações pobres de bairros que, à época, podiam ser considerados a “periferia” de Vitória e Vila Velha – Santo Antônio, Argolas, Jucutuquara e Praia do Suá (Cf. Fotografia 12, p. 318). Era a iniciativa privada vindo ao encontro dos interesses do governo, participando da data comemorativa da vitória da revolução. E tudo muito bem divulgado, com os recursos da época, de sorte que tivesse boa repercussão.

Sem dúvida que o objetivo do governo era estabelecer uma espécie de “calendário da revolução” com novas datas comemorativas que reiterassem os aspectos positivos do Movimento de Outubro e estabelecessem aos olhos do povo uma aceitação das medidas autoritárias que eram implementadas. Quer dizer, para “novos” tempos, novas datas comemorativas. Os interessados nessas comemorações, especialmente membros do governo, mas também particulares com objetivo de lhes agradar, tomavam tais iniciativas para manter vivo o “espírito revolucionário”, sempre invocado pelos novos donos do poder, especialmente nos períodos de afirmação de novas lideranças, ou em momentos de crise política.

Em 1931, as inovações não se fizeram sentir somente na sua dimensão comemorativa. O velho regime foi deposto, e a situação agora era de um governo discricionário, que precisava se legitimar. Não havia representação popular no poder legislativo (estadual e municipal) e os detentores de cargos nos executivos eram escolhidos pela autodenominada “Ditadura”. Não havia eleições, etc., mas outras práticas vieram substituí-las, como as comemorações antes referidas. O próprio termo ditadura – que para nós hoje em dia carrega um grande peso de negatividade – era comumente usado de forma positiva, para enaltecer as medidas discricionárias

²⁷⁵ CF. *VIDA CAPICHABA*, ano IX, nº 293 de 12 set. 1931 e nº 296 de 3 out. 1931.

que aos olhos dos mandantes de então tinham que ser tomadas em benefício de todos.

De forma a se inteirar diretamente dos principais problemas políticos e administrativos que era chamado a decidir, o interventor trata de conhecer o estado. Faz diversas excursões aos municípios, e quase todas elas eram documentadas fotograficamente e muito divulgadas pela imprensa. No caso, a imagem que se queria passar era de uma administração dinâmica, por contraste com um pretenso marasmo oligárquico (Cf. Fotografia 13, p. 319). O interventor visitava os municípios com objetivos ligados ao poder; por exemplo, estar presente na fundação do Clube 3 de Outubro local, importante “partido” à época (Cf. documentos no Arquivo Osvaldo Aranha no CPDOC/FGV).

Contudo, nas questões políticas vão existir inovações, *ma non troppo* – o novo convive com o velho. Nos municípios sulinos, que eram os mais importantes, a Coluna do Major Barata tinha colocado pessoas de sua confiança, que foram depois confirmadas pela Junta Governativa e pela interventoria, como tratado antes. Já em Itaguaçu, o coronel Antônio Martinho Barbosa, antigo político da República Velha e que estava alijado do poder por ter brigado com o situacionismo de então, volta ao comando da administração local (Cf. Fotografia 14, p. 320).²⁷⁶ O interventor informa-nos em suas *Memórias* que sua mãe, ao passar uma temporada com o filho depois de ficar viúva, logo descobre parentes no estado, como o coronel Martinho Barbosa de Itaguaçu. “Honi soit qui mal y pense” – o prestígio do coronel junto à interventoria não se originou por qualquer relação de parentesco, mas era devido ao fato de ele ter se oposto à administração estadual derrubada pelo Movimento de 1930.

4.3 *Scherzo* – um estrategista de farda e terno

“Assim, peço-lhe permissão para unir-me aos nossos camaradas da Coluna Barata, que já deve ter ocupado Cachoeiro de Itapemirim’. Concordando, [o coronel José

²⁷⁶ VENTORIM, Luciano. *Itarana 1882-1964*. Coleção Memórias, 2. Vitória: DEC, 1990.

Armando de Paula] mandou requisitar um automóvel de linha, na Leopoldina, no qual, à paisana, com roupa emprestada pelo Lins, viajei até Cachoeiro de Itapemirim”.²⁷⁷ Com estas palavras, Punaro Bley relata uma passagem de sua atuação nos dias decisivos do Movimento de Outubro de 1930 no estado do Espírito Santo. Ele, um capitão do Exército, procura entendimentos com as forças revolucionárias que já estão em Cachoeiro e, devido ao ambiente da época, vai cumprir sua missão como que disfarçado, “à paisana”, com roupa emprestada por um seu colega, também oficial, que já servia há tempos no 3º Batalhão de Caçadores, em Vila Velha. Apesar de esse trecho das *Memórias* de Bley referir-se a uma situação excepcional, ele também nos esclarece sobre a plena consciência que o seu autor possuía da importância da farda, e dos momentos em que ela deveria ser usada, ou precisaria ser trocada pelo traje civil, mesmo em períodos mais rotineiros.

Quando se examinam os documentos fotográficos nos quais Punaro Bley aparece em destaque, fica evidente o uso político que ele fez de sua indumentária, especialmente durante os anos da primeira interventoria (1930-1935). O jovem interventor, no início do seu governo, queria se afirmar entre as lideranças estaduais e, à medida que conseguiu angariar prestígio político e congregar em torno de si parcelas significativas do poder local, procurou distinguir-se das pessoas que o rodeavam. Essa peculiaridade não deve ficar relegada a um plano menor, com a explicação simplista de que Bley era militar e, assim, deveria eventualmente vestir farda; ou, então, que aqueles eram anos nos quais o militarismo era valorizado e, portanto, usar uniforme estava na moda. Esses dois argumentos, embora procedentes, não esgotam a questão.

Ao observarmos as fotos de Punaro Bley no período da primeira interventoria, um fato logo nos chama a atenção – o modo como se trajava. Em determinados eventos ele estava fardado e, em outros, de terno. Em comum a essas circunstâncias a sua condição destacada, advinda do cargo de interventor que ocupava. A Fotografia 15 (p. 321) mostra o interventor trajado de terno no meio de militares, ao comparecer a churrasco oferecido em sua homenagem, por ocasião de manobras que o Regimento Policial Militar então realizava, possivelmente em Maruípe.

²⁷⁷ BLEY, *Memórias*, p. 64.

Até certo ponto, era mesmo natural que Bley procurasse se distinguir – como uma maneira de se afirmar perante a sociedade capixaba, sabidamente fechada nessa época, e frente aos seus auxiliares, em geral muito mais velhos do que ele.²⁷⁸ E a maneira mais simples e direta de o interventor se sobressair em relação aos circundantes era pelo uso de uma roupa que marcasse sua presença frente às outras autoridades. Em outras palavras, que o diferenciasse, destacando-o, das pessoas que o acompanhavam em ocasiões solenes e em eventos importantes.

Na Fotografia 16 (p. 322) ele aparece fardado numa cerimônia civil – a inauguração das novas dependências do Colégio Americano Batista nas imediações do Parque Moscoso, no centro de Vitória. De pé, certamente pronunciando palavras alusivas ao evento, todo o auditório poderia distingui-lo nitidamente, mesmo de longe, como mostra a fotografia referida – era o único uniformizado entre os membros da mesa.

Bley, evidentemente, sabia que não tinha sido eleito pelo povo, mas escolhido numa conjuntura inusual – uma revolução. E numa circunstância mais difícil ainda – não houve consenso entre as diversas facções estaduais que disputavam o poder, e ele surgiu como uma solução provisória, à espera de oportunidade mais adequada, quando seria nomeado outro ocupante para o cargo. Daí, também, os esforços que empreendeu para legitimar-se nessa nova posição.

Decerto que Punaro Bley, logo que assumiu a interventoria, esperava ser substituído a qualquer hora. Segundo se depreende do seu próprio relato, nos eventos de outubro de 1930 agiu como uma liderança militar que se caracterizou por iniciativas conciliatórias entre as tropas revolucionárias e oficiais ainda leais ao regime que acabava, o que lhe valeu ser indicado para a Junta Governativa que provisoriamente assomou ao poder no estado. Como resultado de sua atuação como membro da referida Junta, pelos contatos mantidos com os meios sociais e dirigentes do estado capixaba e devido às ligações que estabeleceu com lideranças da Revolução de 1930 no plano nacional, foi nomeado para a interventoria. Aceitou-a como uma incumbência que lhe fora dada, da mesma forma que um soldado procura cumprir com acerto uma missão ordenada pelo superior.²⁷⁹ Estas últimas considerações já foram tratadas antes. A novidade agora é que, a partir de determinado momento, o

²⁷⁸ PACHECO, 1998, p. 37.

²⁷⁹ BLEY, Memórias.

interventor percebe que possui condições de continuar exercendo seu cargo por um período mais longo que não o de uma simples interinidade. Esse momento pode ter sido no início de 1931, quando, voltando de Curitiba, onde fora visitar a família pelo falecimento do seu pai, passa pelo Rio de Janeiro e avista-se com Getúlio Vargas. Lembra-lhe, então, que estava se aproximando a hora de ser trocado na interventoria, para poder retomar o curso na Escola de Estado-maior do Exército. O chefe do Governo Provisório pondera: “O senhor vai indo bem, sem criar casos. Fique mais um ano, tratarei de providenciar a transferência de sua matrícula na Escola de Estado-maior para 1932”.²⁸⁰ E dessa maneira ele pôde reassumir seu cargo de interventor com maior confiança em nele ser mantido por um prazo mais longo.

Como militar adepto do tenentismo, mesmo que sua adesão tenha sido de última hora, Punaro Bley considerava-se imbuído de uma missão, e rapidamente se alinha ao ideário que estava na ordem do dia no país. Sua condição de oficial do Exército não somente era vista com bons olhos, como também valorizada por parte dos civis, que depositavam nos militares em geral – e, durante certo tempo, nos tenentistas –, confiança sem limites para solucionarem todos os males do Brasil. Os componentes das classes superiores beneficiavam-se dessa situação de vez que, como assinalou Boris Fausto, “o Exército sustenta o regime não no caráter de ‘estrato protetor das classes médias’, mas como liame unificador das várias frações da classe dominante”.²⁸¹

Deveria ser constante o entrosamento entre as novas autoridades levadas ao poder pela onda revolucionária, especialmente no que se refere aos dirigentes militares, de maneira a assegurar o cumprimento das ordens e evitar surpresas naqueles tempos de forte instabilidade político-institucional. Assim, os oficiais da força pública estadual, o Regimento Policial Militar, oferecem um almoço à oficialidade da Guarnição Militar Federal, o 3º B. C., sediada em Piratininga, Vila Velha. Naturalmente que a este almoço compareceu o interventor federal. E o perfeito entendimento entre os responsáveis pela defesa, em última instância, da nova ordem vigente deveria ser divulgado na sociedade, como forma de atestar a solidez

²⁸⁰ BLEY, Memórias, p. 74.

²⁸¹ FAUSTO, 1997, p. 138.

das instituições. Na Fotografia 17 (p. 323), mesmo com o grupo de pessoas focalizado de um ponto de vista mais afastado, é possível distinguir com clareza a figura de Punaro Bley, por estar vestido de terno, no meio de colegas fardados.

A posição de Punaro Bley à frente dos destinos espírito-santenses, no entanto, não era a de um simples delegado militar – existia a dimensão de governante civil, a mais importante para o desempenho da interventoria federal. Ele tinha que se responsabilizar pela nomeação de pessoas em cargos relevantes e liderar a administração estadual; representar o governo em ocasiões especiais; dirimir contendas políticas; controlar as finanças; e outras iniciativas de um dirigente em cargo público de destaque. O seu grande interesse era desempenhar a contento ambos os papéis – como líder militar e, sobretudo, dirigente civil. Uma das tarefas a que se lançou, logo no primeiro ano de sua administração, foi a de conhecer o estado que dirigia, como antes assinalado. Praticamente todas as suas andanças pelo interior capixaba foram documentadas em fotografias e publicadas pela imprensa. Era uma forma de ele prestar contas públicas do que fazia em suas viagens ao interior. A *Vida Capichaba* publicou muitas delas, quase sempre sob o título de “Excursão Governamental”. O interventor, sempre vigilante e operoso, estava conhecendo o estado não como simples viajante, mas a trabalho – esta era a mensagem passada pelas verdadeiras reportagens fotográficas que aquele periódico realizou. Dessas viagens poderia resultar uma definição política importante para os destinos de determinada cidade como, por exemplo, a escolha de um novo interventor municipal, ou a organização local do Clube 3 de Outubro. A Fotografia 18 (p. 324) retrata Punaro Bley em visita ao município de Muniz Freire junto a autoridades locais de terno, com elas estabelecendo nítido contraste proporcionado por seu uniforme militar.

Punaro Bley tinha consciência do duplo papel que desempenhava frente ao Governo do Estado do Espírito Santo. Como se impor então, sem cair num ambiente de ambigüidade? Como se legitimar a partir de uma situação incomum – revolucionária, que não poderia se perpetuar – e adaptá-la a um cotidiano administrativo? Além de procurar manter acesa a chama dos ideais tenentistas “revolucionários”, como já vimos, ele precisa liderar nos dois setores – civil e militar – de modo a permanecer no poder. Não queria ser mais um oficial – como tantos que então existiam e que podiam ser facilmente substituídos na sua incumbência. E, até para afastar possíveis

rivais do jogo político, ele comparece em trajes civis quase sempre que a cerimônia é militar. Certamente para deixar uma mensagem explícita – era um oficial do Exército, mas estava no desempenho de uma missão civil de poder, por possuir contatos importantes com a esfera política nacional que realmente mandava. Ou seja, não estava preso ao uniforme, não estava limitado ao regulamento militar.

Quando o tempo é de conflito, como foram os meses em que se desenrolaram os eventos da Revolução Constitucionalista de São Paulo, a figura do militar se alteia. Assim como outros oficiais que desempenhavam funções em cargos civis, Punaro Bley solicitou sua reversão ao Exército para ajudar no combate aos revoltosos, oferta naturalmente recusada. Mas nas despedidas das tropas – foram três os contingentes militares do Espírito Santo que embarcaram para a área conflagrada – o interventor sempre aparece de terno entre os militares, como pode ser comprovado pela Fotografia 19 (p. 325).

A maioria dos interventores nomeados por Getúlio no início do Governo Provisório é composta por militares, como se sabe. Punaro Bley tem orgulho de sua formação militar, oficial que era da arma da artilharia. Então, juntaram-se duas vontades políticas – a das classes alta e média, desejando o “amparo” de um militar, e a deste querendo se impor junto à população em geral, e às classes dominantes em particular. A mensagem implícita também era indubitável – ele desempenhava uma função civil, poderia ser substituído a qualquer momento, mas atenção, também era oficial do Exército, acima de questiúnculas políticas, administrando para o bem de todos, e com contatos com o meio militar, não acessível prontamente a qualquer pessoa. A vocação profissional pela carreira das armas predominava na vida de Bley, e ele a associou ao fato dessa carreira ser valorizada socialmente à época, como já assinalado. Um indício desse predomínio encontra-se na circunstância de ele gostar de ser tratado como “Capitão Bley” e não como “Senhor Interventor”.

Assim, um recurso que Punaro Bley utilizou, até de uma forma natural, foi o de realizar uma inversão nessas atribuições de dirigente militar e civil. Enfatizamos as considerações anteriores de forma a marcar a descoberta: quando se tratava de um evento em um ambiente que envolvesse a presença maior de autoridades civis, o interventor se apresentava com seu uniforme militar. E, para comparecer às cerimônias realizadas num meio onde a presença militar era maior, o interventor

trajava-se em roupas civis. Claro que esta não era uma regra rígida – existem muitos eventos de ordem militar em que ele está envergando sua farda do Exército, como também usando terno em cerimônias de caráter civil. Mas a frequência com que se mostra essa inversão de papéis nos parece um indício muito significativo do fato de o interventor procurar se afirmar no ambiente social desconhecido, pelo uso dessa troca de vestimentas, que ele podia fazer, e que o distinguia de forma nítida nas cerimônias. Os exemplos são inúmeros, mas escolhemos uns poucos, de forma a não sobrecarregar de dados o que se quer provar.

A predominância do uso do uniforme por parte do interventor Bley se deu no período em que o tenentismo estava em alta. Com o declínio do movimento tenentista e, principalmente, à medida que o interventor conhece o estado e é por todos conhecido, a necessidade de se afirmar como militar diminui e ele passa a usar mais o terno – todos já se referiam a ele como o “capitão Bley”.

Acreditamos que Punaro Bley não escolhia a indumentária – civil ou militar – que trajaria num evento público como quem decide a cor da gravata que usará. Aí reside outro forte indício de que desejava passar uma mensagem irretorquível – um mesmo corpo físico pode abrigar duas modalidades de poder, o civil e o militar. Neste papel de “duplo” desempenhado por Punaro Bley, e já mencionado, o civil às vezes preponderava, mas o militar estava sempre subjacente. Nos tempos autoritários dos anos trinta, o militarismo encontrava-se na ordem do dia, e estava em alta o prestígio dos uniformes envergados pelos tenentes e policiais militares, como antes enfatizado. Além dessas, muitas outras atividades sociais na época utilizavam-se do uniforme para marcar os seus adeptos, como padres e freiras, ginasianos, normalistas, polícia civil, escoteiros, bandeirantes, sem contar os camisas-verdes partidários do integralismo, e até mesmo – pelo menos no Espírito Santo –, alguns “camisas-negras” autenticamente fascistas.

Bley quer sempre lembrar aos circundantes que pode usar o uniforme militar. Às vezes até exagera, como na reunião de interventores no Recife, onde está de uniforme no cais do porto, junto com Juarez Távora e Juraci Magalhães, em trajes civis. Ele está perfilado, parece pouco à vontade perante alguns de seus “chefes”, e de colegas interventores em estados mais importantes (Cf. Fotografia 20, p. 326). Na

entrega da bandeira nacional ao estado do Espírito Santo, feita por Getúlio Vargas, (Fotografia 48, p. 354), a sua postura militar também está evidente.

Quando os eventos são de caráter predominantemente civil, é comum vermos o interventor envergando o seu uniforme militar, na sua versão comum ou na de gala. Aqui também a mensagem é explícita – Bley desempenha uma função civil, mas não abre mão de sua condição de militar. Para “vestir-se” de interventor fardado, tudo indica que Bley não seguia estritamente as recomendações do regulamento militar, como, por exemplo, usar uniforme de gala em determinadas cerimônias. Se ele considerava que a ocasião era importante para seu projeto político – que, às vezes, se confundia com um projeto de vida – envergava o uniforme de gala. É assim trajado que Bley e outros colegas oficiais posam à saída do palácio do governo, antes de se encaminharem ao Teatro Carlos Gomes, onde ocorreria a instalação da Legião de Outubro (Cf. Fotografia 21, p. 327 e Fotografia 22, p. 328). Para o interventor essa era uma ocasião solene – a reafirmação dos princípios tenentistas, um dos principais fiadores de seu poder nesse período. E a Punaro Bley cabia cumprir em toda a sua plenitude determinado papel num panorama político geral que apontava para soluções de liderança carismática, nos termos já enunciados por Gramsci:

Quando a crise não encontra esta solução orgânica, mas sim a do chefe carismático, isto significa que existe um equilíbrio estático (cujos fatores podem ser muito variados, mas entre os quais prevalece a imaturidade das forças progressistas), que nenhum grupo, nem o conservador nem o progressista, dispõe da força necessária para vencer e que até o grupo conservador tem necessidade de um senhor (cf. *O 18 Brumário de Luís Napoleão*).²⁸²

Para o que interessa ao presente trabalho, esses indícios, traduzidos nos usos da farda e do terno, nos falam de forma incisiva sobre a centralização do poder nas mãos de um mesmo dirigente. Ou seja, nos indicam a formação daquele poder simbólico referido por Gramsci em sua obra.²⁸³ De qualquer sorte, se as considerações feitas neste item estão longe de esgotarem o tema, acreditamos que, ao menos, elas proporcionarão uma idéia geral da existência de um rico veio

²⁸² GRAMSCI, 2000, v. 3, p. 61.

²⁸³ Cf. “Vocabulário gramsciano”, disponível em <<http://www.art.net.com.br/gramsci/arquiv52.htm>>, acesso em: 29/6/2004.

historiográfico, a ser explorado com profundidade em futuras pesquisas, o que não pôde ser realizado no âmbito desta dissertação.

4.4 Reorganização de “partidos” tradicionais e criação de novos

Na análise de conjuntura política existente no Espírito Santo de 1931 a 1934, ressaltam evidentes a reorganização de “partidos” tradicionais e a criação de novos. Naturalmente que, com a continuidade do processo histórico, tais “partidos” reorganizados ou criados nesse período no estado prolongaram sua atuação. Para Gramsci, o “partido” é o *Príncipe* moderno. Mas, para ele, “partido” é toda entidade que contribui para integrar e cimentar o bloco histórico, como os jornais, os sindicatos, as igrejas, as escolas, os partidos políticos.²⁸⁴ Para tanto, o “partido” utiliza a ideologia, numa relação vivida pelos intelectuais orgânicos, em verdadeira batalha cultural, na qual a direção política sempre possui um caráter de classe. Somente se justifica analisar esta ou aquela instituição “partidária” na medida em que ela concorra para vincular a estrutura com a superestrutura no interior do bloco histórico. Se os *Príncipes* que existem não se revelam adequados a um novo momento histórico, ou se *Príncipes* precisam existir para preencher necessidades sociais e políticas novas, então eles devem ser adaptados ou criados de maneira a efetivar e garantir a hegemonia do bloco no poder, já que a contra-hegemonia está sempre presente no mundo político.

Este pensar e repensar constante da atuação política de entidades civis e sua relação com o Estado pode levar a um obscurecimento conceitual. De modo a evitar essa falta de clareza, lembramos a famosa passagem gramsciana, em que o filósofo italiano nos assegura que “estamos sempre no terreno da identificação de Estado e Governo, identificação que é, precisamente, uma reapresentação da forma corporativo-econômica, isto é, da confusão entre sociedade civil e sociedade política, uma vez que se deve notar que na noção geral de Estado entram elementos que devem ser remetidos à noção geral de sociedade civil (no sentido, seria possível dizer, de que Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia

²⁸⁴ GRAMSCI, 2000, v. 3, p. 221-223.

couraçada de coerção)".²⁸⁵ Assim, os "partidos" gramscianos oriundos da sociedade civil servem também como elementos de ligação com a sociedade política num contexto do "Estado ampliado".

Os temas abordados neste item o serão como simples notas para ressaltar sua importância na história política do Espírito Santo e a necessidade de eles serem tratados de forma percuciente, o que, por falta de tempo, não foi possível fazer nesta dissertação.

4.4.1 Igreja

O Governo Provisório da República e a Igreja promovem ações de aproximação política que interessavam a ambas as instituições. As linhas gerais desse panorama foram traçadas por José Oscar Beozzo:

Nesse período [1930-1945] também, a Igreja no Brasil vê abrir-se um espaço real para redefinição de sua situação dentro da sociedade civil, de sua articulação com as classes emergentes e com o novo bloco no poder. Enfrenta de modo crescente a concorrência ideológica na orientação da pequena burguesia, com o integralismo e, das classes subalternas, com o socialismo e a intervenção corporativa do Estado. Internamente a questão do laicato, em suas relações com a sociedade, com a política e com a hierarquia, sobe ao primeiro plano. O debate sobre um partido católico e sobre as formas de atuação política da Igreja, na sociedade, coloca-se de modo agudo.²⁸⁶

Dentro desse quadro mais geral é que ocorre um estreitamento de relações entre a cúpula do catolicismo e o governo intervencionista no Espírito Santo. Quando a elite da Capital do estado oferece no Clube Vitória um banquete em homenagem ao novo interventor, também comparece o bispo diocesano Dom Benedito Alves de Souza. A

²⁸⁵ GRAMSCI, 2000, v. 3, p. 244.

²⁸⁶ BEOZZO, José Oscar. A Igreja entre a Revolução de 1930, o Estado Novo e a Redemocratização. In: FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo, Difel, 1984, t. III, v. 4, p. 271-341. p. 273.

retomada das obras da catedral de Vitória se inscreve neste cenário, como uma expressão física na Capital do estado dessa aproximação institucional.²⁸⁷

Luiz Scortegagna, vigário da cidade de Santa Maria no Rio Grande do Sul, foi sagrado bispo tendo como padrinhos João Neves da Fontoura e João Punaro Bley. Um obscuro vigário de uma pequena cidade gaúcha é escolhido bispo e convida para seus padrinhos de sagração um líder revolucionário de sua terra e o interventor federal no estado em que iria trabalhar, num gesto carregado de significado político. Em 1932, Dom Luís assume a Diocese do Espírito Santo pela renúncia de Dom Benedito Alves de Souza. Este é descrito por Bley como um bispo culto, bom orador sacro, apreciador da boa mesa e da boa conversa, mas que não gostava de exercer o seu trabalho pastoral, sobretudo no interior do estado. Na apreciação de Bley, Dom Luís Scortegagna, apesar do despreparo inicial para a missão episcopal, revelou-se “bom administrador e dedicado pastor”, viajando seguidamente ao interior do estado para cumprir suas obrigações religiosas. Empenhou-se na retomada das obras da catedral de Vitória, que se arrastavam por muitos anos, recebendo ajuda de particulares e do governo do estado.²⁸⁸ Pode ter sido mera coincidência, mas é intelectualmente instigante constatar que o perfil de líder religioso de Dom Benedito se coadunava com um sistema político oligárquico, enquanto que o de Dom Luís estava mais vinculado aos novos tempos trazidos pelo Movimento de 30. Essa troca dos titulares da diocese do Espírito Santo no ano de 1932 deve ser investigada mais a fundo, à procura de possíveis motivações políticas que a influenciaram.

O trabalho pastoral efetivo do novo bispo e de seus auxiliares é o que conta para a historiografia, sendo significativos a iniciativa da Igreja pelo proselitismo religioso e o fortalecimento da estrutura eclesiástica em todo o estado capixaba. Bley observa sobre Dom Luís que “embora claudicando algumas vezes por covardia, sempre fomos amigos”. Que covardia seria esta, algumas vezes demonstrada por Dom Luís Scortegagna? Possivelmente nos períodos em que o governo do estado entendeu necessário combater o integralismo, antes e depois do *putsch* integralista de maio de 1938, o bispo pode ter reagido visando impedir tais ações, numa atitude de proteção, compreensível até certo ponto, aos padres que lhe eram subordinados. O fato é que a estrutura da Igreja no estado dessa época estava impregnada de

²⁸⁷ PACHECO, 1998.

²⁸⁸ BLEY, Memórias. Cf. ANEXO B.

religiosos integralistas, ou que simpatizavam com a ideologia do integralismo. Entre eles se destacava o padre Ponciano Stenzel, também gaúcho como o bispo e seu secretário, e que teve destacada militância integralista e política, tendo sido eleito vereador à Câmara Municipal de Vitória.²⁸⁹

Se a vigência do integralismo no estado capixaba é um tema que está a merecer sérios estudos, também precisa ser conhecida a obra da Igreja no Espírito Santo nos anos trinta. É bem possível que a avaliação feita por José Oscar Beozzo para o estado do Rio Grande do Sul se aplique, com as devidas adaptações, para a realidade espírito-santense:

Ora, para o período que se abre em 1930, o Rio Grande do Sul ocupa lugar destacado e é ali, e, em nenhum outro lugar do Brasil, nas regiões de colonização alemã e italiana que vamos encontrar a Igreja no exercício de uma absoluta hegemonia sobre a sociedade civil, com uma enorme vitalidade de vocações sacerdotais e religiosas, com uma rede de cooperativas de crédito, produção e consumo entre os colonos, uma sólida classe de pequenos proprietários, pequenos industriais e comerciantes inteiramente ligados à Igreja, uma rede de escolas, colégios e hospitais que não encontravam concorrente nem mesmo no Estado, jornais e boletins e finalmente laços bastante importantes de militares e políticos com a Igreja. A revolução de 1930 parte do Rio Grande sob as bênçãos, os aplausos e a participação da Igreja local.²⁹⁰

Será que, do ponto de vista institucional, o governo discricionário vigente no estado capixaba após a revolução buscará também “as bênçãos, os aplausos e a participação da Igreja local”, que já obtivera no Rio Grande do Sul? Este não é o espaço de se discutir em que aspectos as realidades sócio-econômica e política do estado do Espírito Santo se distanciavam ou se aproximavam da análise de Beozzo, que, inclusive, está preocupado nessa passagem em justificar a importância das fontes históricas sul-rio-grandenses para a construção do seu estudo. Nem podemos ser iludidos pelas aparências fáceis, e constatar que haveria uma identidade automática no mundo religioso e político entre ambos os estados devido à existência neles das colonizações alemã e italiana e da prevalência de pequenos proprietários na estrutura fundiária. A intenção de abordar esta questão vai mais além – chamar a atenção para a importância de se estudar a atuação da Igreja no Espírito Santo, a partir de um novo episcopado que privilegiou o reavivamento da missão apostólica

²⁸⁹ Cf. VIDA CAPICHABA, números de 1933-1935 e PACHECO, 1998.

²⁹⁰ BEOZZO, 1984, p. 275.

sintonizada com os tempos “revolucionários”, e que procurou reproduzir no Espírito Santo uma realidade política e religiosa a partir de pontos de contato que julgava semelhantes nas estruturas sócio-econômicas do estado capixaba e do gaúcho. Convém insistir sobre a hipótese de que a Igreja no Espírito Santo republicano tenha assumido um caráter mais próximo às realidades dos estados sulinos do que em comparação com outras regiões do país. Nesse sentido, as palavras de José Oscar Beozzo reportam-se a aspectos da realidade sócio-econômica e religiosa também encontrados no Espírito Santo:

[Nas primeiras décadas da República], cortada do aparelho do Estado e do pequeno círculo das oligarquias liberais, [a Igreja] continuava profundamente ancorada em sua aliança de classe com as oligarquias conservadoras, participando ativamente do sistema coronelístico e guardando através desta aliança com os proprietários rurais sua hegemonia sobre a grande massa rural. Num único lugar há uma alteração sensível desta aliança: nas zonas de colonização italiana e alemã do Rio Grande do Sul e em Santa Catarina. Estabelecem-se, aí, entre a sociedade dos imigrantes, proprietários de pequenos lotes de terra e a Igreja, profundos laços.

É em torno das capelas por eles mesmo construídas, na ponta das linhas e dos travessões das demarcações, que se estrutura toda a sociedade local. Nas colônias alemãs, ao lado da capela funciona a escola de primeiras letras, e nas colônias italianas, o campo de *boccia* e o salão de reuniões e festas do grupo. A religião constitui a tessitura mesma destas sociedades.²⁹¹

No que se refere às relações entre a Igreja e a massa rural no estado do Espírito Santo, o mais provável é que tenha ocorrido um meio termo entre essa realidade descrita para aqueles estados sulinos e o que acontecia no restante do país.

A Igreja no Espírito Santo desse período amplia a sua participação político-religiosa, e o faz em muitas direções. De imediato, há uma troca de favores, se assim podemos resumir as relações institucionais da Igreja com a interventoria. Os titulares da diocese, primeiro Dom Benedito e depois Dom Luís, apóiam o governo discricionário. Este também procura facilitar a ação pastoral e assistencialista do bispo, padres e religiosos. As convicções religiosas de boa parte da elite capixaba são reforçadas – no entrelaçamento social, muitos membros dessa elite se distinguem pela piedade cristã, e pelo auxílio financeiro às obras religiosas. Cite-se, como exemplo, a ajuda que o exportador de café Pietrangelo de Biasi ofereceu às

²⁹¹ BEOZZO, 1984, p. 278.

obras de construção da catedral de Vitória.²⁹² O que se revela estimulante para a análise é o pano de fundo que José Beozzo esboça, tendo por base uma hipótese de Pablo Richard, de que o “projeto de nova cristandade significa a opção da Igreja de utilizar a mediação da sociedade política (do Estado), com seu aparelho coercitivo como meio para o exercício de sua hegemonia na sociedade civil”.²⁹³ Não nos escapa que o sentido inverso da questão também deve ter se manifestado no estado capixaba – a sociedade política contar com o apoio da Igreja junto à sociedade civil, de modo a facilitar a obtenção da hegemonia por parte do governo estadual. Marx já tinha analisado situação semelhante na França de Napoleão III:

Outra “*idée napoléonienne*” é o domínio dos padres com instrumento de governo. Mas em sua harmonia com a sociedade, em sua dependência das forças naturais e em sua submissão à autoridade que a protegia de cima, a pequena propriedade recém-criada era naturalmente religiosa; a pequena propriedade arruinada pelas dívidas em franca divergência com a sociedade e com a autoridade e impelida para além de suas limitações torna-se naturalmente irreligiosa. O céu era um acréscimo bastante agradável à estreita faixa de terra recém-adquirida, tanto mais quanto dele dependiam as condições meteorológicas; mas se converte em insulto assim que se tenta impingir-lo como substituto da pequena propriedade. O padre aparece então como mero mastim ungido da polícia terrena – outra “*idée napoléonienne*”.²⁹⁴

Quando, em 1932, é criada a Liga Eleitoral Católica (LEC) no Rio de Janeiro, logo ela foi implantada no estado do Espírito Santo, onde atuou ativamente nas eleições de 1933 a 1936. Isso porque, “juntamente com o Centro Dom Vital, também aliado às oligarquias locais, a liga exerceu influência sobre os principais partidos políticos, constituindo-se, pois, em um grupo de pressão aliado às legendas estaduais e contra as tendências liberais ou socialistas”.²⁹⁵

No que diz respeito às relações da Igreja com a Ação Integralista Brasileira no estado do Espírito Santo, basta considerarmos que muitos dos seus integrantes ativos eram católicos fervorosos, como Manoel Lopes Pimenta, Arnaldo Magalhães, Jair Etienne Dessaune e outros. Na verdade, o lema integralista “Deus, Pátria,

²⁹² PACHECO, 1998.

²⁹³ BEOZZO, 1984, p. 274-275.

²⁹⁴ MARX, Karl. *O 18 brumário e cartas a Kugelmann*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974. p. 121.

²⁹⁵ SOUZA, Jessie Jane Vieira de. Liga Eleitoral Católica (LEC). In: SILVA, Francisco Carlos T.; MEDEIROS, Sabrina E.; VIANNA, Alexander M. (Orgs.). *Dicionário crítico do pensamento da direita: idéias, instituições e personagens*. Rio de Janeiro: FAPERJ; Mauad, 2000. p. 287.

Família” continha elementos caros ao catolicismo. Mais uma vez, recorremos a José Oscar Beozzo para ajudar na análise dessas relações:

Numa sociedade dividida e em conflito a pretensão de dizer uma palavra igualmente correta para os dois lados [as classes ricas e pobres], mas coonestando a legitimidade da ordem vigente, só pode favorecer a classe dominante, e a burguesia encontra no discurso da Igreja um novo papel religioso no desenvolvimento de sua tarefa econômica e social.

Às classes subalternas porém nenhum projeto que altere a ordem vigente é proposto. Cabe-lhes apenas compreender que a repartição desigual dos bens não é uma injustiça.

Não é de estranhar que a defesa da ordem social vigente, do princípio de autoridade e da necessidade de combater o comunismo, lance a Igreja no campo contrário à classe operária e a aproxime facilmente da proposta integralista.²⁹⁶

Outras informações sobre as relações da Igreja com o aparelho de Estado no universo espírito-santense podem ser colhidas do depoimento de Punaro Bley em suas *Memórias* (Cf. ANEXO B).

Menção especial deve ser feita a Dom Helvécio Gomes de Oliveira pela particularidade de ser titular do arcebispado de Mariana e nesse tempo gozar de ampla influência na política mineira e, por extensão, naquela praticada no país, como José O. Beozzo nos informa, por meio de relato de um incidente no período revolucionário:

Estalando a revolução, Dom Helvécio Gomes, no dizer de Riolando Azzi, desempenhou papel análogo ao de Dom Leme no Rio na pacificação dos espíritos em prol da nova ordem que se estabelecia no país. A atuação de Dom Helvécio junto ao 11º Batalhão Federal, aquartelado em São João Del Rei, foi importante: sob seu conselho os chefes militares desistiram da luta, evitando vítimas e danos à cidade.²⁹⁷

No Espírito Santo, Dom Helvécio funcionará como uma espécie de prefeito de Anchieta, sua terra natal, procurando carrear para essa cidade benefícios os mais diversos. Estava sempre ligado aos acontecimentos político-institucionais do estado capixaba, como pode ser constatado pela Fotografia 23 (p. 329).

Na aproximação com o governo, tudo indica que a Igreja deve ter conseguido muitas outras vantagens, diretas e indiretas, como auxílio financeiro para construção de

²⁹⁶ BEOZZO, 1984, p. 317.

²⁹⁷ Ibid., p. 286.

igrejas no interior, incentivo ao ensino religioso, apoio para a introdução no estado de novas ordens religiosas, ajuda para o exercício de trabalho assistencial e criação de novas paróquias, etc., mas a constatação dessa realidade depende de amplo levantamento empírico que possibilite posterior análise, que não puderam ser empreendidos no âmbito restrito da presente dissertação.

4.4.2 Maçonaria

Nos anos trinta, a Loja União e Progresso era a única entidade maçônica existente em Vitória. Foi fundada em 1872, no decorrer da crise político-institucional desencadeada pela conhecida Questão Religiosa, que então abalava a política imperial. No final do Império e começo da República, “as elites afastam-se rapidamente da Igreja, encontrando no liberalismo, no protestantismo e no positivismo o substituto para a visão de mundo proposta pelo catolicismo”. Naquele período, e mesmo posteriormente, “a franco-maçonaria oferece um quadro social substitutivo para as irmandades e ordens terceiras”.²⁹⁸ Junto com a Loja União e Progresso, outras três oficinas maçônicas atuavam no estado na década de 1930 – a Loja Fraternidade e Luz fundada em Cachoeiro de Itapemirim no ano de 1898, a Loja Liberdade e Luz criada em 1926 na cidade de São Miguel do Veado (atual Guaçuí), e, em Colatina, a Loja Nilo Peçanha, que existe desde 1927.

A importância da maçonaria como “partido” gramsciano em Vitória pode ser avaliada pelo fato de que a Loja União e Progresso possuía entre seus membros pessoas pertencentes ao “alto comércio”, para usar uma expressão da época, como Antenor Guimarães (falecido em 1931), Aníbal Freire, Armando Alves Duarte, Arnaldo Magalhães, Augusto Arens, Elpídio Wanderley, Emílio Trinxet, Ernesto Bastos, José Rabinowitz, Manoel da Costa Morgado Horta, Manoel Francisco Gonçalves, Virgílio Francisco Schwab.²⁹⁹ Muitos tinham começado como comerciantes ou como sócios em empreendimentos comerciais, até poderem se estabelecer por conta própria, no comércio varejista ou na exportação. Frequentemente integravam também os quadros da Associação Comercial de Vitória e, mais tarde, do *Rotary Club*. Eram

²⁹⁸ BEOZZO, 1984, p. 276.

²⁹⁹ FRAGA, Christiano Woelffel. *A maçonaria no Espírito Santo*. Vitória: [s.n.], [1995?]. *Passim*.

verdadeiros “intelectuais orgânicos”, tratando de garantir condições para a reprodução da ideologia dominante.

Naqueles anos, a ordem maçônica em Vitória abrigou pessoas que também desempenhavam a função de “intelectuais orgânicos” na qualidade de políticos, advogados, funcionários públicos, militares, magistrados, professores, escritores, jornalistas, comerciários, médicos, profissionais liberais de modo geral. Dentre esses “intelectuais” podem ser citados Afonso Correia Lírio, Alceu Aleixo, Almeida Cousin, Alziro Viana, Américo Poli Monjardim, Américo Vespúcio Ribeiro de Oliveira, Antonio Auñon Sierra (maestro uruguaio), Antônio Pinto Aleixo, Archimimo Martins de Mattos, Arthur Lourenço de Araújo Primo, Clovis Nunes Pereira, João Luís de Albuquerque Tovar, José Espindula Batalha Ribeiro, José Francisco Monjardim, José Gomes Pinheiro Júnior, Leôncio Vieira de Resende, Manoel Silvino Monjardim, Mário Jugurta Couto, Ubaldo Ramalhete Maia, Wolmar Carneiro da Cunha.³⁰⁰ Essas pessoas, devido à variada e grande projeção no mundo “profano”, estabeleciam as inter-relações entre os diversos “partidos” e criavam as possibilidades para que a hegemonia então existente pudesse ser afirmada e reforçada.

A interventoria oscilou entre momentos de tolerância com a maçonaria, e outros de repressão a alguns de seus integrantes, devido à presença de integralistas entre os maçons e, sobretudo, para agradar à Igreja. O maçom Afonso Correia Lírio fez parte da Junta Governativa e depois atuou por algum tempo como Secretário do Interior e Justiça, como antes assinalado. De acordo com o que está detalhado nas *Memórias* de Punaro Bley, seu pai era pedreiro-livre e, assim, o interventor podia ser considerado “sobrinho”, pelo menos em tese, dos irmãos maçons. Em fevereiro de 1931 “o Governo do Estado suspende as subvenções às escolas maçônicas, mas ofereceu duas professoras às suas expensas” – naquele começo da gestão Bley adotaram-se medidas extremas de contenção de gastos, conforme antes registrado. Em agosto de 1931 “foram angariados donativos para as vítimas da Revolução”, e a loja enviou “protestos ao Interventor João Punaro Bley e [a] Getúlio Vargas contra o ensino religioso nas escolas”.³⁰¹ Nesses anos havia sempre uma oposição entre a Igreja e a maçonaria, especialmente em questões ligadas à educação:

³⁰⁰ FRAGA, [1995?]. *passim*.

³⁰¹ *Ibid.*, p. 141.

Por oportuno, cabe esclarecer que, em verdade, o fechamento da escola [mantida pela loja em sua sede] não foi, exatamente, por não oferecer o prédio os indispensáveis requisitos de higiene. Estávamos começando os difíceis anos 30, quando a Loja sofreu muita perseguição por motivos políticos, inclusive com prisões injustificadas de maçons.³⁰²

A princípio, estas palavras podem parecer contraditórias com o que antes foi tratado, mas devem ser entendidas *cum grano salis*. De fato, ocorreram por parte do governo autoritário perseguições a alguns maçons por pertencerem a uma sociedade secreta que poderia ser foco de conspirações rebeldes. Mas, à medida que o novo regime se firmou no poder, as perseguições diminuíram, somente recrudescendo no período da implantação do Estado Novo, para depois cessarem. Os motivos dessas incertezas nas relações da maçonaria com o governo do estado estavam ligados a solicitações da Igreja para combate aos maçons, numa primeira fase, e depois, devido à presença entre estes de adeptos do integralismo, como já referido. No caso específico do estado do Espírito Santo, o embate se deu entre setores da Igreja que apoiavam o fascismo e a maçonaria, representada em Vitória pela Loja União e Progresso – “o assunto ganhou dimensão em virtude da atuação hostil adotada pelo Vereador Integralista Padre Ponciano dos Santos Stenzel e pelo Dr. Jair Etienne Dessaune que, ostensivamente, passaram a combater a Instituição em defesa da ideologia da qual faziam parte”.³⁰³

A maçonaria não ficou de braços cruzados, e já em 1935 buscou informações a respeito dos antecedentes de Dom Luís e do padre Ponciano no Rio Grande do Sul, a fim “de se documentar contra possíveis e danosas perseguições do clero nesta Capital”.³⁰⁴ Na prática, contudo, não havia impedimento algum para que um cidadão como Arnaldo Magalhães, comerciante estabelecido na Capital, sogro de Jones dos Santos Neves, amigo de exportadores de café e que se relacionava bem com Punaro Bley, fosse católico praticante, maçom e, durante certo tempo, chefe do integralismo no estado.

Para o que importa ao presente estudo, resta verdadeiro que a maçonaria congregou pessoas e promoveu atos que iam ao encontro dos ideais “revolucionários” que, como é sabido, também variaram no tempo. Ela manteve

³⁰² FRAGA, [1995?], p. 61.

³⁰³ Ibid., p. 110.

³⁰⁴ Ibid.

nessa época um pequeno periódico, *O Democrata*, destinado a combater as idéias integralistas. É de 15 de novembro de 1936 o primeiro número do jornal, “Órgão Maçônico de Defesa do Regime Liberal Democrático [...]”. Inicialmente, era impresso e composto nas oficinas da ‘Vida Capichaba’” e a partir de janeiro de 1937, “em dependências da própria Loja ‘União e Progresso’”. Suas atividades cessaram após a publicação do número 17”, em setembro de 1937.³⁰⁵ Cristiano Woelffel Fraga refere-se a um membro da loja que usava o nome maçônico de Lenine, e foi convencido a trocá-lo em 1935, naturalmente para não sofrer perseguições por parte do governo.³⁰⁶

A loja funcionava com certa regularidade, como nos prova a Fotografia 24 (p. 330), e não era clandestina, pelo fato de possuir sede própria conhecida e mesmo divulgar suas atividades administrativas. Aos trabalhos de beneficência e assistência social, realizados sempre em caráter discreto por seus membros, juntavam-se iniciativas educacionais, como a manutenção de cursos noturnos, de escolas e de uma biblioteca. As práticas de sociabilidade vigentes na Maçonaria, pela quais os irmãos se conhecem e interagem por meio de debates, estudos e deliberações, permitem afirmar que muitos outros maçons que pertenceram a essa loja, e cujos nomes não foram citados, também contribuíram para a interação da instituição com a sociedade envolvente. Ou seja, a maçonaria levava água para o moinho da interventoria, porque contribuía com seu cimento ideológico para o fortalecimento da hegemonia das “classes conservadoras”. É inquestionável a utilidade da maçonaria como instituição para os propósitos políticos da interventoria nesse período estudado da história capixaba, para além de eventuais perseguições a este ou aquele de seus membros, talvez mais recalcitrantes em aceitarem o pensamento autoritário do regime, por professarem um liberalismo político que “estava fora de moda”, como então se afirmava. Muitos maçons, por pertencerem a uma entidade de prestígio local, como a Loja União e Progresso, e desempenharem funções destacadas na vida “profana”, influenciaram na conformação da política do reformismo autoritário, especialmente na sua vertente de assistência social – cuidado para com as crianças desvalidas, os velhos desamparados, os doentes pobres, o que também se coadunava com a política para essa área, tanto no plano nacional quanto no

³⁰⁵ PACHECO, 1998; FRAGA, [1995?], p. 110.

³⁰⁶ FRAGA, [1995?].

estadual. A rivalidade entre a maçonaria e a Igreja serviu, da mesma forma, como um estímulo para a adoção por parte do governo de medidas tendentes à valorização da educação de cunho leigo, público, gratuito e com forte inclinação nacionalista. Com essa rivalidade jogava o governo estadual – sendo a força política da Igreja muito maior, ele usava algumas “perseguições” à maçonaria para ficar bem perante as autoridades religiosas.

Coincidindo com o período de aproximação da Igreja com o governo nos anos trinta, recrudescem ações contrárias à instituição maçônica no país e que, naturalmente, tiveram repercussão no estado do Espírito Santo, como antes referido:

[...] a sua singularidade organizacional [da Maçonaria] contribuiu para que o discurso antimaçônico ganhasse, especialmente a partir dos anos de 1930, novas faces: de “escola de revoluções”, a maçonaria passou a ser associada a seita satânica, constituindo-se numa anti-igreja, ou vista como centro do complô internacional judaico. Segredo, Iniciação, Hierarquia, Cosmopolitismo revelam-se, para o discurso antimaçônico, instrumentos necessários para o êxito de um grande empreendimento que sempre será associado ao tema da subversão maléfica, da dominação, em síntese, da conspiração.³⁰⁷

No período final de que tratamos, exatamente em outubro de 1937, a “Comissão nomeada por Vargas para superintender a execução do Estado de Guerra” [...] “anunciou o fechamento das lojas maçônicas – ‘ha provas de perigosas infiltrações comunistas na maçonaria’ –, medida recebida com entusiasmo nos meios católicos e integralistas”.³⁰⁸ A determinação foi imediatamente aplicada no Espírito Santo, e “por determinação do Departamento da Ordem Política e Social a Loja teve as suas atividades suspensas de 16-10-1937 a 12-05-1938, tendo os documentos que lhe foram apreendidos na ocasião, e que se encontravam na Chefatura de Polícia, sido devolvidos somente em 1943”. Existem registros sobre vigília armada que irmãos fizeram no interior do templo maçônico, no período agudo da crise, para protegê-lo de eventuais agressões, assim como acerca da prisão do irmão Antônio de Souza Leão Fraga, por processo contra ele movido pelo padre Ponciano.³⁰⁹

³⁰⁷ BARATA, Alexandre Mansur. Maçonaria. In: SILVA, Francisco Carlos T.; MEDEIROS, Sabrina E.; VIANNA, Alexander M. (Orgs.). *Dicionário crítico do pensamento da direita: idéias, instituições e personagens*. Rio de Janeiro: FAPERJ; Mauad, 2000. p. 294.

³⁰⁸ MOTTA, 2002, p. 222.

³⁰⁹ FRAGA, [1995?], p. 110.

“Esse *affaire* [sic] só veio a ter fim no dia 13 de maio de 1938 quando a Loja promoveu uma sessão pública em homenagem a Getúlio Vargas por ter extinguido o Integralismo. Compacta multidão se concentrou do lado de fora do Templo”, como nos informa Cristiano W. Fraga.³¹⁰ Quer dizer, os desdobramentos da situação vão se dar no ano seguinte, já na vigência do Estado Novo, e tiveram mais o caráter de oferecer uma satisfação à Igreja, e duraram até a consolidação do regime estadonovista e a desarticulação do integralismo.

4.4.3 IHGES

A relação próxima de Getúlio Vargas com o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB desde o início do Governo Provisório está bem documentada.³¹¹ Como em muitas outras conjunturas históricas, não somente brasileiras, o passado é utilizado para legitimar o presente. E o ideário da Revolução de 1930 mistura aspectos nacionalistas com a necessidade de se definir uma identidade moderna para a nação, e recorre à história pátria com o objetivo de buscar ensinamentos úteis. A definição de uma identidade moderna, por sua vez, serviria para transmitir a ilusão de mudança do país rumo a um futuro promissor, ao mesmo tempo em que incrementava as demonstrações de respeito e acatamento às ordens emanadas do governo. O que não deixava de ser a reiteração do princípio positivista inscrito na bandeira nacional – unicamente dentro da ordem social é que atingiremos o progresso econômico.

Esse procedimento getulista teve como corolário no Espírito Santo o estabelecimento de contato estreito da Administração Bley com o Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo – IHGES. A organização dessa entidade em 1916 se fez no contexto de exaltar um herói capixaba entre os revolucionários de 1817 – cujo centenário iria se comemorar no ano seguinte. Domingos José Martins seria o

³¹⁰ FRAGA, [1995?], p. 110-111.

³¹¹ ABREU, 2001. *passim*.

modelo do mártir espírito-santense que se imolou pela causa da independência nacional, sendo também precursor dos ideais republicanos. Desde sua fundação, o Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo foi

[...] concebido da mesma maneira que os demais: sob os auspícios estatais e reunindo em seus quadros a elite dirigente local, composta de representantes do Governo do Estado, a quase totalidade dos desembargadores da Corte estadual, militares, clérigos, professores e profissionais liberais. Esta forma de concepção (que, aliás, não poderia ser outra a não ser a consistente no recrutamento das intelectualidades locais) determinou a forma de atuação também da Casa do Espírito Santo, fundada para criação e conservação de uma história local que à altura destinava-se à valorização da expressão de individualidade capixaba frente à nacional, de uma forma geral, e às vizinhas identidades estaduais, em particular.³¹²

Entre seus membros existiam “intelectuais orgânicos” atuantes nos anos de 1930, como Antônio Francisco de Ataíde, Carlos Xavier Paes Barreto, Archimimo Martins de Mattos, Arthur Lourenço de Araújo Primo, José Bernardino Alves Júnior, José Espindula Batalha Ribeiro, padre Elias Tommasi, José Sette, Adolpho Fernandes Ribeiro de Oliveira, Arnulpho Martins de Mattos, João Lordello dos Santos Souza, Antonio Auñon Sierra, Carlos Gomes de Sá, João Manoel de Carvalho, Luiz Fraga, Aristóteles da Silva Santos, Manoel Lopes Pimenta, Carlos Madeira, Almeida Cousin, Mário Aristides Freire. Alguns nomes são nossos conhecidos, por atuarem nas mais variadas funções na sociedade de então – professores, magistrados, advogados, políticos, escritores, médicos etc. Se em épocas mais recentes o Instituto Histórico sempre contou entre seus sócios com um número apreciável do que Gramsci chamava de “intelectuais tradicionais”, tal não se dava nessa época de forma exclusiva.³¹³ Os seus membros eram plenamente atuantes nas suas diversas atividades profissionais, o que reforça a característica de funcionarem também como “intelectuais orgânicos” – como exemplo, podemos citar o fato de o professor Arnulpho Mattos ter sido presidente do IHGES entre 1935 e 1937, no mesmo período em que era o Secretário de Educação do estado, cargo de grande projeção à época.

³¹² NEVES, Getúlio Marcos Pereira. *Notícia do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo*. Vitória, IHGES, 2003. p. 21.

³¹³ Para uma apreciação sobre “intelectual tradicional” ver GRAMSCI, Antonio. *A questão meridional*. Seleção e introdução Franco de Felice, Valentino Parlato; tradução Carlos Nelson Coutinho, Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 164. Ver também PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o bloco histórico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p. 94 et seq.

Por ocasião dos festejos em comemoração ao 4º Centenário da Colonização do Solo Espírito-santense em maio de 1935, o presidente do Instituto Histórico, em final de mandato, era o dr. Antônio Ataíde, antigo político republicano e que, então, também era o presidente da Câmara Municipal de Vitória. Na Fotografia 25 (p. 331) vemo-lo ladeado pelo governador Bley e pelo bispo Dom Luís Scortegagna, presidindo a mesa da sessão solene que o Instituto promoveu no Cine-teatro Glória em comemoração àquele centenário. Este documento fotográfico é um indício muito significativo do poder que a entidade gozava naquele período – para fazermos um termo de comparação, dificilmente veremos em épocas posteriores o governador ou o bispo comparecerem a uma solenidade promovida pelo Instituto Histórico.

Nos anos trinta havia algo mais a ligar a entidade com os poderes civil e religioso:

Da mesma forma como acontecera com a instituição nacional, o propósito de manter-se na posição de frente na produção de uma história que se vem chamando de oficial fez o IHGES manter-se fiel a sua intenção original, mesmo à custa da adaptação a novas realidades político-institucionais implantadas de chofre. De fato, com a eclosão da Revolução de 30 e a nomeação do Cap. João Punaro Bley para Interventor no Estado do Espírito Santo, as relações entre o Governo e o Instituto permaneceram das melhores, tendo sido o próprio Interventor nomeado Presidente de Honra da agremiação e continuando o Governo do Estado a subvencionar o funcionamento da Casa e a publicação da sua Revista.³¹⁴

Os festejos do 4º Centenário se revestiram de grande projeção para a época – baile oficial nos salões do palácio do governo, a organização de uma Feira de Amostras, de exposições e muitas outras iniciativas destinadas a aumentarem a auto-estima dos capixabas. Na Praça Oito é erigido um obelisco, oferecido pela colônia portuguesa, mas, na verdade, financiado pela família Oliveira Santos, de exportadores de café – esse monumento encontra-se atualmente em frente à praça dos Desejos.³¹⁵ São lançados pelos Correios dois selos comemorativos ao evento, o que na época se constituía uma ação expressiva.

A *Revista do IHGES* – a partir do sétimo número, saído em 1934 –, passa a ser impressa na gráfica da *Vida Capichaba*. Em 1935 foram editados três números da *Revista* – o oitavo é dedicado a José de Anchieta e o décimo consagrado às comemorações dos 400 anos da Colonização do Solo Espírito-santense. Já

³¹⁴ NEVES, 2003, p. 28.

³¹⁵ PACHECO, 1998.

o nono número, de maio de 1935, trazia um estudo sobre “A Semântica do Vocábulo Indígena Capichaba”, de autoria de Antônio Athayde, e textos de muito interesse sobre Bandeirantes no Espírito Santo, o movimento da Independência na Capitania e a segunda viagem de Saint-Hilaire ao interior do Brasil, da lavra, respectivamente, de Almeida Cousin, Mário Aristides Freire e Carlos Madeira. Logo no início, à guisa de homenagem, a foto do Capitão João Punaro Bley, identificado na legenda já como “Governador do Estado”.³¹⁶

O Instituto Histórico precisava do governo para sua manutenção, mas o governo necessitava do Instituto para se legitimar no poder; especialmente num período em que as influências tenentistas já estavam declinando, e a reação oligárquica, mesmo que em moldes diferentes dos adotados na República Velha, se fazia presente na política. Os colaboradores desse nono número da Revista tratavam de questões à época relevantes – a origem do termo capixaba, que passa a designar por esse tempo os nascidos e moradores do Espírito Santo, e não mais somente os de Vitória; e artigos de fundo histórico sobre temas caros à história espírito-santense, elaborados por Almeida Cousin, escritor e professor; por Mário Freire, então Secretário da Fazenda; e Carlos Madeira, jornalista que logo depois fundaria o periódico *Chanaan*.

4.4.4 *Vida Capichaba*

Professor estadual, advogado e jornalista, Manoel Lopes Pimenta era partidário das idéias aliancistas e um dos sócios da prestigiosa revista *Vida Capichaba*, por ele fundada em 1923 junto com Elpídio Pimentel e outros. Alegando motivos particulares, Lopes Pimenta se afasta da direção do periódico no início de abril de 1930, ficando o sócio em seu lugar. Tal gesto possibilitou que a revista continuasse existindo, com o devido patrocínio oficial. Chegou a divulgar matéria intitulada “Justa solidariedade” de apoio a Mirabeau Pimentel devido ao chamado Massacre do 13 de Fevereiro, e estampava em suas páginas seguidas reportagens de cunho favorável

³¹⁶ NEVES, 2003, p. 65.

ao governo estadual que iria ser deposto meses depois.³¹⁷ Com a vitória do Movimento de 30, Lopes Pimenta volta a seu posto de diretor da *Vida Capichaba*, dele saindo o agora ex-sócio Elpídio Pimentel. Assim foi feita a transição entre o velho e o novo regime político nesse importante “partido” gramsciano. E a revista continuou bem cotada... pelo novo governo “revolucionário”.³¹⁸

A partir de novembro de 1930, e durante alguns meses, *Vida Capichaba* faz a propaganda do “Tributo de Redenção”, destinado a “arrecadar donativos para o resgate da dívida do nosso Estado”. A revista considera que “os espírito-santenses natos e todos aqueles que se acham unidos a esta terra pelos laços do coração ou do espírito, sem distinção de credo político, dão com isso o mais dignificante exemplo de civismo [...] nesse momento de renascença nacional”. E termina conclamando: “na medida das posses de cada um, concorramos todos para a restauração das nossas finanças. A VIDA CAPICHABA, a começar deste número, contribui com 5% do produto da sua venda avulsa para o ‘Tributo da Redenção’, durante o tempo que se fizer preciso”.³¹⁹ Esta iniciativa revela a extrema preocupação de que estavam imbuídas as novas autoridades, tanto no plano federal quanto no estadual, no que diz respeito à crise econômico-financeira vivida pelo país. Mas, sobretudo, demonstra o importante papel que um órgão de imprensa podia exercer no sentido de mobilizar a sociedade para as duras medidas de contenção de despesas que deveriam ser implantadas pelas novas autoridades. O “Tributo da Redenção” não deu em nada, naturalmente. Sua arrecadação deve ter sido ínfima e, alguns meses depois de lançada a campanha, não se falava mais nela. Contudo, o que ficou provado é a capacidade da revista de colocar-se em sintonia com os novos tempos e seus governantes, com estes logo estabelecendo laços de recíproco interesse – o governo estadual continua a subvencionar direta ou indiretamente a revista que, em troca, oferece o seu apoio total às novas medidas, muitas de gosto amargo, que precisariam ser tomadas.

A *Vida Capichaba*, existente desde 1923, como antes referido, já era um periódico com extensa folha de serviços prestados à cultura e à comunicação no estado. Sua circulação atingia todo o interior do Espírito Santo e zonas de sua imediata

³¹⁷ VIDA CAPICHABA, vide especialmente nº 216 de 27 fev. 1930, e números seguintes até setembro de 1930.

³¹⁸ VIDA CAPICHABA, ano VIII, nº 248, 30 out. 1930.

³¹⁹ Ibid., nº 250, 13 nov. 1930.

influência, como cidades no leste de Minas e no norte do estado do Rio de Janeiro. Uma característica de sua edição – aliás, comum àquele tempo –, era a mistura de anúncios, fotos de assinantes, artigos de fundo, reportagens fotográficas, notícias sociais, tudo isso estampado sobre uma colagem de muitas colaborações literárias, que incluíam pessoas já conhecidas e escritores iniciantes. A revista sempre estava aberta para receber as primícias literárias de figuras que depois ficaram conhecidas por um grande público, como Almeida Cousin, Alvimar Silva, os irmãos Newton e Rubem Braga, Levy Cúrcio da Rocha, Haydée Nicolussi, Lídia Besouchet e muitos mais. Sem contar as vocações literárias que, depois de reveladas, se restringiram ao âmbito estadual, ou foram desviadas para a produção jurídica ou de circunstância.

A circulação da revista devia ser em torno de mil exemplares, entre assinantes e venda avulsa. Embora o dado não seja plenamente confiável, pode-se deduzir que a venda avulsa em Vitória do número 250 de 13/11/1930 tenha sido de 400 exemplares, já que no número seguinte do periódico está anunciado que a quantia de 20\$000 está à disposição da Comissão Central que angariava os donativos do Tributo da Redenção, correspondente a 5% do preço do exemplar, que é de 1\$000.³²⁰ A periodicidade da revista variou: no começo era quinzenal, depois passa a semanal e, a partir de janeiro de 1931, volta a ser quinzenal; no período final de sua existência ela circula mensalmente.

A revista abordava os assuntos de modo mais descompromissado com a novidade da notícia, ou com o impacto de polêmicas jornalísticas. Ela revia os fatos e acontecimentos numa perspectiva mais analítica. E no pequeno burgo que era Vitória nos anos trinta nada de importante lhe escapava – nascimentos, casamentos e falecimentos, quem estava namorando quem, figuras de destaque em qualquer campo – na lavoura, no comércio, na sociedade, na vida religiosa, na educação, etc., e, sobretudo, nos mundos da política e do esporte; que, por sinal, já se encontravam em plena mistura de interesses recíprocos. Exemplo desse envolvimento da política com o esporte pode ser encontrado no fato de o presidente do Clube Saldanha da Gama – uma das mais importantes agremiações do estado nesse final da década de 1920 e início da seguinte – ter sido nesse período José Pedro Fernandes Aboudib, deputado federal no final da Primeira República e

³²⁰ *Vida Capixaba*, ano VIII, nº 251, 20 nov. 1930.

vereador à Câmara de Vitória em 1935. Depois de adquirir e reformar as antigas instalações do Cassino Trianon, o Clube Saldanha da Gama inaugura sua nova sede em 16 de novembro de 1930. Dentre as práticas desportivas em que se distinguia o Saldanha da Gama, destacava-se o remo – a regata sendo uma modalidade esportiva de grande sucesso na Vitória de então.³²¹

As informações veiculadas pela *Vida Capixaba* estavam divididas em cinco blocos principais – as tais colaborações literárias, que ocupavam amplo espaço; os anúncios, que variavam de pequenos reclames até clichês de pagina inteira; artigos com informações diversas; seções fixas, como a de registros sociais; e as reportagens fotográficas. Essas, especificamente, é que nos interessam. Elas poderiam tratar de muitos assuntos – dos esportes (o futebol já em destaque), vida social, aspectos pitorescos sobre o Espírito Santo, empreendimentos comerciais e industriais e outros temas. Mas predominavam as tais reportagens fotográficas que abordavam temas de interesse do governo, ou eventos em que os protagonistas eram autoridades e políticos de destaque, quase sempre da situação. Estas reportagens fotográficas eram encimadas por títulos sugestivos e legendas para complementar as informações que competia destacar. Tinham grande impacto num mundo que estava já acostumado com o cinema falado, e em que a fotografia assumia cada vez maior lugar na divulgação dos feitos de impacto social, como antes assinalado. Essas reportagens podiam ser apreendidas facilmente por quem era analfabeto, tinha dificuldade de ler, ou não gostava de fazê-lo. As fotos eram recortadas, guardadas, e os números da revista passavam de mão em mão, durante algum tempo depois de editados. Já sabemos que os clichês eram caros e feitos no Rio de Janeiro e, assim, temos a veiculação de um mesmo clichê em diversos órgãos da imprensa e mesmo em épocas diferentes, quando um clichê mais antigo era aproveitado (às vezes, recortado) para ilustrar matéria sobre o mesmo tema ou com a mesma personalidade.

No que se refere às questões de ordem política, as reportagens fotográficas da *Vida Capixaba* eram de uma eficiência a toda prova. As fotos eram quase que um relato oficial do que tinha ocorrido – se não tivesse saído na revista, não ocorrera na realidade. A cobertura de atos oficiais e de propaganda das realizações

³²¹ *Vida Capixaba*, ano VIII, nº 251, 20 nov. 1930.

governamentais era uma constante. Desde a inauguração de uma praça pela prefeitura de Vitória, o registro de pequena melhoria em município do interior, ou visitas de autoridades, até atos solenes de início de obras, de assinatura de contratos; enfim, manifestações populares, festas da elite, tudo o que pudesse divulgar o mundo político num enfoque vantajoso para o governo. As fotos e ilustrações da revista marcavam a difusão da ideologia vigente, como nos ensina Gramsci, preocupado com estudos que envolvam a organização

material destinada a manter, defender o *front* teórico e ideológico. O componente mais importante e mais dinâmico desta [estrutura] é a imprensa em geral: casas editoriais [que têm um programa implícito ou explícito e se vinculam a uma determinada corrente], jornais políticos, revistas de todo o gênero, literárias, científicas, filológicas, de divulgação, etc. A imprensa é a parte mais dinâmica dessa estrutura, mas não é a única, tudo aquilo que influa ou possa influir sobre a opinião pública direta ou indiretamente lhe pertence: as bibliotecas, as escolas, os círculos e clubes de vários gêneros, até a arquitetura, as disposições das ruas e suas denominações.³²²

A Fotografia 26 (p. 332) mostra a ação da revista no campo político. Estampada na capa da publicação encontra-se uma alegoria do que seria o estado do Espírito Santo desejado por suas elites políticas – um cidadão trabalhando e confiando sempre, dentro do universo brasileiro de ordem e progresso, contribuindo para o engrandecimento da Federação com sua produção cafeeira, onde as indústrias estavam num horizonte longínquo, como que apagadas no fundo, pois em primeiro plano, junto com o trabalhador-estado e seu ramo de café erguido na mão, vemos a representação da floresta capixaba, que deveria prioritariamente ser conquistada e dominada.

O destaque da divisa “Trabalha e Confia” naturalmente que não fazia mais referência direta à sua origem jesuítica, de Inácio de Loyola: “Trabalha como se tudo dependesse de ti, e confia como se tudo dependesse de Deus”. A transmutação do seu significado poderia ser para algo como “Trabalha, porque do trabalho tudo depende, e confia, porque tudo depende do governo”.

³²² GRAMSCI, Antonio. Quaderni del cárcere, Torino: G. Einaudi Ed., 1975, p. 332-333. Apud DIEHL, Astor Antônio. *A cultura historiográfica brasileira: do IHGB aos anos 1930*. Passo Fundo: Edup, 1998. p. 147.

4.4.5 Sindicatos

É expressiva a criação de novos “partidos”, as inúmeras agremiações sindicais, que proliferaram justamente entre os anos de 1931 a 1937, quando no estado do Espírito Santo são criados 19 sindicatos de empregadores e 40 de empregados. A ascensão das massas foi, em parte, contida e disciplinada pelo “corporativismo inclusivo”, via criação de sindicatos.³²³ O período estudado caracteriza-se não apenas pela criação de entidades de classe – como o Sindicato dos Bancários (1934), e o Sindicato dos Construtores (1934, patronal) –, mas também pela subordinação daquelas já existentes (Sindicatos dos Estivadores, dos Ferroviários) ao Ministério do Trabalho, somadas a outras disposições tomadas pela interventoria para o controle e cooptação das lideranças sindicais, sempre em obediência a diretrizes emanadas do governo federal. A Fotografia 27 (p. 333), obtida no Arquivo João Punaro Bley existente no CPDOC-FGV, retrata “manifestação operária” durante a visita de Getúlio Vargas a Vitória em agosto de 1933, e aponta no sentido de que essas disposições já se concretizavam. Da maneira já considerada por Gisálio Cerqueira Filho, a questão social nesses anos passa de caso de “polícia” para ser caso de “política”, significando isso dizer que esse seria o tratamento predominante adotado pelo governo federal para enfrentar o problema. Quando havia necessidade, no entanto, a questão social – nela incluído o relacionamento com os trabalhadores – voltava a ser tratada como caso de “polícia”, por exemplo, nos momentos de repressão extremada a certos setores do movimento trabalhista, como é bem sabido.³²⁴

A intensa sindicalização, que se efetivou em todo o país nos anos de 1933 a 1935, teve como móvel imediato possibilitar a votação em representantes classistas nas constituintes, tanto no plano nacional como no dos estados, e nas eleições para a

³²³ Cf. Ângela Araújo (2002, p. 42 e 54-55), de quem é a expressão “corporativismo inclusivo”.

³²⁴ CERQUEIRA FILHO, Gisálio. *A “questão social” no Brasil: crítica do discurso político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

Câmara dos Deputados e as assembleias legislativas, que também contaram com deputados classistas. Mas a sindicalização atendia, principalmente, aos interesses governamentais que criavam condições para efetivar o “corporativismo inclusivo”. Para citar uma dessas condições – os trabalhadores, e mesmo os patrões, que não pertencessem a nenhum sindicato, estavam fora do sistema previdenciário e de assistência social.

Com essas medidas, o Governo Federal, auxiliado pelos governos estaduais, procura intervir na sociedade civil, moldando-a de tal forma para que ela permaneça viva e atuante entre a estrutura e a superestrutura, mas sob a égide de um Estado ampliado. Ou seja, aumenta a ascendência da sociedade política sobre a sociedade civil, apesar de os discursos falarem o oposto. Por exemplo, as declarações em 1931 do interventor federal no estado capixaba, antes referidas, de que no “Espírito Santo, a política acabou”. Ao contrário, ela aumentou de importância, só que no âmbito do Estado corporativista. Dessa maneira, o Estado ampliado no Brasil se torna efetivo e não nos escapa que essa era uma forma de ele ser a instituição weffortiana sempre poderosa na sociedade brasileira a partir dessa época – na verdade o Estado de compromisso pode ser considerado uma versão do “Estado ampliado” de Gramsci, aliás, de Estado “muito” ampliado. E com uma direção bonapartista, tanto no governo central, quanto nas interventorias federais nos estados, e nas prefeituras municipais.

Mesmo considerando sua universalidade, o emprego das categorias de Gramsci, e até de uma linguagem gramsciana, se faz de forma bastante natural quando se analisam as ações governamentais no mundo trabalhista dos anos trinta. É que o governo brasileiro tomou por modelo a *Carta Del Lavoro* mussoliniana, como se sabe. Assim, se Gramsci fosse examinar o universo do trabalho no Brasil desse período, estaria certamente bastante familiarizado com os processos e as soluções adotadas.

A passagem a vôo de pássaro por tema tão importante justifica-se por dois motivos principais – as limitações de tempo para a elaboração desta dissertação e as fontes escolhidas para pesquisa, como a revista *Vida Capixaba*, onde existem escassas referências à questão da sindicalização.

Olhando-se para a Fotografia 27 (p. 333), é difícil evitar a leitura dos dizeres nas faixas empunhadas pelos trabalhadores – são todos eles palavras de ordem de apoio ao governo e com lemas que eram de seu interesse naquele tempo, escritos com letras regulares. De fato, esta é uma manifestação dirigida pelo oficialismo, e sua promoção não se fazia de modo disfarçado. O critério era outro – a capacidade do governo – no caso, o estadual –, de promover uma manifestação, contida decerto, mas a favor do governo. As palavras de Eric Hobsbawm logo saltam à mente, após o exame de fotos como a antes referida:

O que os líderes latino-americanos tomaram do fascismo europeu foi a sua deificação de líderes populistas com fama de agir. Mas as massas que eles queriam mobilizar, e se viram mobilizando, não eram as que temiam pelo que poderiam perder, mas sim as que nada tinham a perder. E os inimigos contra os quais eles as mobilizaram não eram estrangeiros e grupos de fora [...], mas a “oligarquia” – os ricos, a classe dominante local. [...]. Foi a classe trabalhadora urbana, à qual ele [Getúlio Vargas] dera proteção social em troca de apoio político, que o chorou como o pai de seu povo. Os regimes fascistas europeus destruíram os movimentos trabalhistas, os líderes latino-americanos que eles inspiraram os criaram. Independentemente de filiação intelectual, historicamente não podemos falar do mesmo tipo de movimento.³²⁵

Essa capacidade de mobilização, precursora do dirigismo estatal nessas manifestações trabalhistas, é que contava de fato e servia como um termômetro a medir o grau de inclusão corporativa ou, em outros termos, o quanto o governo exercia sua hegemonia sobre os trabalhadores urbanos.

4.4.6 *Rotary Club*

“Albertão arrotou. Findou-se a janta. / E co’a perna colada à perna dela, / O Jones, [...], se alevanta, / E apresenta a fogosa Graziela. // ‘Companheiros! A moça aqui do lado / No remelexo é boa pra chuchu’; [...] (‘Muito bem!’ – aparteia o Nicolau)”.³²⁶

³²⁵ HOBBSAWM, 1995, p. 137-138.

³²⁶ VELLOZO, Paulo. et al. *Cantáridas e outros poemas fesceninos*. Edição de texto, notas e comentários de Reinaldo Santos Neves. São Paulo, Max Limonad; Vitória, FCAA, 1985. p. 124.

Aqui já temos a descrição, em forma jocosa, de um ritual do *Rotary Club* – após o almoço ou jantar, havia apresentação de novos membros, visitantes, ou de algum convidado que faria uma alocução sobre o objetivo de sua ida à entidade. Este novo “partido” logo começou a funcionar e cumprir o seu papel no mundo espírito-santense dos anos trinta. A prova disso colhemos nesse poema fescenino elaborado naqueles anos por Paulo Veloso e Jaime Santos Neves. Ou seja, os novos costumes, a novidade já se espalhara rapidamente pela cidade, a ponto de ser comentada em versos satíricos. O “Albertão” do início do soneto refere-se a Alberto Oliveira Santos, presidente da primeira diretoria da entidade (1934-1935). A ele se seguiram Jones dos Santos Neves (1935-1936), Carlos Xavier Paes Barreto (1936-1937) e Nicolau Von Schilgen (1937-1938), o qual faz um “aparte” no poema antes referido, denominado “Apresentação”.

O *Rotary International*, fundado nos Estados Unidos em 1905, congrega muitos clubes de serviços, aos quais pertencem homens que militam nas mais diversas atividades profissionais, para prestarem serviços à comunidade e estabelecerem laços que propiciem maior compreensão mundial. A organização do *Rotary Club* de Vitória – o primeiro do estado, e que teve o apadrinhamento de instituição congênere de Campos –, está assim descrita em documento pesquisado no arquivo da instituição e elaborado para comemorar o seu 65º aniversário em 1999 por um sócio não-identificado:

Quando todo o mundo encarava, desconfiado, a grande instituição de Paul Harris sem havê-la ainda compreendido, aqui chegou o companheiro JAMES H. ROTH, então Secretário do *Rotary International*, com o objetivo de fundar o *Rotary Club* de Vitória. Reuniu-se o companheiro *Jim* (este seu apelido) com um grupo de homens de boa vontade, tendo à frente Moacyr Barbosa Soares, seu 1º Secretário (hoje companheiro do *Rotary Club* do Rio de Janeiro), da Governadoria do companheiro José Carlos Morais Sarmento (então Distrito 72), no Salão da Junta Comercial de Vitória, lhes expôs a imagem do Rotary e sua pretensão de erigir na acolhedora ilha esse grande monumento, que é hoje o nosso Clube. O companheiro Heliomar Carneiro da Cunha aprendeu bem o sentido das palavras de *Jim* e propôs se constituísse, desde logo, por aclamação, a primeira Diretoria.³²⁷

O *Rotary Club* de Vitória foi instalado no dia 1º de setembro de 1934, “em jantar festivo no aristocrático salão do Clube Vitória. [...] Em 8 de outubro de 1934, o clube

³²⁷ Cf. documento intitulado “História do *Rotary Club* de Vitória”, cópia obtida na secretaria da entidade.

recebeu sua Carta Constitutiva passando a existir no mundo rotário. Eis a razão de celebrar-se em 8 de outubro a data natalícia do nosso clube”. A Fotografia 28 (p. 334) fixa o momento em que os novos rotarianos posam para a posteridade, por ocasião do jantar festivo de instalação do clube.

Segundo o documento “História do *Rotary Club* de Vitória” foram trinta e um os seus sócios fundadores: Ottorino Avancini, José Simplício Azevedo Pio, Moacyr Barbosa Soares, Heliomar Carneiro da Cunha, Jayme Coelho de Almeida, Anselmo José da Cruz, Pietrangelo de Biase, Roberto Serrat Espindula, Anísio Fernandes Coelho, Benjamin Fernandes, Alfredo Gonçalves Filgueiras, Francisco Fundão, Oswald Cruz Guimarães, Robert Langen, João Nicolussi, Alberto de Oliveira Santos, Armando de Oliveira Santos, Carlos Xavier Paes Barreto, J. B. Polliti, Josué Prado, José Meira Quadros, Aurino Quintaes, Hermann Ramos, J. A. Ribeiro, Jones dos Santos Neves, Francisco Sarlo, Nicolau Von Schilgen, Lúcio Alberto Silva, Dan M. Tykomiroff, Nuno dos Santos Neves, Wolmar Carneiro da Cunha.³²⁸ São nomes que transitaram nos anos trinta pelo poder estadual, e se destacaram como comerciantes, magistrados, professores, construtores, etc. Não se argumente que o estado capixaba e Vitória eram pouco povoados e que a população e suas elites empresarial e política eram restritas e, portanto, os nomes se repetiam nas diversas entidades. A repetição de nomes era devida, sobretudo, à integração que havia entre elas, e aos diversos papéis sociais que os “intelectuais” nelas desempenhavam.

Um dos lemas do *Rotary International* é “dar de si sem pensar em si”; mas, além de prestar serviços à comunidade e lutar pela compreensão mundial, os rotarianos executam um processo de sociabilidade em grande escala, que não deixa de lhes proporcionar um tipo simples e eficiente de ajuda mútua, nas mais variadas ocupações profissionais que exercem – os diferentes ramos do comércio, da indústria, das profissões liberais, etc. Em princípio, num clube rotariano cada membro, e somente ele, representa a atividade que exerce na comunidade abrangida pela entidade. É muito grande o alcance dessa organização em ensejar a confraternização entre as profissões num mundo que, ao longo do século XX, cada vez se tornou mais globalizado, mas que teve o enorme desenvolvimento de suas comunicações somente nas duas últimas décadas. Antes ainda existia uma certa

³²⁸ Cf. o documento “História do *Rotary Club* de Vitória”,

precariedade para se estabelecerem contatos entre, por exemplo, duas praças comerciais e, em certa medida, o Rotary Club veio suprir essa deficiência, ao determinar que um rotariano podia (e devia!) confiar no outro. A troca de informações, de favores e interesses legítimos entre as diferentes atividades e profissões revelava-se muito enriquecedora e produtiva para a sociedade em geral e para os rotarianos em particular.

Existem outras associações de benemerência semelhantes, como a *International Association of Lions Clubs*, fundada no Texas em 1917 e também de âmbito mundial. Poderíamos dizer que a expansão desses clubes de serviço estaria associada à “ocidentalização” de muitos países, patrocinada pelos Estados Unidos, rumo à maior internacionalização do capitalismo? Sem dúvida; e é por isso que se realiza o exame da participação de membros do *Rotary Club* de Vitória no mundo do poder estadual, no sentido de esclarecer a atuação de atores políticos e “intelectuais orgânicos” no período estudado. Gramsci aborda a importância de tal “partido” como “intelectual coletivo”, mesmo que de forma difusa:

Uma ideologia, nascida num país mais desenvolvido, difunde-se em países menos desenvolvidos, incidindo no jogo local das combinações. (A religião, por exemplo, sempre foi uma fonte dessas combinações ideológico-políticas nacionais e internacionais; e, com a religião, as outras formações internacionais, como a maçonaria, o Rotary Club, os judeus, a diplomacia de carreira, que sugerem recursos políticos de origem histórica diversa e os fazem triunfar em determinados países, funcionando como partido político internacional que atua em cada nação com todas as suas forças internacionais concentradas; mas religião, maçonaria, Rotary, judeus, etc., podem ser incluídos na categoria social dos “intelectuais”, cuja função, em escala internacional, é a de mediar entre os extremos, de “socializar” as descobertas técnicas que fazem funcionar toda atividade de direção, de imaginar compromissos e alternativas entre as soluções extremas).³²⁹

A nova entidade tem pleno êxito porque irá preencher um espaço vazio, que não poderia ser ocupado por outros “partidos” já existentes. Nem todo profissional, por exemplo, poderia pertencer aos quadros da Associação Comercial de Vitória, ou tinha interesse em participar da Irmandade da Misericórdia, para citarmos dois antigos “partidos” que então atuam de forma efetiva no âmbito do estado. Por essa época é que eles vão perdendo força ou mudando o seu foco de interesse – a

³²⁹ GRAMSCI, 2000, v. 3, p. 42.

Associação Comercial devido à criação dos sindicatos patronais e, tempos depois, de outros órgãos que defenderiam os interesses do empresariado; e a Irmandade da Santa Casa vai transitando do controle da Igreja para o controle da maçonaria para, mais tarde, perder a exclusividade no atendimento aos doentes. Ademais, nem todo “intelectual orgânico” desejava participar dos trabalhos da Loja Maçônica União e Progresso, nessa época sempre visada pela Igreja, e com iniciação e rituais que não podiam ser do conhecimento público. E muitos “intelectuais” não se viam participando do grupo congregado em torno do Instituto Histórico ou daquele que colaborava na *Vida Capichaba*, entidades vistas por novos “intelectuais” como fechadas e quase inacessíveis. Já o *Rotary Club* era considerado mais “moderno”, mais cosmopolita, mais de acordo com aquela contemporaneidade.

Logo o clube ganhou prestígio entre as elites políticas e empresariais por, entre outras iniciativas, premiar os melhores alunos com cadernetas da Caixa Econômica Federal, o que valorizava o mérito, conquistado em atividades educacionais, tão caras a essas elites. A Fotografia 29 (p. 335) retrata a solenidade realizada no Cine-teatro Glória para a entrega de cadernetas aos alunos que se distinguiram nos seus estudos, por ocasião das comemorações do 4º Centenário da Colonização do Solo Espírito-santense.

Em 1935 foi editado um livreto denominado *Roda de perfis*, autoria de Jota-Esse, pseudônimo para mais anunciar que esconder seus donos: Jones dos Santos Neves e Francisco Sarlo. A obra é apresentada por Moacir Barbosa Soares, 1º secretário do clube, sob o título “Per-filando”:

Pediram-me Jones e Sarlo que fizesse a apresentação do presente livro. Missão agradável e que muito me desvanece porque posso afirmar, que o fim visado pela serie de perfis aqui transcriptos, de tornar mais alegre o convívio entre os rotarianos de Victoria, alcançou plenamente o seu objectivo. A ideia de dedicar, alguns momentos no final das nossas reuniões á realização de uma sessão de humorismo, tão util e necessario em Rotary, como também para tornal-as mais alegres e agradaveis, deu ensejo a que se revelassem dois poetas, Jones – Sarlo dois verdadeiros esthetas da palavra rimada, capazes de largos vãos no terreno da poesia. Perfilados todos os companheiros, é necessario, agora, que a “dupla” continue a entreter e alegrar os nossos almoços com o seu espirito cheio de verve e humor. [...].

Proponho que seja dada uma salva de palmas rotariana, em homenagem a esses companheiros, pelo brilhantismo com que vem a publico mostrar, que em Rotary tudo é facil, mesmo sendo difficil.

A proposta foi aprovada.³³⁰

Dessa obra extraímos alguns versos, como esses que se referem a uma reunião rotária: “Um almoço no Rotary’ // (Crômo) // Sessão comum. Alberto Presidente. / Conforme manda o nosso ritual, / Propõe as palmas ruidosamente, / Em honra ao pavilhão nacional! // Barbosa lê o longo expediente, / Sem tempo de comer, passando mal, / enquanto todo o mundo aferra o dente, / Matando a fome – coisa principal”. Em outros versos, encontramos referências, sempre gozadoras, à política. O perfil de Oswald Guimarães termina assim: “Consegue tudo em que lhe metem os brios, / Porém nos golpes de politiqueiro / Ficou de deputado ‘a vêr navios’!...”. Além de fazer um trocadilho com a firma do perfilado, uma agência de navegação, refere-se à derrota que ele sofrera na eleição para deputado estadual em 1934.³³¹

No perfil de Heliomar Carneiro da Cunha estão referências à sua luta em favor da Aliança Liberal num importante “partido” que foi naquela conjuntura o jornal *A Gazeta*: “P’ro palco dos meus versos hoje puxo / Um nordestino de cabeça chata, / Que diz á todo o mundo ser gaúcho, / Dês que a revolução firmou a pata. // Nas lides da imprensa o bom repucho / Susteve na ‘Gazeta’ sem bravata, / Não procurando encher o proprio bucho / Quando a vitoria veio, na batata”. Finalmente, nos versos referentes ao perfil de Moacir Barbosa Soares, sócio em uma papelaria, existe alusão ao seu futuro desempenho de deputado classista à Assembléia Legislativa Estadual em 1935: “Nasceu p’ra secretario e agora quer / Bacharelar-se em Leis e ser doutor, / Qual do Brasil um cidadão qualquer... // Futuro deputado falador, / Tem a ‘Papelaria’ si quizer / Para *embrulhar* melhor o eleitor...”. A política partidária sendo vista de forma negativa, principalmente naqueles tempos em que o sistema político, recém-saído do autoritarismo, se encaminhava para um regime ainda mais fechado e autoritário.³³²

³³⁰ JOTA-ESSE [Jones dos Santos Neves e Francisco Sarlo]. *Roda de Perfis*. Rio de Janeiro, [s.n.], 1935. p. 5-6.

³³¹ Ibid., p. 39-40 e 89-90.

³³² Ibid., p. 17-20.

4.4.7 Partidos políticos

Getúlio Vargas, quando se vê pressionado a promover a reconstitucionalização do país, manobra no sentido de contemporizar a situação. Enxergando que, mais à frente, a presença dos partidos nas disputas políticas seria inevitável, Vargas patrocina a criação de agremiações estaduais que agissem como forças de apoio aos interventores e, por consequência, ao poder que exercia de forma cada vez mais centralizada. Quer dizer, todo esse processo foi sendo encaminhado para que a Assembléia Nacional Constituinte atendesse aos interesses do situacionismo, representado pela figura do ditador. E, em muitos pontos essenciais, Vargas exerceu o controle estrito dos trabalhos desenvolvidos na Constituinte por meio das bancadas estaduais que lhe eram fiéis; por sinal, a maioria. Tanto é que venceu com folga a eleição indireta para presidente da República.³³³

A organização no país da Justiça Eleitoral, que na primeira fase de sua existência funcionou de 1932 a 1937, atendia a uma das mais sentidas reivindicações tenentistas. O processo de reconstitucionalização do país nos anos trinta foi realizado num período de tempo extenso, como é sabido – Vargas é eleito presidente da República indiretamente em julho de 1934, os governadores de estado são escolhidos, também de forma indireta, nos inícios de 1935 (a data variou para cada estado), e os novos prefeitos somente seriam conhecidos em final de 1935 ou início do ano seguinte, com variações também de estado para estado.

Trataremos de forma ligeira dos partidos políticos que atuaram no Espírito Santo nos anos de 1932 a 1937, ultrapassando assim, devido a um mero recurso expositivo, o marco de 1934, que estabelecemos para esta parte da dissertação. Contudo, não ignoramos a sua influência essencial naquela conjuntura política. Como nos assegura Gramsci,

deve-se sublinhar a importância e o significado que têm os partidos políticos, no mundo moderno, na elaboração e difusão das concepções do mundo, na medida em que elaboram essencialmente a ética e a política adequadas a ela, isto é, em que funcionam quase como “experimentadores” históricos de tais concepções. Os partidos

³³³ CARONE, Edgar. *A República Nova (1930-1937)*. 2. ed. São Paulo: Difel, 1976.

selecionam individualmente a massa atuante, e esta seleção opera-se simultaneamente nos campos prático e teórico [...].³³⁴

A mais antiga daquelas organizações era o Partido Comunista Brasileiro (PCB), fundado no país em 1922 e que possuía filiados atuantes no estado. Dele não trataremos especificamente, a não ser no período em que existiu o pequeno Partido Proletário (PP), organizado para servir como face legal ao proibido PCB. Em 1932 foi fundada a Ação Integralista Brasileira (AIB) em São Paulo, e logo ela vai possuir ramificação no estado do Espírito Santo. Também a abordagem da história do movimento integralista no estado será feita de maneira superficial, por ele não ser objeto específico do presente trabalho, embora reconheçamos o papel importante que a AIB desempenhou nesses anos na política capixaba, até maio de 1938, quando foi extinta formalmente. Abordaremos, de início, as agremiações políticas que naqueles anos foram organizadas em âmbito estadual – o Partido Social Democrático (PSD), de apoio ao situacionismo estadual, o Partido da Lavoura (PL) e um outro menor, o Partido Proletário (PP), estes dois últimos de oposição.

Partido Social Democrático (PSD)

O PSD espírito-santense foi criado para dar apoio ao Governo Federal e à interventoria, como aconteceu em outros estados; na Bahia, por exemplo. Punaro Bley nos informa sobre a organização do partido no Espírito Santo:

O ano de 1933 foi dos mais difíceis e trabalhosos, em face da convocação de eleições para a Assembléia Constituinte. Assim, cumpria-nos organizar um partido para apoiar Getúlio e defender os ideais da revolução. A exemplo dos demais estados, fundamos o Partido Social Democrático do Espírito Santo, congregando revolucionários e outros elementos de maior projeção na vida do estado, desde que não comprometidos fundamentalmente com o governo deposto.³³⁵

E o interventor Bley despacha Carlos Lindenberg para o Rio de Janeiro, no intuito de convencer Jerônimo Monteiro – consagrada liderança política espírito-santense que não poderia ser ignorada naquela conjuntura –, a presidir o novo partido e ser candidato a deputado constituinte.

³³⁴ GRAMSCI, 1986. p. 22.

³³⁵ BLEY, Memórias, p. 80.

“– Não aceito porque não acredito em Getúlio. Conheço muito esses gaúchos. Getúlio está fazendo isto de pantomima. Ele só sai do Governo morto ou quando suas barbas estiverem brancas e pela barriga. Assim mesmo, pela mão dos outros. Além disso, não quero ser candidato a coisa nenhuma. Você pode ir”. Com essas palavras, Jerônimo Monteiro recusou a presidência do PSD e a candidatura a ele oferecida por Bley, segundo depoimento de Carlos Lindenberg.³³⁶

Após três dias na casa de Jerônimo Monteiro no Rio de Janeiro, insistindo para que ele aceitasse a presidência do novo partido e saísse candidato a deputado, e devido às suas constantes recusas Carlos declara: “– Olha, tio Jerônimo, nós vamos organizar o partido, de modo que pode haver problema se na última hora o senhor resolver candidatar-se”. E pondera com o tio: “Estando em outro partido, não vou poder apoiá-lo. Se o senhor pretende ser candidato a alguma coisa, eu saio do partido; mas se o senhor não pretende, eu continuo”. Jerônimo Monteiro foi taxativo: “– Não, você é moço, siga o seu caminho. Eu não serei candidato a coisa alguma. Não acredito nessa gauchada”. A que Carlos propõe: “– Vou até Muqui, Mimoso, Alegre e conversarei com seus amigos para ver se eles querem fundar o partido”. E recebe a seguinte resposta: “– Pode procurá-los. Se eles quiserem ir eu fico até satisfeito. Só que eu não vou”.³³⁷

Mais do que a Revolução de 1930 propriamente dita, a criação desses partidos no intervalo democrático de 1933-1937 serviu como um divisor de águas político entre o velho regime e o novo sistema de poder. Pelo menos no Espírito Santo, a conjuntura foi assim caracterizada, com base em raciocínio linear e discriminador elaborado pelas autoridades dominantes – quem não aderiu até aquele momento à situação era porque estava comprometido com a política contrária, por sua vez identificada com a “politicagem” vigente no período anterior ao movimento revolucionário. Não interessava que uma parte da oposição de agora também se opusera ao situacionismo pré-revolucionário, como Jerônimo Monteiro e Geraldo Viana.

Liberado pelo tio, a quem admirava e que o iniciou na política, Carlos Lindenberg pega o trem de volta para o Espírito Santo e salta em Mimoso, logo contatando alguns coronéis amigos de Jerônimo Monteiro, deles recebendo apoio para a

³³⁶ GURGEL, 2000, p. 71.

³³⁷ Ibid., p. 71-72.

formação do novo partido. Conhecia cada manda-chuva jeronimista, por ter participado de algumas campanhas eleitorais na República Velha. Associando o prestígio do seu tio à influência política da interventoria, Lindenberg vai atraindo os antigos coronéis para o novo projeto político da situação. É um claro exemplo da maneira utilizada por parcelas da antiga oligarquia para se reagruparem numa nova feição, adequada aos tempos políticos posteriores à revolução. Em Muqui, Carlos pede e consegue o apoio de “Janjão” Viera da Fraga; em Alegre, de “Tatão” Gama; e em Cachoeiro de Itapemirim ficam apalavradas as adesões de Francisco Ataíde, Anacleto Ramos e Fernando de Abreu. Ao chegar a Vitória também consegue atrair, para participar do novo partido, o coronel Francisco Schwab, que tinha Cariacica como seu reduto eleitoral.³³⁸

As informações anteriores sobre esse episódio político eram repetidas à exaustão, com pequenas variações, por Carlos Lindenberg, nas inúmeras entrevistas que deu depois de encerrada a sua longa carreira de homem público.³³⁹ Para ele, tal episódio devia possuir muita importância por três motivos principais. O primeiro é de caráter mais pessoal – nesse ano de 1933 Lindenberg ingressa efetivamente na política, entra para ficar de vez e, ao fazer essa opção de vida, vai deixar as atividades comerciais, logo mais à frente. Outro motivo, de ordem político-familiar, prendia-se ao fato de que Jerônimo Monteiro acabou candidatando-se a deputado constituinte, o mesmo cargo disputado por Carlos, e o sobrinho não queria que restasse a menor sombra de dúvida, na cabeça de quem quer que fosse, e muito menos no registro histórico da sua terra, de que tivesse traído seu tio. Finalmente, e aqui temos um fato político mencionado em sua inteira singeleza, Lindenberg trata das circunstâncias em que, por meio de atitudes hábeis e precisas, conseguiu estruturar em tempo recorde um partido político. Esse último motivo é relevante no contexto histórico analisado – nos esclarece que continuavam vivas certas prerrogativas coronelísticas vindas da Primeira República, pois de outra forma não teria sido possível, em tão pouco tempo, criar um partido político nos moldes realizados pelo jovem político. Efetivamente, as práticas do coronelismo não desapareceram de todo a partir de 1930, mas foram sendo substituídas de modo paulatino por outros costumes políticos.

³³⁸ GURGEL, 2000, p. 73.

³³⁹ AGORA, nº 5, mar. 1973, p. 54-60; A GAZETA, 22 jul. 1979, Caderno 2, p. 4-6; Ibid., 5 out. 1980, p. 5; Ibid., 24 out. 1982, p. 20.

Por isso que Carlos Lindenberg, em algumas daquelas entrevistas, lamenta de forma reiterada o fim do coronelismo. É que o político espírito-santense ainda conseguiu se beneficiar politicamente, se não do sistema oligárquico como um todo, pelo menos de muitas de suas sobrevivências. Ele acreditava numa espécie de “coronelismo esclarecido”, já que foram os ensinamentos práticos aprendidos dos antigos coronéis que deram impulso inicial à sua carreira política e a fizeram bem sucedida. Lindenberg representou muito bem essa transição entre o coronelismo da República Velha e o “coronelismo” mais novo, mais populista. No entanto, conservou do antigo sistema algumas práticas políticas: cumprir a palavra empenhada, não trair os correligionários e, sempre que possível, dar atenção pessoal ao eleitor. Quem talvez tenha definido esse seu comportamento político foi Carlos Marciano de Medeiros, seu ex-companheiro nesse PSD da década de 1930 e depois adversário político: “Carlos não traiu nunca!”.³⁴⁰ Assim, em 1933, ao colaborar na organização do PSD estadual, Lindenberg consegue a solidariedade política de boa parte da facção jeronimista do antigo Partido Republicano Espírito-santense, no qual militara na República Velha.³⁴¹

Durante todo o período em que existiu, o PSD ficou sobre o controle férreo do interventor, depois governador, Bley. A comissão diretora inicial do partido era constituída por Fernando Rabelo, Josias Soares, José Espindula Batalha Ribeiro, Carlos Lindenberg, Josué Prado, Jones dos Santos Neves, Fernando de Abreu, Genaro Pinheiro, Ademar Távora, Martinho Barbosa, João Dutra Barroso e Wolmar Carneiro da Cunha.³⁴² Aqui temos uma mescla de nomes – uns com atuação em Vitória, na cúpula partidária e junto aos exportadores de café; outros constituídos de lideranças municipais. O partido foi montado para dar respaldo político ao interventor e ao governo federal, como antes mencionado, a partir das bases municipais, já devidamente controladas. O regime democrático instituído pela Constituição de 1934 exigiu que o sistema político centralizado, montado de cima para baixo, funcionasse também na outra direção, de baixo para cima, forçando a capilaridade com a qual foi estruturado – dos redutos eleitorais, controlados pelos antigos e novos coronéis, passando pela administração estadual, até chegar ao chefe do Governo Federal.

³⁴⁰ Cf. artigo de Rogério Medeiros “O velho PSD morreu, mas deixou suas raízes”. Disponível em: <<http://www.seculodiario.com.br/arquivo/2004/novembro/04/index.asp>>. Acesso em: 05/11/2004.

³⁴¹ GURGEL, 2000.

³⁴² ABREU (Org.), 2001, p. 4398.

Devido às limitações do objetivo e do tempo de elaboração deste trabalho, não se poderá abordar com mais minúcia a história do PSD espírito-santense, o que também demandaria pesquisa empírica mais ampla e demorada. Contudo, é fora de questão que ele representou um traço-de-união nas ações políticas nesses anos de 1933 até 1937, do ponto de vista da interventoria. Foi um novo *locus* em que ela pôde exercer sua hegemonia de forma um pouco mais “moderna”, comparando-se com a situação vigente na Primeira República, quando a oposição nem conseguia se cristalizar num partido político. Outro ponto que merece destaque é o fato de o PSD ter servido como formador de novas lideranças políticas estaduais, cujos nomes mais famosos são Carlos Lindenberg e Jones dos Santos Neves, ou a reafirmação de outras que já vinham da Primeira República, como Fernando de Abreu. E também novas lideranças locais, e com ascendência sobre uma região determinada, vão despontar nesse PSD dos anos trinta – são políticos com um raio de ação mais restrito, não possuindo expressão em todo o estado ou fora dele, mas que se constituíam nos quadros intermediários do partido – situando-se entre o eleitorado e os líderes de maior projeção.

Na Fotografia 30 (p. 336) vemos alguns destes líderes intermediários do PSD reunidos em convenção do partido, realizada na antiga sede do Instituto Histórico, estando a governadoria ocupada por Punaro Bley. E como não havia impedimento legal para que o governador do estado acumulasse a presidência do partido situacionista, esta lhe é oferecida e aceita (Cf. Fotografia 31, p. 337). Tal gesto traduz num ato político o que já acontecia na prática – o governador exercia controle direto sobre o partido que o apoiava.

Partido da Lavoura (PL)

Os antigos caciques jeronimistas não tinham migrado todos para o PSD. Alguns deles vão formar na oposição – a Bley e, eventualmente, a Getúlio –, que no estado congregava nomes em torno da legenda do Partido da Lavoura, “como Etienne Dessaune, João Manoel de Carvalho e o coronel Terra Lima”, grande proprietário em Ponte do Itabapoana, no município de João Pessoa, atual Mimoso do Sul.³⁴³ Outros

³⁴³ GURGEL, 2000, p. 73.

remanescentes do Partido Republicano Espírito-santense, aliados da política situacionista com o Movimento de 30, passam também a se reunir na oposição. Punaro Bley relata os inícios desse partido e o modo como percebeu suas limitações:

Em oposição ao nosso partido foi logo organizado o Partido da Lavoura, nome perigoso caso habilmente explorado, dado que o Espírito Santo era lavoura.

Na entrevista que mantive com seu presidente, Terra Lima, proprietário de uma fazenda em Mimoso, disse-lhe que via com a maior simpatia sua organização, pois achava que a lavoura deveria mesmo se organizar em partido para defender seus interesses na Constituinte. Alertei-o, contudo, quanto a uma provável infiltração de políticos profissionais nas suas fileiras, o que iria desvirtuar suas finalidades precípuas.³⁴⁴

A quem Bley se refere como “políticos profissionais”? Àquelas pessoas que, em geral, não comungassem de sua posição política. E, particularmente, a Jerônimo Monteiro e seus adeptos, que tinham se recusado a formar com o interventor um grande partido situacionista, à feição dos partidos (os PR) da República Velha. O jovem capitão estava se revelando um líder político à semelhança dos antigos coronéis, que queriam dominar integralmente o cenário político e não admitiam oposição, ou a circunscreviam a um mínimo necessário para que sobrevivesse. E com ela estavam sempre atentos, não admitindo seu crescimento. Como faz Bley em relação ao Partido da Lavoura:

Terra Lima, vaidoso e ingênuo, vendo que seu partido constituído apenas por proprietários de fazendas, geralmente malquistos pelos seus colonos e assalariados, não teria qualquer sucesso, fez o contrário, organizou a chapa que deveria disputar a eleição com Jerônimo Monteiro, ex-governador (1908-1912), residente no Rio; Luiz Tinoco da Fonseca, médico em Cachoeiro de Itapemirim; Lauro Faria Santos, advogado em Vitória e ele, Terra Lima.

Com três doutores na chapa e apenas um lavrador, o Partido da Lavoura abriu o flanco às nossas críticas ao afirmarmos que seus ideais haviam sido traídos pelo seu próprio presidente.³⁴⁵

Em suas reminiscências, Punaro Bley procura desmerecer seus adversários políticos. Por que os assalariados e colonos de coronéis do PL não iriam votar em seus candidatos, e os trabalhadores vinculados aos fazendeiros do PSD o fariam? A questão aqui insinuada pelo ex-interventor é muito mais séria, do ponto de vista

³⁴⁴ BLEY, Memórias, p. 83-83v.

³⁴⁵ Ibid., p. 80-80v.

político, do que um mero desmerecimento dos antagonistas. Importa considerar o que Bley, na verdade, revela – o PSD foi realmente o partido que se formou para a defesa dos interesses da lavoura no estado, vinculado aos proprietários de terra e a suas lideranças. Ou seja, um partido em contato permanente com o eleitorado e com os coronéis que ainda o manipulavam. E não como o Partido da Lavoura, formado por pessoas residentes fora do estado (Jerônimo Filho, Abner Mourão, este último radicado em São Paulo) ou que não tinham vínculos estreitos com o campo (Lauro Faria Santos, Luís Tinoco).

Recomenda-se uma investigação, que não pôde ser feita no âmbito deste estudo, para estabelecer se não haveria algum vínculo político-ideológico entre o Partido da Lavoura, fundado no Espírito Santo em 1933, e a agremiação política com a mesma denominação, também oposicionista, organizada em São Paulo nessa época, ou se a escolha comum do nome não passou de simples coincidência. Deve-se ter em mente que um dos líderes do Partido da Lavoura no Espírito Santo era o jornalista Abner Carlos Mourão, atuante em alta posição no prestigioso jornal *Correio Paulistano*, como já referido anteriormente. Apesar de nos anos trinta as agremiações políticas não se terem organizado em escala nacional (com exceção da AIB e da ANL), muitos partidos estaduais de apoio aos interventores e a Vargas adotaram o nome de Partido Social Democrata, como antes referido. Não poderia ter acontecido o mesmo com parte da oposição não-extremista, vinculada aos interesses da oligarquia cafeeira remanescente? Muitos dos líderes do Partido da Lavoura espírito-santense não possuíam compromissos estreitos com o eleitorado – moravam fora do estado, defendiam interesses divorciados da realidade local. A defesa desses interesses até se justificaria numa perspectiva paulista, mas ia contra o que beneficiava os capixabas; por exemplo, ao combater a federalização da política cafeeira.

Aquela atitude de Jerônimo Monteiro antes referida, em não querer se candidatar a deputado constituinte em 1933, nos é informada por meio de dois fatos políticos eloqüentes. Primeiro, por ele ter liberado o seu sobrinho, Carlos Lindenberg, para montar um novo partido político (o PSD) com o apoio de muitos dos seus correligionários. Depois, a circunstância de Jerônimo, na última hora, ter resolvido disputar a eleição como candidato avulso, conforme permitia a legislação eleitoral da época. O que teria feito o antigo político mudar de idéia? Talvez a insistência de

amigos e aliados políticos. Quando, finalmente, ele sai candidato, o faz contra o situacionismo. É possível que, anuladas as eleições de maio, e marcadas novas para outubro, Jerônimo Monteiro tenha ingressado no Partido da Lavoura, onde, afinal, estavam muitos de seus antigos companheiros que não tinham aderido ao governo. Indicam essa atitude as referências à presença de Jerônimo Monteiro no PL – feitas, entre outros, por Punaro Bley –, e a sua substituição, quando faleceu em outubro de 1933, por Lauro Faria Santos, suplente desse partido.

Com a morte de Jerônimo Monteiro, os políticos contrários à interventoria (como Geraldo Viana, adversário já antigo do interventor) continuaram no Partido da Lavoura, que reunia também lideranças mais novas como Nelson Monteiro e Jerônimo Monteiro Filho.

A oposição política representada pelo Partido da Lavoura somente ameaçou de forma mais conseqüente o sistema de poder mantido por Punaro Bley no processo político da definição do governador, ocorrido de final de 1934 a abril de 1935, que será tratado no capítulo seguinte. A partir do momento em que o governador Bley conquista a maioria na Assembléia Legislativa e o jogo político lhe fica favorável, o PL é neutralizado, ou considerado como uma oposição confiável. Na Fotografia 32 (p. 338) vemos um exemplo dessa confiabilidade política – o líder da oposição, Nelson Monteiro, é homenageado pelo seu aniversário no Clube Vitória, e à homenagem comparecem pessoas ligadas ao governador Bley, como Oswald Guimarães. E podemos adiantar o final desse processo – a oposição vai sendo neutralizada a tal ponto que, com a instituição do Estado Novo, Nelson Monteiro será nomeado Secretário do Governo.

As eleições para a Assembléia Nacional Constituinte foram realizadas em 3 de maio de 1933, tendo sido eleitos para representantes do estado do Espírito Santo pela legenda do PSD Fernando de Abreu, Carlos Fernando Monteiro Lindenberg, Godofredo Costa Menezes (Asdrúbal Soares ficou como suplente) e, como candidato avulso, Jerônimo Monteiro. Punaro Bley faz longa referência a um golpe publicitário que, segundo ele, o antigo político capixaba tentou aplicar, dizendo-se perseguido pela interventoria e, até mesmo, que sua vida correria perigo. Por ocasião da chegada à Capital do candidato Jerônimo Monteiro, o interventor retira a polícia das ruas e informa aos jeronimistas que a segurança do seu chefe correria

por conta dos correligionários dele. E o início de campanha do líder do Partido da Lavoura transcorreu sem maiores novidades.

Conhecido o resultado, a oposição com ele não se conforma e consegue impugná-lo, num caso político de repercussão nacional, que ficou conhecido como “a questão das sobrecartas transparentes”. Os envelopes fornecidos pela interventoria para que neles o eleitor colocasse as cédulas permitiria que houvesse violação do segredo do voto, segundo julgamento do Superior Tribunal Eleitoral, embora constatando que não havia provas que tal violação tivesse ocorrido. Punaro Bley refere-se às cédulas do PSD impressas com tipos maiores do que as do partido adversário e aos lances jurídicos dessa disputa, afinal ganha pelo Partido da Lavoura. Assim, as eleições foram anuladas (o que aconteceu também em Santa Catarina), e novo embate eleitoral foi marcado para 8 de outubro. O segundo resultado confirmou o primeiro, com a escolha dos mesmos candidatos. Bley argumenta em suas *Memórias* que as eleições transcorreram na mais absoluta ordem e correção.³⁴⁶ Mas a oposição reclamou de perseguições, segundo pesquisa de Renato Pacheco no arquivo do Tribunal de Justiça do Espírito Santo:

“A *Gazeta de Alegre* poderá circular uma vez que não veicule ataques grosseiros e pessoais a autoridades do município e do Estado, conforme orientação” – Ass. João Bley, interventor.
Diba Saliba faz queixa-crime contra o delegado Orlando Bulcão Viana que o prendeu na viúva-alegre [carro negro da polícia para condução de presos], por fazer propaganda do opositor Jerônimo Monteiro Filho: teve o cabelo raspado, deram-lhe banho frio e deixaram-no sem alimento incomunicável numa cela com chão molhado. Ciro Pitanga publicou boletim em que diz que sofreu picuinhas e perseguições do secretário Fernando Rabello, “de caráter pequenino e vingativo”, e foi por isto processado. Emiliano Mendonça, dono do pequeno jornal *O Município de Vila Velha*, é processado pelo seu editorial “Resistência pacífica”, em que propugna pelo não pagamento de impostos. Jairo Leão foi processado pelo secretário Seabra Muniz, que se sentiu ofendido com uma sua cota em processo de dívida ativa. Pedro Motta foi detido pelo cabo Taveira por estar distribuindo cartazes do Partido da Lavoura. Os incidentes se multiplicavam.³⁴⁷

Essas eleições se constituíram nas primeiras em que as mulheres votaram e em que o voto foi secreto. O empenho da interventoria nas duas disputas eleitorais de 1933 foi muito grande, devido aos interesses políticos envolvidos, inclusive no plano

³⁴⁶ BLEY, *Memórias*.

³⁴⁷ PACHECO, 1998, p.38-39 e 41.

nacional. As perseguições políticas por parte do governo devem mesmo ter acontecido, porque o interventor considerava que, a qualquer custo, deveria ser bem sucedido eleitoralmente:

Este pleito para a Constituinte era o primeiro a realizar-se com o voto secreto, o “cavalo de batalha” dos ingênuos revolucionários de 1930 e, por isso mesmo, perigosíssimo principalmente para o Governo Federal, de vez que os constituintes também deveriam eleger Getúlio Presidente Constitucional da República. Perigoso porque o povo saía do “voto de cabresto” para eleições livres sem qualquer preparação ideológica.³⁴⁸

As eleições foram realizadas contando com a má vontade de muitos setores do governo, que as encaravam como uma limitação ao poder da ditadura, que deveria continuar por um bom tempo ainda.³⁴⁹ O que demonstra a ótica de Punaro Bley, na passagem acima citada.

No mesmo dia em que o Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo marcou a diplomação dos deputados eleitos, chega a Vitória telegrama anunciando a morte de Jerônimo Monteiro. Num gesto de homenagem ao ilustre homem público, o presidente do TRE-ES não toma conhecimento do telegrama e entrega o diploma a Jair Etienne Dessaune, procurador do falecido.³⁵⁰ O primeiro suplente do Partido da Lavoura, Lauro Faria Santos, toma posse no lugar de Jerônimo Monteiro para os trabalhos da Constituinte Nacional, que é instalada no Rio de Janeiro em 15 de novembro de 1933.³⁵¹

Dois outros deputados oriundos do Espírito Santo tomaram assento nessa Constituinte como representantes classistas, sendo um deles Gilbert Gabeira. Aqui já se detectam os dedos do governo federal e da administração estadual, combinados para compor uma bancada de deputados classistas que, ao menos em sua maioria, apoiasse Vargas. O pequeno estado do Espírito Santo, que em comparação com outras unidades da Federação não possuía muitos sindicatos de trabalhadores, nem número expressivo de pessoas sindicalizadas, vai contribuir com dois deputados classistas representantes dos empregados.

³⁴⁸ BLEY, Memórias, p. 81.

³⁴⁹ CARONE, Edgar. *Revoluções do Brasil contemporâneo (1922-1938)*. 4. ed. São Paulo: Difel, 1989.

³⁵⁰ NOVAES, Maria Stella de. *Jerônimo Monteiro, sua vida e sua obra*. Vitória, Arquivo Público Estadual, 1979. p. 221-222.

³⁵¹ CARONE, 1976.

Angela Gomes estranha que na bancada classista de empregadores, a maioria dos nomes tenha origem no Nordeste, o que também ocorreu com a dos empregados.³⁵² Esta situação ocorre no “vice-reinado” de Juarez Távora, que englobava muitos estados, do Espírito Santo para o Norte. Gilbert Gabeira assina a Constituição de 1934 como deputado classista, o que talvez possa indicar um vínculo indireto com o PSD estadual, pois este tipo de deputado estava sob a direta influência da burocracia ministerial e da interventoria.

PCB, Partido Proletário e ANL

Correlacionar os acontecimentos no país e no Espírito Santo sobre este tema não é difícil. A repressão aos movimentos populares, sobretudo às iniciativas do Partido Comunista Brasileiro, existiu tanto no plano federal como no do estado. Difícil é localizar fontes, em especial fotografias, relativas à atuação dessas agremiações em território capixaba.

Como no restante do país, os entrechoques dos integralistas com os “vermelhos” no Espírito Santo da mesma forma foram violentos. Em Cachoeiro de Itapemirim, no ano de 1935, aconteceram dois episódios significativos. No primeiro deles, um grupo de populares pressionou o delegado de polícia e foi proibida a passeata dos camisas-verdes no centro da cidade. Em outro caso, mais rumoroso, foi impedida a realização de expressivo evento integralista, programado para acontecer na Princesa do Sul, graças à mobilização de simpatizantes da já extinta Aliança Nacional Libertadora. E ficou famosa a frase divulgada pelos partidários da luta antifascista: “Galinha verde aqui não bota ovo. Se botar não choca. Se chocar não tira. Se tirar não cria. E se criar a gente mata”. Depõe Waldemar Mendes de Andrade, que militava contra os integralistas:

Os ânimos estavam exaltados. Os populares não desejavam o congresso e, muito menos, a presença de Plínio Salgado em Cachoeiro de Itapemirim. Para você ter uma idéia, na véspera, um grupo de integralistas do interior do município, que viajava em um caminhão sofreu uma emboscada, na altura de Morro Grande, e Alberto Sechin foi assassinado [...].

³⁵² GOMES, Ângela Maria de Castro. (Coord.). *Regionalismo e centralização política: partidos e constituinte nos Anos 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

Mas, de fato, Plínio Salgado não viria mesmo, embora desde o fim da tarde estivessem chegando integralistas na estação ferroviária, vindo do estado do Rio, Itaperuna, Bom Jesus, e os de Colatina e outras regiões. Pessoas que não sabiam do cancelamento do congresso. Por outro lado, nós, da Aliança Nacional Libertadora, saímos com a multidão em direção ao campo do Estrela, onde fizemos, com a permissão do capitão Nicanor Paiva [delegado regional de polícia], um congresso antifascista e anti-guerreiro. O campo ficou inundado, a pista cheia de gente. Essa multidão, mesmo satisfeita pelo desvirtuamento da propaganda integralista, foi para a estação ferroviária, onde também estava postada a polícia. E houve um conflito tremendo.³⁵³

No tiroteio, talvez iniciado pela polícia, foram mortas duas pessoas. Informa-nos mais Waldemar Mendes: “O enterro de Quitito e Orestes movimentou todo aquele pessoal operário, embora um pouco amedrontado. Uma multidão! Eu me lembro de um retrato na frente do cemitério. O pessoal, que não era comunista nem nada, tirando retrato de braços erguidos, embora a polícia houvesse proibido manifestações”.³⁵⁴ Fernando de Abreu também estava lá e, em carta de 5 de novembro de 1935 a Elysinha, relata:

Tivemos a cidade muito agitada, durante alguns dias.
Além da morte do integralista que noticiei, deram-se duas outras, na estação da Leopoldina, ao chegar o expresso de sabbado, desta vez, de operarios.
Hontem, segunda-feira, teve lugar o enterro.
Jamais houve aqui um cortejo funebre tão concorrido: cerca de 3.000 operarios.
Ao entrar o feretro na necropole, a grande massa levantou o braço direito no gesto symbolico de solidariedade: um por todos e todos por um.
Foi uma scena commovente.
Mau grado todas as intrigas – fiquei alheio ao conflicto, não porque fosse indifferente, mas por ter meu pensamento bem mais, muito mais alto.³⁵⁵

Existem relatos da presença de comunistas ainda na década de 1920 atuando em Cachoeiro de Itapemirim, como também referências ao apoio da loja maçônica local à luta contra o integralismo nos anos trinta.³⁵⁶ O farmacêutico, professor e escritor Almeida Cousin, contemporâneo dos fatos, e possivelmente referindo-se à longa greve dos empregados da CCBFE no primeiro semestre de 1935, observa que

³⁵³ ANDRADE, Depoimento, p. 25.

³⁵⁴ Ibid.

³⁵⁵ ABREU, 1937, p. 213.

³⁵⁶ Cf. CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM – inconfidências na capital secreta. Vitória, Papel de Comunicação, 1985.

os comunistas faziam-se temer por sua capacidade organizadora nos meios operários: pela primeira vez, surpreendentemente, Vitória viu-se paralisada por uma greve geral – absoluta.

(Entre as conseqüências surgiu uma, paradoxal e inesperada: os donos de padaria arranjaram jeito de aumentar o preço do pão...).³⁵⁷

Eram anos de muita agitação política e, naturalmente, o governo do estado procurava tirar partido dessa animosidade entre os fascistas e os comunistas e seus respectivos simpatizantes. Mas a interventoria reprimiu mais fortemente a esquerda, acompanhando o procedimento do governo federal para o caso. Como nos informa Renato Pacheco,

a campanha maior era contra os comunistas, em virtude da fracassada Intentona de 1935, os quais “sinistramente ameaçam perturbar a ordem pública do Brasil”. A Hora do Brasil e o alto-falante do PSD, na praça da Independência (Costa Pereira), divulgaram o Plano Cohen, um apócrifo documento em que, supostamente, os comunistas pretendiam dominar o país.³⁵⁸

A direita, inclusive a fascista, possuía elementos que integravam os governos da República e do estado nessa época que, por sua vez, protegiam seus correligionários. Naturalmente que esse quadro repressivo às idéias e atividades comunistas se dava em todas as esferas da vida social, ou seja, abrangiam os “partidos” e seus “intelectuais orgânicos”. Daí as fontes historiográficas que nos restaram sobre os movimentos de esquerda no Espírito Santo dessa época serem muito escassas, em comparação com aquelas produzidas pelo movimento integralista. E, em muitos casos, as informações sobre a atuação da esquerda somente são obtidas a partir de documentos oficiais ou produzidos por pessoas ligadas ao governo, e não pelos próprios militantes. Um exemplo está no seguinte trecho de longa carta, em papel timbrado do gabinete do diretor do Departamento Estadual do Trabalho do Espírito Santo, que Max Monteiro envia a Lindolfo Collor da capital capixaba, em 3 de novembro de 1935:

Escrevo-lhe com algum atraso, porque tenho andado às voltas com a política espírito-santense.

Aqui cheguei na noite da instalação do Congresso Ferroviário e tive a felicidade de ver, no decurso das orações proletárias, lembrado o seu nome sob os aplausos da multidão, que assistia aos trabalhos. No dia seguinte, num almoço no “Majestic Hotel”, falando-se sobre a legislação social e o Ministério do Trabalho, o deputado classista Chrisostomo de Oliveira se referiu ao senhor como o grande ministro

³⁵⁷ COUSIN, 1975, p. 142.

³⁵⁸ PACHECO, 1998, p. 144.

da Revolução. Infelizmente, o Congresso não alcançou, nos dias que se seguiram o êxito que desejávamos, graças à actividade subversiva de meia dúzia de comunistas que, desviaram os rumos da assembléa, pregavam a paralização dos transportes, em signal de protesto contra a concentração integralista de Cachoeiro de Itapemirim. Vi-me na dolorosa contingencia de abandonar o Congresso e concertar, com as autoridades, os meios de jugular a parêde. Foi assim que tive o primeiro contacto com os trabalhadores do Espírito Santo...³⁵⁹

Como antes referido, o governo federal, auxiliado pelo governo do estado, se preocupava em controlar de perto o movimento dos trabalhadores, combatendo as idéias consideradas “subversivas” e inoculando uma ideologia trabalhista vinculada ao poder público, por meio da atuação de pessoas que ficaram conhecidas como pelegos. Este Max Monteiro, que na correspondência com Lindolfo Collor o chama de chefe e amigo, cogitou de fundar um partido político contra o situacionismo estadual e federal e que serviria de sustentação política a Collor, arregimentando políticos estaduais governistas e oposicionistas, como Abner Mourão e Nelson Monteiro, este último líder da minoria na Assembléia Legislativa. No episódio da dissidência entre Carlos Medeiros e Punaro Bley em 1936, Max Monteiro apóia o governador, por quem já deveria estar devidamente cooptado, devido ao gerenciamento sobre as questões trabalhistas que exercia na administração estadual.³⁶⁰

Ação Integralista Brasileira (AIB)

Não existem estudos consistentes sobre a história do movimento integralista no estado do Espírito Santo. O que há são muitas evidências surgidas de conversas informais, de relatos familiares (um conhecido, cujo avô foi destacado dirigente integralista na Capital; uma colega que relata a surra que a polícia deu no seu bisavô em vila do interior do estado por ele teimar em vestir a camisa verde, etc.), e de documentos em variados suportes como fotografias, textos manuscritos, artigos impressos em periódicos. Considerando que não foi possível efetuarmos um levantamento histórico amplo sobre esse importante tema, nem ele era o objeto essencial do nosso estudo, optamos por reunir algumas informações e,

³⁵⁹ Cf. carta no Arquivo Lindolfo Collor, CPDOC/FGV, referência LC 35.11.03.

³⁶⁰ Cf. cartas no Arquivo Lindolfo Collor do CPDOC/FGV, referências LC 36.02.06/2 e LC 36.07.11.

principalmente, reproduzir poucas fotos das inúmeras que existem, atestando o vigor e a difusão do integralismo em terras capixabas. Uma das fontes a que mais recorreremos para a elaboração deste trabalho, a revista *Vida Capichaba*, traz impressas muitas fotos e informações sobre a ação da AIB no Espírito Santo. É tanta a riqueza e a variedade desses documentos que julgamos conveniente deles oferecer uma amostra significativa, também com o objetivo de incentivar quem queira estudar esse tema em profundidade. Convém ressaltar que essa grande quantidade de fontes historiográficas, em si mesma, nos indica que o integralismo no Espírito Santo era tolerado, se não incentivado, pelas autoridades civis e religiosas e, durante um bom tempo, difundido por importante “partido”, constituído exatamente pela *Vida Capichaba*.

Assim como o Governo Provisório, a administração espírito-santense também conviveu com o integralismo por certo período, no qual detecta-se a presença de integralistas no governo ou em suas cercanias. Figuras que desde o início apoiaram o interventor tiveram posteriormente uma destacada atuação integralista, como por exemplo, o antes referido Arnaldo Magalhães, e Frederico Codeceira, juiz de direito em Itapemirim e, depois, chefe de polícia na Capital.

A difusão do integralismo nas colônias italianas e alemãs – nestas últimas, as de confissão católica – contou com o respaldo do clero, ou de parte dele. Waldemar Mendes de Andrade refere-se a caso ocorrido em capela do interior, onde um padre integralista vestiu os santos de verde e com o sigma.³⁶¹

O I Congresso Integralista Brasileiro foi realizado em Vitória de 28 de fevereiro a 4 de março de 1934. Para o evento aconteceu apoio local, como decorrência da força do movimento integralista no estado, que contava com muitos simpatizantes ocupando cargos no governo estadual, ou em suas cercanias. Parcela ponderável da Igreja no Espírito Santo também se manifestava abertamente a favor do movimento. Um dos destacados dirigentes da Ação Integralista Brasileira era o médico capixaba Madeira de Freitas – escritor e humorista consagrado ainda na República Velha sob o pseudônimo de Mendes Fradique. Ele também deve ter exercido sua influência para que esse congresso ocorresse em Vitória. Archilau

³⁶¹ Cf. CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM – inconfidências na capital secreta. Vitória, Papel de Comunicação, 1985.

Vivacqua, rico cafeicultor em Castelo e integralista, pode muito bem ter dado apoio financeiro a essa iniciativa. A *Vida Capichaba*, como pode ser constatado pela Fotografia 33 (p. 339), deu ampla cobertura ao evento.

A propaganda integralista era livre. Uma vidraçaria da Capital faz anúncio de seus produtos e coloca em destaque retratos de Plínio Salgado e do interventor Bley, como pode ser observado na Fotografia 34 (p. 340). Outra fotografia do mesmo anúncio, não reproduzida aqui, mostra um quadro do Sagrado Coração de Jesus. Dessa forma, a publicidade comercial faz também a divulgação aberta da divisa integralista “Deus, Pátria e Família”, abrangida respectivamente por esses três quadros de Jesus, Bley e Plínio Salgado.

As reuniões de doutrinação eram realizadas para reiterar os postulados ideológicos extremistas entre os próprios integralistas e angariar maior número de adeptos. Por um certo período, a ideologia integralista era uma moda que atraía pessoas da elite e jovens das classes média e baixa, ansiosos por envergarem o uniforme do movimento. A Fotografia 35 (p. 341) é uma das que a *Vida Capichaba* trouxe em destaque, mostrando uma reunião do movimento em cinema de Vitória. Um dos oradores foi o então jovem advogado Jair Etienne Dessaune, que tinha sido jeronimista como seu pai, Etienne Dessaune, deputado que atuou na política espírito-santense na República Velha. Católico extremado e líder integralista, Jair Dessaune foi depois perseguido, quando da repressão ao integralismo no Espírito Santo.

Já vimos que em Cachoeiro de Itapemirim uma passeata integralista foi impedida de sair. Em outros lugares, onde os opositores ao movimento da AIB era menor, essas passeatas aconteceram, como em Vitória e em Colatina. A Fotografia 36 (p. 342) dá publicidade ao desfile dos camisas-verdes ocorrido nesta última cidade. A dimensão doutrinária do movimento, devido ao apoio de que desfrutou, compreendia o convencimento de adultos, de jovens e, mesmo, a formação escolar de crianças. A Fotografia 37 (p. 343) mostra uma escola integralista no interior do distrito de Itá (depois Itapina) no município de Colatina. O que nos chama a atenção nesse documento fotográfico, além da grande reunião de crianças em torno dos chefes integralistas locais, é a construção da escola ao lado da igreja, como que certificando o entrelaçamento dessas duas atividades – a educação religiosa e o

ensino, ambos dominados pela ideologia integralista. No interior do estado, famílias inteiras (dos bebês aos velhos) posavam para fotos portando o uniforme integralista, como num exemplo mostrado na *Vida Capichaba* sob o título “Família integralmente integralista”.³⁶²

No período em que a AIB pôde funcionar legalmente e houve eleições, ela concorreu e conquistou duas prefeituras no interior do estado (Santa Teresa e Domingos Martins) e alguns vereadores. A Fotografia 38 (p. 344) retrata a bancada de vereadores eleitos para a Câmara Municipal de Vitória em 1936. Dentre eles estão dois representantes da AIB, Jair Etienne Dessaune, de uniforme integralista, e o padre Ponciano dos Santos Stenzel.

Na política do Espírito Santo, em alguns dos anos da década de 1930, o movimento integralista “deu as cartas e jogou de mão”. É como se ele raciocinasse do seguinte modo: se Deus, consubstanciado na Igreja, está a nosso favor; se a Pátria, representada pela interventoria, nos é simpática, somente resta a conquista da Família, para que o nosso lema seja “integralmente” cumprido. Ora, justamente muitas decisões tomadas no âmbito familiar possuíam como forte referência ações do governo e da Igreja, então muito presentes na vida dos cidadãos, mediante as atividades religiosas, de ensino e de trabalho. Dessa forma, a conquista das famílias pelas idéias de Plínio Salgado era facilitada, inclusive no início de novo núcleo familiar, como nos garante a Fotografia 39 (p. 345).

De concreto, assiste-se ao crescente compromisso de parcelas das elites políticas com o integralismo e a postura condescendente da administração estadual em relação ao movimento integralista, que será também duramente perseguido na continuação do processo histórico. Renato Pacheco registra uma das fases dessa repressão aos integralistas:

Já no final de 1936 o governo estadual anunciava que não era seu propósito fechar os núcleos do Sigma (os integralistas adotavam como símbolo esta letra grega), pois embora estejamos em estado de guerra, somos uma liberal-democracia. Mas, logo depois, o chefe de polícia Alfredo Machado Guimarães, fechou todos os núcleos integralistas de Vitória, Santa Teresa, Pau Gigante [atual Ibiraçu], Afonso Cláudio, Cachoeiro e Guaçuí em virtude de manifestações e em cumprimento ao decreto 915, de 221 de junho de 1936. Proíbiam-

³⁶² Cf. *Vida Capichaba*, ano XIII, nº 392, 15 ago 1935.

se todas as concentrações, *meetings*, passeatas ou reuniões externas, iniciando-se campanha contra os boateiros, nos cafés e lugares públicos.³⁶³

E acrescenta em nota: “É do folclore que ‘os líderes integralistas ao serem presos deram uma de loucos, pois saíram à rua de calções de banho, pás às costas e cantando – Ora vamos tirar areia, – areia do fundo do mar...’”.³⁶⁴ Estas informações denotam que os núcleos integralistas estavam espalhados por boa parte do estado, e que sua repressão foi realizada de forma vacilante, ao sabor das pressões e determinações vindas do governo federal.

Nesses anos analisados, todas as principais ações político-administrativas da interventoria – conjugadas com a atuação dos “partidos” examinados e de outros que não foram aqui abordados, como a Associação Comercial ou a Irmandade da Santa Casa –, convergem para o atendimento dos interesses da classe dominante, especialmente da sua fração hegemônica vinculada ao comércio exportador. Aquelas ações tiveram como um dos seus resultados físicos a retomada das obras do cais comercial do porto de Vitória, concluídas ao final da década de 1930.³⁶⁵

Da maneira já enunciada por Gramsci, a interventoria durante esse período fez-se dirigente dos aliados, dominante para os adversários e liquidante em relação aos inimigos de classe. Dirigente dos aliados do PSD, como se pode perceber pela atuação na política estadual de um dos seus líderes, Fernando de Abreu, de que sobram exemplos, como conseguir empregos públicos para amigos, na sua obra *Crepúsculo*. Com os adversários do Partido da Lavoura ocorre uma dominação, como tentamos demonstrar ao tratarmos anteriormente dessa agremiação. Foi neutralizada, assim, a contestação à interventoria por parte de facção oligárquica, da qual a figura de Geraldo Viana é um bom exemplo. No que se refere aos inimigos de classe, identificados como sendo os comunistas, esses são liquidados, das mais diversas formas – suas lideranças são decapitadas (presas, perseguidas, desmoralizadas), seus quadros são desbaratados, seus simpatizantes são neutralizados, ou impedidos de se manifestar. A oposição das classes subalternas

³⁶³ PACHECO, 1998, p. 144-145.

³⁶⁴ Ibid. p. 148.

³⁶⁵ SIQUEIRA, Maria da Penha S. *O desenvolvimento do porto de Vitória*. Vitória: Codesa, 1984.

ao projeto político situacionista nesse período, mesmo sendo limitada, é enfrentada pela interventoria com repressão.

Temos consciência que a história dos partidos é a própria história do ente político ao qual se ligam, como nos assevera Gramsci:

Somente do quadro global de todo o conjunto social e estatal (e, freqüentemente, também com interferências internacionais) é que resultará a história de um determinado partido; por isso, pode-se dizer que escrever a história de um determinado partido significa nada mais do que escrever a história geral de um país a partir de um ponto de vista monográfico, pondo em destaque um seu aspecto característico. Um partido terá maior ou menor significado e peso precisamente na medida em que sua atividade particular tiver maior ou menor peso na determinação da história de um país.³⁶⁶

Desse rápido bosquejo fica a sensação de que deveríamos nos estender mais acerca das organizações partidárias vigentes nas conjunturas políticas estudadas em território capixaba, o que não pudemos realizar pelas limitações de tempo para promover a pesquisa empírica. Resta-nos examinar o que ocorreu na política capixaba no final do período ora enfocado.

³⁶⁶ GRAMSCI, 2000, v. 3, p. 87.

5 POLÍTICA REGIONAL E DEMOCRACIA LIMITADA (1934-1937)

De julho de 1934 a novembro de 1937, existiu na história brasileira um breve interregno democrático comprimido entre períodos de regimes discricionários – o Governo Provisório (1930-1934) e o Estado Novo (1937-1945). Este intervalo histórico de pouco mais de três anos pode ser referido como uma época em que o país experimentou o que se denomina aqui de democracia limitada. Esta expressão procura facilitar o entendimento de um sistema político no qual existiram regras mais próximas ou mais distantes de um modelo de democracia clássica e, ao mesmo tempo, foram promovidas ações para limitar estas regras, por meio de expedientes políticos diversos, destacando-se os estados de sítio e de guerra.³⁶⁷

Já vimos que a categoria gramsciana de “revolução passiva” é também denominada de “revolução-restauração”. Neste conjunto, o elemento “revolução” comandava anteriormente o processo político, fomentado pelo ideário tenentista de 1930 a 1934 aproximadamente. Agora predomina o tempo da “restauração”, com a recomposição das antigas oligarquias políticas e seu alinhamento ao governo central e às administrações estaduais. Esse processo já está bem estabelecido em nossa historiografia.³⁶⁸ Ele corrobora o uso da categoria de “revolução-restauração”, pois sua aplicação encontra plena correspondência com o complexo de fatos ocorridos no período. Convém ressaltar: antes tínhamos o tenentismo e suas propostas até certo ponto inovadoras (fase da “revolução”); agora existe o realinhamento político das oligarquias com o governo (fase da “restauração”). Ou seja, a “revolução-restauração” ocorre em dois momentos distintos, o que não significa incoerência metodológica com o que se afirmou antes – a expressão gramsciana procura representar nela mesma a inteira contradição dialética do processo.

Os movimentos de conjuntura política possuem a tendência de encobrir a realidade que interessa ao pesquisador desvendar. Por isso, nunca se deve perder de vista os “processos orgânicos”, mais amplos, duradouros e distintos, quando se analisa uma nova correlação de forças políticas, no sentido gramsciano da expressão, para se

³⁶⁷ CARONE, 1978.

³⁶⁸ FAUSTO, 1997.

entenderem as modificações que se processaram no seio do bloco que estava no poder no estado do Espírito Santo.

Como explicar uma sociedade na qual existe um sistema político que promove o consenso em relação a alguns setores sociais e, ao mesmo tempo, coerção no que diz respeito a outros? Para Gramsci, tanto os componentes do consenso como os da coerção coexistem no tempo e no espaço. Tais componentes se combinam na “supremacia” de uma classe que é dirigente sem deixar de ser “dominante”, isto é, “dotada de poder coercitivo”. Esta classe passa a exercer “seu poder sobre um espaço social mais amplo que o dos aparatos estatais formalmente reconhecidos como tais”.³⁶⁹ Quer dizer, o próprio “Estado ampliado” gramsciano.

5.1 Nova conjuntura política

Pelas *Disposições Transitórias* da Constituição Federal de 1934, as assembleias constituintes estaduais elegeriam indiretamente, e em primeiro lugar, os governadores dos seus estados e os dois senadores para, dentro de no máximo quatro meses, prepararem as respectivas constituições.³⁷⁰

Esse dispositivo não foi determinado por acaso, mas no intuito de os grupos majoritários nas constituintes estaduais elegerem os governadores e elaborarem

³⁶⁹ CAMPIONE, Daniel. Hegemonia e contra-hegemonia na América Latina. In: COUTINHO, Carlos Nelson; TEIXEIRA Andréa de Paula (Org. Apres.). *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 51-66. P. 52.

³⁷⁰ Constituição Federal de 1934:

Art 3º - Noventa dias depois de promulgada esta Constituição, realizar-se-ão as eleições dos membros da Câmara dos Deputados e das Assembleias Constituintes dos Estados. Uma vez inauguradas, estas últimas passarão a eleger os Governadores e os representantes dos Estados no Senado Federal, a empossar aqueles e a elaborar, no prazo máximo de quatro meses, as respectivas Constituições, transformando-se, a seguir, em Assembleias ordinárias, providenciando, desde logo, para que seja atendida a representação das profissões.

§ 4º - O Tribunal Superior de Justiça Eleitoral convocará os eleitores para as eleições de que trata este artigo, efetuando-se simultaneamente a da Câmara dos Deputados e a das Assembleias Constituintes dos Estados, e realizando-se todas pela forma prescrita na legislação em vigor com os suplementos que o mesmo Tribunal julgar necessários, observados os preceitos desta Constituição.

§ 5º - Diplomados os Deputados às Assembleias Constituintes estaduais, reunir-se-ão, dentro de trinta dias, sob a presidência do Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, por convocação deste, que promoverá a eleição da Mesa.

Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7%C3%A3o34.htm>. Acesso em 12/01/2005.

cartas magnas que estivessem de acordo com os partidos ou tendências políticas alinhadas com o agora presidente Vargas. Porque, em quase todos os estados, eram majoritários os partidos situacionistas, principalmente em relação ao governo central, pois havia casos em que um partido era oposição no âmbito estadual e apoiava a administração federal. Ou seja, as práticas democráticas do liberalismo político, retomadas de forma tímida e limitada com a reconstitucionalização do país a partir de 1934, ainda estavam condicionadas pelo período ditatorial de 1930 a 1934 – também conhecido por meio do eufemismo Governo Provisório. Outro componente que limitava as práticas democráticas nesse período era a centralização política, promovida por Getúlio Vargas no plano federal, e pelos interventores na esfera dos estados dentro de um mesmo sistema político.

O jogo, também nesse caso, era de soma zero. Quem fizesse a maioria na Constituinte estadual levava tudo – escolheria o governador que, então, exerceria o seu poder de influência na feitura da nova constituição que, por sua vez, viabilizaria o novo governo do estado. E a maioria ainda escolheria os dois senadores federais. Após a Revolução Constitucionalista de 1932, o Governo Provisório implementa o processo de redemocratização do país. No entanto, isso é feito por Vargas muito a contragosto, de forma restrita, e num ritmo lento – em 1933-1934 ocorreu a escolha dos deputados constituintes, do presidente da República e dos novos deputados federais; em 1934-1935 são eleitos os constituintes estaduais e os governadores, e em 1935-36 os prefeitos e vereadores, para mencionar um processo já assinalado antes. E isto tudo debaixo de seguidos estados de sítio e de guerra, arrancados do Congresso Nacional por pressões políticas, culminando com o golpe do Estado Novo em novembro de 1937, como é sabido.

Devem ser examinados de maneira mais demorada os processos de definição das correntes que atuaram na Constituinte estadual e, especialmente, da dissidência ocorrida na política capixaba em 1935 quando da escolha do futuro governador do estado. O referido exame nos possibilita conhecer, em grande amplitude, os procedimentos políticos vigentes no período histórico focalizado, entre os quais se destaca a centralização exercida pela interventoria federal no estado. O caso político do Espírito Santo é, nesse particular, emblemático.

Como é evidente, o situacionismo no estado capixaba tinha no interventor federal o seu comandante, secundado nessa fase de disputas democráticas pelo Partido Social Democrático (PSD). Já o Partido da Lavoura (PL) congregou os líderes que se opunham à interventoria federal no estado, e que geralmente possuíam alguma identificação com o regime político vigente na República Velha, conforme antes tratado. Essas eram as duas grandes forças estaduais, à margem das quais situavam-se outras agremiações menores, vinculadas aos extremismos políticos, seja da direita (com a Ação Integralista Brasileira, atuante no estado a partir de 1933), seja da esquerda (por meio do Partido Proletário, “uma fachada para o proibido Partido Comunista”).³⁷¹

No entanto, os integrantes do PSD ou do PL – partidos que realmente contavam em termos eleitorais – não punham em cheque a existência do sistema em si mesmo. Os membros desses partidos estavam preocupados em manter ou conquistar o poder e não em transformá-lo de maneira radical. Permanecer governo, ou tornar-se governo continuava como a meta definidora da conduta política.

Uma terceira linha – que lutava pela derrubada do governo e sua substituição por um outro regime político – era seguida, na época, pelas agremiações que almejavam para o país um futuro socialista ou comunista; integralista ou fascista, bem diferente do sistema político que estava em vigor então. Esta circunstância, associada a muitas outras cuja abordagem não cabe neste trabalho, explica o fato de esses partidos serem centralizados e buscarem expressão política no nível nacional sob uma mesma legenda. Por serem consideradas extremistas aos olhos dos governos de então, suas ações tinham que ser contidas a qualquer custo, de acordo com os políticos que detinham o poder.

Já os partidos que apoiavam o governo central eram mais flexíveis do ponto de vista organizacional. Existiam os diversos PSD estaduais, criados para serem estritamente alinhados com a política varguista, mas as outras agremiações políticas existentes nos estados, frutos de dissidências locais, não contestavam o poder federal nem queriam a mudança radical do regime político. E então, tais partidos podiam se apresentar, no nível estadual, em diversas formas e denominações, já que sua expressão nacional estava dada pelo próprio regime vigente.

³⁷¹ PACHECO, 1998, p. 143.

Assim, o governo federal procura atrair para sua órbita de influência as principais lideranças políticas não comprometidas com os extremismos, seja à esquerda ou à direita, não lhe interessando que partido integrassem. Porque, invariavelmente, elas pertenciam a um partido comprometido com as chamadas “classes conservadoras”, termo de amplo uso na época para definir as classes sociais dominantes, como já dito, e de cujo apoio o governo não podia prescindir.

Em certa medida, os novos partidos políticos eram “gelatinosos”, por refletirem a realidade, também “gelatinosa”, dos grupos sociais que representavam. E, do mesmo modo, por continuarem a prática da República Velha, na qual os vínculos políticos se confundiam com os vínculos pessoais – o compadrio e o coronelismo ainda marcavam fortemente as agremiações partidárias vinculadas às “classes conservadoras”. Mesmo que tais vínculos políticos fossem criados em torno dos ideais “revolucionários”, sempre havia sua correspondência nos vínculos pessoais.

Como já ressaltado antes, no decorrer de boa parte da República Velha no Espírito Santo, os caciques políticos mandavam de forma tão estrita que algumas dissidências políticas sérias se deram dentro do Partido Republicano Espírito-santense, sem que os dissidentes se dessem sequer ao trabalho de fundar uma outra agremiação política. O exemplo mais eloqüente refere-se à importante briga política entre os irmãos Jerônimo e Bernardino Monteiro, que continuaram integrando o Partido Republicano Espírito-santense. Ou seja, nesse período os partidos eram tidos como um aspecto secundário no jogo político, sendo os vínculos pessoais e coronelísticos os mais valorizados e considerados na política. Essa realidade e os anos da ditadura getulista – quando a representação político-partidária foi impedida –, contribuíram em muito para que os novos partidos no Espírito Santo já nascessem fracos.

5.2 Pegando pela palavra, ou “Olha, Astolfo, você tem que votar no Bley”

Na convenção do PSD para definir a chapa que concorreria às eleições estaduais de 1934, Bley considera em suas *Memórias* que deixou os convencionais à vontade quanto à definição de um nome que não o seu para o cargo de governador. Mas os convencionais escolheram o interventor, por unanimidade, como o seu candidato ao governo. Punaro Bley depois observa que “ainda pouco afeito a tricas políticas, acreditei na sinceridade de propósitos de muitos que me aclamavam, quando, na verdade, apenas acompanharam a maioria, como mais tarde foi dado verificar, porque precisavam do meu prestígio para se elegerem”.³⁷² Aqui devem ser feitas duas considerações: em primeiro lugar, quem se atreveria a “amarrar o guizo no pescoço do gato”? Ou seja, quem iria contra a vontade do todo-poderoso interventor? Décadas depois do fato acontecido, Bley escreve que “bastaria que um dos convencionais pegasse na minha palavra e a situação seria outra”, quer dizer, ele não sairia candidato à governadoria. O que nos parece uma observação fácil de ser feita, subjetiva e, ao mesmo tempo, reveladora daquela conjuntura política. Existia então uma situação objetiva – o interventor era o chefe político do estado, e esse seu poder provinha, especialmente, dos vínculos que cultivara na administração federal e junto aos líderes políticos municipais, sobre os quais tinha quase que completa ascendência. Em segundo lugar, e mais importante, os convencionais dos PSD faziam parte de um sistema político cujo vértice era constituído pela posição da interventoria e, como lógico, queriam continuar se beneficiando de tal sistema, agora em termos eleitorais. De mais a mais, Bley não estava mais “pouco afeito a tricas políticas” após quatro anos no poder estadual em meio a muitos vendavais políticos – que, por sinal, tinha enfrentado com sucesso. A não ser que as “tricas” a que ele se referiu fossem aquelas inerentes ao sistema democrático. O interventor já não era mais um corpo estranho à política estadual, mas, ao contrário, tinha se credenciado como uma importante liderança em face de muitos setores políticos do estado, especialmente nas suas regiões interioranas, onde então se concentravam os maiores contingentes eleitorais. Assim, somente

³⁷² Cf. ANEXO B.

Punaro Bley conjugava esta posição especial – ser poderoso pelo apoio político que possuía fora do estado e junto aos políticos espírito-santenses.

Esses políticos pessedistas – fossem os antigos que se reciclavam ou os novos que despontavam na política estadual – não poderiam prescindir do apoio do interventor para conquistar mandatos eletivos. Ainda mais numa época que em o voto secreto e universal ensaiava os primeiros passos, frente ao sistema de “voto de cabresto” que imperou durante toda a Primeira República. O interventor tinha feito política de forma permanente durante todos os anos do regime discricionário – com a Igreja, a administração federal, as “classes conservadoras”, etc.; na escolha de interventores municipais, na fundação do PSD, no prestígio ou desprestígio a determinadas lideranças, e em outras ações. Agora não poderia furtar-se ao exercício de uma liderança que cultivara, sobretudo no momento em que seu partido mais necessitava do concurso da administração estadual para obter êxito nas eleições. A menos que o interventor Bley abdicasse totalmente de seu projeto político em favor de algum outro líder, mas não era isso que indicava o seu comportamento no poder.³⁷³ Ademais, se seu mentor político, Getúlio Vargas, volta a praticar a política partidária, era natural que ele procurasse seguir os seus passos e, no estado do Espírito Santo, organizar uma base de apoio aos ideais varguistas.

Passados muitos anos desses acontecimentos é que, talvez, João Punaro Bley possa ser “pego pela palavra”, mesmo que em sentido figurado; não por aquelas palavras que pronunciou na convenção do PSD em 1934, mas pelas que escreveu em suas *Memórias* – justamente elas serviram de pista para que fosse feita a análise anterior.

A convenção do PSD, depois de definido o nome do capitão Bley como candidato à governadoria, escolheu Fernando de Abreu e Carlos Lindenberg para as duas vagas de senador e compôs chapa completa para deputados federais e constituintes estaduais. Os desdobramentos do processo político impedirão que essas duas lideranças pessedistas sejam escolhidas para o Senado Federal, como se verá mais adiante.

³⁷³ Cf. ANEXO B.

Uma evidência logo se impõe à simples observação do pesquisador – o peso político dos municípios situados no centro e no sul do estado nesta década de 1930. Os nomes dos políticos mencionados, as campanhas por votos – onde se utilizava de forma mais intensa uma novidade, os automóveis em caravanas eleitorais –, quase tudo apontava para os caminhos do centro e do sul espírito-santense nessa época. É que os quatro municípios do norte do estado eram escassamente povoados, como vimos, e, conseqüentemente, o seu eleitorado tinha menor peso em relação ao conjunto do Espírito Santo.

Nas eleições ocorridas em outubro de 1934, o PSD fez três dos quatro deputados federais³⁷⁴ e 16 dos 25 deputados à Assembléia Constituinte. Assim, o partido situacionista estava em posição confortável para escolher o futuro governador do estado, os dois senadores e determinar os rumos da Constituinte estadual.

Mas, como sabemos, a contra-hegemonia sempre está presente no mundo da política. Ainda em 1934, foi organizada pelo Partido da Lavoura (PL) e pelo Partido Proletário (PP) uma frente política, denominada de Oposições Coligadas do Espírito Santo, com o objetivo de confrontar o grande poder do Partido Social Democrata (PSD), especialmente no âmbito da futura Constituinte. Essa frente unia os oito deputados do Partido da Lavoura com o único eleito pelo Partido Proletário e tinha por objetivo imediato viabilizar uma candidatura ao governo do estado que pudesse se contrapor à do partido majoritário. Esses partidos minoritários almejavam também definir a seu favor as principais diretrizes que norteariam os trabalhos no âmbito da Constituinte.³⁷⁵

Ocorre, em janeiro de 1935, uma dissidência política dentro do PSD, liderada pelo deputado federal eleito Asdrúbal Soares que, então, teve lançada sua candidatura ao cargo de governador do estado pelas Oposições Coligadas. Asdrúbal Soares tinha iniciado sua carreira política como prefeito municipal de Vitória indicado pela Junta Governativa em outubro de 1930 e confirmado pelo interventor Bley no mês seguinte, como já visto, tendo permanecido no cargo até março de 1933. Em maio do mesmo ano foi eleito primeiro suplente à Assembléia Constituinte Nacional pelo

³⁷⁴ Os deputados federais eleitos foram Asdrúbal Martins Soares, Francisco Gonçalves e Jair Tovar pelo PSD e Ubaldino Ramalheira Maia pelo PL. Cf. ABREU (Org.), 2001; ANEXO B.

³⁷⁵ Cf. ABREU (Org.), 2001.

PSD e, em seguida, ocupou a Secretaria de Agricultura, Viação e Obras Públicas. Em outubro de 1934 elegeu-se, sempre pelo PSD, deputado federal.³⁷⁶ Antes de abrir a dissidência, Asdrúbal Soares teria solicitado ao interventor Bley que desistisse da candidatura em seu favor, mas este recusou, alegando já ter assumido compromissos com o partido.³⁷⁷

Asdrúbal Soares conseguiu que o acompanhassem na dissidência seis deputados estaduais pessedistas, entre eles Sólon de Castro, Jair Freitas, Augusto Lins, e José Aires.³⁷⁸ Assim, o grupo original de constituintes estaduais do PSD fica em minoria, reduzido a dez integrantes, e as Oposições Coligadas passam a abrigar quinze deputados e ter a maioria de votos na futura Constituinte.

Qual o sentido dessa dissidência política ocorrida em 1935? Os ecos da séria cisão havida no monteirismo quinze anos antes, que colocou em campos políticos opostos os irmãos Jerônimo e Bernardino Monteiro, podem ser percebidos aqui e ali. Sempre aparecem os nomes de Jerônimo Monteiro Filho, de Nelson Goulart Monteiro (filho de Bernardino) para nos lembrar que acontecera um sério rompimento no seio da oligarquia espírito-santense, e que, agora, a cena política era protagonizada pelos herdeiros das principais lideranças da República Velha no estado. E, à primeira constatação, até se identificam traços comuns entre esses dois momentos críticos (1920 e 1935) da história política capixaba, pois, afinal, ambos os episódios caracterizam-se por rupturas promovidas por algumas das pessoas que, nas suas respectivas épocas, mais se destacavam na cena política estadual. No decorrer desses três lustros, sempre aparecia um interessado, quando fosse de sua conveniência política, para soprar nas brasas adormecidas da contenda dos Monteiro.

No entanto, em meados da década de 1930, a conjuntura política espírito-santense apontava para a seguinte realidade: se os ódios intra-oligárquicos eram antigos, estavam em plena efervescência novas paixões políticas. A articulação política predominante em 1920 era diferente da existente em 1935 – quando ocorre uma

³⁷⁶ ABREU (Org.), 2001, p. 5511.

³⁷⁷ Cf. *REVISTA DO IJSN*, ano IV, nº 2, abr./jun. 1985, p. 48-54. p. 54. Esta é a transcrição de parte da entrevista concedida por Punaro Bley poucas semanas antes de falecer.

³⁷⁸ ABREU (Org.), 2001, p. 4399; ANEXO B. Punaro Bley menciona a briga em que Fernando de Abreu desferiu coronhadas de revólver em Augusto Lins e sua grande repercussão na imprensa carioca da época.

centralização de poder no governo federal que não pode ser ignorada. Prova disso é que todos os principais protagonistas desse episódio vão se reportar ao presidente da República. E, diferença maior com o passado, as facções que se chocam em meados dos anos trinta não são compostas somente de políticos diretamente ligados aos interesses das oligarquias locais, já que uma delas – a pessedista – vincula-se de modo estreito à orientação política patrocinada pelo governo federal, um poder mais alto que domina o horizonte político brasileiro.

Em todo o processo de definição do candidato ao governo do estado em 1935 – fosse ele ligado ou não ao situacionismo estadual –, Getúlio Vargas foi considerado como a referência principal; e mais, como o árbitro decisivo para solucionar a contenda política. O presidente encaminha pessoalmente a questão como, de resto, o fez em relação a outros estados, conforme se constata pelas anotações em seu *Diário*. Assim, vamos nos guiar por registros contemporâneos aos acontecimentos históricos, feitos por quem ajudou a conduzir esse processo de definição política a partir de uma posição privilegiada e, em muitas passagens, teve sobre ele influência decisiva.

Convém ressaltar que no *Diário* de Vargas, mantido de 1930 a 1942, as referências mais numerosas ao estado do Espírito Santo são aquelas relacionadas à escolha, em 1935, de um candidato a governador que estivesse vinculado ao governo federal. À primeira vista, isso demonstra a importância do episódio no universo de articulações políticas patrocinadas pelo chefe do Poder Executivo federal no período. Mas, principalmente, nos esclarece sobre o procedimento da elite política capixaba da época que, para solução de divergências profundas, recorre ao poder central, num verdadeiro beija-mão republicano. Isso não é novidade, por um lado, já que na Primeira República as oligarquias espírito-santenses, quando não conseguiam resolver suas divergências locais, apelavam para a arbitragem federal, que sempre optava pela facção que estivesse mais de acordo com suas conveniências políticas. Por outro lado, existe um componente novo no sistema político – agora todos os concorrentes vão se reportar direta e previamente ao chefe do poder executivo federal, buscando serem sacramentados, querendo o seu beneplácito – o que poderia significar a diferença entre a vitória e a derrota.

Em janeiro de 1935, segundo registro de Punaro Bley, o então tenente-coronel Gustavo Cordeiro de Farias – que tinha sido seu instrutor na Escola Militar – enviou-lhe um telegrama, quando a defecção no PSD limitava-se a um deputado apenas. Cordeiro de Farias propunha que a governadoria do Estado fosse destinada ao grupo de Jerônimo Filho, em troca da candidatura do interventor ao Senado, sendo a proposta submetida à Comissão Executiva pessedista, que a rejeitou.³⁷⁹ Por que Bley registrou essa circunstância em suas *Memórias*? Certamente, ele queria mostrar que o PSD cerrara fileiras em torno do seu nome, e deputados que o atraíam logo depois, ainda o apoiavam. Mas, nas entrelinhas, ele procurou passar a idéia de que forças atuantes fora do estado – fossem elas vinculadas às antigas oligarquias, fossem dissidentes do PSD – estariam interessadas em desafiar a hegemonia do seu grupo político. Com seu registro, Bley possivelmente tinha por objetivo indicar a fonte de onde partira a solução para enfrentar o panorama político adverso, solução na qual trabalhou nos próximos meses – fazer tudo, até mesmo se aliar a antigos adversários, para evitar que os dissidentes do PSD, junto com outros elementos do PL e do PP, chegassem ao poder. Mas, antes, era preciso consultar Getúlio Vargas.

Data de 9 de fevereiro de 1935, um sábado, a primeira das entradas no *Diário* de Vargas sobre esse episódio. O presidente concedeu audiência a políticos capixabas no palácio Rio Negro em Petrópolis, onde veraneava:

À tardinha, veio o ministro da Justiça [...]. Depois, recebi uma delegação política do Espírito Santo, que me veio falar sobre a possibilidade de um entendimento do partido que apóia o interventor com a facção do deputado Jerônimo Monteiro, para a escolha do futuro governador. Concordei com a sugestão, aconselhando que procurassem o presidente Antônio Carlos, a quem eu encarregara das necessárias *démarches*.³⁸⁰

Deve-se notar, de passagem, que o então presidente da Câmara dos Deputados, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, foi encarregado das providências sobre a sucessão política no estado do Espírito Santo. Teria também essa incumbência em relação a alguns outros estados com problemas políticos semelhantes.³⁸¹ Tudo indica que Vargas encarregou Antônio Carlos – seu aliado na campanha da Aliança

³⁷⁹ Cf. ANEXO B.

³⁸⁰ VARGAS, 1995, p. 359.

³⁸¹ GOMES, (Coord.), 1980.

Liberal, na luta que resultou no Movimento de Outubro, na Assembléia Constituinte e agora na presidência da Câmara dos Deputados – de tomar tais providências em relação ao Espírito Santo, devido a antigas ligações do calejado político mineiro com a oligarquia espírito-santense durante os anos da República Velha. As relações políticas de Antônio Carlos com a oligarquia espírito-santense devem ter sido com a facção jeronimista do monteirismo, já que se tratava naquele momento dos remanescentes dessa corrente, embora o Partido da Lavoura abrigasse também políticos egressos da facção bernardinista, como Nelson Monteiro.

Importa considerar que Vargas já devia estar informado da questão política no Espírito Santo, pois não somente concordou com a sugestão trazida pelo grupo de políticos capixabas, como até mesmo já encarregara o presidente Antônio Carlos “das necessárias *démarches*”. Quem sabe tal sugestão não teria partido de algum círculo político próximo a Vargas, e ele agora não estaria recebendo o retorno de uma sondagem política que fora iniciada com sua aquiescência?

Que políticos capixabas seriam esses que visitaram o presidente Vargas no início de fevereiro de 1935? São os governistas do PSD, querendo assegurar o controle político da futura Constituinte para seu grupo político, face à sublevação de deputados estaduais ligados à dissidência patrocinada por Asdrúbal Soares, como vimos. Assim, já começava a se delinear uma solução para o impasse político, solução que, devidamente adaptada, será a vitoriosa em abril seguinte.

Pode ter sido nessa ocasião que Carlos Lindenberg – que nesse episódio teve oportunidade de se entrevistar com o presidente Vargas algumas vezes –, dele ouviu as ponderações que guardou e reproduziu em depoimento tempos depois: “– Conversem com o deputado Geraldo Viana, que é muito meu amigo. Conversem com o Jerônimo Monteiro Filho, que também é um rapaz acessível. Talvez vocês possam recompor a situação”. Para depois acrescentar: “– Os senhores devem ter uma norma de conduta. Não tenham nomes fixos, qualquer nome serve para governar o estado. Naturalmente uma pessoa capaz e então depois disto poderemos estabelecer um candidato. O essencial é que o partido seja vitorioso”.³⁸² Temos aí um significativo exemplo da forma de encaminhar questões políticas

³⁸² GURGEL, 2000, p. 106.

adotada por Getúlio Vargas – não interessavam as diferenças personalistas e brigas paroquiais, desde que o nome escolhido fosse aceito pelo partido que apoiava Vargas e, por sua vez, esse partido saísse vitorioso do pleito. Isso é corroborado por um detalhe que não pode passar despercebido: ao falar em Geraldo Viana, o presidente, que não devia ignorar ser ele adversário político de Bley no estado, sinaliza para o mais importante – o acordo no estado deveria ser feito com não importa que político, em nome da vitória do centralismo getulista. Querelas locais não poderiam colocar em xeque a hegemonia construída no nível federal.

Pelo que foi antes apresentado, observa-se que, em fevereiro de 1935, a busca pela maioria na Constituinte está sendo objeto de muita discussão, e revelando-se custosa e problemática para os deputados que permaneceram no PSD espírito-santense. Eles teriam que ceder muito para que os jeronimistas do PL celebrassem com eles uma composição, pois seria ainda mais improvável um acordo com outros membros das Oposições Coligadas. Como o entendimento do PSD com essa facção do PL encontrasse muitas resistências, o interventor, conforme admite em suas *Memórias*, lançou mão de um expediente que recorria à antiga briga política entre as facções do monteirismo, com o objetivo de obter êxito numa manobra política precisa – dividir o Partido da Lavoura. O gesto político consistiu em enviar à viúva de Jerônimo Monteiro cópia de um violento discurso contra este político proferido no Senado Federal por Muniz Freire no recuado ano de 1912, cópia assinada por Josias Soares, pai de Asdrúbal, agora aliado de Jerônimo Filho nas Oposições Coligadas. O portador do discurso, Oswald Cruz Guimarães, foi incumbido de perguntar à viúva de Jerônimo Monteiro “se seu filho poderia apoiar a candidatura do filho do mais acérrimo inimigo do seu marido”, ou seja, se seria admissível que os filhos desses dois adversários políticos de outrora (Jerônimo Monteiro e Josias Soares) pudessem conviver na mesma frente política. O efeito desse gesto foi devastador na aliança oposicionista, de acordo com Bley, que teve sucesso no seu intento – abrir negociações para obter o apoio da facção jeronimista do Partido da Lavoura ao projeto político do grupo que comandava.³⁸³

Apesar de iniciadas, as negociações com a facção jeronimista do PL se arrastavam. O ideal para o PSD seria contar com o apoio de treze deputados pelo menos, para

³⁸³ Cf. ANEXO B.

ter a maioria na Constituinte sem repartir seu poder de mando numa aliança com essa facção do Partido da Lavoura, adversária política de véspera. O grupo político pessedista consegue reverter as deserções de dois antigos companheiros. Como será que conseguiram tal feito? As referências a este fato são sempre imprecisas.³⁸⁴ De qualquer sorte, os líderes do PSD partem, então, para conquistar o apoio do 13º deputado, que significaria a maioria tão almejada.

Para o PSD devia ser atraente a idéia de conseguir a adesão do deputado Gilbert Gabeira do Partido Proletário (PP), único representante da sua agremiação na Assembléia Constituinte que se instalaria proximamente. Seria menos desgastante para o partido situacionista atrair para sua esfera de influência o parlamentar pertencente a um partido como o PP do que fazer uma intrincada composição política com uma facção do Partido da Lavoura, bem estruturada e que exigiria, como exigiu, a cessão de muitos cargos e benesses em troca do seu apoio. Ademais, Gilbert Gabeira era funcionário da Companhia Central Brasileira de Força Elétrica – CCBFE, uma concessionária estrangeira existente no estado, e já tinha sido deputado classista na Constituinte Nacional, tendo assinado a Constituição Federal de 1934.³⁸⁵ O seu apoio poderia ser trabalhado pelos pessedistas. Como as limitações deste trabalho não permitiram descobrir, é o caso de investigar se Gabeira não foi indicado deputado classista àquela Constituinte com o auxílio da “máquina” governamental do estado, articulada com a do Ministério do Trabalho, para apoiar os interesses da bancada varguista, como antes sugerido.

Conseguir a adesão do deputado Gabeira, eleito por um partido de esquerda, traria a vantagem adicional de neutralizar sua ação político-parlamentar e a de seus simpatizantes, em benefício do situacionismo. Como tal adesão não se efetivasse, lideranças do PSD resolvem comprá-la. Estas lideranças, ao adotar o procedimento de comprar o apoio de um partido contrário, e ainda mais da esquerda identificada com o comunismo, então muito difamado, visavam alcançar dois propósitos políticos: conquistar a maioria na Assembléia Constituinte e, ao mesmo tempo, promover a “liquidação” dessa tendência oposicionista, utilizando um mecanismo desmoralizador. Não esqueçamos que o ano é o de 1935, quando o governo federal

³⁸⁴ Cf. ANEXO B; GURGEL, 2000.

³⁸⁵ ABREU, (Coord.), 2001; Cf. Constituição de 1934. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao34.htm>. Acesso em: 22/02/2005.

comanda uma feroz repressão à Aliança Nacional Libertadora, uma frente de esquerda formada e extinta nesse mesmo ano.

Como referido por Bley em suas *Memórias*, o deputado Gabeira, “de início, filiou-se à oposição, mas, precisando de dinheiro, por intermédio de Carlos Marciano de Medeiros, ofereceu-se passar para o nosso lado, por 50 contos, pagos com repugnância”.³⁸⁶ Para a época, era uma boa quantia; quem a teria bancado?

Agora em número de treze e, portanto, com a maioria na Constituinte a ser instalada dentro de pouco tempo, os deputados situacionistas vão, em março de 1935, ao Rio de Janeiro, em trem especial, liderados pelo interventor e acompanhados de outros líderes políticos pessedistas – como Fernando de Abreu e Carlos Lindenberg –, para uma visita ao presidente da República, que continuava o seu veraneio em Petrópolis. Eles visitariam o principal mandatário do país para reafirmar seu compromisso com a tendência política varguista. Ou, segundo o jornalista Sezefredo Garcia de Rezende, para o interventor demonstrar ao presidente da República o prestígio político de que desfrutava no Espírito Santo.³⁸⁷

Nessa viagem sobrevém um incidente político de grande repercussão à época. Na chegada ao Rio, o deputado Gabeira é conduzido da estação da Leopoldina diretamente “à residência do seu amigo Attilio Vivacqua, à rua Jardim Botânico, a fim de assinar o documento de adesão aos oposicionistas e ali permanecer internado até as eleições, dentro de poucos dias”. Garcia de Rezende fala que Gabeira “foi raptado pela oposição, [que estava] ciente do fato de haver vendido ao governo o seu voto”, enquanto Bley garante que o deputado “ficou conosco até que por 100 contos passou-se para o Partido da Lavoura. Nesta ocasião para tapear sua vergonhosa atitude simulou até um seqüestro pelos seus adversários”.³⁸⁸

Bley refere-se a esse incidente político sempre de forma indireta, naturalmente por lhe ter sido adverso. Nas suas reminiscências, ele “pula” essa parte e não explica o fato de seu grupo estar novamente minoritário – quando as deserções são freqüentes, a culpa não é do comandante? Suas palavras denotam um controle

³⁸⁶ BLEY, *Memórias*, p. 89v; Cf. ANEXO B.

³⁸⁷ Cf. REZENDE, Sezefredo Garcia de. *Memórias (1897-1978)*. Vitória: [s.n.], 1981.

³⁸⁸ Cf. REZENDE, 1981, p. 70-71; BLEY, *Memórias*, p. 89v; ANEXO B.

férreo sobre o PSD, mesmo que mantido com ameaças acerca do “inimigo” político – o grupo de Asdrúbal Soares “sedento de vinganças”.³⁸⁹

O depoimento de Sezefredo Garcia de Rezende sobre como provocou a exploração deste episódio pelos periódicos *O Globo* e *A Noite* – mesmo se encarado com reservas, devido à posição antigetulista do seu autor, também amigo de diversos oposicionistas no estado – revela o acirramento da disputa em torno da governadoria.³⁹⁰

A compra e recompra de voto do deputado Gabeira marcou de tal forma o imaginário político capixaba que foi criado o verbo “gabeirar”, mudar de lado político repentinamente e a troco de vantagem pecuniária.³⁹¹ As informações sobre a existência do episódio em questão procedem de fontes independentes – por não compartilharem o mesmo lado na política da época –, e constam de dois depoimentos de pessoas que viveram no período em que os fatos ocorreram.³⁹² Existe uma outra versão para esses fatos, feita por Carlos Lindenberg, em que Gabeira já teria traído o PSD uma vez, e volta a fazê-lo, saindo para comprar cigarro e não mais retornando à pensão onde estava hospedado com Fernando de Abreu.³⁹³

Esses testemunhos representam indicações diretas e indiretas de mudanças de posicionamento político de deputados constituintes nessa época. Não foi somente Gabeira que mudou de lado político. Por que somente o seu caso ficou público e notório, a ponto dele criar uma gíria local? Por estar abrigado numa legenda que todos sabiam ser de fachada para o proibido PCB? Por ter se vendido de forma desavergonhada? Por ter desafiado, com seu comportamento, os ditames dessa elite política que desejava a todo custo dominar a situação política estadual?

De acordo com o enfoque teórico que adotamos para analisar este período da história espírito-santense, e buscando uma visão mais ampla do que a de

³⁸⁹ Cf. ANEXO B.

³⁹⁰ Cf. REZENDE, 1981, p. 71.

³⁹¹ No Rio, o deputado Gilbert Gabeira “apoiou a oposição, conforme notícias em *O Globo* e *A Notícia* (sic, *A Noite*). Na volta votou no Bley, criando-se o verbo ‘gabeirar’, mudar de lado à última hora” (PACHECO, 1998, p. 39). Punaro Bley em suas *Memórias* afirma ser “Gilbert Gabeira, nome de triste memória pelas vezes que se vendeu, criando até na gíria popular o verbo ‘gabeirar’, ou seja, mudar de partido” (Cf. ANEXO B).

³⁹² Cf. ANEXO B; REZENDE, 1981, p. 70-71.

³⁹³ GURGEL, 2000.

simplesmente relatar um episódio de corrupção política, somente podemos compreender as transações PSD-Gabeira se as colocarmos no contexto político de quem possuía o maior poder político e seria o seu maior beneficiário – o governo. Assim, corromper a oposição e, por conseguinte, desmoralizá-la, não deixava de ser uma forma de promover seu aniquilamento, como já assinalado antes.

A partir da assinatura do deputado Gabeira aderindo à oposição, o que se tem de concreto, em termos da sucessão política e do encaminhamento da Constituinte, é um acordo público das Oposições Coligadas em torno da candidatura de Asdrúbal Soares, somando os votos da maioria dos constituintes. Tal acordo público, que segundo Atílio Vivacqua, citado por Sezefredo Garcia de Rezende, representaria “o fim da ditadura no Espírito Santo”, atingiu em cheio a autoridade do ainda interventor Bley e, por tabela, a de Getúlio Vargas.³⁹⁴

É de todo provável que Vargas, que já vinha administrando o caso, tenha nele se empenhado mais a fundo devido à repercussão nacional que assumiu, após as reportagens de *O Globo* e *A Noite*. Eleito recentemente para a mais alta magistratura da nação, o presidente manobra para que uma pessoa de sua confiança ocupe o posto de governador. Sua postura era conciliadora, desde que o nome que saísse do consenso lhe fosse favorável.

Vargas recebe, em dias sucessivos, os três postulantes ao cargo de governador do estado do Espírito Santo. Mesmo desfalcados, os políticos situacionistas prosseguem sua viagem para visitar o presidente da República no palácio Rio Negro em Petrópolis. No dia 21 de março de 1935 há a seguinte entrada no *Diário* varguista: “Recebi o interventor do Espírito Santo com os deputados que o apóiam, já menos da metade. Procurei infundir-lhes confiança antes que desertem outros para o lado oposto, a fim de poder encaminhar uma solução conciliatória”.³⁹⁵ Para o hábil político não interessava fixar-se em nomes, mas encaminhar um desfecho que contentasse às principais correntes, de sorte que o vencedor sempre lhe estaria devendo favores políticos.

³⁹⁴ REZENDE, 1981, p. 71.

³⁹⁵ VARGAS, 1995, p. 370.

Vendo-se novamente em minoria, após a rasteira política passada pela oposição, Bley e seu grupo optam pela solução apresentada anteriormente por Cordeiro de Farias, a que Getúlio dá o seu imprescindível aval. Em 22 de março de 1935, dia seguinte ao que recebeu Bley e sua desfalcada delegação de deputados, Vargas encaminha o acordo com o outro candidato à governadoria:

Despachei antes com o ministro da Viação, e recebi também o deputado estadual Jerônimo Monteiro Filho. De acordo com o que combinara com o capitão Bley, encaminhei a candidatura deste como tércio. Ficou já combinado o seu nome e assegurada a vitória, mesmo que o outro candidato se oponha. Amanhã devo receber o contendor do capitão Bley, dr. Asdrúbal Soares.³⁹⁶

As rápidas anotações do presidente podem parecer dúbias, numa leitura ligeira, e darem margem a uma dupla interpretação – o tércio seria Bley ou Jerônimo Filho? Mas as circunstâncias políticas do momento mostram claramente que o terceiro nome era o de Jerônimo, pois o primeiro candidato que se apresentou para disputar a governadoria foi Punaro Bley, ao qual se opôs Asdrúbal Soares. Esboçava-se – como uma fórmula possível para solucionar a dissensão entre os outrora aliados no PSD, Bley e Soares – a escolha de Jerônimo Monteiro Filho, mesmo que ele não fosse dos quadros do partido situacionista. A questão partidária seria acomodada no seu devido tempo – os partidos nesse período da vida política brasileira, como em muitos outros, mostravam-se bastante permeáveis ao vaivém dos políticos.

E no mesmo dia 22 de março Vargas busca encaminhar um acordo político ao se entrevistar com o outro concorrente, pois no dia 23 registra o seguinte em seu *Diário*:

Ontem recebi o sr. Asdrúbal Soares, contendor do capitão Bley no governo do Espírito Santo. Explicou-me longamente os motivos de sua divergência com aquele interventor e como surgira sua candidatura. Ponderei-lhe sobre a conveniência de uma desistência recíproca e a escolha de um terceiro nome. Ponderou-me sobre as dificuldades que encontraria, mas prometeu ouvir seus companheiros e responder-me. Soube depois que os acontecimentos se haviam precipitado e que os remanescentes da candidatura Bley haviam publicado um manifesto lançando o nome do dr. Jerônimo Monteiro. Ponderei ao capitão Bley que houvera precipitação, e que a candidatura Jerônimo Monteiro, em vez de conciliação, se transformara em candidatura de combate, lançada por uma minoria contra a maioria. Mas que estava feito e não poderiam mais recuar. Que fossem trabalhar.³⁹⁷

³⁹⁶ VARGAS, 1995, p. 371.

³⁹⁷ Ibid.

Obediente à orientação de Getúlio, Punaro Bley se apressa a renunciar à sua candidatura e seu grupo lança de imediato um manifesto de apoio ao candidato oriundo do Partido da Lavoura. Tanta pressa pode ser creditada, também, à necessidade de superar o fiasco e a vergonha pública que o grupo ligado ao interventor sofrera com a adesão do deputado Gabeira aos oposicionistas, comentada em manchetes jornalísticas na Capital da República.

A situação agora já se apresentava de outra maneira. Como Getúlio logo percebe, a candidatura que visava ser de conciliação transforma-se em candidatura de enfrentamento, já que não houvera renúncia por parte de Asdrúbal Soares. A disputa política passa a ter na sua linha de frente Asdrúbal Soares e Jerônimo Filho como contendores. Será que o manifesto do grupo político pessedista foi mesmo precipitado? Ou ele tinha por objetivo embaralhar de novo as cartas para que, mais à frente, o interventor ou outro nome do seu grupo pudesse se apresentar como uma terceira opção? Em termos do jargão militar: promover uma ação diversiva no intuito de conquistar melhor posição tática. Dificilmente saberemos a intenção real dessa manobra, ou se ela foi feita com o patrocínio do seu futuro beneficiário. O certo é que Bley queria impedir, a qualquer custo, que o outrora amigo e correligionário assumisse o poder no estado. Ele até já enxergara que Getúlio não o apoiaria de forma incondicional, ou até o fim, pois registra nas suas *Memórias* que, após a reunião em Petrópolis, Getúlio o chama à parte e lhe diz para não se preocupar, pois logo providenciaria sua promoção a major.³⁹⁸ Quanto à manobra de lançar a candidatura de Jerônimo Filho, basta avaliá-la pelos efeitos políticos certos que ocasionou – a disputa ficou definida para o grupo de Punaro Bley que, agora aliado à facção de Jerônimo Filho, assegurou novamente a maioria dos deputados estaduais constituintes. Nesse sentido, temos o registro do interventor: “Mas, o fato é que havíamos restabelecido a maioria de 13 deputados, enquanto Asdrúbal Soares ficava com 12. Terminada minha missão, regressamos à Vitória no navio *Afonso Penna*, do Lóide, viagem péssima, navio adernado e acomodações só para Alzira”.³⁹⁹

No dia 28 de março há o seguinte registro no *Diário* de Vargas: “Recebi também o deputado estadual do Espírito Santo, Jerônimo Monteiro Filho, animado pela

³⁹⁸ BLEY, *Memórias*.

³⁹⁹ Cf. ANEXO B.

esperança de vitória na disputa ao cargo de governador do seu estado”.⁴⁰⁰ E em 1º de abril de 1935 o deputado Asdrúbal Soares volta a se entrevistar com Vargas:

Também recebi o dr. Asdrúbal Soares, candidato ao governo do Espírito Santo. Disse-me que reunira seus companheiros, com exceção do dr. Jerônimo, que havia recusado, e seus companheiros declararam não [aceitar] o nome do dr. Jerônimo, havendo mesmo dificuldade de outro nome que não o seu, porque os deputados representavam diversas matizes políticas, com incompatibilidades recíprocas. Disse-me que a melhor solução seria uma reunião prévia dos próprios deputados estaduais, quando regressassem para tratar do assunto.⁴⁰¹

A partir desse registro getulista, temos a informação de que Jerônimo Filho já não mais se reúne com os partidários das Oposições Coligadas, naturalmente por já estar encaminhando sua candidatura ao governo pelo PSD. E também constatamos que Getúlio não fecha as portas ao entendimento com as Oposições Coligadas, talvez em busca de uma chapa de consenso entre a situação e a oposição. E é bem possível que a avaliação de Asdrúbal Soares estivesse correta, quanto ao fato de ser difícil o consenso em torno “de outro nome que não o seu, porque os deputados representavam diversas matizes políticas, com incompatibilidades recíprocas” – ou seja, jeronimistas, antijeronimistas, adeptos de Geraldo Viana, novos adesistas oriundos do PSD, etc.

Uma das lideranças do lado situacionista era representada pelo deputado estadual Carlos Marciano de Medeiros, de total compromisso com o interventor Bley e o PSD, partido criado para dar sustentação política ao interventor, como já assinalado. Medeiros se insurge com a definição do cargo de governador para Jerônimo Filho, já que este, mesmo sendo apoiado por seu grupo político, não tinha sido eleito pelo PSD, partido que tinha conquistado a maioria das cadeiras na Constituinte. Em reportagem de 1968, o jornalista Plínio Marchini transcreve os motivos lembrados então por Carlos Medeiros:

– Minha atitude nada teve de animosidade pessoal, nem significou rebeldia, mas traduziu uma opinião política defendida com coragem, através da qual fiz lembrado o respeito devido à deliberação unânime de nosso partido, cuja consagrada vitória nas urnas – elegendo 16 dos 25 deputados à Assembléia Constituinte – não devia ser sacrificada por uma estranha acomodação, que se armou para eleger

⁴⁰⁰ VARGAS, 1995, p. 373.

⁴⁰¹ Ibid., p. 374.

ao mais alto posto um candidato não pertencente à suas fileiras, além de ser o líder da candidatura oposicionista.

E Plínio Marchini acrescenta que o voto do deputado Carlos Medeiros “era decisivo e sua situação constrangedora: o candidato da oposição, Asdrúbal Soares, era um dos seus maiores amigos”.⁴⁰²

O enfrentamento de Asdrúbal e Jerônimo Filho beneficiara Bley, que então pôde ser apresentado por um companheiro como uma alternativa na disputa pelo cargo de governador. Assim, buscou-se uma outra fórmula de conciliação: o deputado estadual Jerônimo Filho – engenheiro radicado no Rio de Janeiro – sairia candidato a senador, cedendo a governadoria para o capitão Bley. Como registra em suas *Memórias*, o interventor se insurge, de início até com certa veemência, contra a proposta de Carlos Medeiros, para depois se empenhar na sua consecução.⁴⁰³ Além de referido nas *Memórias* de Bley, o episódio consta da reportagem antes citada de Plínio Marchini e de uma nota de pé de página, relativa à entrada do dia 1º de abril de 1935 do *Diário* de Vargas, nos seguintes termos: “Nesse mesmo dia, João Punaro Bley e Jerônimo Monteiro Filho firmaram um acordo que reverteria o quadro sucessório no Espírito Santo, garantindo a eleição do segundo para o Senado, enquanto o interventor seria reconduzido ao governo”.⁴⁰⁴ Não conseguimos localizar de onde o autor da nota, que não menciona sua fonte, retirou a certeza que o pacto Bley-Jerônimo Filho tinha sido firmado em 1º de abril. É provável, contudo, que tenha havido um ajuste entre essas duas lideranças antes de assinado o “pacto de honra” de 10 de abril de 1935 no palácio do governo, em Vitória, com a presença dos treze constituintes.

Deve-se notar que, ao acordo político promovido pelas Oposições Coligadas e tornado público, o grupo situacionista responde com uma aliança secreta, talvez escaldado pelos episódios anteriores de defecções políticas.

A fórmula de conciliação entre as lideranças do PSD e do PL foi registrada num “pacto de honra” sigiloso. O documento foi transcrito na reportagem feita em 1968 pelo jornalista Plínio Marchini, e nela apresentado como importante revelação, pois

⁴⁰² Cf. *REVISTA CAPIXABA*, ano II, nº 16, jun. 1968, p. 20. O texto de Plínio Marchini intitula-se “Bley, o último caudilho”. Punaro Bley avaliou em suas *Memórias* (p.91) que Carlos Medeiros estava “intensamente trabalhado pela oposição”, cf. ANEXO B.

⁴⁰³ Cf. ANEXO B.

⁴⁰⁴ VARGAS, 1995, p. 374, nota 8.

ignorado pelos oposicionistas de 1935 e por todos os que depois procuraram explicar a política do período.⁴⁰⁵ Este pacto está também transcrito nas *Memórias* de Bley, com ligeiras discrepâncias da transcrição anterior (Cf. ANEXO B). Apesar de não se ter examinado o original do documento, ele pode ser considerado acreditável. Quando menos, porque se constata que os treze deputados constituintes que o assinaram em 10 de abril de 1935 são os mesmos que estarão na sessão solene de posse do novo governador do estado no dia 15 desse mês e que, portanto, devem ter sufragado seu nome na eleição do dia 12. De modo a propiciar um cotejo entre os documentos, deve-se consignar que a ata da sessão solene da Assembléia Constituinte em 15 de abril de 1935 para “Posse e Compromisso do Governador do Estado” começa assim:

Às 16 horas, feita a chamada, verifica-se a presença dos Sens. Carlos Medeiros, Alvaro Mattos, Mario Rezende, Feu Rosa, Carlos Sá, Christiano Andrade, Cyro Duarte, Feliciano Garcia, Jeronymo Filho, João Soares, Luiz Tinoco, Paulino Muller e Astolpho Lobo, (13) deixando de comparecer os Sens. Alcebiades Monjardim, Arens Barbosa, Attilio Vivacqua, Augusto Lins, Geraldo Vianna, Gilbert Gabeira, Jair de Freitas, José Ayres, Monteiro Torres, Nelson Monteiro, Solon de Castro e Alvaro Castello.⁴⁰⁶

Pelo tal “pacto de honra”, onze dos deputados constituintes comprometiam-se a votar em Jerônimo Filho no primeiro escrutínio, sendo que o próprio Jerônimo e Carlos Medeiros votariam em Bley – para que, decerto, seu nome tivesse direito a figurar em novo escrutínio, pois não deveria valer a regra de a segunda votação ser somente entre os dois nomes mais sufragados. No segundo escrutínio todos os treze deputados apoiariam o nome de Bley. Assim, não foi o voto do deputado Gabeira que ocasionou a vitória do interventor para a governadoria. Importa assinalar essa circunstância, já que se costuma atribuir àquele voto o caráter de decisivo para o resultado da votação na escolha do governador indireto, quando na realidade já existia um pacto sigiloso. Renato Pacheco explica a mudança de voto desta forma, após transcrever do livro de atas da Assembléia Constituinte os dois escrutínios: “Como se deu tamanha reviravolta?” [...] No Rio, Gabeira “apoiou a oposição, conforme notícias em *O Globo* e *A Notícia* [*sic*, *A Noite*]. Na volta votou no Bley [...]”.⁴⁰⁷ Tudo indica que o deputado Gabeira *não* tenha votado em Punaro Bley. A confusão se explica pelo fato de ter havido previamente a compra e a recompra do

⁴⁰⁵ Cf. *REVISTA CAPIXABA*, ano II, nº 16, jun. 1968, p. 20.

⁴⁰⁶ Cf. Livro de atas das sessões da Assembléia Constituinte do Estado do Espírito Santo (1935); ANEXO B.

⁴⁰⁷ *PACHECO*, 1998, p. 39.

seu voto, amplamente divulgada à época, e pela circunstância de ter existido um “pacto de honra”, mantido secreto até 1968, e depois tornado público por meio de reportagem saída em revista de circulação restrita, o que não despertou a atenção das pesquisas historiográficas posteriores. Além do mais, a mudança de um único voto não explicaria a votação no 1º escrutínio – no qual onze deputados homenagearam o nome de Jerônimo Filho –, nem o resultado do 2º escrutínio, quando aos onze votos precedentes se somaram outros dois (de Carlos Medeiros e do próprio Jerônimo), tornando vitorioso Punaro Bley.

Estes dois escrutínios não deixam de ser significativos. Podem ser tomados como símbolo de uma mudança na política brasileira, em geral, e, especificamente, na política espírito-santense. Um nome vinculado às oligarquias da República Velha deveria ser sufragado a título de homenagem, mas o poder de fato iria para uma pessoa identificada com os novos tempos, ditos revolucionários. Este é um exemplo de ruptura com a situação política anterior a 1930, ruptura que não se deu nesse ano, mas que, como muitas outras, foram acontecendo ao longo da década de trinta.

Para efetivar o “pacto de honra” antes referido, muitas formas de pressão – usuais no jogo político – devem ter sido utilizadas. Mas, ao examiná-lo com cuidado, ressalta evidente a presença de militares que neles participaram. Além do interventor, três outros capitães do Exército brasileiro também firmaram o documento. Um deles, Wolmar Carneiro da Cunha, com ligações familiares no estado – tendo atuado, como vimos, no Espírito Santo por ocasião do Movimento de 30, e depois comandado o Regimento Policial Militar –, assina por procuração verbal de um deputado constituinte. Outro oficial pactuante, Milton Pio Borges da Cunha, tinha se apresentado no estado por ocasião da Revolução de 1930 para levantar a guarnição militar federal no estado, como também antes registrado. E, finalmente, também assinou o “pacto de honra” o capitão Waldemar Kitzinger, o mesmo que, segundo as *Memórias* de Punaro Bley, colocou uma metralhadora pesada no terraço do palácio do governo apontada para a porta do edifício da Assembléia, guardado por uma companhia do 3º Batalhão de Caçadores durante as votações do dia 12 de abril de 1935.⁴⁰⁸

⁴⁰⁸ BLEY, *Memórias*, p. 92 e 92v. Cf. ANEXO B.

É bem possível que algum esquema militar tenha sido acionado pelo interventor para “reforçar” as convicções dos deputados pactuantes sobre a gravidade do momento político que estava sendo vivido, inclusive no plano federal. Se realmente existiu esse esquema de apoio militar ao interventor, ele foi montado com seus colegas de farda e que, por esses anos, passaram pelo comando do Regimento Policial Militar (R. P. M.) do estado. Carlos Marciano de Medeiros comandou essa Força Pública de 1932 a 1934, e sua destituição foi devida, certamente, ao fato de ter sido eleito deputado estadual constituinte. Foi substituído por Waldemar Cordeiro Kitzinguer, que comandou o Regimento em 1934-1935. Após breve administração de Manoel Henrique Vilá, o R. P. M. esteve sob o comando de Milton Pio Borges da Cunha de 1935 a 1937. Todos esses oficiais do Exército, com exceção de Waldemar Kitzinguer, aparecem nos episódios relacionados à Revolução de 1930 no Espírito Santo e, portanto, já eram bastante conhecidos do capitão Bley.⁴⁰⁹

De forma a compor esse quadro da “situação delicada em que se encontra o caso político do Espírito Santo”, segundo Bley, também não devem ter estado ausentes os argumentos de ordem ideológica, pois na chapa contrária estava um deputado “comunista”.⁴¹⁰ Como citado antes, o Partido Proletário foi considerado como uma face legal do proscrito PCB. Já que o deputado Gabeira não serviria como um correligionário comprado, haveria de servir como um inimigo ideológico, para manter unidos os deputados do grupo liderado pelo PSD. Não se pode perder de vista que exatamente naquele período a Aliança Nacional Libertadora (ANL) consegue, a duras penas, fazer proselitismo de suas idéias pelo país, para horror das “classes conservadoras” e de seus representantes. E justamente no início de abril de 1935, a instâncias do governo da União, foi aprovada pelo Congresso Nacional a chamada “Lei Monstro”, como ficou conhecida esta Lei de Segurança Nacional.⁴¹¹

Em 11 de abril de 1935 instala-se a Assembléia Constituinte do Estado em sessão solene que teve lugar em Vitória, no edifício que abrigara o antigo Congresso Legislativo. Ela já nasce dividida claramente entre as duas facções políticas antes tratadas. No dia seguinte, ainda sob a direção do desembargador Augusto Botelho, presidente do Tribunal Regional Eleitoral – TRE, promoveu-se a escolha dos

⁴⁰⁹ DEMONER, Sonia Maria. *História da Polícia Militar do Espírito Santo – 1835-1985*. Vitória: [s.n.], 1985. p. 119.

⁴¹⁰ Cf. ANEXO B.

⁴¹¹ FAUSTO, 1997.

membros da mesa que iria dirigir os trabalhos de elaboração da nova Constituição estadual. Na eleição para o cargo de presidente da Assembléia Constituinte, dos 25 deputados existentes, 24 sufragaram o nome de Carlos Marciano de Medeiros e um apenas o de Geraldo Vianna.⁴¹² Muito significativo o fato de o presidente da Assembléia Constituinte ter sido eleito com a votação maciça de ambos os grupos oponentes, o que corrobora a informação de Plínio Marchini de que Carlos Medeiros era muito amigo de Asdrúbal Soares. Por que os grupos adversários convergiram para o nome de Carlos Medeiros? Para cortejarem o seu voto? Houve alguma promessa comum para ambos os lados? O fato é que as Oposições Coligadas estavam preocupadas com a pesada investida do situacionismo, a ponto de o desembargador aposentado Josias Soares, pai de Asdrúbal, ter oferecido o cargo de governador a Carlos Lindenberg no dia da eleição, dizendo que ele tinha que salvar o Espírito Santo “desse Bley, que isso é uma desgraça. Esse camarada eleito é uma desgraça”. Mas Lindenberg não aceita trair seu partido.⁴¹³

Para os demais cargos da Mesa Diretora, o placar sempre foi de 13 a 12 – Francisco Clímaco Feu Rosa (situacionista) foi eleito vice-presidente em lugar de Geraldo Vianna; Álvaro de Castro Mattos (também situacionista) venceu Jair Ataíde Freitas para o cargo de 1º secretário; e Mário Lopes Resende (da mesma forma situacionista) levou a melhor sobre Gilbert Gabeira para a posição de 2º secretário. Sempre pelo mesmo número de votos. Tal coincidência demonstra de forma cabal que o “pacto de honra” estabelecido para a eleição do governador funcionou também para a escolha dos integrantes da Mesa Diretora da Assembléia Constituinte, todos saídos do grupo político que foi ao Palácio do Governo no dia 10 de abril assinar o documento. Tempo para combinarem os nomes que comporiam a Mesa Diretora os deputados pactuantes devem ter tido de sobra, a se dar crédito às seguintes palavras de Punaro Bley: “Com as eleições marcadas para 12 de abril, a vida do estado parou. Os meus deputados não tinham sossego. [...] A situação era tal, que *fui obrigado a recolher quase todos eles ao Palácio [...]*”. Para mais adiante observar: “*Depois da partida dos nossos deputados para a Assembléia Legislativa*

⁴¹² Livro de atas das sessões da Assembléia Constituinte do Estado do Espírito Santo (1935).

⁴¹³ GURGEL, 2000, p. 108.

[sic, Constituinte], fiquei no meu gabinete acompanhado dos secretários e de alguns amigos mais chegados [...]”.⁴¹⁴

Após o presidente eleito da Constituinte, Carlos Marciano de Medeiros, ter proferido o seu discurso de posse, realizou-se a escolha do *Governador Constitucional do Estado*, como muitos documentos daquele período se referem ao novo cargo que foi preenchido por meio de eleição indireta.⁴¹⁵ A expectativa no meio político era grande, e Fernando de Abreu escreve mais uma carta:

Elysinha / São 10 ½ horas e, conseqüentemente, proximos da solução do caso presidencial. / Parece-me que tudo vae correr bem e que seja eleito o Capitão Bley. / Como sabes, sou eu o mais visado dos nossos adversarios. / Tenho empregado todo meu esforço para chegarmos a esse resultado. / Para mim e principalmente para o Estado – é o melhor.⁴¹⁶

Como vimos, o mesmo placar de 13 a 12 votos foi mantido no segundo e decisivo escrutínio, tal como previsto no “pacto de honra” que, assim, é cumprido fielmente.

Com treze votos também foram eleitos os dois “senadores federais”, como então se chamava este cargo – Jerônimo Monteiro Filho e Genaro Pinheiro. Com o empate, houve sorteio para se definir qual senador teria um mandato de oito anos e qual outro teria de quatro anos, ganhando o senador Jerônimo Filho o mandato maior. Atilio Vivacqua e Brício Moraes Mesquita tiveram para senador 12 e 11 votos, respectivamente. Bley refere-se em suas *Memórias* que Brício Mesquita não foi eleito por traição de uns correligionários e silencia sobre o nome de Genaro Pinheiro, que, apesar de revolucionário em 1930, havia brigado com o interventor e foi por este tirado do governo municipal de Alegre.⁴¹⁷

Punaro Bley estava certo ao registrar, décadas depois, que o estado parou, à espera da definição eleitoral de quem seria o futuro governador.⁴¹⁸ A questão sucessória envolvia muitos interesses e afetou pessoas de variada condição social. Recolhemos de Ormando Moraes o testemunho de que Josefa – a conhecida Zefinha, dona de famoso prostíbulo na rua Sete de Setembro, em Vitória –, “intimava assim os

⁴¹⁴ BLEY, *Memórias*, p. 92 e 92v. Grifos nossos. Cf. ANEXO B.

⁴¹⁵ Cf. Livro de atas das sessões da Assembléia Constituinte do Estado do Espírito Santo (1935).

⁴¹⁶ ABREU, 1937, p. 68-69. Carta de 12/4/1935.

⁴¹⁷ Cf. ANEXO B; FERRAZ, Manuel P. *Alegre, a terra e o povo*. Alegre: Jornal Mensagem Editora, 1986.

⁴¹⁸ Cf. ANEXO B.

deputados que iam à sua casa: Olha, Astolfo, você tem que votar no Bley”.⁴¹⁹ Se foi para atender a esse pedido não se sabe, mas o certo é que o deputado Astolfo Virgílio Lobo, de São José do Calçado, votou no capitão Bley para governador.

5.3 “Antes de virar esta página negra da história política do Espírito Santo”

A oposição não se conforma com o resultado da eleição indireta e procura impugná-lo junto à Mesa Diretora dos trabalhos e à Justiça Eleitoral, sem sucesso. O deputado Geraldo Viana tenta adiar a posse do novo governador, mas seu requerimento é votado e rejeitado. Em 15 de abril de 1935, o capitão Bley toma posse como governador constitucional do estado perante uma Assembléia Constituinte onde somente se encontravam os treze deputados que nele votaram, como demonstrado antes. Os outros doze, da corrente contrária, não compareceram a esta sessão solene e, embora a ata da sessão não registre de forma explícita, tal ausência é um forte indício do protesto realizado. Fato que, aliás, é corroborado pelo próprio Bley em suas reminiscências.⁴²⁰

Na terceira sessão da Assembléia Constituinte, em 16 de abril de 1935, os deputados Nelson Monteiro e Álvaro Castelo declararam que teriam apoiado o requerimento de Geraldo Viana para adiar a posse do governador eleito, se estivessem em plenário no momento de sua votação. Com este gesto, desejavam marcar uma posição de antagonismo com a situação, e dissipar quaisquer dúvidas quanto ao seu posicionamento político.⁴²¹

A Constituinte volta a se reunir somente em 26 de abril, e apóia uma indicação do deputado Nelson Monteiro sobre disposições para elaboração e estudo do projeto da Constituição do Estado. Esse deputado, mesmo sendo oposicionista, vai destacar-se por suas intervenções no encaminhamento do anteprojeto constitucional.

⁴¹⁹ A GAZETA, 19/11/1994. *Apud* PACHECO, 1998, p. 42.

⁴²⁰ Ata da sessão solene de posse de 15/4/1935 e BLEY, Memórias, p. 94. Cf. ANEXO B.

⁴²¹ Livro de atas das sessões da Assembléia Constituinte do Estado do Espírito Santo (1935).

Releva observar que a Constituinte teve início sem contar com um serviço de taquigrafia, como se depreende da reclamação formulada pelo deputado Geraldo Vianna em 11 de maio de 1935, ou seja, um mês depois de instalados os trabalhos. Não se sabe se os serviços taquigráficos foram providenciados posteriormente, como prometido pelo presidente. Até onde sabemos, não foram publicados – nem, talvez, elaborados – os anais da Assembléia Constituinte do Estado do Espírito Santo de 1935 que, certamente, trariam luz sobre muitas das questões nela debatidas, e sobre conceitos emitidos em discursos proferidos pelos deputados da situação e da oposição, como indicam as atas das sessões que chegaram até nossos dias. Deixando de providenciar um serviço de taquigrafia, será que a situacionista Mesa Diretora tinha por objetivo impedir que a oposição se manifestasse de forma mais demorada e depois solicitasse cópia dos discursos? Ou, em outros termos e de um provável ponto de vista da situação, os oposicionistas transformassem a Constituinte num palanque para seus protestos? O certo é que, por ocasião da greve de empregados da CCBFE, a Mesa ameaçou esvaziar as galerias por diversas vezes.⁴²²

Eleito governador, Bley promove uma reformulação no secretariado para contemplar a facção política ligada ao senador Jerônimo Filho. São nomeados os novos secretários da Fazenda e da Agricultura, este o dr. Jorge Kafuri de Cachoeiro de Itapemirim. Como o novo governante não ignora, a maioria situacionista na Constituinte é precária e será desfeita assim que Jerônimo Filho assumir a cadeira no Senado e seu suplente, Abner Mourão, o substituir. O inconformismo da oposição com o resultado eleitoral ameaçava reduzir para três meses o mandato do governador na Constituição a ser elaborada, como Bley nos informa em suas *Memórias*.⁴²³ O que pode parecer uma situação absurda, passados muitos anos, apresentava-se como um risco real na época. Fernando de Abreu em carta de 9 de maio de 1935 informa: “A política cada vez mais confusa. Os mais ordinarios tem os melhores premios. É certo que a opposição pensa em limitar o mandato do Bley. É um caso para se discutir e quero crer que possivel. Teremos assim de recorrer a novas eleições e a novo candidato”.⁴²⁴

⁴²² Livro de atas das sessões da Assembléia Constituinte do Estado do Espírito Santo (1935).

⁴²³ Cf. ANEXO B.

⁴²⁴ ABREU, 1937, p. 71.

Mas Punaro Bley também “sabia, por experiência própria, que ‘Governo era Governo’, com grandes poderes de sedução”. Ele conquista o apoio de dois deputados constituintes, utilizando o seu poder como governante.

Urgia trazer para o governo pelo menos dois deputados da oposição, a fim de que tivesse maioria na Comissão Especial de Constituição, aquela que iria organizar o anteprojeto da futura Constituição Estadual.

Foi neste clima que reconstruí meu novo secretariado.

Sabendo que o deputado Monteiro Torres, eleito pelo município de Guaçuí, alimentava veleidades de ser deputado federal, convoquei-o secretamente dizendo-lhe que sua futura sorte política estava em minhas mãos, diante das medidas que poderia tomar para enfraquecer sua posição de líder municipal. Rendeu-se à evidência dos fatos e comprometeu-se a votar conosco, solicitando apenas que o nosso acordo ficasse em segredo até o dia da referida eleição.

Outro ambicioso era Sólon de Castro, eleito por Santa Teresa. Embora repugnando-me tratar com um traidor, com ele entrevistei-me trazendo[-o] novamente para as fileiras do nosso partido.

Fiquei, assim, com 14 deputados e a oposição com 11, muitos deles, por morarem no Rio, nem comparecendo às sessões ordinárias.⁴²⁵

Como bem observou Gramsci: “Se um inimigo lhe causa um dano e você se lamenta por isto, você é um estúpido, porque é próprio dos inimigos causar danos. Mas, se um amigo o prejudica, justifica-se o ressentimento”.⁴²⁶ Esta recomposição da bancada governista talvez não tenha sido tão simples como a descreve Bley, que no prosseguimento do texto transcrito informa que recusou o oferecimento de Gabeira para passar-se para o lado da situação, pois “tinha velhas contas a ajustar com este venal e velhaco”, como pode ser conferido no ANEXO B. Devem ter existido mais lances na busca de apoio político ou na recusa de adesão ao bloco situacionista. Nomes diversos surgem num outro depoimento, muito mais valioso que o precedente por ter sido feito na época mesma dos acontecimentos e publicado logo depois. Fernando de Abreu certamente reportava-se aos desdobramentos desse episódio quando, em carta de 15 de maio de 1935, escreve para Elysinha:

Vou responder a tua carta de 13. Realmente o Gabeira, palhaço do Brasil, está de novo com o Governo. Elle, Sólon de Castro, Alcebíades Monjardim e, talvez, Jair Freitas!... Veja que gente! Não houve remédio sinão admittir mais esse malabarismo de palhaços famintos, porque estamos em minoria na Assembléa.⁴²⁷

⁴²⁵ BLEY, Memórias.

⁴²⁶ GRAMSCI, 2000, v. 3, p. 311.

⁴²⁷ ABREU, 1937, p. 73-74.

O apoio dos dois deputados, recém-atraídos para a órbita de influência do governo, é mantido em segredo por Bley, enquanto uma nova “adesão” do deputado Gabeira é recusada. Esta recusa se faz por diversos motivos – seu voto já não é mais necessário para compor uma maioria sólida e existe o grau de confiabilidade, que Gabeira desfez, quando aderiu novamente à oposição num lance espetacular no Rio de Janeiro. As contas que Punaro Bley tinha para acertar com Gabeira referem-se, certamente, a este episódio.

Um bom exemplo da atuação da contra-hegemonia por essa época está contido na continuação da última carta citada, escrita por Fernando de Abreu em 15 de maio de 1935, na qual aparecem considerações políticas feitas por esse importante protagonista, provavelmente a respeito da disputa por cargos no novo secretariado estadual e da futura disputa para prefeito:

Quanto ao que te disse o Ewaldo, não tem importancia, mesmo porque está incompatibilizado com o Cyro.
Os commentarios sobre a minha situação – não procedem.
O Bley continua a me dispensar toda consideração e só eu, pelos motivos que já tenho dito, não concorro neste swe[e]pstake de ambições pessoas.
Demais a mais – o futuro nos reserva muitas surpresas.
O poder está ameaçado por todos os lados. Nas futuras eleições, só os partidos de verdade vencerão.⁴²⁸

O governador, que acompanhava de perto a situação política, age rápido e recompõe sua maioria na Assembléia Constituinte, já que um outro obstáculo se antepunha logo à frente e teria que ser superado: a elaboração de uma constituição que fosse ao encontro dos interesses do seu grupo político. O governo consegue definir a seu favor a composição da Comissão Constitucional, encarregada de “organizar o anteprojeto da futura Constituição Estadual”, que ficou composta por sete deputados constituintes, sendo quatro governistas e três oposicionistas.⁴²⁹

Depois de conquistada a Mesa Diretora da Assembléia Constituinte, a chefia do Poder Executivo e a maioria de votos na Comissão Constitucional, o grupo ligado a Punaro Bley não teve maiores dificuldades para dominar os trabalhos que visavam dotar o estado de uma nova constituição. A Comissão Constitucional esteve sob o controle do grupo palaciano e trabalhou com base em um projeto de constituição,

⁴²⁸ ABREU, 1937, p. 74. Grifo nosso.

⁴²⁹ Cf. Livro de atas das sessões da Assembléia Constituinte do Estado do Espírito Santo (1935); ANEXO B.

mandado preparar pelo então interventor federal. E mais, como Bley confessa em suas *Memórias*:

Havia, nos termos da Constituição Federal, prazo fatal para que os estados promulgassem suas constituições, sob pena do Governo Federal outorgá-las. Como os trabalhos da constituição estadual se arrastassem, devido a ligeiras discrepâncias entre pontos de vista da oposição e do governo, fui forçado a intervir, convocando a Comissão para deliberar em Palácio, ficando, assim, como árbitro de suas decisões.

Assim, como uma espécie de “poder moderador” consegui que o anteprojeto fosse organizado e a Constituição do Estado votada no prazo legal.

Não se duvida que a intenção de Punaro Bley era acelerar os trabalhos da Constituinte que tinha, como já observado, o prazo máximo de quatro meses para ultimar sua tarefa. O que nos parece estranho é a Comissão Constitucional, incumbida de preparar o anteprojeto da Constituição, reunir-se sob o direto arbítrio do chefe do Poder Executivo estadual, que se investiu como titular de um “poder moderador” por ter sido “forçado a intervir” nos trabalhos constitucionais. O governador ainda possuía o antigo vezo do interventor...

Todas essas articulações políticas ajudam a entender o porquê de a disputa pelo cargo governamental ter sido muito acirrada – do seu resultado dependia o futuro encaminhamento da Constituinte estadual e do governo pós-ditadura. E o agora governador Bley pôde executar a conquista de uma maioria na Assembléia Constituinte de forma tão consciente e decisiva que, passadas muitas décadas, estava esta ação nítida em sua lembrança.⁴³⁰

Da leitura das atas das sessões da Constituinte, deduz-se que o deputado Gilbert Gabeira foi colocado num certo isolamento político – de forma solitária e reiterada ele faz a propaganda da Aliança Nacional Libertadora, até o seu fechamento em julho de 1935, quando protesta por esse ato do governo federal. Ele apela para o presidente da Constituinte e para o governador no sentido de não perseguir os trabalhadores da CCBFE, por ocasião de longa greve – mas a resposta do governo é de outro feitio. Manda prender os dirigentes do sindicato ao qual estavam ligados os grevistas. E, logo depois, o chefe de polícia simplesmente *fecha todos os*

⁴³⁰ Cf. ANEXO B.

*sindicatos com sede na Capital do estado.*⁴³¹ Este era o modo de agir de governantes que, em proveito do sistema político, ajudaram a criar a Lei de Segurança Nacional, a “Lei Monstro”, e agora a alimentavam com as vítimas que ela própria fazia. Para os governantes daquela época, era fundamental fabricar e manter um inimigo contra o qual a sociedade se unisse, para legitimar as medidas repressoras tomadas. A frente política abrigada na ANL, principalmente depois de sua proibição, cumpriu esse papel de forma muito conveniente para o governo federal e as administrações estaduais no Brasil. A chamada Intentona Comunista de novembro de 1935 foi uma espécie de presente que caiu no colo de tais governantes, que assim puderam justificar de forma mais resoluta o endurecimento político.⁴³²

A circunstância de o antigo interventor ter sido eleito, mesmo indiretamente, para o cargo de governador constitucional dava-lhe vantagem política duplicada para se manter no poder, em relação à contra-hegemonia exercida pelos adversários, que sempre estava na ordem do dia e poderia dificultar-lhe os passos. Em primeiro lugar, na qualidade de antigo interventor por mais de quatro anos ininterruptos, já dominava a máquina político-administrativa do estado e poderia rapidamente usar esse conhecimento em benefício de sua posição política. De fato, como ex-interventor nada lhe escapava – da professorinha no interior em início de carreira ao comandante do Regimento Policial Militar; dos representantes dos ministérios federais no estado aos interventores nos municípios; dos verdadeiros donos do dinheiro aos suspeitos políticos de sempre. Em segundo lugar, e isso é mais importante, possui agora um mandato e não ocupa mais um cargo de confiança do poder central, de onde podia ser demitido *ad nutum*. Mesmo que continue confiável aos olhos desse poder, sua posição política se fortalece, já que não pode ser exonerado a qualquer tempo.

Isso não significa que o agora governador Bley e o grupo político que orbitava em torno dele tivessem menos trabalho a cumprir. Ao contrário, nesse período de regime democrático as demandas políticas crescem, e o que antes poderia ser resolvido com um simples despacho denegatório, ou uma ordem peremptória, agora deve ser negociado, muitas vezes de forma penosa, com aliados ou adversários.

⁴³¹ Livro de atas das sessões da Assembléia Constituinte do Estado do Espírito Santo (1935).

⁴³² CARONE, 1976.

Trabalhos historiográficos mais recentes enfatizam que os anos de 1934 a 1937 foram de regime democrático, muito cerceado pela presença de sucessivos pedidos de estado de sítio, sempre deferidos pelo Congresso Nacional e, em certa época, pelo estado de guerra.⁴³³ Apesar disso, é raro considerar na historiografia que a instauração das prerrogativas políticas plenas se tenha dado de forma muito gradual e restrita. A eleição indireta para presidente da República ocorreu em 1934; as escolhas, também indiretas, para os governadores só ocorreram no ano seguinte; ficou para o final de 1935 a votação para os novos prefeitos e vereadores, como antes mencionado. No estado do Espírito Santo, o grupo do governador Bley, associando consenso e coerção, procura comandar todo este processo político, tornado mais complexo ainda pelas escolhas dos deputados classistas, federais e estaduais. Aliás, nunca é demais enfatizar que a própria instituição dos deputados classistas deu-se no contexto de enfraquecimento dos partidos, e que essa figura política encontrava-se mais sujeita ao controle do governo federal e das administrações estaduais, devido ao sistema corporativista que se estava implantando no país.⁴³⁴

O que ocorre, a partir da promulgação da Constituição Estadual em 11 de agosto de 1935, é uma hegemonia exemplar, na visão da teoria política gramsciana – os inimigos são liquidados, os adversários são neutralizados e os aliados obtêm uma vitória avassaladora. Somente assim se explica o PSD ter conquistado, nas eleições de 1935, quatro vagas de deputados estaduais classistas e duas de deputados federais, também classistas, e, principalmente, ter vencido em 29 dos 32 municípios capixabas de então. O Partido da Lavoura, adversário tradicional, ganhou apenas uma prefeitura, ficando outras duas – as de Santa Teresa e Domingos Martins – com um novo concorrente, a Ação Integralista Brasileira.⁴³⁵ Some-se a essa vitória política maciça, e para demonstrar que o governador Bley e seu grupo político souberam neutralizar a oposição no período, o depoimento de Alzira Vargas, feito a partir de uma posição privilegiada – auxiliar direta do pai.

Espírito Santo.
14.11.1930 – Interventor João Punaro Bley.

⁴³³ Cf. CARONE, 1976; BORGES, 2001.

⁴³⁴ GOMES, 1980.

⁴³⁵ Cf. ANEXO B.

Militar (Exército), foi inicialmente nomeado Delegado Militar e interventor federal. Candidato a governador, após algumas dificuldades de caráter político, elegeu-se com relativa facilidade.

14.4.1935 – eleito governador, exerceu seu mandato em ambiente político quase sem oposição.

23.11.1937 – Com o advento do Estado Novo, foi novamente nomeado interventor. Foi dos poucos chefes de executivos estaduais a atravessar incólume as várias fases do período revolucionário, sem a menor interrupção. Chamado por sua moderação e habilidade na época das eleições estaduais “discípulo com louvor de Getúlio Vargas”. Pediu demissão em 1943.⁴³⁶

Outras iniciativas, que surgem no período de 1935 a 1937, favorecem o grupo situacionista na conquista e manutenção dessa hegemonia política: a fundação, no início de 1936, da revista *Chanaan*, para concorrer com a *Vida Capichaba*, que, apesar de não fazer oposição ao governo estadual, já estava muito comprometida com o movimento integralista; o uso da repressão generalizada aos comunistas, o que, além de criar aos olhos da população um inimigo comum, ajuda a unir governo e oposição em torno de causas que fossem, sobretudo, de interesse governista; a continuidade de repressão policial localizada a adversários políticos no interior do estado, gerando um clima de insegurança próprio dos regimes ditatoriais ou de democracias limitadas.⁴³⁷

Aqui se tem o auge do grupo político liderado por Punaro Bley nesse período de 1930-1937, proporcionado pela associação dos instrumentos do período ditatorial com os novos instrumentos políticos disponibilizados pela democracia, mesmo limitada. Nesse curto período democrático, a oposição partidária estava reduzida a um grupo confiável de pessoas, muitas delas ligadas às antigas oligarquias estaduais, e que até podiam ser tratadas com especial deferência pelo governador.

Embora minha formação política viesse do regime ditatorial, sempre fui um liberal, convencido da necessidade de uma oposição vigilante, honesta e operante, pronta a apontar erros ou desmandos do Poder Executivo.

Dessa forma, esquecendo mágoas, tratei a oposição com o respeito que merecia, ouvindo suas críticas quando justas, seu líder era convidado para todas as cerimônias e inaugurações, fato inédito na história política do Estado.⁴³⁸

⁴³⁶ Cf. ANEXO B.

⁴³⁷ Quanto à fundação da revista *Chanaan*, é uma hipótese que levantamos e que está a merecer pesquisa mais aprofundada.

⁴³⁸ Cf. ANEXO B.

Nesta altura – é necessário que se afirme – a nova elite política que se assenhoreou do poder no estado do Espírito Santo fez bem feito o seu dever de casa. E que dever seria este? Controlar a máquina eleitoral, como, por exemplo, nas escolhas de mesários, e na promoção de comícios e caravanas nos períodos de eleições; prodigalizar a máquina pública no atendimento aos amigos; buscar apoio dos antigos coronéis, onde estes ainda tivessem força política; conquistar as parcelas importantes das lideranças dos novos grupamentos sociais, dos sindicalistas, etc., e também das novas lideranças no campo; promover um culto ao interventor, depois governador, para manter sempre acesa a chama do projeto político, de modo que também se conservasse como “projeto amoroso”.

Exemplo de um daqueles deveres bem cumpridos pela situação nos é oferecido por Fernando de Abreu no que diz respeito às eleições de 1934. Em carta para Elysinha, datada de 26 de setembro ele afirma: “– Vejo que estás [n]uma torcida extraordinária, na política. / Poderás crer que venceremos e muito alto. / Quanto aos mesários de Vargem Alta, fui eu que os colloquei lá, para prendel-os, na mesa”.⁴³⁹ O que não deixa de também revelar o prosseguimento de uma prática que era comum na República Velha – evitar que os adversários fizessem campanha política no dia das eleições, quando muitos votos são definidos. Em nova carta a Elysinha, agora em 29 de setembro, o político de Cachoeiro de Itapemirim registra:

Falta-me pouco para ter corrido todo o municipio. / Posso garantir-te que jamais tivemos uma victoria como a que alcançaremos no dia 14 proximo. / Não pude sahir d’aqui e não sahirei, em caravana, para os outros municipios, porque é necessario defender bem este sector – maior de quantos outros, pois temos cerca de 7 mil eleitores. / Hoje e amanhã, remancharei por aqui e segunda-fera, irei para Virginia e Vargem Alta. / – Poderás crer que tudo correrá bem.⁴⁴⁰

Nessas eleições de 1934, a vitória do PSD foi grande no estado como um todo. Mas, no caso específico de Fernando de Abreu, o “feitiço deve ter virado contra o feiticeiro”, e a preocupação de Elysinha com os mesários era procedente, porque ele perdeu as eleições para deputado federal, inclusive em Vargem Alta. Como se fazia no período anterior a 1930, os mesários podem ter adulterado o resultado das urnas no setor em que atuavam.

⁴³⁹ ABREU, 1937, p. 54.

⁴⁴⁰ Ibid., p. 55.

Nesses anos trinta tem início o clientelismo político, tal como existiu em períodos posteriores e que, em alguns aspectos, chegou até os dias de hoje. Assistiu-se à transição de um coronelismo de voto de cabresto para um coronelismo mais moderno, de voto de rédeas um pouco mais frouxas, mas só um pouco, pois essa transição se fez de forma progressiva.

A investida dessa facção política hegemônica é tão forte e o apoio que consegue é tão extenso que o governador Bley, figura que personaliza o grupo, passa a ter um poder incontrastável nesses anos de 1935 a 1937. Isso, inclusive, tem por decorrência uma certa glorificação. Somente assim se explica que, por ocasião do regresso do governador de viagens ao Rio de Janeiro, fosse decretado ponto facultativo nas repartições estaduais, e se dispusessem nas ruas contingentes da Força Pública e de escolares, todos perfilados para recepcionar sua excelência (Cf. Fotografia 40, p. 346). Essas recepções, devido à sua reiteração (Cf. Fotografia 41, p. 347), também constituem em indicativos sobre a manutenção e mesmo o aumento do culto à pessoa do governante, culto que se promovia desde o período da interventoria, como antes abordado, e traduzido na formação e aumento do poder simbólico tratado na teoria gramsciana.⁴⁴¹

Os testemunhos do próprio Bley e de outras personalidades importantes, depois de cotejados, ajudaram na reconstituição desses momentos cruciais nas relações políticas do estado capixaba, pois ela não deve limitar-se a interpretações que privilegiem somente uma versão dos acontecimentos. Assim, “antes de virar esta página negra da história política do Espírito Santo” (como Punaro Bley em suas *Memórias* se referiu aos períodos nos quais se elegeu governador e administrou a Constituinte de 1935), é fundamental considerar que tal página deve juntar-se a muitas outras da nossa história que precisam ser constantemente viradas e reviradas pela historiografia, mas nunca esquecidas.⁴⁴²

⁴⁴¹ Cf. “Vocabulário gramsciano”, disponível em <<http://www.art.net.com.br/gramsci/arquiv52.htm>>, acesso em: 29/6/2004.

⁴⁴² Cf. ANEXO B.

5.4 O que foi sacrificado no "Altar da Pátria"?

Neste passo, teremos que inevitavelmente continuar abordando a pequena política, os caminhos que foram tomados pelos líderes, suas alianças e composições. Mas será que todo essa situação de disputas de poder no Espírito Santo era somente composta pela pequena política? De novo Gramsci vem em nosso socorro:

[...] a grande política compreende as questões ligadas à fundação de novos Estados, à luta pela destruição, pela defesa, pela conservação de determinadas estruturas orgânicas econômico-sociais. A pequena política compreende as questões parciais e cotidianas que se apresentam no interior de uma estrutura já estabelecida em decorrência de lutas pela predominância entre as diversas frações de uma mesma classe política. Portanto, é grande política tentar excluir a grande política do âmbito interno da vida estatal e reduzir tudo a pequena política.⁴⁴³

Assim, por detrás da pequena política, esperamos enxergar a grande política que se fazia no Espírito Santo nessa época.

A década de 1930, como já assinalado, foi muito rica de acontecimentos políticos. Pelo menos até 1935, a disputa intra-oligárquica antes referida vai continuar como pano de fundo das articulações “tenentistas” do interventor, que visa manter-se no controle do poder regional. E assiste-se também a uma nova ordem de fatos que marcará a história do estado. O tenentismo terminou, mas as oligarquias nunca mais foram as mesmas – elas precisaram se rearticular. Daí a justificativa para examinar a eleição indireta de 1935 para o cargo de governador do estado, os grupos em disputa, os expedientes que esses grupos utilizaram para saírem vencedores e como foi realizada a acomodação das facções adversárias, o que já foi examinado em itens anteriores.

Em consequência da nova situação política, Punaro Bley, agora eleito governador, nomeia outro secretariado e altera o seu relacionamento com algumas lideranças de maneira a acomodá-las à nova realidade, o que já foi anteriormente citado. São nomeados Carlos Gomes de Sá para a Secretaria do Interior e Justiça, e Jorge Kafuri para a Agricultura, em decorrência dos acordos firmados com a facção

⁴⁴³ GRAMSCI, 2000, v. 3, p. 21.

jeronimista do Partido da Lavoura.⁴⁴⁴ Mas, ainda em 1935, o governador Bley, com maioria segura na Assembléia Legislativa, rompe politicamente com Jerônimo Monteiro Filho e exonera as pessoas indicadas pelo grupo jeronimista. Carlos Lindenberg deixa o mandato de deputado federal para ser nomeado secretário da Agricultura e, posteriormente, responde também pelo expediente da Secretaria da Fazenda por certo período.

O combate ao comunismo é reforçado e passa a ser uma diretriz governamental, como se constata nos trabalhos da Constituinte.⁴⁴⁵ Depois, com a repercussão da Intentona Comunista no Espírito Santo, ocorreram prisões de pessoas consideradas de esquerda, como Waldemar Mendes de Andrade. A perseguição aos integrantes da Aliança Nacional Libertadora (ANL) no estado representou a decapitação das suas lideranças e contribuiu para liquidar a oposição que desejava a mudança radical do regime.

Punaro Bley, contudo, mantém-se sempre alerta contra as investidas contra-hegemônicas. Ele está consciente da importância do quarto poder, a imprensa, para citarmos um exemplo significativo dessa permanente vigilância, mantida pelos governantes sobre os assuntos que afetassem sua dominação. Ele preocupava-se de maneira constante com a repercussão de notícias que pudessem atingi-lo na imprensa nacional por ela não estar sob sua influência direta – e, portanto, ser acessível aos seus adversários –, e principalmente pelo fato de essa imprensa formar opinião junto às autoridades importantes da República. A administração Bley – tanto na sua versão ditatorial como na fase democrática –, mantinha controle quase absoluto sobre a imprensa local. Existiu uma exceção, quando dos acontecimentos da sucessão governamental em 1935. Punaro Bley refere-se de forma indireta à situação nestes termos: “A fundação, em Vitória, de um jornal para defender a candidatura Asdrúbal Soares, veio acirrar ainda mais os ânimos, pelos ataques soezes e até infamantes que, diariamente, publicava”.⁴⁴⁶ O periódico, possivelmente impresso em Vitória com o nome de *O Estado*, deve ter possuído uma curta existência; não tivemos sucesso em consultá-lo.

⁴⁴⁴ BLEY, Memórias, cf. ANEXO B.

⁴⁴⁵ Livro de atas das sessões da Assembléia Constituinte do Estado do Espírito Santo (1935).

⁴⁴⁶ Cf. ANEXO B.

Claros indícios dessa preocupação de Bley para controlar a imprensa existem na documentação pertencente ao Arquivo Osvaldo Aranha depositado no CPDOC/FGV e em diversas passagens das suas próprias *Memórias*. Quando Punaro Bley nelas se refere a algum fato político que possa desabonar sua administração, preocupa-se somente com a repercussão desse fato nos jornais do Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Como exemplos, podemos citar a ocasião dos incidentes políticos na eleição indireta para governador, e quando ocorreu o assassinato do juiz de direito Ataualpa Lessa em Afonso Cláudio.⁴⁴⁷

Todo o esforço do governo federal e do governo do estado – na fina sintonia que somente os regimes autoritários e ditatoriais proporcionam – era direcionado para evitar uma “catarse”, ou seja, a passagem das classes subalternas ao “plano ético-político”, onde o termo “ético” aponta para a “dimensão intelectual e moral” e “político” refere-se à presença controladora no aparelho estatal.⁴⁴⁸ A ampla sindicalização, que prossegue nesse período, visa manter as classes subalternas no “plano econômico-corporativo”, impedindo que elas avançassem para o “plano ético-político”, ou seja, empolgassem o poder.⁴⁴⁹ A conquista do apoio das classes médias pela governadoria vai ao encontro das políticas que o governo federal estabeleceu para também conquistá-las e valorizá-las, promovendo ações positivas nos campos da educação e saúde, na formação e treinamento de trabalhadores, no aumento e diversificação de empregos burocráticos, na promoção dos esportes e do lazer etc., enfim, em atividades dentro daquele quadro já definido de reformismo autoritário. Nessa linha, muitas das ações do governo estadual no período tratado são referidas por Maria Stella de Novaes ([197-]), José Teixeira de Oliveira (1975) e João Punaro Bley, que nas suas *Memórias* transcreve trechos de mensagens oficiais.

Quando da comemoração pelos 400 anos da chegada dos portugueses ao que hoje é o estado do Espírito Santo, foram organizados muitos eventos que compreenderam desfiles – de militares, de escolares, e de desportistas. Nesse ano de 1935, a regata era muito popular em Vitória, e o Clube Saldanha da Gama se destacava nos esportes náuticos. A Fotografia 42 (p. 948) registra o desfile de remadores saldanhistas em homenagem à data que então era comemorada.

⁴⁴⁷ Cf. BLEY, *Memórias*.

⁴⁴⁸ CAMPIONE, 2003, p. 53. Cf. também GRAMSCI, 1986, p. 63.

⁴⁴⁹ Cf. GRAMSCI, 2000, v 3, p. 284-286.

O estado do Espírito Santo foi pioneiro em implantar um curso de Educação Física para formação de professores na área. Essa iniciativa, de nítida inspiração militar, foi conjugada ao interesse de políticos e de clubes em promoverem o futebol local. Resultado: construiu-se em Vitória um estádio de futebol que, na época, era o terceiro maior do país e, no espaço abaixo das arquibancadas, foi instalado o Departamento de Educação Física. Ao estádio foi dado o nome de “Governador Bley”, devido ao amplo apoio financeiro que esse governante proporcionou ao empreendimento. O coordenador dessa obra foi o oficial do Exército e deputado Carlos Marciano de Medeiros, também presidente do Rio Branco Futebol Clube e grande incentivador para a criação do curso de Educação Física no estado. Engenheiro e prefeito da Capital, Álvaro Sarlo foi autor do projeto construtivo e colaborador na construção da praça esportiva. A Fotografia 43 (p. 349) mostra a inauguração do referido estádio, com a presença do governador e de altas autoridades estaduais, como Carlos Medeiros, então presidente da Assembléia Legislativa. Deve-se observar que as evoluções de ginastas e alunos estavam dentro da disciplina daqueles anos – o contato entre as autoridades e as “massas” era feito por meio de desfiles cívicos e outras manifestações sempre controladas e sempre em apoio ao governo. O Estádio Governador Bley em Jucutuquara, Vitória, é uma expressão física dessa busca de consenso junto às classes subalternas. Ele era o equivalente, em ponto menor, ao que pouco tempo depois representou o Estádio de São Januário do Vasco da Gama no Rio de Janeiro para o governo federal – um palco onde os líderes autoritários e o povo se encontravam e se saudavam.

O reformismo autoritário, presente na vida estadual desses anos trinta, englobava ações que afetavam a vida dos cidadãos nos mais diversos campos. Nesse contexto, uma das decisões que maior repercussão teve na administração estadual foi o controle rigoroso das finanças públicas. As liquidações de antigos empréstimos externos e internos eram até celebradas como obra de salutar economia. Um desses exemplos está propagado na Fotografia 44 (p. 350). O dinheiro recebido pela taxa de 5 xelins por saca de café exportada foi destinado à liquidação desses empréstimos que oneravam as finanças estaduais. Já na época, vozes se levantaram para contestar tais liquidações, argumentando que essas verbas seriam mais bem empregadas na execução de obras importantes, como o término da

construção do cais comercial de Vitória.⁴⁵⁰ Mas a política fiscal da interventoria, e depois da governadoria, foi no sentido de promover tais liquidações.

Ainda dentro do campo financeiro, e como que corroborando nossas considerações sobre o interesse da classe comercial exportadora em garantir a produção cafeeira oriunda de pequenas e médias propriedades, em outubro de 1937 foi instalado o Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo – Ruralbank. A instituição, que teve em Mário Aristides Freire o seu primeiro presidente, auxiliado pelo diretor Jones dos Santos Neves, logo passa a promover essencialmente o atendimento financeiro aos pequenos e médios produtores rurais.

Com o aumento da arrecadação, as obras de construção do porto de Vitória prosseguiram, como pode ser constatado pela Fotografia 45 (p. 351), por serem consideradas uma prioridade pelos exportadores, de forma a diminuir seus custos operacionais. Os armazéns do porto de Vitória, junto com o novo prédio dos Correios na avenida Jerônimo Monteiro, inaugurado em 1936, constituem expressões arquitetônicas do período Bley na cidade de Vitória.

O reformismo autoritário privilegiou o aspecto social, onde as carências sempre foram muito grandes no país e no estado. Ele foi concebido, no plano estadual, como uma forma de acompanhar as políticas públicas que se executavam nesses anos como diretrizes do governo federal. Para um estado corporativista, as classes sociais deveriam ser dissolvidas em corporações – os sindicatos –, que disciplinariam a conduta social de empregadores e empregados, a todos colocando sob a proteção do governo, por meio da legislação trabalhista e da previdência social, como é bem conhecido. Mas havia segmentos sociais que ficaram excluídos dessa proteção governamental, e para eles foram destinados espaços determinados, de preferência nos arredores da Capital.

Um desses segmentos era representado pelos trabalhadores rurais doentes, especificamente aqueles atacados pela hanseníase, mal sem cura à época. Outros excluídos da sociedade eram os órfãos pobres e a velhice desamparada. Também os servidores estaduais, civis e militares, não podiam ser sindicalizados e não gozavam de certas regalias e vantagens ofertadas aos trabalhadores de carteira

⁴⁵⁰ CHANAAN, ano I, nº 5-6, maio jun. 1936, p. 73.

assinada. O reformismo autoritário veio atender a esses casos específicos, construindo o Hospital da Associação dos Funcionários Públicos no centro da Cidade Alta, em terreno contíguo à catedral de Vitória, resultante da demolição de prédios coloniais e que originalmente destinava-se a uma praça pública. Assim, os servidores civis estariam assistidos em caso de doença no Hospital Governador Bley, nome que acabou não sendo adotado, apesar de até hoje existir na sua entrada principal um busto do homenageado. Para abrigar os hansenianos, foi organizada a Colônia Agrícola de Itanhenga, no município de Cariacica, com o respectivo preventório para acolher os seus filhos saudáveis. A Penitenciária da Pedra d'Água, às margens da baía, em Vila Velha, foi reformada de maneira a resolver uma questão que também afetava um segmento de pessoas socialmente diferenciadas, os presos. Aos idosos desvalidos foi destinado um asilo, construído na ilha de Monte Belo. O atendimento médico-hospitalar às crianças pobres passa a ser realizado no novo Hospital Infantil, erguido na Praia do Canto. E, fechando o círculo, em Maruípe foi reativado o Patronato de Menores para órfãos do sexo masculino (as órfãs continuaram ainda um tempo abrigadas no alto da ladeira Santa Clara) e edificado um novo quartel para atender às necessidades dos integrantes do Regimento Policial Militar. Além dessas obras que se concentraram em torno de Vitória, algumas outras foram empreendidas no interior, como o hospital infantil em Cachoeiro de Itapemirim.

Dentro da lógica desse reformismo, mas para atender ao interesse da administração governamental, tentou-se diversificar a produção agrícola, de forma que o estado não dependesse somente da lavoura cafeeira. Foi ampliada a produção de cacau na região de Linhares, incentivada a produção algodoeira em Baixo Guandu e a de seda em Vargem Alta (Cf. Fotografia 46, p. 352), então pertencente a Cachoeiro de Itapemirim. Com exceção da lavoura cacauzeira, que já vinha sendo incentivada desde os anos vinte, todas as demais iniciativas fracassaram. O pequeno capital comercial circulante no Espírito Santo não se interessou por elas – o café continuava a ser o seu único objetivo. A ativação, em 1935, da fábrica de cimento em Cachoeiro de Itapemirim foi realizada por empresa de fora do estado.

Durante a administração Bley, a divisão municipal do estado somente foi alterada uma única vez, em 1935, para a criação do município de Baixo Guandu, desmembrado de Colatina, e com extensa fronteira com Minas Gerais. Era o

reconhecimento político da ocupação territorial levada a efeito por fazendeiros e pequenos proprietários naquela região, ocupação que avançava célere, impulsionada pelos trilhos da Vitória a Minas e que, nos anos seguintes, geraria uma série de conflitos com o estado vizinho em área mais ao Norte.

As iniciativas particulares de fundar em Vitória escolas de nível superior foram encampadas pelo governo do estado, especificamente a Faculdade de Direito do Espírito Santo e a Faculdade de Farmácia e Odontologia (Cf. Fotografia 47, p. 353), o que valorizava o governo estadual aos olhos das elites locais. Ainda no campo educacional, progressos foram registrados, como o aumento do número de crianças matriculadas nas séries do curso primário, bem como a contratação de professores e construção de escolas. O estado foi, inclusive, o ganhador da “Cruzada Nacional de Educação” por ter sido a unidade da Federação que mais construiu escolas primárias, e seu governante recebeu uma bandeira nacional das mãos de Getúlio Vargas (Cf. Fotografia 48, p. 348).⁴⁵¹

Cuidou-se também da infra-estrutura – a construção de pontes e a abertura de estradas destinaram-se a facilitar o escoamento da produção cafeeira e madeireira. Todas essas medidas vieram reforçar a hegemonia do governo junto às classes médias e populares, reiterando ao mesmo tempo a dominação das classes que já a exerciam.

Em 1937, o breve regime de democracia limitada no Brasil entra em colapso. Punaro Bley responde positivamente às consultas efetuadas pela missão Negrão de Lima de apoio a Getúlio Vargas, em sondagens preparatórias para o golpe do Estado Novo.⁴⁵² As seguidas autorizações para decretar estado de sítio, arrancadas do Congresso Nacional pelo governo federal, culminaram com a permissão para instituir o estado de guerra, após o engodo do forjicado Plano Cohen, produzido por um oficial integralista. O estado de guerra foi decretado a 3 de outubro, com validade para noventa dias. No estado do Espírito Santo, a comissão estadual para execução das novas medidas logo é instalada:

Como decorrência [da divulgação do Plano Cohen], era decretado o “Estado de Guerra”, suspendendo as garantias constitucionais e no dia 10 de outubro era eu nomeado seu executor [no Espírito Santo],

⁴⁵¹ CHANAAN, ano II, nº 18-19, set. out. 1937.

⁴⁵² CARONE, 1976.

tendo como companheiros de comissão, o tenente-coronel Fernando Lopes da Costa, chefe da 3ª Circunscrição de Recrutamento e o capitão-de-corveta Antão Álvares Barata, Capitão dos Portos de Vitória.

Era uma comissão ingrata não só pelos meus companheiros, como pelos poderes a ela atribuídos:

- a) organizar colônias agrícolas para educação moral e cívica e afastamento dos elementos comunistas considerados perigosos;
- b) organizar campos de concentração destinados a receber jovens que por ventura se tenham transviado dos seus deveres cívicos, deixando-se arrastar pela demagogia falaciosa do marxismo;
- c) organizar presídios para neles receber e recolher comunistas declarados, chefes, insufladores ou propagandistas ostensivos da ideologia marxista;
- d) preparar todas as medidas para que qualquer manifestação de carácter comunista ou perturbadora da ordem e tranquilidade da [nação] seja reprimida energicamente, fazendo vigorar a lei marcial em toda a sua plenitude e eficiência.⁴⁵³

O próprio governador Bley teme pela sua autoridade, no que diz respeito ao controle que exercia sobre o aparelho regional de Estado, quando do endurecimento político do regime, em preparação para o golpe do Estado Novo, desfechado, como se sabe, a 10 de novembro de 1937:

As comissões estaduais [da execução do estado de guerra] ficavam subordinadas a uma outra, a Comissão Central, presidida pelo Ministro da Justiça, embaixador Macedo Soares, tendo como vogais o general Newton Cavalcanti e um almirante. Dos membros da nossa comissão, o que se revelou mais perigoso e ridículo foi o tenente-coronel Lopes Costa.

Ridículo, porque tendo duas filhas para casar, só pensava em festas cívicas, até no cemitério, com o indefectível “Altar da Pátria”, as filhas como “deusas”, segurando bandeiras nacionais. Sua mania era tal que acabou sendo apelidado de “Altar da Pátria”.

Perigoso, como mais tarde verifiquei, porque era integralista não facilmente manobrável, porta-voz de denúncias mais absurdas, até mesmo contra elementos do governo.

Embora desmentindo, os integralistas tinham como ponto de apoio na Comissão Central o general Newton Cavalcanti. Assim, o objetivo das denúncias de Lopes da Costa era provocar reações da minha parte em defesa de inocentes e, assim, comprometer-me junto do Governo Federal.

Felizmente, pouco tempo depois o governo decretava a extinção das comissões estaduais do estado de guerra.⁴⁵⁴

O advérbio “felizmente” empregado por Bley denota o quanto essa Comissão, no pouco tempo em que existiu, colocou em xeque o poder do governador. De fato, a Comissão Estadual de Execução do Estado de Guerra procurou mostrar serviço.

⁴⁵³ BLEY, Memórias, p. 100-100v.

⁴⁵⁴ Ibid., p. 100v.

Professor e advogado em Cachoeiro de Itapemirim, Deusdedit Batista foi chamado para prestar esclarecimentos:

Logo em seguida, em 1937, fui nomeado diretor do Liceu [de Cachoeiro]. No entanto, veio o golpe de estado de Getúlio Vargas e aí tive um problema.

[...] disse umas verdades ao governador Bley, lá em Vitória, porque ele me prendeu uns professores aqui dentro do Liceu e eu era diretor. Um desses professores era o Waldemar Mendes de Andrade. Eu era um rapazola mesmo, com pouco mais de 20 anos de idade, quando fui dirigir o Liceu [por indicação de Fernando de Abreu]. Mas, então, fui a Vitória porque queriam que prestasse algumas informações sobre o pessoal preso. Disse algumas coisas desagradáveis, coisas de rapaz, ao então governador, porque *quem estava me inquirindo era uma junta militar*. Hoje sei o susto e o perigo por que passei. Eles me perguntaram e andei dizendo umas coisas que pensava, sérias, duras. Não voltei preso a Cachoeiro não sei porque. Mas quando voltei já não era mais diretor do Liceu. Depois saiu no jornal que eu tinha sido demitido a pedido. Eu não pedi demissão, fui exonerado mesmo. De qualquer forma voltei a Cachoeiro com a alma lavada, feliz da vida, alegre, porque tinha dito tudo aquilo que pensava.⁴⁵⁵

Na continuação do processo, quando o novo regime instituído pelo Estado Novo se consolida, Getúlio Vargas pode prescindir dessas medidas de caráter mais militarista, pois setores fundamentais do Exército já tinham dado total apoio à nova realidade política, e mesmo concorrido para que ela se configurasse. Como Bley declara, a situação política excepcional atingia sua autoridade, e mais, poderia comprometer a continuidade no poder do grupo político que já o detinha no estado.

A montagem de reformas autoritárias e modernizantes na política e na administração espírito-santenses contribuíram para marcar a fisionomia social e política do estado do Espírito Santo por muitos anos, sobretudo no prosseguimento do longo processo da revolução passiva proporcionado pela instauração do Estado Novo. E, em tal processo, cumpre assinalar que as classes dominantes sempre estiveram a cavaleiro da situação política. Porque, como assinalado por Sabine Kebir, o próprio

Gramsci sublinha que a dialética de “revolução-restauração” é praticada, na vida política, muito mais habilidosamente pelas forças conservadoras. Diz ele: “Enquanto Cavour tinha consciência de sua missão, uma vez que estava criticamente consciente da missão de Mazzini, Mazzini, pela pouca ou nenhuma consciência da missão de Cavour, estava também, na realidade, pouco consciente de sua

⁴⁵⁵ CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM, 1985. Grifo nosso.

própria missão. [...] Suas iniciativas intempestivas [...] se tornavam elementos úteis apenas à política piemontesa" (CC, 5, 318).⁴⁵⁶

Num estado periférico, contudo, até mesmo um membro do partido conservador vinculado ao governo pode estar alienado, frente à conspiração de caráter autoritário que deu origem ao Estado Novo, e da qual o governador Punaro Bley participava. Um raconto local registrou a situação e, por isso, vale a pena transcrever a passagem que o fixou na crônica histórica:

10 de novembro de 1937. O deputado vice-presidente da Assembléia Legislativa do Espírito Santo, como fazia todos os dias, passara a manhã estudando, em sua casa na rua Dom Fernando. Às onze horas, almoçou e quase ao meio-dia se dirigiu para a Assembléia, cujos trabalhos se iniciavam às doze horas.

Baixo, gordote, sem pescoço, caminha vagarosamente para a sede do Legislativo, a dois passos de sua casa. Chegando lá, uma surpresa: o prédio está ocupado por soldados da Força Policial.

Interpela um guarda e sabe que é um tal de Estado Novo. Não se conforma, atravessa a praça que separa a Assembléia do palácio do governo, e vai resmungando:

– Vou reclamar ao Bley...

"Si non è vero..."⁴⁵⁷

O que significa essa historieta, suficientemente forte para ser reiterada pela memória coletiva local durante décadas seguidas? É uma pista sobre o que acontecia na política espírito-santense daquele tempo – tudo girava em torno do governador, ou, pelo menos, por suas mãos passavam as decisões mais importantes. E essa situação foi reforçada pela permanência de Bley à frente do governo estadual na etapa da vida política inaugurada pelo Estado Novo. Quando este regime foi instituído, não era dado como certo que Punaro Bley continuasse no comando do poder regional, embora trabalhasse para isso, como ele próprio dá a entender em suas *Memórias*. Não importa muito se o raconto antes transcrito corresponde ou não ao que, de fato, aconteceu. A história engendrada sobre o episódio é que nos esclarece acerca do que se pretendia mostrar. E, inequivocamente, essa é uma leitura que a elite fez do acontecimento, para seu próprio consumo e até mesmo para escarmento dos subalternos. Todos deviam aceitar o novo regime, cabendo-lhes se inteirar dos fatos e do poder das autoridades, se não, cairiam no ridículo, como o deputado vice-presidente da extinta Assembléia Legislativa. Ridicularizar os políticos, especialmente os representantes do povo, era uma forma de coonestar o

⁴⁵⁶ KEBIR, 2003, p. 151-152.

⁴⁵⁷ PACHECO, 1998, p. 43.

regime que tinha nascido no meio da indiferença popular, consentida ou imposta, e num contexto político excepcional, proporcionado pela decretação do estado de guerra. Ou seja, a historieta congelou no tempo uma situação concreta – que era a de ridicularizar os deputados que perderam o mandato, mostrando sua ingenuidade e impotência em relação ao que estava acontecendo na política, para impedir que alguma voz discordante se alteasse.

Punaro Bley é novamente nomeado interventor federal no estado em 25 de novembro de 1937. O Estado Novo manteve o mesmo interventor, já então *velho* conhecido dos capixabas e experimentado conhecedor da política local. Um pequeno acréscimo nos versos de famosa marchinha de carnaval talvez sintetize bem o desfecho político do início do Estado Novo no Espírito Santo: “Mulata, mulatinha meu amor, fui [outra vez] nomeado seu tenente-interventor”.

O novo regime político dissolve o Congresso Nacional, as assembleias legislativas e as câmaras de vereadores e proíbe os partidos políticos. A queima das bandeiras estaduais na pira da pátria foi um ato simbólico que marca a anulação política dos estados em relação ao governo central.⁴⁵⁸

Junto com os episódios relacionados com sua eleição indireta para o cargo de governador constitucional, Punaro Bley deve ter aprendido mais uma lição do seu mentor político, Getúlio Vargas, que numa disputa política não se fixava em nomes pessoais, mas trabalhava para que sua tendência política saísse vencedora. No entanto, não devemos dar curso a simplificações da conjuntura política espírito-santense do final de 1937 – como a de afirmar que Bley continuou no poder porque já era politicamente forte. Isso representava, então, uma meia verdade. Ele permaneceu no comando da política local porque soube se adaptar aos novos tempos, e fazer com que seu grupo o acompanhasse nessa postura política. A prova está em algumas mudanças político-administrativas efetuadas no tabuleiro da administração estadual em dezembro de 1937 e início de 1938. Bley atrai para seu projeto continuísta parte do antigo Partido da Lavoura, aquela que não acompanhava Jerônimo Filho, e nomeia Nelson Monteiro secretário da interventoria. Talvez ninguém quisesse revolver o passado recente, e lembrar ao interventor de

⁴⁵⁸ CARONE, 1978.

1938 que em 1930 o mesmo Nelson Monteiro era o secretário da Presidência na Administração Aristeu Aguiar. Coerência não entrava nos novos acordos políticos de Bley com parcelas da oligarquia. Carlos Medeiros, após brigar com Punaro Bley, em 1936, por não ter recebido o seu apoio político na disputa pela presidência da Assembléia Legislativa, com ele se recompõe, e é designado novamente para o comando do Regimento Policial Militar. Além disso, Bley confirma Carlos Lindenberg como secretário da Agricultura, Terras e Obras, e “renova” as importantes secretarias da Fazenda e da Educação com, respectivamente, Oswald Guimarães, seu amigo particular e fiador junto às classes dominantes desde os episódios de outubro de 1930, e Fernando Rabelo, que tinha sido seu chefe de polícia, e agora desempenharia nova missão reformista autoritária – a de “nacionalizar o ensino” nas regiões de colonização alemã e italiana. Para a também importante secretaria do Interior e Justiça o escolhido foi Celso Calmon Nogueira da Gama, de ilustre estirpe linhareense. Ou seja, se a hegemonia do grupo de Bley já era muito grande, ela precisava ser garantida e ampliada com uma reformulação política precisa, em que algumas peças fossem trocadas para que o conjunto continuasse mandando da forma costumeira.

Como citado antes, membros da elite política espírito-santense logo perceberam os exageros patrióticos do tenente-coronel Lopes da Costa, militar integralista e que era um dos executores no Espírito Santo do estado de guerra, e o apelidaram de “altar da pátria”. Na Fotografia 49 (p. 349) vemos uma cerimônia no chuvoso dia 19 de novembro de 1937, quando, no parque Moscoso, foi montado um desses cenários, no caso, em homenagem ao Dia da Bandeira. As pessoas do povo, muitas delas, talvez não atinassem sobre o que estava acontecendo. Mas as autoridades, essas sabiam o que se sacrificava nesse “altar”: o frágil regime democrático.

Não se pode descartar a hipótese, a ser comprovada por estudo específico, de que a criação da revista *Chanaan* em 1936 tenha sido iniciativa de grupo econômico (talvez ligado ao comércio cafeeiro) que apoiava o governador e comungava da sua ideologia liberal democrata, de forma a concorrer com a tradicional *Vida Capichaba*, cada vez mais alinhada com as idéias integralistas, apesar de continuar cortejando em suas páginas a administração estadual, da qual dependia financeiramente para sobreviver. Esse “partido” mais recente, a revista *Chanaan*, logo se posiciona em relação aos novos tempos. No seu número de novembro de 1937 (Cf. Fotografia 50,

p. 350) estampa na capa uma alegoria do que seria a realidade política daí em diante, do ponto de vista do poder vigente. Não mais confusões e brigas partidárias que atrapalhassem a boa marcha da administração; agora todos unidos e submetidos aos ditames do país no interesse do seu governo. A frase ao pé da alegoria sintetiza a hegemonia almejada pelos governos do estado e da União nesse final de 1937: “Das competições partidárias à unidade da pátria”.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao examinar a política espírito-santense no espaço de tempo de sete anos (1931-1937), podem ser caracterizados três períodos distintos: o inicial, em que a presença da interventoria esteve sob a influência tenentista mais acentuada (1931-1933); o intermediário, no qual a interventoria conviveu com eleições federais e estaduais (1933-1934); e o período da governadoria (1935-1937), quando ocorreram eleições para deputados classistas estaduais e para vereadores e prefeitos municipais. Esta é uma periodização baseada em momentos políticos muito marcados por legislação eleitoral específica. Ela procura resgatar as especificidades dos arranjos políticos acontecidos no plano estadual.

As divergências políticas entre os grupos adversários tinham como móvel principal a velha disputa, agora renovada devido a novas realidades políticas do país, pelo controle do aparelho regional de Estado. O que se pretendeu demonstrar nesta dissertação é que, no cenário político capixaba dos anos trinta, todas as personagens desempenharam o seu papel como se fossem atores de uma ópera-bufa – ora cantando em harmonia uns com os outros as partes conduzidas por música ligeira, ora recitando suas falas como textos previamente decorados.

O projeto vencedor usou de todos os recursos disponíveis, sobretudo os de que, como poder estatal, podia lançar mão para manter e ampliar sua hegemonia política: a Igreja e sua pregação doutrinária; o mundo do esporte – em especial o futebol e, no que diz respeito à Vitória, a regata –, e o seu poder de mobilizar positivamente a população para atividades lúdicas; a imprensa, com suas mensagens formadoras de opinião; o cinema e o rádio que ditavam modas; os diversos “partidos” postos à disposição dos interesses das classes dominantes, a Associação Comercial, a Maçonaria, o Rotary Clube, o Instituto Histórico, etc.; o mundo específico da política com seus partidos e facções em embates carregados de emoção; por último, e o mais importante, o poder governamental em si, com sua condição de coordenar todas as outras instâncias sociais para um projeto político, e por ser a entidade que mais facilmente se escuda na lei para proteger ou perseguir, nomear ou demitir, corromper ou se deixar corromper em suas diversas modalidades. Sempre o consenso revestido de coerção.

“A instituição que garante o Estado de compromisso é o Exército”, afirma Boris Fausto, referindo-se ao conjunto do país.⁴⁵⁹ Essa afirmativa também pode ser aplicada à realidade então vigente no estado do Espírito Santo – nenhuma fração de classe podia hegemonizar o poder estadual. Os cafeicultores não mais podiam exercer a hegemonia. Os comerciantes não podiam exercê-la com exclusividade – o capital comercial cafeeiro estava enfraquecido devido à grande crise. O interventor Bley era um Getúlio em miniatura no Espírito Santo – o testemunho é da própria Alzira Vargas, e recebido como elogio por Bley – “discípulo mais dileto de Getúlio”. E Bley soube valer-se de sua origem militar para manter contatos na esfera do Exército com o propósito de se manter no poder e alcançar alguns objetivos administrativos e políticos difíceis de serem conseguidos de outra forma.

As reformas do secretariado, realizadas por Punaro Bley nas diferentes fases da sua administração de 1930 a 1937, vinculam-se às transformações ocorridas na situação política estadual. Nos dois primeiros anos pós-revolução, houve algumas mudanças nos titulares das pastas estaduais que corresponderam à instabilidade político-institucional daquele período. Depois, as alterações mais significativas do secretariado ocorreram após a eleição de Bley para governador em 1935 e quando da sua nova escolha para interventor em 1937. Tais alterações foram realizadas pelo titular do Poder Executivo como forma de acomodar aliados, ou para cumprimento de promessas ajustadas em composições políticas, e são um nítido reflexo das novas relações de grupos e facções com o poder estadual.

Durante todos esses anos de muita instabilidade do poder – entremeados por episódios de maior gravidade –, afinal, por que o projeto político do grupo liderado por Punaro Bley conseguiu se manter vencedor? Acima de tudo, o interventor, depois governador, guia-se de modo estrito pela cartilha de Getúlio Vargas e, assim, acompanhou de perto as conjunturas políticas que se apresentavam no plano federal. Contudo, esse alinhamento automático com a política federal não implicava subserviência, mas um constante estado de alerta para sentir o predomínio de determinada tendência política em prejuízo de outra. Como exemplos dessa postura política podemos citar três momentos. O primeiro em 1932, quando Vargas apela para apoio frente à Revolução Constitucionalista de São Paulo; as tropas do Espírito

⁴⁵⁹ FAUSTO, 1997, 138.

Santo foram as primeiras a chegar ao Rio de Janeiro para ajudar na repressão à revolta. Outro momento se deu quando do processo de esvaziamento do tenentismo e conseqüente rearticulação das oligarquias agrárias, o que demandou um processo de adaptação da interventoria a uma nova conjuntura política. Associado a este, existiu outro processo importante, quando do retorno do país aos quadros constitucionais e à prática partidária, concretizado no apoio à política de Vargas. Rezar na cartilha getulista não é mera expressão de ênfase. A referência de Alzira Vargas nesse sentido é reveladora – o jovem capitão procura ser maneiroso politicamente, como a astuta raposa gaúcha. Na política, destrói inimigos e cultiva amigos. Mas sempre dentro da diretriz getulista: cultivar os amigos, sabendo que amanhã eles podem se tornar inimigos; e respeitar os inimigos, pois no futuro se poderão transformar em amigos. Bley conjuga muito bem o consenso político com a coerção, empregando esta sempre que necessário.

Outro aspecto que explica a permanência no comando político do estado desse grupo situacionista é o fato de seus integrantes cultivarem as ligações certas com o centro do poder getulista, de forma a ver “para que lado o vento soprava”, e isso numa época em que as orientações políticas vindas do plano federal eram muito impositivas. Ou seja, não somente se adaptaram às acomodações políticas patrocinadas por Vargas como se afinaram com o que acontecia no 2º e 3º escalões do governo da República, procurando carrear benefícios para a administração estadual. Benefícios que estavam disponíveis no plano federal, e que no Espírito Santo foram aplicados no contexto do projeto modernizante do reformismo autoritário, nas áreas da educação, saúde e assistência social.

Ademais, e essa evidência deve ser enfatizada, esse grupo político continuou vencedor porque manteve unido pelo menos o seu núcleo central – as defecções foram devidamente administradas. Tal núcleo era composto pelo próprio Bley, a que se somavam as outras lideranças estaduais como, por exemplo, Fernando de Abreu e Carlos Lindenberg; o primeiro já com maior experiência política e o segundo afirmando-se na atuação política nesse período no nível estadual. As defecções de Asdrúbal Soares e Carlos Medeiros se dão como que para confirmar essa conjuntura. Asdrúbal vai continuar na oposição durante o resto do governo Bley, mas será devidamente isolado, do ponto de vista político. Já a discordância de Medeiros é neutralizada ainda no princípio de 1938, quando ele, já sem o mandato de

deputado devido ao golpe do Estado Novo, é nomeado novamente comandante-geral do Regimento Policial Militar, como vimos. O traço comum que une o comportamento de Bley no tratamento destas questões é a colocação em prática de um “manifesto político”, expressão gramsciana para se referir à conhecida obra de Maquiavel.⁴⁶⁰ Esta política sempre foi exercida com emoção e levando de roldão amigos, se isso fosse necessário, até mesmo para evitar que novas lideranças políticas se firmassem e eclipsassem o poder do interventor, depois governador, como foi o caso das dissidências referidas de Asdrúbal Soares e de Carlos Medeiros. Ou nas ocasiões em que o antigo inimigo é transformado em amigo (caso de Jerônimo Monteiro Filho no episódio da escolha indireta para a governadoria) e novamente em inimigo, o que também se dá com o mesmo Jerônimo Filho, na conjuntura política do final de 1935 em que o governador Bley já controla hegemonicamente o poder no estado e prescinde do aliado de ocasião. Ou, ainda, quando um antigo adversário “carcomido” é novamente levado para o governo, caso de Nelson Monteiro, no começo do Estado Novo.

Em terceiro lugar, o grupo não possuía um projeto político extremista, em anos em que tal posicionamento político era muito comum. A sua proposta era implementar o projeto varguista no estado. Não possuindo projeto político próprio, o grupo de Bley pôde mais facilmente adaptar-se às conveniências políticas, em especial advindas das conjunturas políticas nacionais, que nestes anos foram muito mutáveis. Num outro momento, e com a sistematização de um ideário com tinturas liberal-democratas, construiu-se uma espécie de grande guarda-chuva ideológico no qual muitas tendências políticas puderam se abrigar.

Além do mais, se esse grupo político procurou incorporar as lideranças mais antigas que não estiveram acintosamente compactuando com a “situação decaída”, também soube promover novas lideranças, como Asdrúbal Soares (pelo menos até 1934), Jones dos Santos Neves, o próprio Carlos Lindenberg, e outros menos votados. E, com isso, teve êxito na troca de guarda promovida nessa época entre distintas gerações políticas – o velho e o novo em política andando de mãos dadas, quando isso interessava a ambos.

⁴⁶⁰ GRAMSCI, 2000, v. 3, p. 14.

Por outro lado, as forças oposicionistas não estiveram à altura dos conturbados momentos políticos vividos nos anos de 1930 a 1937. A oposição “confiável”, que também possuía raízes na grande propriedade rural, no comércio cafeeiro ou na burocracia, aferrou-se a um passado oligárquico, confundindo o fato de as oligarquias poderem se rearticular com a situação ultrapassada em que elas davam as cartas com exclusividade no jogo político. O Partido da Lavoura, que existiu no breve período constitucional agregando as diversas tendências oposicionistas das classes conservadoras, foi fundado com a intenção de representar os interesses dos proprietários de terra, mas logo se viu engolfado por bacharéis e pessoas que não tinham direta ligação com os problemas do campo, ou nem mesmo moravam permanentemente no estado, como Jerônimo Monteiro e Jerônimo Filho, Atílio Vivacqua, Abner Mourão, etc. Ou seja, tais políticos não tinham condições de fazer direito o “dever de casa” partidário, ou se iludiam considerando que a prática partidária ainda se aviava nos mesmos e precisos termos da receita vigente na República Velha, na qual bastava controlar o chefe político local para assegurar o ganho dos votos do seu “curral” eleitoral, realidade que começa a mudar com a existência da Justiça Eleitoral e a prática do voto secreto. Acrescente-se a essa situação a circunstância de o partido oposicionista conseguir ser mais heterogêneo politicamente que o partido situacionista.

Outro aspecto que ressalta da prática política do grupo liderado por Bley – sua flexibilidade operacional. Se fosse o caso, companheiros ficavam no meio do caminho, sacrificados em nome da manutenção do poder, ou das adaptações necessárias quando a política nacional impusesse mudanças que deveriam ter correspondência no estado, como o término do tenentismo, por exemplo. Não se pode perder de vista que a política nesses anos foi conduzida no estado por um líder que possuía formação castrense, e que em muitos momentos fez suas opções de poder utilizando-se de princípios da estratégia militar.

Ainda outro aspecto a considerar, e que explica o continuado uso da hegemonia por parte do grupo situacionista – o estrito compromisso com as “classes conservadoras”, da qual tiveram todo o apoio necessário para a consecução dos seus objetivos políticos. A Associação Comercial de Vitória se solidariza com o governo na crise de 1932 e mesmo em eventos posteriores, como na repressão aos “extremismos políticos”. Em compensação, o governo estadual encampava junto ao

governo federal os pleitos de interesse dos exportadores de café baseados em Vitória ou na zona de sua influência econômica. Nesse sentido, houve uma coincidência de interesses entre a administração estadual e o governo da União que, naquele período, implementava ações para “quebrar a espinha” do predomínio paulista na definição de políticas para o comércio exportador de café. Quer dizer, quando a federalização desse comércio passou a ser executada pelo poder central, os estados periféricos tiveram alguns benefícios econômico-financeiros. E não podemos esquecer que a “guerra aos paulistas” foi realizada em duas etapas – em 1930, contra Washington Luís e Júlio Prestes; e em 1932, contra a Revolução Constitucionalista. Boris Fausto e Francisco Weffort referem-se à ausência de paulistas em cargos importantes no governo da União por bom tempo e a justificam da seguinte forma – representantes do poder econômico tiveram que ser afastados do controle político para que o Estado de compromisso ajudasse a melhor desenvolver as novas forças produtivas.⁴⁶¹ O Espírito Santo, como terceiro maior exportador de café, soube carrear este benefício em proveito próprio, como a renda obtida pela sobretaxa de 5 xelins por saco de café exportado. Tal fato explicaria, ao menos em parte, a circunstância de o estado capixaba ter sido o único que pagou toda sua dívida externa. E isso associado à política financeira que Punaro Bley imprimiu ao seu governo, uma austeridade próxima à mentalidade militarista de transformar a gestão governamental numa administração de quartel, como seus adversários políticos o acusavam.⁴⁶² Tal austeridade ia ao encontro dos interesses das classes dominantes – menos compromissos financeiros do estado, menos pressões para a cobrança de impostos.

Em contrapartida, a administração estadual nesse período não descuidou das “classes despossuídas”. Pode-se até afirmar que houve ensaios bem sucedidos do que seria uma prática corriqueira a partir dos anos de 1950, quando o populismo é amplamente praticado – o culto ao chefe, o clientelismo político, a concessão de benesses paliativas (vide as distribuições de víveres em outubro de 1931 por firma particular, e no Natal de 1934 pela primeira-dama do estado) e uma grande preocupação com a assistência social. Muitas das iniciativas neste campo social visavam carrear para o estado benefícios financeiros e técnicos de políticas federais

⁴⁶¹ FAUSTO, 1997; WEFFORT, 2003.

⁴⁶² REZENDE, 1981.

da mesma área, como já assinalado. O que não deixava de contribuir para a manutenção das classes subalternas no seu “devido lugar” – educação (educação física), saúde (hospitais, preventório), assistencialismo de modo geral (exemplo: apoio às famílias dos soldados que foram combater os constitucionalistas de São Paulo em 1932).

Batendo à esquerda e à direita, a ditadura do Governo Provisório e o regime democrático limitado não estariam a serviço da ideologia centrista do liberalismo? Daquele mesmo liberalismo que, segundo Wallerstein, se constituiu na ideologia global da Modernidade? O universo político do estado do Espírito Santo desse período não diferiu muito daquele vigente no restante do país, apesar da existência de peculiaridades locais, como a forte presença do movimento fascista. Para não serem confundidos com extremistas de esquerda ou de direita muitos políticos se diziam adeptos da “liberal democracia”. Depois de sete anos de Governo Provisório e democracia limitada (1930-1937), o país viveu num regime autoritário de oito anos (1937-1945) no Estado Novo. Mas, na continuidade do processo político, houve a queda da ditadura e a redemocratização do país, até mesmo por influência dos Estados Unidos, e o que predominou, nos dezenove anos seguintes, foi uma frágil democracia liberal. Certamente não aquela do liberalismo oligárquico da Primeira República, mas uma democracia populista, onde sempre esteve presente a ideologia centrista do liberalismo. Por sinal, nesse período a influência de idéias e costumes americanos aumenta no estado com a maior difusão do cinema e o estreitamento dos contatos comerciais com os Estados Unidos pela exportação de café e importação de produtos diversos, da forma semelhante ao que ocorreu em outros lugares do Brasil. O certo é que, no estado do Espírito Santo, houve repressão ao comunismo e ao fascismo nesses anos de 1931 a 1937, seguindo os humores do governo central e as peculiaridades locais.

Era um sonho de poucos, no entanto, realizado – as classes dominantes continuaram o seu domínio e mesmo o ampliaram: pela maior realização de lucros com a incorporação ao ciclo econômico de mais terras no Norte do estado, e pelo pagamento de impostos dentro das suas possibilidades, pois a pressão pelo aumento de despesas na burocracia estadual era sempre contida com os discursos da moralização e da contenção de gastos. As classes dominantes continuaram a se representar no poder, mas com uma intermediação menos oligárquica. Era o caso

de um Carlos Lindenberg como secretário da Fazenda, a quem sucedeu depois Oswald Guimarães, comerciante na Capital. Era o caso, também, do mesmo Carlos Lindenberg como secretário da Agricultura, digno herdeiro das elites políticas e dos terratenentes do sul espírito-santense, levando os seus correligionários para as terras não colonizadas do norte do estado.

As classes médias tiveram maior acesso a escolas, à participação política, ao lazer, etc. O período pós-30, em quase todo o país, foi de certa mobilidade social – desenvolvimento de uma nova classe média (funcionalismo público e modernização econômica) e incorporação de trabalhadores urbanos, embora de forma tutelada. A mudança pode ter sido menor no Espírito Santo, mas ela aconteceu. Já os pequenos proprietários de terra foram estimulados a permanecer no campo, produzindo café, que era apropriado pelos comerciantes para o revenderem com o devido lucro.

A sociedade espírito-santense continuou ruralizada e bastante estratificada, como acontecia na Primeira República, só que agora de certa forma estrangida pela forte presença do corporativismo. Nesse período, patrões e empregados urbanos foram induzidos à extrema sindicalização, associada à presença dos institutos de previdência social. Assim, o programa executado pelo grupo político que esteve no poder estadual nestes anos todos teve pleno sucesso, visto pelos seus próprios termos – prestigiar as “classes conservadoras” a todo custo e *conservar* o *status* da economia e a estratificação da sociedade espírito-santense. E o êxito de tal programa, inclusive, condicionou a vida econômica e social do estado por um bom período de tempo. No decorrer desse processo histórico, o sucesso do projeto político do reformismo autoritário, tão bem embalado pelas elites políticas espírito-santenses, representou o pagamento de um alto preço por parte do conjunto do estado. Representou o atraso para a economia e para a sociedade espírito-santenses, do qual somente agora se liberta.

Como proceder à *avaliação do sentido histórico* que tomaram, no período de 1930 a 1937, as ações político-administrativas ocorridas no estado do Espírito Santo, emanadas de lideranças locais e regionais ou de diretrizes do governo central?

O traço marcante do período, do ponto de vista sócio-econômico, será a reprodução do quadro anterior, e o incremento da ocupação no norte do estado com o cultivo do café em pequenas propriedades e utilizando a mão-de-obra familiar. Continuam hegemônicos na política estadual os fazendeiros e, especialmente, os comerciantes de café, só que agora conquistando novos territórios estaduais para seus lucros, com o café adquirido de pequenos proprietários, em sua maioria.

As mudanças políticas, e não rupturas, se deram num rearranjo de forças dentro da classe dominante, onde os comerciantes assumem de forma mais evidente a hegemonia do poder político. Um bom exemplo dessa política, e que demonstra de forma cabal como ela foi conscientemente aplicada, está na Mensagem à Assembléia Legislativa Estadual apresentada pelo governador Bley em 10 de julho de 1936:

Cinquenta mil propriedades agrícolas, devidamente cadastradas, para uma população de 710.882 habitantes, significam que uma grande parte da população, constituída de pequenos proprietários, vale aqui pela mais firme e constante resistência a quaisquer experiências dos pretensos sistemas socialistas avançados, cujas ideologias impraticáveis controlam, inquietam e desorientam os povos contemporâneos.⁴⁶³

E o integralismo? Com seus correspondentes fascistas e nazistas, eles não eram os que verdadeiramente inquietavam e desorientavam o mundo naquele tempo? Mas a luta é sempre contra o inimigo de classe. Talvez essa sociedade ideal de pequenos proprietários rurais tenha sido pensada também como um antídoto para o “veneno” comunista, e como fornecedora de vocações religiosas para a Igreja e de votos confiáveis para o situacionismo político. Pode-se questionar se a presença de muitos pequenos proprietários de terra seria um fator de inibição de extremismos políticos, de vez que estes arregimentaram muitos de seus integrantes nas classes médias urbanas e rurais. Um fato, no entanto, é inegável – a presença destes milhares de pequenos proprietários, produzindo café com emprego de mão-de-obra familiar, representava uma garantia extra para o comércio, que sempre tinha o produto a preço conveniente para exportação, como referido antes em diversas passagens.

O poder político do governador, apoiado no PSD, era então incontestável – ele podia se jactar que, dos 32 municípios espírito-santenses, seu partido tinha elegido

⁴⁶³ Apud BLEY, Memórias, p. 96v.

em 1936 os prefeitos em 29 deles, o Partido da Lavoura apenas em um, sendo os dois prefeitos restantes (de Santa Teresa e Domingos Martins) filiados à Ação Integralista Brasileira. Na República Velha, nenhum oligarca espírito-santense tinha enfeixado em suas mãos tamanha unanimidade, própria das ditaduras. Mas, era precisamente uma ditadura que estava sendo engendrada no plano federal para, no tempo oportuno, envolver os governadores amigos, presentes na maioria dos estados. Todo o sistema político brasileiro se encaminhava para desfechos autoritários, com base em muito trabalho anterior desenvolvido pelos governos federal e estaduais e por entidades da sociedade civil como a Igreja. O sistema político-administrativo montado por Vargas em seu primeiro período de governo discricionário (quando governou como Chefe do Governo Provisório) demonstrava eficiência, quer dizer, produzia resultados convenientes para os seus próprios beneficiários. Na época, os integrantes desse sistema político até se orgulhavam de se referir ao Governo Provisório como “Ditadura”, decerto para marcar uma mudança nos costumes relacionados ao poder. Tal sistema continuou sendo modificado, ao sabor das conveniências das classes dominantes, no período de 1934 a 1937. Este consistiu num pequeno interregno democrático, se podemos chamar assim uma frágil democracia que, em pouco mais de três anos, viveu todo o tempo em estado de sítio ou de guerra. Pequeno interregno entre dois períodos ditatoriais; muitos políticos e ideólogos autoritários do período consideravam que 1937 aperfeiçoava e continuava 1930.⁴⁶⁴

A cidade de Vitória consolida sua supremacia estadual com o término da construção do porto. Alteram-se as práticas políticas e administrativas, mesmo que essas alterações fossem assinaladas por um grande autoritarismo e um conservadorismo sem disfarces. Tem início a adoção de medidas corporativistas e de assistência social por parte do governo estadual para encaminhar as questões sociais, sempre em consonância com a administração federal.

Em outros termos, mais sintéticos: num primeiro momento, as elites econômicas oferecem uns poucos anéis – ou seja, certa representatividade política –, para manterem os dedos nos seus privilégios de classe. Num segundo momento, elas cobrarão esta cessão política, estendendo os dedos para aumentar o seu

⁴⁶⁴ BORGES, 2001; FAUSTO, 2001.

enriquecimento. A política podia ser exercida por representantes de outros segmentos sociais (da classe média, por exemplo), desde que não se tocassem nos privilégios dos fazendeiros e comerciantes de café. Tudo mudou na aparência político-administrativa, para que na essência sócio-econômica, onde residia o maior interesse da classe dominante, nada mudasse de fato.

Então, por que podemos afirmar que ocorreram rupturas e continuidades nesse período na política espírito-santense? Devido ao fato de que mudou bastante a forma como a classe privilegiada exercia sua dominação – naquele período tem início o processo de passagem a uma sociedade mais complexa e diferenciada, na qual as classes subalternas conquistarão, lentamente, numa luta dura, um papel crescente. Isso malgrado a motivação conservadora do reformismo autoritário, que melhor seria designado como um contra-reformismo. Apesar dos pesares, a história espírito-santense caminhou, como sabemos. Muitos direitos da cidadania que a política de então reprimiu foram depois alcançados e garantidos. A economia se modernizou, muitas conquistas sociais avançaram, mesmo que à custa de grandes sacrifícios por parte da população. No entanto, para sintetizar o projeto político vencedor naqueles anos difíceis – e não pelas razões conservadoras do príncipe de Lampedusa, que encarava a história como algo imutável –, continua válido afirmar: “Se queremos que tudo fique como está é preciso que tudo mude”.⁴⁶⁵

⁴⁶⁵ LAMPEDUSA, Giuseppe Tomasi di. *O leopardo*. Tradução de Rui Cabeçadas. 2. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1961. p. 33.

7 REFERÊNCIAS

7.1 Fontes

7.1.1 Acervos arquivísticos

– ARQUIVO GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA ESTADUAL DO ESPÍRITO SANTO.

Livro de atas das sessões do Congresso Legislativo (set. – nov. 1930).

Livro de atas das sessões da Assembléia Constituinte do Estado do Espírito Santo (1935).

– CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO EM HISTÓRIA DO BRASIL CONTEMPORÂNEO – CPDOC/FVG.

Arquivos: Getúlio Vargas; João Punaro Bley; Lindolfo Collor; Juarez Távora e Oswaldo Aranha.

– ARQUIVO DA LOJA MAÇÔNICA "UNIÃO E PROGRESSO" – VITÓRIA.

Série de Livros de Registro de Atas (1925-1945) e de Processos de Filiação de Irmãos (a partir de 1880).

– ARQUIVO DO ROTARY CLUBE DE VITÓRIA.

Correspondência (1934-1938).

– ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE VITÓRIA.

Livro de Atas das Sessões da Diretoria (1927-1932).

Livro de Atas das Sessões da Diretoria (1932-1939).

7.1.2 Depoimentos

– ANDRADE, Waldemar Mendes de. In: CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM – inconfidências na capital secreta. Vitória, Papel de Comunicação, 1985, p. 23-30.

7.1.3 Publicações avulsas do período

ABREU, Fernando de. *Vergastas*: [discursos]. Rio de Janeiro, [s.n.], 1930.

_____, *Crepúsculo*. Rio de Janeiro, [s.n.], 1937.

JOTA-ESSE [Jones dos Santos Neves e Francisco Sarlo]. *Roda de Perfis*. Rio de Janeiro, [s.n.], 1935.

7.1.4 Periódicos editados em Vitória

- Do período:
 - *A Gazeta*.
 - *Chanaan*.
 - *Diário da Manhã*.
 - *Vida Capixaba*.
- De época posterior:
 - *A Gazeta*.
 - *Agora*.
 - *Revista Capixaba*.
 - *Revista do IJSN* [Instituto Jones dos Santos Neves].

7.1.5 Diário e memórias

VARGAS, Getúlio. *Diário*. Edição de Leda Soares. 2 v. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: FGV, 1995.

BLEY, João Punaro. *Memórias*. Fotocópia manuscrita. CPDOC/FGV, Rio de Janeiro. Referência: JPB d 00.00.00/2.

7.2 Bibliografia

7.2.1 Geral

ANDRADE, Carlos Drummond. *Reunião*: 10 livros de poesia. Rio de Janeiro, José Olympio, 1971.

ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro. Estado e trabalhadores. In: _____. (Org.) *Do corporativismo ao neoliberalismo*: Estado e Trabalhadores no Brasil e na Inglaterra. São Paulo: Boitempo, 2002.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Totalitarismo e revolução*: o integralismo de Plínio Salgado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.

BARATA, Alexandre Mansur. Maçonaria. In: SILVA, Francisco Carlos T.; MEDEIROS, Sabrina E.; VIANNA, Alexander M. (Org.). *Dicionário crítico do pensamento da direita: idéias, instituições e personagens*. Rio de Janeiro: FAPERJ; Mauad, 2000.

_____. *Luzes e sombras*: a ação da maçonaria brasileira (1870-1910). Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

ABREU, Alzira Alves de. (Coord.). Ed. rev. atual. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001. 5 v.

BEOZZO, José Oscar. A Igreja entre a Revolução de 1930, o Estado Novo e a Redemocratização. IN: FAUSTO, Boris (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo, Difel, 1984, t. III, v. 4, p. 271-341.

BORGES, Vavy Pacheco. Anos trinta e política: história e historiografia. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2001, p. 159-182; p. 439-446.

CAMPIONE, Daniel. Hegemonia e contra-hegemonia na América Latina. In: COUTINHO, Carlos Nelson; TEIXEIRA Andréa de Paula (Org. Apres.). *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 51-66.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. e BRIGNOLI, Héctor P. *Os métodos da história: introdução aos problemas, métodos e técnicas da história demográfica, econômica e social*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. e VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARONE, Edgar. *O tenentismo: acontecimentos, personagens, programas*. São Paulo: Difel, 1975.

_____. *A República Nova (1930-1937)*. 2. ed. São Paulo: Difel, 1976.

_____. *A Segunda República (1930-1937)*. 3. ed. São Paulo: Difel, 1978.

_____. *Revoluções do Brasil contemporâneo (1922-1938)*. 4. ed. São Paulo: Difel, 1989.

CERQUEIRA FILHO, Gisálio. *A "questão social" no Brasil: crítica do discurso político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci*. Porto Alegre: L & PM, 1981.

_____. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. Tradução Cid Knipel Moreira; revisão técnica José Augusto Drummond. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DECCA, Edgar Salvatori de. *1930: O silêncio dos vencidos*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

DIEHL, Astor Antônio. *A cultura historiográfica brasileira: do IHGB aos anos 1930*. Passo Fundo: Ediup, 1998.

DRAIBE, Sônia. *Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil, 1930-1960*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930: história e historiografia*. 16. ed. rev. ampl. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

_____. *A revolução de 30*. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). 21. ed. *Brasil em perspectiva*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001a. p. 227-255.

_____. *O pensamento nacionalista autoritário (1920-1940)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001b.

FERREIRA, Marieta de Moraes e PINTO, Surama Conde Sá. A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930. In: FERREIRA, Jorge et al. (Org.). *O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. *Tenentismo e política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

GINZBURG, Carlo. *Relações de força: história, retórica, prova*. Tradução Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GOMES, Ângela Maria de Castro. (Coord.). *Regionalismo e centralização política: partidos e constituinte nos Anos 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

_____. Política: história, ciência, cultura, etc. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, v. 9, n. 17, p. 59-84, 1996.

GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

_____. *A questão meridional*. Seleção e introdução Franco de Felice, Valentino Parlato; tradução Carlos Nelson Coutinho, Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *Cadernos do Cárcere*. v. 1 e 3. Edição e tradução Carlos Nelson Coutinho; co-edição Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

HOBBSBAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991*. Tradução Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. *Sobre história*. Tradução Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

KEBIR, Sabine. "Revolução-restauração" e "revolução passiva": conceitos de história universal. In: COUTINHO, Carlos Nelson; TEIXEIRA Andréa de Paula (Org. Apres.). *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 147-155.

KONDER, Leandro. *A questão da ideologia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

LAMPEDUSA, Giuseppe Tomasi di. *O leopardo*. Tradução de Rui Cabeçadas. 2. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1961.

LAMOUNIER, Bolívar. "Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República: uma interpretação". In: FAUSTO, Boris (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, 1977, t. III, v. 2, p. 343-374.

LIMA SOBRINHO, Barbosa. *A verdade sobre a Revolução de Outubro – 1930*. 2. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

MARTINS, José de Souza. *O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

MARX, Karl. *O 18 brumário e cartas a Kugelmann*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

- MORAES, Antonio Carlos Robert. *Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no longo século XVI*. São Paulo: Hucitec, 2000.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o "Perigo Vermelho": o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva; FAPESP, 2002.
- MURAKAMI, Ana Maria Brandão (Org.). *A Revolução de 1930 e seus antecedentes*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC; Nova Fronteira, 1980.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Política e trabalho no Brasil: dos anos vinte a 1930*. 2. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o bloco histórico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- POULANTZAS, Nicos. *Poder político e classes sociais*. Trad. Francisco Silva. São Paulo: Martins Fontes, 1977.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 1965.
- SAVIANI, Dermeval. Apresentação à 3ª edição. In: NOSELLA, Paolo. *A escola de Gramsci*. 3. ed. rev. atual. São Paulo: Cortez, 2004, p. 11-20.
- SECCO, Lincoln. Crise e estratégia em Gramsci. In: DIAS, Edmundo Fernandes et al. *O outro Gramsci*. 3. ed. São Paulo: Xamã, 1996.
- SILVA, Francisco Carlos T.; MEDEIROS, Sabrina E.; VIANNA, Alexander M. (Org.). *Dicionário crítico do pensamento da direita: idéias, instituições e personagens*. Rio de Janeiro: FAPERJ; Mauad, 2000.
- SOUZA, Maria do Carmo C. Campello de. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.
- TRINDADE, Héglio. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. São Paulo: Difel, 1974.
- VÁRIOS AUTORES. *A Revolução de 30: textos e documentos*. Tomo I. Brasília: Editora UnB; CPDOC/FGV, c1982.
- VILAR, Pierre. História marxista, história em construção. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Org.). *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *Capitalismo histórico & civilização capitalista*. Tradução Renato Aguiar. Revisão de tradução César Benjamin e Immanuel Wallerstein. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.
- _____. *Após o liberalismo: em busca da reconstrução do mundo*. Tradução Ricardo Aníbal Rosenbusch. Petrópolis: Vozes, 2002.
- WEFFORT, Francisco Corrêa. *O Populismo na política brasileira*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.
- WERNECK VIANNA, Luiz J. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- _____. *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

7.2.2 Específica sobre o estado do Espírito Santo

ACHIAMÉ, Fernando e SANTOS NEVES, Reinaldo (org.). *O reino conquistado: estudos em homenagem a Renato Pacheco*. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 2003. p. 83-112.

ALMADA, Vilma P. Ferreira de. *Escravidão e transição: o Espírito Santo (1850-1888)*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

BORGIO, Ivan et al. *Norte do Espírito Santo: ciclo madeireiro e povoamento (1810-1960)*. Vitória: Edufes, 1996.

BUFFON, José Antônio. *O café e a urbanização no Espírito Santo: aspectos econômicos e demográficos de uma agricultura familiar*. Campinas, 1992. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas / Instituto de Economia, 1992.

CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM – inconfidências na capital secreta. Vitória, Papel de Comunicação, 1985. 30 p.

CAMPOS JÚNIOR, Carlos Teixeira de. *A construção da cidade: formas de produção imobiliária em Vitória*. Vitória: Florecultura, 2002.

CASTRO, Leandra Passini de. *Fraga, fragata, fragou...: A família Fraga em Muqui – mais de meio século de história*. Vitória: Artgraf, 1990.

COUSIN, Almeida. *Mundos e fundos: segunda parte de cem anos de memórias*. Rio de Janeiro: Cátedra, 1975.

DEMONER, Sonia Maria. *História da Polícia Militar do Espírito Santo – 1835-1985*. Vitória: [s.n.], 1985.

DERENZI, Luiz Serafim. *Biografia de uma ilha*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1965.

FERRAZ, Manuel P. *Alegre, a terra e o povo*. Alegre: Jornal Mensagem Editora, 1986.

FERREIRA, Sinésio Pires. *Espírito Santo: dinâmica cafeeira e integração no mercado nacional (1840-1960)*. Rio de Janeiro, 1987. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro / Instituto de Economia Industrial, 1987.

FRAGA, Christiano Woelffel. *A maçonaria no Espírito Santo*. Vitória: [s.n.], [1995?].

GURGEL, Antonio de Pádua et al. *Dr. Carlos, um homem do campo e sua relação com o poder*. Vitória: Contexto Jornalismo & Assessoria Ltda, 2000.

HADDAD FILHO, José. *A coluna do capitão Ventura & outras histórias*. Vitória: [s.n.], 2003.

LINDENBERG, Carlos. *De viva voz: depoimento de Carlos Lindenberg*. Vitória: IHGES; AESL; Cultural-ES, 1989.

MEDINA, Grinalson Francisco. *História do antigo município de São Pedro do Itabapoana, estado do Espírito Santo: páginas de nossa terra, 1534-1931*. [S.l.]: [s.n.], [1932?].

MENDONÇA, Carlos Vinícius Costa de. *O êxtase autoritário: a política educacional de segurança nacional no período Vargas e sua repercussão no Espírito Santo (1930-1940)*. São Paulo, 2002. Tese (doutorado) – Universidade de São Paulo /

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas / Departamento de História, 2002.

MONJARDIM, Leonardo Passos. *História política da família Monjardim*. Vitória: Lei Rubem Braga, 2003.

MORAES, Cícero. *Geografia do Espírito Santo*. Vitória: Fundação Cultural do Espírito Santo, 1974.

_____. *Assim nasceram as cidades no Espírito Santo*. Vitória: IHGES, 1954.

MORAES, Ormando. *Não fica bem a revolução chegar a pé: crônicas e relatos*. Vitória: [s.n.], 1979.

MORANDI, Ângela et al. *Alguns aspectos do desenvolvimento econômico do Espírito Santo (1930-1970)*. Vitória: UFES/NEP, 1984.

NEVES, Getúlio Marcos Pereira. *Notícia do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo*. Vitória, IHGES, 2003.

NEVES, Jones dos Santos. *A serviço do Espírito Santo: discursos*. Vitória: [s.n.], 1954.

NOVAES, Maria Stella de. *História do Espírito Santo*. Vitória: FEES, [197-].

_____. *Jerônimo Monteiro, sua vida e sua obra*. Vitória, Arquivo Público Estadual, 1979.

OLIVEIRA, José Teixeira de. *História do Estado do Espírito Santo*. 2. ed. Vitória: FCES, 1975.

PACHECO, Renato. *Os dias antigos*. Vitória: EDUFES; SMC, 1998.

_____. *Discurso de posse na Academia Espírito-santense de Letras*. Vitória: [s.n.], 1957.

RAMBALDUCCI, Ney Costa. *Muqui, passado de glória, futuro de esperança*. Rio de Janeiro, [s.n.], 1991.

REZENDE, Sezefredo Garcia de. *Memórias (1897-1978)*. Vitória: [s.n.], 1981.

ROCHA, Gilda. *Imigração estrangeira no Espírito Santo (1847-1896)*. Vitória: [s.n.], 2000.

ROCHA, Haroldo Correa e COSSETTI, Maria da Penha. *Dinâmica cafeeira e constituição da indústria no Espírito Santo (1850-1930)*. Vitória: Coplan/IJSN/Geres/FCAA, 1983.

SALETTTO, Nara. *Transição para o trabalho livre e pequena propriedade no Espírito Santo (1888-1930)*. Vitória: Edufes, 1996a.

_____. *Trabalhadores nacionais e imigrantes no mercado de trabalho do Espírito Santo (1888-1930)*. Vitória: Edufes, 1996b.

_____. Sobre a composição étnica da população capixaba. In: *Dimensões – Revista de História da UFES*, nº 11. Vitória: UFES; CCHN, jul/dez 2000, p. 99-109.

SIQUEIRA, Maria da Penha S. *O desenvolvimento do porto de Vitória*. Vitória: Codesa, 1984.

SOARES, Renato. *A Escola Ativa antropofágica que a “Revolução” de 30 comeu*. São Paulo: [s. n.], 1998.

TALLON, Miguel Depes e COSTA, Luciana Osório da. *O Espírito Santo na Revolução de Trinta*. Vitória: Assembléia Legislativa do Espírito Santo, 1980.

VASCONCELLOS, João Gualberto M. *A invenção do coronel*. Vitória: UFES/SPDC, 1995.

VELLOZO, Paulo. et. al. *Cantáridas e outros poemas fesceninos*. Edição de texto, notas e comentários de Reinaldo Santos Neves. São Paulo, Max Limonad; Vitória, FCAA, 1985.

VENTORIM, Luciano. *Itarana 1882-1964*. Coleção Memórias, 2. Vitória: DEC, 1990.

ZORZAL E SILVA, Marta. *Espírito Santo: estado, interesses e poder*. Vitória: FCAA/SPDC, 1995.

7.3 Sites consultados

<<http://www.art.net.com.br/gramsci/arquiv52.htm>>.

<<http://www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/>>.

<http://www.presidencia.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7%C3%A3o34.htm>.

<<http://www.seculodiario.com.br/arquivo/2004/novembro/04/index.asp>>.

ANEXOS

*ANEXO A – Acta da Reunião da Directoria da Associação Commercial de
Victoria, em 6 de Novembro de 1930.*

Documento transcrito das folhas 68 a 73 do Livro de Atas das Sessões da Directoria da Associação Commercial de Vitória (1927-1932), respeitada a ortografia original.

Aos seis dias do mez de novembro de mil novecentos e trinta, presentes os srs. directores Gabino Vasconcellos, Oswald Guimarães, Almir Silva, Pinto de Araújo, Alexandre Buaiz, Placido Barcellos, Alvaro de Oliveira, Moacyr B. Soares, Clovis Nunes Pereira, Armando Ayres e Roberto Espindula, foi aberta a sessão sob a presidencia do sr. Juvenal Ramos.

O Sr. Presidente pede a atenção da Mesa para o officio abaixo, lido pelo sr. Guimarães e dirigido aos srs. Directores desta Associação:

“Tendo se normalizado a situação política do paiz, que por algum tempo chegou a ser angustiosa e na qual tivemos que actuar como Delegados da Directoria dessa Associação, vimos prestar-lhes conta dos actos por nós praticados, depois de tantas contrariedades, aborrecimentos e trabalho intenso que experimentamos em prol dos nossos associados e da collectividade, contribuindo na medida de nossas parcas luzes, com o nosso esforço e melhor vontade para evitar derramamento de sangue em nossa Capital. E fazemol-o de cabeça erguida, consciencia tranquilla pelo cumprimento do dever, sem perda da linha que a honra impõe àquelles que occupam postos de destaque como depositarios da confiança de numeroso grupo de associados.

Seria, certamente fastidioso repetir, aqui, tudo quanto se passou nesta cidade, durante o mez de Outubro, em que os acontecimentos succediam-se vertiginosamente, precipitando e agravando cada vez mais a situação, até que se retirou da cidade, precipitadamente o Presidente do Estado, sendo a mesma occupada por um interventor federal, o sr. cel. José Armando Ribeiro de Paula e, pouco depois, pelos revolucionarios sob o commando do Coronel Amaral.

Nesses dias de anciedade, não só do commercio como de toda a população da cidade, a Directoria da Associação Commercial, por nós representada, esteve em intimo contacto com os elementos officiaes, procurando demovel-os de uma resistencia inutil, que apenas poderia fazer sacrificio de vidas.

Assim é, que, em companhia do Presidente Honorario dessa Associação, dirigimo-nos ao Presidente do Estado, dr. Aristeu de Aguiar, a quem fizemos ver os inconvenientes de uma resistencia, em beneficio de nossa população. Fomos ainda mais longe, senhores, levamos à S. Exc. a proposta de um accordo com os elementos revolucionarios, representados pelo dr. João Manoel de Carvalho que, obsequiosamente havia accedido ao nosso appello para ir parlamentar com o Commandante da Columna Revolucionaria.

Sua Excellencia garantiu-nos, então, sob palavra, que, no seu governo não correria sangue em nossa cidade e que elle saberia corresponder ao appello que lhe faziamos. Quanto ao accordo proposto, disse-nos o Presidente do Estado, que deliberaria dentro de 24 horas, convencido que estava de que dentro desse prazo a situação se resolveria sem sacrificio para o nosso povo.

Cumprindo sua palavra, o sr. dr. Aristeu de Aguiar retirou-se no dia immediato, para bordo do vapôr italiano “Atlanta”, ficando a cidade a espera da Columna Revolucionaria.

Nesta expectativa, fomos surprehendidos pelo gesto de franca hostilidade do Vice, aliás, ex-Presidente da Republica, dr. Washington Luiz, ao Governo aqui decahido e aos nossos propositos humanitarios, nomeando um interventor federal, encarregado da resistencia aos revolucionarios.

A situação agrava-se, pois. Não vacillamos. Em data de 15 [sic, 16] dirigimos ao interventor o officio que incluimos por copia e fomos procural-o pessoalmente, levando os mesmos propositos que nos animava quando conferenciamos com o dr. Aristeu de Aguiar.

Fomos attendidos pelo Chefe do Estado Maior, sr. Major Paes Brasil, para quem appellamos em nome de nossa população. Aquelle illustre militar, em longa conferencia connosco, tomou o compromisso formal de que não correria sangue em nossa cidade, seriam respeitadas a vida e as propriedades das autoridades decahidas e garantidas a ordem publica e o lar das familias.

Sob essas condições, que foram realmente cumpridas pelo sr. Major Paes Brasil, com seu reconhecido cavalheirismo acceitamos os principios revolucionarios, firmando, nessa ocasião, o documento de 16 de outubro, quando ainda existiam duvidas sobre a victoria da causa revolucionaria, pela ausencia quasi absoluta de noticias do resto do paiz.

Passámos, então a ajudar, auxiliar aos proceres da revolução, com todas as nossas forças, todos os recursos de que podíamos dispôr, na ancia de uma victoria que não nos beneficiaria pessoalmente, mas sim à população de nossa Capital.

Veio a Victoria da causa a que fomos convidados a abraçar e que abraçámos certos de prestarmos assim real serviço às classes conservadoras e ao povo e, como o publico ignorasse a somma de serviços por nós dispensada, os sacrificios a que nos expuzeramos, em beneficio geral, mantivemo-nos em attitude de amistosa expectativa, não comparecendo a Palacio senão para attender a chamados da Junta Governativa quando entendia ouvir-nos nas medidas de interesse geral que precisava ir tomando.

Está passada a borrasca! Sopram os ventos fagueiros da bonança! O commercio começa a normalisar suas operações. Os lares estão certos de se encontrarem garantidos. Está cumprida a missão que nos impuzemos, e agora, senhores, sentimo-nos na obrigação de resignar aos cargos que vinhamos exercendo, não que nos falleçam forças para novas lutas, não que se nos intibie o animo, mas porque sentimos bem que a nossa classe conta, felizmente, com elementos de grande valia que superiormente nos poderão substituir, prestando a nossa Associação relevantes serviços.

Antes de terminarmos esta exposição, devemos frizar claramente, que, a nossa actuação nessa emergencia que se acentuou, de forma nenhuma, por um character politico, na excepção restricta dada commumente a este vocabulo, pois sempre estivemos cooperando com depositarios do poder, tendo sempre em vista a defesa da collectividade.

Aliás, esta orientação é proverbial nessa Associação: a campanha politica da successão presidencial desenvolveu-se sob a athmosphera de paixões desencadeadas. Mas aqui, na Associação, sempre mantivemos a cordialidade de sempre, muito embóra os seus membros militassem em partidos antagonicos.

Prova essa asserção o facto de havermos votado, a convite de nossa congenere do Rio de Janeiro, uma moção de solidariedade aos poderes constituidos, sendo que da Commissão que foi à Palacio leval-a ao Presidente do Estado, fazia parte um director reconhecido como liberal. A Associação, portanto, não fazia politica. Levava sua cooperação ao poder constituido e não pessoalmente ao detentor desse poder.

Como dissemos, sentimos que a nossa missão está finda. Que venham os bons elementos, de que a nossa classe é prodiga, e elles que elevem cada vez mais o prestigio de nossa Associação e que a conduzam aos brilhantes destinos.

Agradecemos-lhes, senhores, a confiança com que nos honraram e servimo-nos do ensejo para reiterar-lhes nossas Saudações. –“

(ass.) Juvenal F. P. Ramos, Oswald Guimarães, Gabino Vasconcellos. –

A seguir o sr. Juvenal Ramos, justificando o pedido de renuncia seu e dos srs. Gabino Vasconcellos e Oswald Guimarães, respectivamente vice-presidente e 1º Secretario da Mesa, diz que se sente bem e com a consciencia tranquilla por ter cumprido o seu dever, animado pelos seus collegas demissionarios, pondo acima da sua individualidade o bem estar commum, o bem estar da collectividade, o bem estar da familia capichaba. O momento de duras provações – continua o sr. Presidente – e de serias contrariedades, foi bem recompensado com os resultados beneficos que obtivemos após tantas apreensões pelas responsabilidades que assumimos. Concluo as suas palavras agradecendo a bôa acolhida que sempre lhes deram nesta Casa.

A convite do sr. Ramos, assume a presidencia o sr. Pinto de Araújo, que declara não poder exercer essas funcções, mesmo interinamente, porquanto os seus afazeres não o permitem, e, em separado diz votar contra a renuncia dos seus pares, apresentada nesta sessão.

O Sr. Nunes: - Sr. Presidente, peço fazer constar de acta, que, além dos directores demissionarios, estivemos em palacio, Eu, o sr. Presidente Honorario e o sr. Alvaro de Oliveira. O sr. Clovis Nunes, em seguida, pede que os seus companheiros retirem o seu pedido de renuncia, porquanto acha que o commercio deve estar com os seus interesses sempre ligados ao Governo, sejam elles constitucionaes ou não.

O sr. Guimarães: - Tomámos certas medidas que nos pareceram de urgencia, em vista da ausencia de outros collegas e da impossibilidade de reunil-os, exorbitando assim das funcções dos cargos que exercemos.

As nossas attitudes não foram individuaes, e, porconsequente, repito, o unico meio que vemos para solução do caso é renunciarmos. O sr. Guimarães é aparteado por vezes pelos sr. Moacyr Barbosa que insiste em que a Directoria deve apresentar renuncia collectiva, sendo coadjuvado pelos directores C. Nunes, e Armando Ayres.

Tomando a palavra, o sr. Placido Barcellos, diz que, em virtude de estar ausente, ainda no momento o seu companheiro sr. Almir Silva, quer justificar a attitude daquelle director, a qual está sendo dada uma “interpretação duvidosa”. – Diz não admittir que se venha trazer para uma sessão, conversa de character reservado. Continuando, o sr. Barcellos pede que lhe seja informado se o documento existente assignado pelos signatários do officio que ha sobre a mesa, é de character individual ou colectivo.

O sr. Guimarães: – Como disse os nossos actos foram praticados em nome da Associação Commercial e em beneficio da collectividade.

O sr. Barcellos: – Nesse caso, coherente com o meu modo de proceder anterior, reprovo que a Associação Commercial tome attitudes politicas, sejam quaes forem.

O sr. Guimarães: – Nada mais tenho a dizer. Não visámos interesses pessôaes e continúa de pé a nossa renuncia.

O sr. Barcellos: – Sr. Presidente – o que eu não posso admittir é que o Governo tenha obrigado os nossos companheiros à assignar pacto. – Seria uma condição para que se não assignasse.

O sr. Guimarães: – Nós é que nos obrigámos à assignar o “pacto”, como chama, se não houvesse sacrificios de vida, e, se assumimos essa attitude, não pretendemos fugir à sua responsabilidade.

O sr. Barcellos: – Como director, sr. Presidente, ahi fica, ainda uma vez, o meu protesto contra qualquer attitude política em que se pretenda envolver esta Associação cujos sócios não nos autorizaram a tanto. – Em seguida o sr. Barcellos pede ao sr. Guimarães seja dada uma nova explicação do assumpto, em vista de haver chegado o director, sr. Almir Silva.

O sr. Ramos: – Afastado da presidência quero dar as minhas explicações. – Antes de ouvir a conversa entre os directores srs. Almir Silva e Placido Barcellos ja havia tomado a deliberação de renunciar, em virtude da attitude tomada por directores de outras Associações congeneres, e, como Eu, os companheiros estão tambem no firme proposito de renunciar. Não foi o nosso proposito melindrar a esse ou aquelle. Quero escclarecer um ponto – continúa o sr. Ramos – adherimos ao movimento revolucionario, não pelos louros da victoria até então desconhecida. Não nos ajoelhamos aos pés dos vencedores – sentiriamos-nos humilhados se assim procedessemos. – Agimos lealmente em beneficio commum e principalmente em

favôr daquelles que nos confiaram o seu destino por meio desta representação de classes.

O sr. Almir Silva fala da conversa tida com o sr. Placido Barcellos, em character particular, e na qual alvitara a idéa da renuncia collectiva desta directoria, dada a transformação radical por que havia passado a administração do Paiz.

O sr. Barcellos: – Convem notar: conversavamos em character particular, reservado.

Continuando o sr. Silva – Peço que me informem os signatarios do documento existente na mesa porque interpretaram a nossa conversa intima. Não interpretaria dessa maneira, – continúa o sr. Silva – por não ter o direito de penetrar o pensamento de outrem.

O sr. Ramos: – A satisfação que poderíamos dar à Directoria está dada com o nosso pedido de renuncia...

O sr. Guimarães: – ...Irrevogavel.

O sr. Silva: – Sr. Presidente, este caso foi levado para o lado politico. Nunca fui politico e continuo a não o ser; não só porque o meio não se coaduna com o meu temperamento, como, e principalmente porque sobre o assumpto tenho compromissos de honra com a minha familia.

O sr. Ramos: – O nobre collega está confundindo politica com politicagem.

O sr. Silva: – Devemos confirmar com serenidade os nossos actos, mantendo-os mesmo com sacrificio pessoal e até da propria vida...

O sr. Ramos: – ... mas o telegramma transmittido para o deputado Geraldo Vianna foi approved por todos.

O sr. Silva: – Não, não votei o telegramma. Assumo a responsabilidade dos meus actos – não fujo ao[s] meus compromissos, em qualquer terreno; são todos de absoluta lealdade.

O sr. Guimarães: – Não vejo mais motivo para discurso. – A nossa renuncia é irrevogavel.

O sr. Silva: – Fiz parte da Commissão designada para entregar a “Moção” de solidariedade ao então Presidente Aguiar, apresentada em sessão dois ou tres dias depois de nos havermos negado a tomar attitudes politicas, e que teve o meu voto com “absoluta restricção”.

Estabeleceu-se confusão no recinto, entre apartes acalorados da quasi totalidade dos srs. directores presentes.

O sr. Pinto, a seguir: – Mas que relação ha entre os actos praticados pelos directores resignatarios e a politica?

O sr. Silva: A mesma que ha com a “Moção” de solidariedade transmittida ao ex-presidente Aguiar.

O sr. Moacyr Barbosa: Solucionamos a questão apresentando a nossa renuncia collectiva.

O sr. Barcellos: – Quer a directoria conjuncta apresente ou não a sua renuncia, se, realmente é irrevogavel o pedido existente sobre a mesa, renuncio tambem.

O sr. Silva: – A minha renuncia acompanha.

O sr. Ramos: – Declaro com toda sinceridade e com a lealdade que costumo pautar as minhas palavras, que, o cargo de Presidente que venho exercendo até esta data, é hoje para mim bem pesado. – Aparteiamn-o os directores Clovis Nunes, Armando Ayres e Moacyr Soares, estabelecendo-se balburdia. –

O sr. Ramos (serenados os animos) Já demos explicações dos nossos actos. Compete agóra aos nossos companheiros resolver o assumpto.

O sr. Silva: – Não dei nem darei explicações dos meus actos. – Nada me peza. Discuto no momento as interpretações outras, dadas as minhas palavras.

O sr Clovis Nunes propoz fosse o officio lido em sessão de Assembléa Geral, e os actos da Directoria julgados pelos associados, não tomando a mesa conhecimento da renuncia dos directores Oswald Guimarães, Juvenal Ramos e Gabino Vasconcellos.

O sr. Silva: – Porque provocarmos acto humilhante, quando nos é mais honroso declinarmos dos nossos cargos, dignamente!...

O sr. Pinto: – Continúa em discussão a proposta do sr. Nunes.

O sr. Silva: – A Directoria deve sim, submetter à Assembléa Geral os seus actos, renunciando em seguida. Se os nossos associados julgarem que merecemos ainda a confiança que nos depositaram, continuaremos. –

O sr. Pinto Araújo diz estar de accordo com a opinião do sr. Almir Silva.

O sr. Moacyr Soares vota com restricção a proposta do director Clovis Nunes, pedindo seja submettida a votação, excepto a parte constante da renuncia de alguns dos directores. –

Em seguida dá, em descoberto, o seu voto favoravel a todos os actos praticados pelos srs. directores. –

Estando de accordo o sr. Nunes, com a “restricção” feita pelo sr. Moacyr Barbosa, o sr. Presidente, submete a materia novamente à votação.

O sr. Almir Silva diz votar contra, porque somente os resignatarios poderão retirar o seu pedido declarado “irrevogavel”, pedindo licença para retirar-se, para não mais perturbar os trabalhos já bastante prolongados. A pedido geral permanece o sr. Silva na sala, adiantando a seguir, ter sido precipitado o pedido de renuncia dos tres directores, somente justificavel se a directoria, após tomar conhecimento dos actos praticados lhes negasse apoio.

O sr. Guimarães: – Manteremos a nossa attitude, se houver pelo menos um voto discordante da nossa maneira de proceder. – Pode ser votada separadamente.

O sr. Pinto Araújo submete à approvação os actos da Directoria.

Votam com “restricção à parte politica” os directores Placido Barcellos e Almir Silva, justificando o “voto”.

O sr. Guimarães: – Nesse caso mantemos integralmente a nossa attitude.

O sr. Barcellos: – Estou coherente com o meu modo de pensar. Disso não me é possível afastar.

O sr. Guimarães: – Proponho que a mesa dê a sua opinião se os nossos actos são ou não politicos. – Diz os termos do compromisso assumido com o Governo Revolucionario e subscripto pelos directores Gabino Vasconcellos e Juvenal Ramos, o que foi feito com o intuito único de salvaguardar os interesses da familia e da propriedade capichaba, e, muito principalmente evitar derramamento de sangue no territorio espiritosantense. –

Submettida à votação a attitude dos srs. signatarios daquelle documento foi a mesma approvada por unanimidade de votos tendo os sr. directores mandado lançar nesta acta, tambem por unanimidade, um voto de louvor aos srs. Juvenal Ramos, Gabino Vasconcellos e Oswald Guimarães.

Por proposta do sr. Roberto Espindula, ficou deliberado que se transcrevesse os termos do documento assignado por aquelles directores, juntando-os ao officio existente sobre a mesa.

São mais ou menos estes os termos daquelle documento:

“Nós abaixo assignados, declaramos que, guardaremos sob palavra de honra, absoluto sigillo das revelações que nos foram feitas pelo major Paes Brasil, e que acceitamos os principios de que nos deu conhecimento.

Victoria, 16 de Outubro de 1930

(a)

Oswald Guimarães Juvenal Ramos e Gabino A. S. Vasconcellos, 1º Secretario, presidente e vice-presidente da Ass. Comercial de Victoria.

Senha: “Tudo pela Patria” – Contra Senha: “Da Patria Soldados somos – avante”. (ass.) Major Paes Brasil. Scientes: Oswald Guimarães, Gabino Vasconcellos e Juvenal F. P. Ramos.

Nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão, da qual, para constar o sr. Presidente mandou que se lavrasse a presente acta.

Victoria, 6 de Novembro de 1930. –

Juvenal F. P. Ramos

Moacyr Barbosa Soares

ANEXO B – Excertos das Memórias de João Punaro Bley

Transcrição das páginas 85 a 95 das *Memórias* de João Punaro Bley, a partir de fotocópia obtida junto ao CPDOC/FGV, onde o documento se encontra arquivado com a notação JPB d 00.00.00/2. Foram corrigidos os erros ortográficos e acrescentadas as palavras entre colchetes. A transcrição do “pacto de honra” foi cotejada com aquela existente em Marchini, Plínio. Bley, o último caudilho. *Revista Capixaba*, jun. 1968, ano II, nº 16 p. 20, sublinhando-se as palavras presentes nesta última e que faltavam nas *Memórias* de Bley, não se assinalando a situação inversa.

Com a eleição prevista para governadores, senadores, deputados federais e estaduais, a política passou novamente para primeiro plano.

Em agosto [de 1934] fui convidado para passar 3 dias em Cachoeiro do Itapemirim quando receberia grandes homenagens, que nada mais seriam que os pródomos do lançamento da minha [candidatura] ao governo constitucional do Espírito Santo.

Para lá seguimos com grande comitiva, realizando intenso programa: lançamento da pedra fundamental do edifício dos Correios e Telégrafos e da Maternidade da Santa Casa, inauguração do novo abastecimento de água e do grupo escolar “Quintiliano de Azevedo”, instalação de escola normal destinada a preparar professoras para a zona sul do Estado, etc.

No último dia da nossa estadia foi-me oferecido um banquete, a rigor, de 250 talheres, tendo falado levantando minha candidatura ao governo constitucional do Estado o prefeito Brício de Mesquita. Falei, agradecendo e fazendo longa prestação de contas do que já havia realizado. O brinde de honra a Getúlio foi feito por Dr. Francisco Gonçalves, já indicado deputado federal.

Em seguida ao banquete foi-nos oferecido um banquete [sic, baile] que reuniu toda a sociedade local.

Terminadas estas festas, realizei com Alzira verdadeira maratona. Viajamos de automóvel durante 10 dias percorrendo todos os municípios do sul do Estado, sem qualquer descanso, almoços, jantares, recepções, bailes, etc. se sucedendo. Só a mocidade permitiu-nos realizar esta façanha. Foi quando comecei a admirar a perícia dos motoristas que geralmente nos serviam, o Octavio, o Pedro, o Juca. Jamais tivemos qualquer acidente, nem mesmo um pneu furado.

Ao voltar à Vitóriaurgia tomar todas as providências para que o nosso partido se apresentasse coeso e com uma representação capaz de empolgar o eleitorado,

de vez que o mesmo já estava novamente trabalhado por caravanas do nosso tradicional adversário o Partido da Lavoura.

Reuni nossa Comissão Executiva, secretários e prefeitos quando francamente expus o que pensava da futura governança do Estado.

Disse que não sendo espírito-santense, passada a fase da interventoria, achava mais natural que o Espírito Santo fosse governado por um dos seus filhos; que me achava largamente compensado pelas provas de carinho e de solidariedade que sempre recebera de todos. Terminei por dizer que ia retirar-me do recinto a fim de que os convencionais resolvessem com plena liberdade. Maior sinceridade, desprendimento e até ingenuidade não poderia haver. Bastaria que um dos convencionais pegasse na minha palavra e a situação seria outra, para felicidade minha. Tivesse deixado o governo após as eleições, teria voltado para o Exército, seguido minha carreira normalmente e não teria caído na compulsória como general-de-brigada.

Chamado, novamente, à sala, foi-me comunicado debaixo de palmas e vivas que a Convenção, por unanimidade, isto é sem um voto contra, havia homologado meu nome para futuro Governador do Estado, em consideração aos serviços que já havia prestado, bem como para manter a continuidade da obra que estava realizando. Aduziram, ainda, que o fato de não ser espírito-santense não tinha a menor importância, de vez que o estado, em épocas anteriores, já havia sido governado por fluminenses e mineiros.

Agradei a prova de confiança que havia recebido, mas devia ter insistido nos meus propósitos originais, isto é de não aceitar a indicação do meu nome. Ainda pouco afeito a tricas políticas, acreditei na sinceridade de propósitos de muitos que me aclamavam, quando, na verdade, apenas acompanharam a maioria, como mais tarde foi dado verificar, porque precisavam do meu prestígio para se elegerem.

Em seguida, com relativa facilidade foi organizada a chapa completa, senadores, deputados federais e estaduais, com a qual o partido disputaria a eleição.

Como a eleição para governador e senadores fosse indireta, eleição pelos futuros deputados estaduais, ficou combinado, com extrema boa-fé, que o meu nome, os de Fernando de Abreu e Carlos Lindenberg, escolhidos para o Senado, seriam excluídos da chapa de deputados estaduais.

Contra esta decisão ingênua e até estúpida, protestou, muito acertadamente, Mário Freire, Secretário da Fazenda, o menos político dos presentes. Ponderou que ambos deveriam compor a chapa de deputados estaduais, eleitores que seriam deles próprios, providência acauteladora que não afetaria a composição da futura representação estadual, de vez que [com] a eleição de ambos para o Senado, as vagas seriam aproveitadas pelos suplentes. Proposta absolutamente certa e sensata foi unanimemente repelida, até pelos próprios interessados, que, afinal, acabaram por perder a senatoria, com adiante veremos.

Assim, no manifesto, que [foi] redigido por Jair Tovar, um dos futuros traidores, meu candidato pessoal a deputado federal, ficou bem claro que sendo a eleição para governador indireta, a escolha antecipada do meu nome para esse cargo seria uma espécie de plebiscito, pois se os eleitores dessem a vitória ao nosso partido, implicitamente estariam elegendo-me, através de um mandato imperativo conferido aos deputados estaduais.

Realizadas as eleições, na mais absoluta ordem e liberdade, tivemos uma magnífica e significativa vitória. Dos 4 deputados federais, elegemos 3: Francisco Gonçalves, Asdrúbal Soares e Jair Tovar e dos 25 deputados estaduais elegemos 16 e a oposição apenas 9.

Desse modo, minha eleição, como a de Carlos Lindenberg e Fernando de Abreu estavam mais que asseguradas e garantidas. Mas, assim não aconteceu, como veremos.

Logo que proclamada nossa vitória, viajei para o Rio, quando aceitei o convite de Odilon Braga, Ministro da Agricultura, para, em sua companhia e de vários parlamentares visitar a Escola de Agricultura de Viçosa, Minas Gerais, visita aliás bastante proveitosa, interessado que sempre estive em modificar a estrutura agrícola do Estado, sabidamente rotineira.

Quando reassumi o governo já começavam a circular os boatos de graves defecções no nosso partido.

Em dezembro, Alzira sempre interessada em obras sociais, realizou mais um Natal dos pobres e crianças de Vitória, desta vez com a afluência de 3.000 pessoas, as quais receberam roupas, agasalhos, gêneros alimentícios e brinquedos.

O ano de 1935, até minha eleição para governador, foi de intensa atividade política, com artigos dos mais soezes contra minha pessoa, tanto na imprensa de Vitória como na do Rio.

Logo em janeiro os boatos se confirmaram, com o rompimento espetacular de Asdrúbal Soares, logo apresentado como candidato ao governo do estado pelos deputados do Partido da Lavoura e por outro do Partido Proletário, Gilbert Gabeira, nome de triste memória pelas vezes que se vendeu, criando até na gíria popular o verbo “gabeirar”, ou seja, mudar de partido.

No manifesto que lançou, Asdrúbal Soares, torcendo verdades incontestes, assim explicou sua despudorada atitude:

“O interventor, na sua alta sabedoria política de dividir para reinar com a facilidade que a posição de comando lhe proporcionou, desde logo cindiu em dois campos distintos a agremiação partidária a que nos filiamos, estimulando rivalidades, criando divergências, como já vinha operando desde o início de sua investidura na direção do governo, sacrificando os melhores companheiros, a quem devia o posto que lhe confiamos”.

[...].

“Baldados todos os esforços, coerente com o programa do PSD, contrário a reeleições e com a diretriz da minha atuação política na vida pública do Estado, submissa apenas aos compromissos de servi-lo patrioticamente, divirjo hoje, publicamente, da candidatura do Sr. Capitão Bley à Presidência Constitucional do Estado” (Diário de Notícias, 8 [de] janeiro de 1935).

Quem era Asdrúbal Soares?

Era engenheiro da Prefeitura de Vitória quando do governo Aristeu Aguiar.

Tornou-se “revolucionário” porque foi buscar de automóvel na estação de Viana José Lindenberg, Wolmar e Pio Borges, que vinham do Rio para levantar o 3º B. C., em outubro de 1930.

José Lindenberg foi preso e recambiado para o Rio pelos seus parentes, sobrinho que era do então senador Florentino Avidos. Wolmar e Pio Borges, como já vimos, fugiram e foram se homiziar na casa de um pescador, até a fuga de Aristeu Aguiar.

Ele, Asdrúbal, filho do desembargador aposentado Josias Soares, comensal de todos os governos, nada sofreu, mandado para o município de Anchieta, onde o pai havia sido juiz e tinha parentes. Lá ficou até a formação da Junta Governativa, quando apareceu em Vitória.

Por esta “proeza” foi nomeado pela Junta Governativa prefeito de Vitória, quando o conheci. Ao assumir a interventoria, confirmei-o neste cargo.

Exerceu o cargo de prefeito por algum tempo, passando para a Secretaria de Agricultura a meu convite. Nesta ocasião obtive a nomeação de Laertes Brígido, seu diretor de obras, para Prefeito de Vitória, apesar de Laertes não ser capixaba, o que prova que seu capixabismo era muito relativo.

Viajou comigo em várias viagens que fiz ao interior do estado, inclusive a São Mateus. Sua irmã Iná, então solteira, era íntima de Alzira e seu pai era freqüentador assíduo do palácio.

Na convenção do partido foi escolhido para deputado federal, com a vantagem de ser cabeça-de-chapa, tendo, assim, garantida sua eleição.

No manifesto que foi dirigido ao povo espírito-santense, assinou com “restrição ao seu nome”, o que significa que concordara com tudo que havia sido combinado.

[...].

Sua traição foi severamente criticada pelo Correio da Manhã, jornal que não morria de amores pelos revolucionários de 1930, quando, em final de artigo afirmava: “um sistema eleitoral que procura estimular os partidos, mas reconhece aos seus eleitos a liberdade de traí-los, não é um sistema, não é lei, não é nada”.

Com as defecções se sucedendo, 6 deputados estaduais passando para o lado de Asdrúbal, foi que verificamos os erros que havíamos cometido, erros insanáveis, como se vai verificar.

Dentre estas defecções miseráveis as que mais indignações causaram foram as de Augusto Lins e José Aires, ambos deputados estaduais.

Augusto Lins era advogado em Cachoeiro de Itapemirim quando foi incluído na chapa de deputados estaduais. Estranhando esta indicação, fiz ver a Fernando de Abreu, seu padrinho, que ele era ligadíssimo aos Vivacqua, nossos adversários, deles dependendo até financeiramente. Respondeu-me que Augusto Lins era uma expressão intelectual do seu município e que respondia pela sua conduta, como se fosse a dele próprio.

Daí sua tremenda indignação quando Augusto Lins anunciou pela imprensa seu rompimento e sua adesão à candidatura Asdrúbal Soares, acabando por agredi-lo a coronhadas, fato largamente explorado pela imprensa do Rio em letras garrafais: “Não criarás teus filhos”; “Da tribuna ao ring”; “Luta entre deputados”; “Política do terror”; “Deputado agredido por outro de maneira barbaramente violenta”; “Mais um escândalo na política do Espírito Santo”, etc.

Há um fato curioso neste caso. Augusto Lins estava no Rio, quando inesperadamente veio à Vitória. Conversamos longamente até meia-noite, nada notando de extraordinário na sua conduta. Num dos intervalos, Alzira pediu-me para conversar com ele sozinha. Quando Augusto Lins saiu ela foi logo dizendo “Vai trair você”. Discordei, mas o fato é que logo que regressou ao Rio, lançou manifesto rompendo.

José Aires é outro caso. Negociante fraco em Vitória foi incluído na chapa quase a última hora por solicitação de Alzira, amiga de sua mulher, que na residência particular acompanhava o resultado da convenção. Logo depois do rompimento do Augusto Lins, avisaram-me que José Aires, companheiro de pôquer de Asdrúbal e João Tovar, só estava esperando receber 30 contos que o Estado lhe devia para formalizar seu rompimento. Chamei Mário Freire, Secretário da Fazenda, [e] expus-lhe o que havia sabido e solicitei que mandasse pagar a José Aires o que o Estado lhe devia. Depois de relutar um pouco acabou concordando. Já com o dinheiro no bolso, José Aires foi ao meu gabinete para agradecer o favor que lhe havia feito e, meia hora depois, anunciava o rompimento.

A atitude de Gilbert Gabeira, pela sua vocação para venalidade, ficou célebre nos anais da política do Espírito Santo. Filho de uma família de súcios sírios conseguiu se eleger, com as sobras de outros partidos, deputado estadual. De início, filiou-se à oposição, mas, precisando de dinheiro, por intermédio de Carlos Marciano de Medeiros, ofereceu-se passar para o nosso lado, por 50 contos, pagos com repugnância. Ficou conosco até que por 100 contos passou-se para o Partido da Lavoura. Nesta ocasião para tapear sua vergonhosa atitude simulou até um seqüestro pelos seus adversários.

A fundação, em Vitória, de um jornal para defender a candidatura Asdrúbal Soares, veio acirrar ainda mais os ânimos, pelos ataques soezes e até infamantes que, diariamente, publicava.

Seria por demais longo relatar todos os episódios e peripécias desta luta suja, que perdurou por espaço de 4 meses.

O fato é que com a defecção de 6 deputados estaduais: Lins, José Aires, Sólon de Castro, Ataíde e mais dois cujos nomes não me ocorrem, ficamos reduzidos a 10 deputados, por consequência, em minoria, cujos nomes declino, como um preito de gratidão e homenagem pelas suas condutas leais: Astolfo Lobo, de Calçado; José Marques Soares, de Itapemirim; Carlos Marciano de Medeiros, de

Vitória; Mário Rezende, de Cachoeiro de Itapemirim; Cristiano Vieira, de Vila Velha; Francisco Clímaco Feu Rosa, de Mimoso; Ciro Duarte, de Muqui; Feliciano Garcia, de Anchieta; Paulino Muller e Álvaro de Castro Mattos, de Vitória.

Em janeiro de 1935, quando Asdrúbal Soares, já rompido, havia conseguido uma única adesão, a de Jair de Freitas, recebi um telegrama do tenente-coronel Gustavo Cordeiro de Farias, que havia sido meu instrutor na Escola Militar, propondo-me oferecer a presidência do Estado ao grupo Jerônimo Monteiro, constituído de 3 deputados: Jerônimo Monteiro Filho, Carlos Sá e Luiz Tinoco, todos da oposição, em troca da minha eleição para o Senado. Consultada a Comissão Executiva do nosso partido e os deputados estaduais deliberou-se rejeitar a proposta Cordeiro de Farias, de vez que “era pensamento unânime no seio do partido que nenhuma modificação do que havia sido resolvido quanto à presidência do Estado e senatoria, poderiam ser aceitas, pois tais modificações poderiam ocasionar graves inconvenientes e afetar os altos interesses do partido”.

Note-se que esta resposta, que, afinal, era a reafirmação da minha candidatura e dos senadores, havia sido assinada por José Aires, Augusto Lins e Sólon de Castro, que afinal acabaram traindo seus compromissos, como vimos.

Reduzido a 10 deputados, impunha-se uma decisão, fosse qual fosse, para impedir a eleição de Asdrúbal Soares.

Foi quando, em março, reuni novamente o partido expondo-lhe o seguinte: Minha candidatura é insustentável, como a dos senadores, diante das traições que sofremos. Nossa derrota, além do fator moral, nada significa para mim. Voltarei para o Exército e prosseguirei na minha carreira. O mesmo não acontecerá com todos aqueles que estão radicados no estado, sujeitos que ficarão a perseguições e humilhações do governo Asdrúbal Soares, sedento de vinganças.

Assim, não há outra solução senão retomar a fórmula Cordeiro de Farias, isto é, oferecer a governança do Estado ao grupo jeronimista do Partido da Lavoura, na pessoa do seu chefe Jerônimo Monteiro Filho. Caso aceite minha sugestão, promoverei uma visita coletiva a Getúlio, para expor-lhe a solução encontrada e solicitar o seu apoio.

Porque agi assim. Desde a Junta Governativa sabia da luta acérrima entre jeronimistas e anti-jeronimistas, os primeiros interessados na volta do seu “pajé” e os segundos dispostos a impedir sua volta, fosse porque preço fosse.

Ora, no Partido da Lavoura pontificavam Atílio Vivacqua, Abner Mourão, Nelson Monteiro, Asdrúbal Soares, João Tovar, ferozes anti-jeronimistas. Josias Soares, pai de Asdrúbal Soares, foi a pessoa que mais me alertou contra a penetração jeronimista no meu governo, fornecendo-me farta documentação contra a administração do já citado ex-presidente do Estado.

Entre outros documentos, deu-me, colocado num papel com sua assinatura, o famoso discurso “O Homem de Pata”, libelo arrasador, proferido no Senado por Moniz Freire, no qual este ex-senador e presidente do Estado acusava frontalmente Jerônimo Monteiro de desonesto. Dizem que com este discurso, Moniz Freire havia impedido que seu adversário fosse nomeado Diretor dos Correios e Telégrafos, decreto já assinado por Hermes da Fonseca.

Morto Jerônimo Monteiro, como vimos, seu herdeiro presuntivo era, efetivamente, seu filho mais velho, Jerônimo Monteiro Filho.

Por mero acaso guardei este documento. Como sabia que Oswald Guimarães, cujo pai foi jeronimista extremado, mantinha relações de estreita amizade com a família Monteiro, solicitei-lhe que mostrasse o discurso pronunciado por Moniz Freire, com a chancela “Josias Soares” à viúva de Jerônimo Monteiro e lhe perguntasse se seu filho poderia apoiar a candidatura do filho do mais acérrimo inimigo do seu marido.

O efeito foi terrível e abriu margem à negociação que pretendia realizar, isto é, abrir uma brecha nas fileiras do Partido da Lavoura.

Assim, em Petrópolis, apresentei a Getúlio meus 10 deputados, dizendo-lhe que para não entregar o governo do Estado aos decaídos de 1930, só havia uma solução, marchar para a candidatura Jerônimo Monteiro Filho. Getúlio concordou e após a saída dos deputados, disse-me que não me preocupasse pois logo depois da eleição providenciaria minha promoção ao posto de major.

Antes tivesse perdido a eleição. Teria voltado para o Exército e hoje estaria na reserva como marechal e não como general-de-exército.

Após estes entendimentos, Getúlio chamou Jerônimo Filho, dando-lhe seu apoio.

Desligando-se do seu antigo partido, Jerônimo Filho lançou o seguinte manifesto:

“Aceito a indicação do meu nome à presidência de minha terra natal, levantada pelos elementos do Partido Social Democrático. E, como tenho o apoio

dos meus correligionários, não pode haver dúvida sobre o triunfo dessa solução, que trará a paz ao Espírito Santo, de vez que serei eleito sem oposição”.

Enganou-se redondamente; seus “correligionários”, com exceção de Carlos Sá e Luiz Tinoco, o abandonaram imediatamente.

Mas, o fato é que havíamos restabelecido a maioria de 13 deputados, enquanto Asdrúbal Soares ficava com 12.

Terminada minha missão, regressamos à Vitória no navio Afonso Penna, do Lóide, viagem péssima, navio adernado e acomodações só para Alzira.

Assumi o governo e mandei preparar uma manifestação monstro para a chegada de Jerônimo Filho, coisa que jamais fiz em interesse próprio. Com as providências que a meu pedido Oswald Guimarães tomou, a manifestação ao futuro presidente do Estado foi, de fato, magnífica. Jerônimo, saltando na Praça 8, distante cerca de 1 quilômetro do Palácio, levou mais de duas horas para lá chegar, cercado por imensa multidão.

Quando julgava tudo resolvido, eis que surge nova dificuldade, desta vez gravíssima, pois deixava-me aos olhos do povo do Espírito Santo e até da Nação, como traidor, atraindo Jerônimo para as hostes do meu partido, com intenção oculta de não elegê-lo, pela volta da minha candidatura. É que o meu colega, Carlos Marciano de Medeiros, intensamente trabalhado pela oposição e pelo pai, um crápula, exigia que o partido voltasse atrás e com os votos dele Jerônimo e dos seus dois deputados sufragassem o meu nome.

Por mais que me esforçasse para convencê-lo de manter a palavra dada, tendo em vista a situação difícilíssima em que ficaria, nada consegui. Até a intervenção de Alzira à minha revelia redundou inútil. Assim, não tive remédio senão expor a Jerônimo e seus assessores leais [?], inclusive o professor Jorge Kafuri, que acabou sendo meu Secretário de Agricultura, o que estava acontecendo.

Jerônimo, no começo não deu muita importância até [à] atitude deste deputado, chegando a dizer que prescindia do seu voto, de vez que contava com os votos de Nelson Monteiro, seu primo; Sólon de Castro, seu colega na Politécnica e de outro deputado.

Fiz-lhe ver que estava redondamente enganado. Não contaria com nenhum destes votos, principalmente com o do Nelson Monteiro, cujo pai faleceu inimigo do irmão Jerônimo Monteiro, o velho.

Para demonstrar minha sinceridade e empenho que tinha pela sua eleição, propus-lhe, e que foi aceito, uma fórmula complicada e arriscada de eleição, consubstanciada no chamado “Pacto de Honra”, que vai transcrito mais adiante.

A fórmula era a seguinte: num primeiro escrutínio os meus deputados e os dele, Jerônimo, votariam para presidente do Estado em Jerônimo Monteiro Filho e Carlos Marciano de Medeiros, o Carlito, votaria em branco. Duas alternativas poderiam se dar: se ele, Jerônimo, como pensava, tivesse os votos que ele contava (Nelson Monteiro, Sólon de Castro, etc.) estaria eleito. Caso contrário o resultado seria o seguinte: Jerônimo 12 votos, Asdrúbal 12 votos e um voto em branco.

Com a eleição empatada haveria necessidade de outro escrutínio, quando eu receberia os 13 votos, vencendo a eleição por um voto.

Eis, na íntegra, o “Pacto de Honra”:

Ata da reunião realizada no Palácio do Governo do Estado do Espírito Santo.

“Aos dez dias do mês de abril de 1935, presentes os exmos. senhores Capitão João Punaro Bley, Interventor Federal neste Estado, e os demais deputados à Constituinte Estadual abaixo assinados, presentes, ainda, os capitães Wolmar Carneiro da Cunha, Waldemar Kitzinger, Milton Pio Borges, professor Jorge Kafuri e Brício Mesquita, ficou estabelecido que, atendendo à situação delicada em que se encontra o caso político do Espírito Santo, para a eleição do primeiro Governador Constitucional, os signatários do presente, com pleno assentimento dos exmos. senhores Capitão João Punaro Bley e dr. Jerônimo Monteiro Filho, adotaram, sob palavra de honra e reafirmação solene do compromissos assumidos perante o partido e a opinião pública, a seguinte fórmula para a solução definitiva do referido caso político:

1 – Fica desde já estabelecido que, no primeiro escrutínio da Assembléia, receberá o dr. Jerônimo Monteiro Filho, como satisfação e homenagem aos compromissos assumidos para com a sua candidatura, o sufrágio de onze apenas dos treze deputados signatários do presente, sendo que os dois votos restantes, respectivamente do capitão Carlos Marciano de Medeiros e do dr. Jerônimo Monteiro Filho serão dados, sob palavra de honra, ao capitão João Punaro Bley.

2 – No segundo escrutínio, todos os signatários desta se comprometem a sufragar o nome do digno Capitão João Punaro Bley, em homenagem aos elevados propósitos de S. Exa. nesta hora histórica da vida política do Espírito Santo, como foram as de renúncia à sua candidatura e a da escolha do nome ilustre do seu ex-

adversário político dr. Jerônimo Monteiro Filho, certos de que a opinião pública capixaba, após o histórico que se fará de tais acontecimentos, verá nesta solução o espírito elevado de patriotismo e paz, a fim de que o Estado possa continuar no período de desenvolvimento material e de confraternização da sua vida política”.

Ass: João Punaro Bley, Ciro Duarte, Jerônimo Monteiro Filho, Mário Rezende, João Soares, Astolfo Lobo, Álvaro de Castro Mattos, Carlos Marciano de Medeiros, Luiz Tinoco da Fonseca, Paulino Müller, Carlos Gomes de Sá, Wolmar Carneiro da Cunha, por procuração verbal do deputado Feliciano Garcia, Francisco Clímaco Feu Rosa, Christiano Vieira de Andrade, Milton Pio Borges, Brício de Moraes Mesquita, Jorge Kafuri, e Waldemar Kitzinguer.

Com as eleições marcadas para 12 de abril, a vida do Estado parou.

Os meus deputados não tinham sossego. A Ciro Duarte, rapaz pobre, ofereceram cem contos para ele “virar”. Mário Rezende era intensamente trabalhado pelo filho, Christiano Rezende, ex-prefeito de Muqui. Para mal dos pecados, Feliciano Garcia, já velho, quebrou o braço. A situação era tal, que fui obrigado a recolher quase todos eles ao Palácio.

Dois dias antes da eleição, recebi um convite da oposição para uma entrevista. Seu porta-voz foi Pedro Vivacqua, com plenos poderes para decidir.

Encontramo-nos, com conhecimento de Jerônimo, no Instituto Maruípe. Pedro Vivacqua propôs-me, entre [outras coisas], minha eleição para o Senado, em troca do meu apoio à eleição de Asdrúbal Soares.

Recusei imediatamente, dizendo-lhe que não estava à venda. Aproveitei a oportunidade para informar que nós venceríamos, mas que, se por qualquer circunstância perdêssemos a eleição, aconselharia ao vencedor que não saísse diretamente da Assembléia para o Palácio, pois dele não sairia como negro fugido.

Realizada a eleição debaixo de grande expectativa, a Assembléia guardada por uma companhia do 3º B. C., nosso esquema funcionou como estava previsto. No primeiro escrutínio Jerônimo teve 11 votos, Asdrúbal 12 e eu, 2.

Verificou-se o que havia dito a Jerônimo: nenhum deputado da oposição “furou” a chapa.

Como nenhum dos candidatos tivesse alcançado maioria, foi realizado o segundo escrutínio. A votação, faltando apenas a apuração de um voto ficou empatada: 12 a 12.

O último voto seria o decisivo e foi dado a mim. Era a vitória ansiosamente esperada.

Eis como um jornalista do Rio viu a realização desse escrutínio:

“A certo momento o número de votos estava igualado: o último voto para quem será? Ânsia, Expectativa, Aflição, Dúvida. Nos rostos dos deputados oposicionistas vislumbravam-se ligeiras contorções nervósticas; outros, mais calmos, apareciam com ligeiro sorriso”.

“Para governador, capitão João Punaro Bley, arremata o presidente Carlos Medeiros”.

“Como se estivesse estourado uma granada, ouve-se vivas e aplausos. Entusiasmo absoluto pela vitória do capitão Punaro Bley”.

“Um como alívio invade o espaço. Os deputados da oposição entreolhavam-se... baldados os seus esforços”.

Depois da partida dos nossos deputados para a Assembléia Legislativa, fiquei no meu gabinete acompanhado dos secretários e de alguns amigos mais chegados, a fim de acompanhar a marcha das apurações. Neste meio tempo, o palácio foi se enchendo de outros amigos e correligionários.

Quando foi conhecido o resultado final, meu gabinete foi invadido para os abraços e só aí percebi que quase todos estavam armados. E, fato mais grave, meu colega, capitão Kitzinguer havia assestado uma metralhadora pesada no terraço do palácio, apontada para a saída da Assembléia.

Que poderia ter acontecido se Asdrúbal tivesse vencido? Só Deus sabe.

Mas, eis como novamente o jornalista Martins da Fonseca viu minha eleição: [...].

Continuando os seus trabalhos o PSD elegeu Jerônimo Monteiro Filho senador por 8 anos, deixando de eleger Brício Mesquita, por traição de um dos seus deputados.

A oposição, inconformada, interpôs recurso contra a minha eleição perante o Tribunal Regional, acabando por perdê-lo.

Dizem que quem mais se surpreendeu com minha eleição foi Getúlio Vargas. Daí, talvez, a apreciação que se segue de Alzira Vargas no seu livro Getúlio Vargas, me pai.

Espírito Santo.

14.11.1930 – Interventor João Punaro Bley.

Militar (Exército), foi inicialmente nomeado Delegado Militar e interventor federal. Candidato a governador, após algumas dificuldades de caráter político, elegeu-se com relativa facilidade.

14.4.1935 – eleito governador, exerceu seu mandato em ambiente político quase sem oposição.

23.11.1937 – Com o advento do Estado Novo, foi novamente nomeado interventor. Foi dos poucos chefes de executivos estaduais a atravessar incólume as várias fases do período revolucionário, sem a menor interrupção. Chamado por sua moderação e habilidade na época das eleições estaduais “discípulo com louvor de Getúlio Vargas”. Pediu demissão em 1943.

Antes de virar esta página negra da história política do Espírito Santo, desejo dizer das minhas relações com a Igreja, sempre boas, apesar da distinção com que sempre tratei Loren Reno, americano, chefe da Igreja Batista.

Quando assumi a primeira interventoria, Dom Benedito Alves de Souza era o Bispo do Espírito Santo.

Paulista. Era vigário da Sé de São Paulo, quando, muito moço, em 1916, foi escolhido para Bispo do Espírito Santo. Saindo de um ambiente requintado e elegante, para uma “roça”, dizem que sempre considerou Vitória como um desterro.

Inteligente, erudito, grande orador sacro, gostando de boa conversa e de boa mesa, fazendo poucas viagens ao interior, não era, evidentemente, um pastor, pouca importância dando aos negócios do bispado. A catedral de Vitória, em eterna construção, era considerada “sinfonia inacabada”.

Logo no começo do meu governo convidou[-me] para almoçar no convento da Penha, almoço demasiadamente conhecido em Vitória, pelas iguarias finas e bons vinhos. Logo no primeiro prato serviu-nos “Liebfraumilk”, famoso vinho branco do Reno. Perguntou-nos se sabíamos o significado do seu nome e, antes de qualquer resposta, dando gostosa gargalhada foi dizendo: “Leite da mulher amada”.

Protegido de Dom Leme renunciou em 1932, em favor de Dom Luiz Scortegagna. Quando escolhido bispo, Dom Luiz era um vigário obscuro e anônimo da cidade de Santa Maria, Rio Grande do Sul. Convidou a mim e a João Neves para padrinhos de sacração.

Pelo fato de João Neves ter aderido à Revolução de São Paulo, desembarcou em Vitória, em 1932, sob suspeita injusta de “ser emissário de João Neves”.

Verificou-se para logo que Dom Luiz era a antítese de Dom Benedito, que o gozou enquanto o teve como coadjutor, tal o seu despreparo intelectual para tão importante missão.

Simples, humilde, de poucas letras, péssimo orador sacro, fez, de fato, má impressão aos seus primeiros contactos com a diocese, que, pouco mais tarde passou a admirá-lo por verificar que era um bom administrador e dedicado pastor.

Logo que se viu livre de Dom Benedito, pela sua renúncia, viajou seguidamente para o interior do estado, fazendo suas crismas. Em pouco tempo conhecia o estado tanto quanto eu.

Tomou de empreitada acabar a catedral, cujas obras ficaram paradas durante a gestão do seu antecessor.

Além de auxílios de particulares, contou com 300 contos de auxílio do meu governo, que lhe permitiu reiniciar as obras com grande vigor.

Embora claudicando algumas vezes por covardia, sempre fomos amigos. Foi ele quem celebrou o casamento Ivete-Hélio, falecendo quando já eu havia deixado o governo.

Outro bispo amigo foi Dom Helvécio Gomes de Oliveira, salesiano, Arcebispo de Mariana, Minas Gerais, irmão de dom Emanuel, Arcebispo de Goiás, ambos de Anchieta.

Altamente relacionado nos meios sociais e políticos, prestigiado por ser titular de um dos mais antigos arcebispados do Brasil, trabalhador infatigável, sempre se preocupando com obras sociais, notadamente com as que realizou, com meu auxílio, na sua cidade natal, Anchieta: escola normal, hotel de turismo, patronato de Olivânia, para menores abandonados. Junto fundamos o Colégio Diocesano de Vitória. Político dos mais hábeis chegou a ser consultado e aceitou ser o Governador Constitucional do Estado, na crise política que precedeu minha eleição.

Era, por assim dizer, o prefeito de Anchieta.

Surpreso com a escolha de Dom Luiz para Bispo do Espírito Santo, perguntou ao Núncio Apostólico de então “como Dom Luiz fora escolhido bispo”, obtendo a seguinte resposta: “Meu filho, só no céu saberemos como Dom Luiz chegou a ser bispo”.

As minhas relações com a Igreja Católica eram tão boas, que numa saudação um padre chegou a dizer: “Capitão Bley, a Igreja Católica vos ama”, frase hipócrita e

mentirosa, quando mais tarde, fora do governo, estes mesmos padres, na sua maioria, haviam trabalhado contra mim, quando disputei uma cadeira no Senado.

GOVERNADOR CONSTITUCIONAL

Tomei posse do cargo de Governador Constitucional perante a Assembléia Legislativa no dia 15 de abril, a oposição ausente do plenário em sinal de protesto.

Com a eleição de Jerônimo Filho para o Senado e a convocação do seu suplente, Abner Mourão, fiquei, novamente, em minoria.

A oposição inconformada, valendo-se desta circunstância, anunciou que na nova constituição a ser elaborada meu mandato seria de 3 meses em lugar de 4 anos e que meus vencimentos não ultrapassariam de 300 mil réis mensais.

Não dei maior importância a tais boatos. Sabia, por experiência própria, que “Governo era Governo”, com grandes poderes de sedução.

Sabia, também, que, em face do acordo realizado com Jerônimo, iria ter grandes dificuldades iniciais pelo fato de ter que contemplar com duas secretarias correligionários seus, no caso Jorge Kafuri e Carlos Sá. Isto significava que teria que sacrificar amigos meus, entre os quais Mário Freire, que mais tarde aproveitei na presidência do Banco do Espírito Santo.

Teria, também, que vencer antagonismos que vinham de longa data, principalmente em Cachoeiro do Itapemirim.

Urgia trazer para o governo pelo menos dois deputados da oposição, a fim de que tivesse maioria na Comissão Especial de Constituição, aquela que iria organizar o anteprojeto da futura Constituição Estadual.

Foi neste clima que reconstruí meu novo secretariado.

Sabendo que o deputado Monteiro Torres, eleito pelo município de Guaçuí, alimentava veleidades de ser deputado federal, convoquei-o secretamente dizendo-lhe que sua futura sorte política estava em minhas mãos, diante das medidas que poderia tomar para enfraquecer sua posição de líder municipal. Rendeu-se à evidência dos fatos e comprometeu-se a votar conosco, solicitando apenas que o nosso acordo ficasse em segredo até o dia da referida eleição.

Outro ambicioso era Sólon de Castro, eleito por Santa Teresa. Embora repugnando-me tratar com um traidor, com ele entrevistei-me trazendo[-o] novamente para as fileiras do nosso partido.

Fiquei, assim, com 14 deputados e a oposição com 11, muitos deles, por morarem no Rio, nem comparecendo às sessões ordinárias.

Ignorando as providências que havia tomado, o traficante Gabeira julgou-se habilitado a ganhar mais algum dinheiro, negociando seu voto.

Mandou dizer pelo Carlito, presidente da Assembléia, que por 30 contos daria seu voto. Judas, vendendo-se por 30 dinheiros!

Como tinha velhas contas a ajustar com este venal e velhaco, cozinhei-o em água fria, deixando sem resposta sua indecorosa proposta.

No dia da eleição, “ainda no ar”, sem a certeza se receberia ou não os 30 contos, foi baixando seu preço para 20 e, finalmente, para 10 contos.

Faltavam 15 minutos para a reunião da Assembléia Legislativa quando fui notificado que um seu emissário necessitava urgentemente falar comigo. Ao recebê-lo, informou-me que Gabeira havia resolvido baixar o seu preço para 5 contos de réis. Respondi: “Diga ao Gabeira que nem por quinhentos réis aceito sua proposta”.

Desse modo a Comissão de Constituição foi organizada com 4 deputados do governo e 3 da oposição.

Havia, nos termos da Constituição Federal, prazo fatal para que os estados promulgassem suas constituições, sob pena do Governo Federal outorgá-las. Como os trabalhos da constituição estadual se arrastassem, devido a ligeiras discrepâncias entre pontos de vista da oposição e do governo, fui forçado a intervir, convocando a Comissão para deliberar em Palácio, ficando, assim, como árbitro de suas decisões.

Assim, como uma espécie de “poder moderador” consegui que o anteprojeto fosse organizado e a Constituição do Estado votada no prazo legal. Embora minha formação política viesse do regime ditatorial, sempre fui um liberal, convencido da necessidade de uma oposição vigilante, honesta e operante, pronta a apontar erros ou desmandos do Poder Executivo.

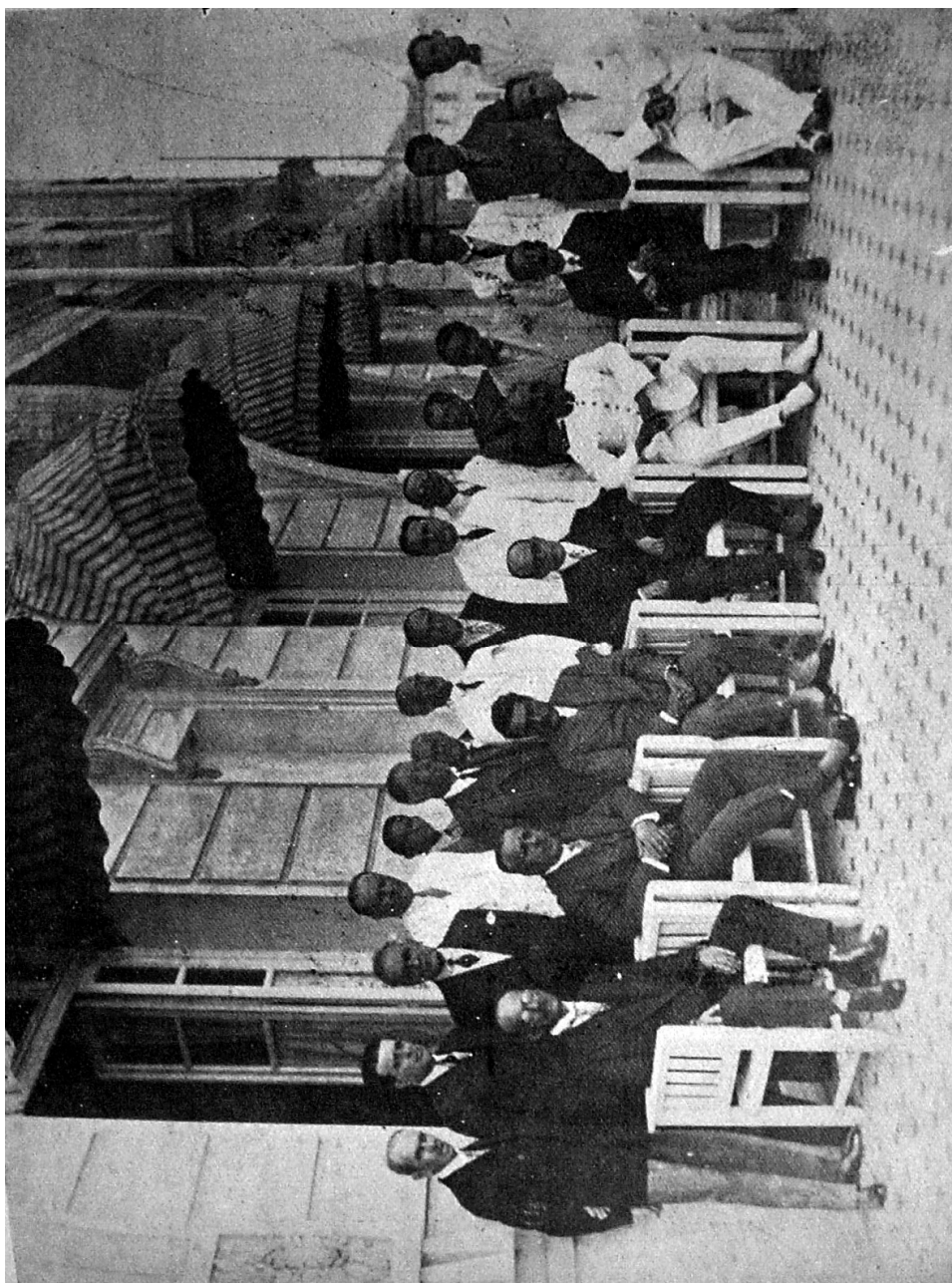
Dessa forma, esquecendo mágoas, tratei a oposição com o respeito que merecia, ouvindo suas críticas quando justas, seu líder era convidado para todas as cerimônias e inaugurações, fato inédito na história política do Estado.

Ao se realizarem, mais tarde, as eleições de deputados classistas, nossa representação na Assembléia Legislativa passou a contar com mais 4 [?] deputados e a Câmara Federal com mais dois.

Nas eleições municipais, a oposição completamente desarvorada, nossa vitória foi completa. Dos 52 [sic, 32] municípios apenas perdemos 3 prefeituras,

sendo uma para o Partido da Lavoura e duas para o Partido Integralista. Ficou, assim, definitivamente organizada a ordem constitucional, o ano de 1935 [foi] fecundo em realizações, como se segue.

ANEXO C – Fotografias



Fonte: *Vida Capichaba*, ano VIII, nº 209, 9 jan. 1930.

FOTOGRAFIA 1 – Confraternização política na Primeira República. Rio de Janeiro, DF, Copacabana Palace (?), dez. (?) 1929.

Legenda original: "Grupo formado após o almoço oferecido pela representação espírito-santense no Congresso Nacional ao dr. Aristeu Aguiar, por ocasião de sua última viagem ao Rio, para assistir à leitura da plataforma Julio Prestes".

Esq./dir.: Bernardino Monteiro (1º, em pé), Florentino Avidos (1º, sentado) e Aristeu Borges de Aguiar (4º, sentado).



Fonte: MURAKAMI, 1980, p. 153.

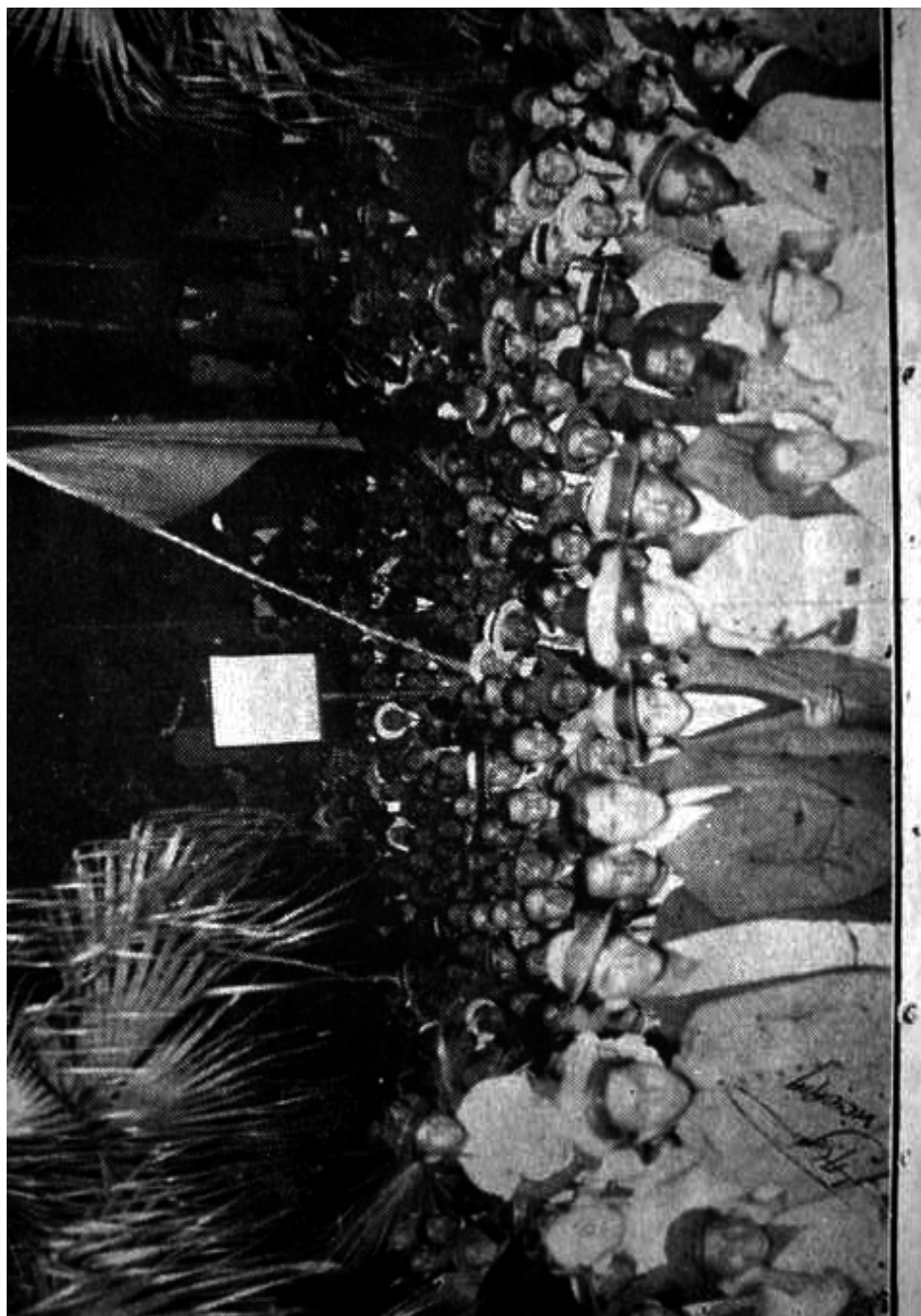
FOTOGRAFIA 2 – Comando de coluna revolucionária em Minas Gerais.

Legenda original: “Forças revolucionárias em Carangola, a caminho do Espírito Santo. Numerados no original: 1) major Oto Feio da Silveira, comandante do setor de Carangola; 2) tenente Magalhães Barata; 3) tenente Serôa da Mota; 4) Fernando de Abreu; 5) padre Brandão, capelão; 6) tenente Respício do Espírito Santo; 7) Valdemar Soares, prefeito de Carangola, e 8) tenente Corsino, da Força Pública mineira. Carangola (MG), entre 7 e 13 de outubro de 1930”.



Fonte: *Vida Capichaba*, ano VIII, nº 250, 13 nov. 1930.

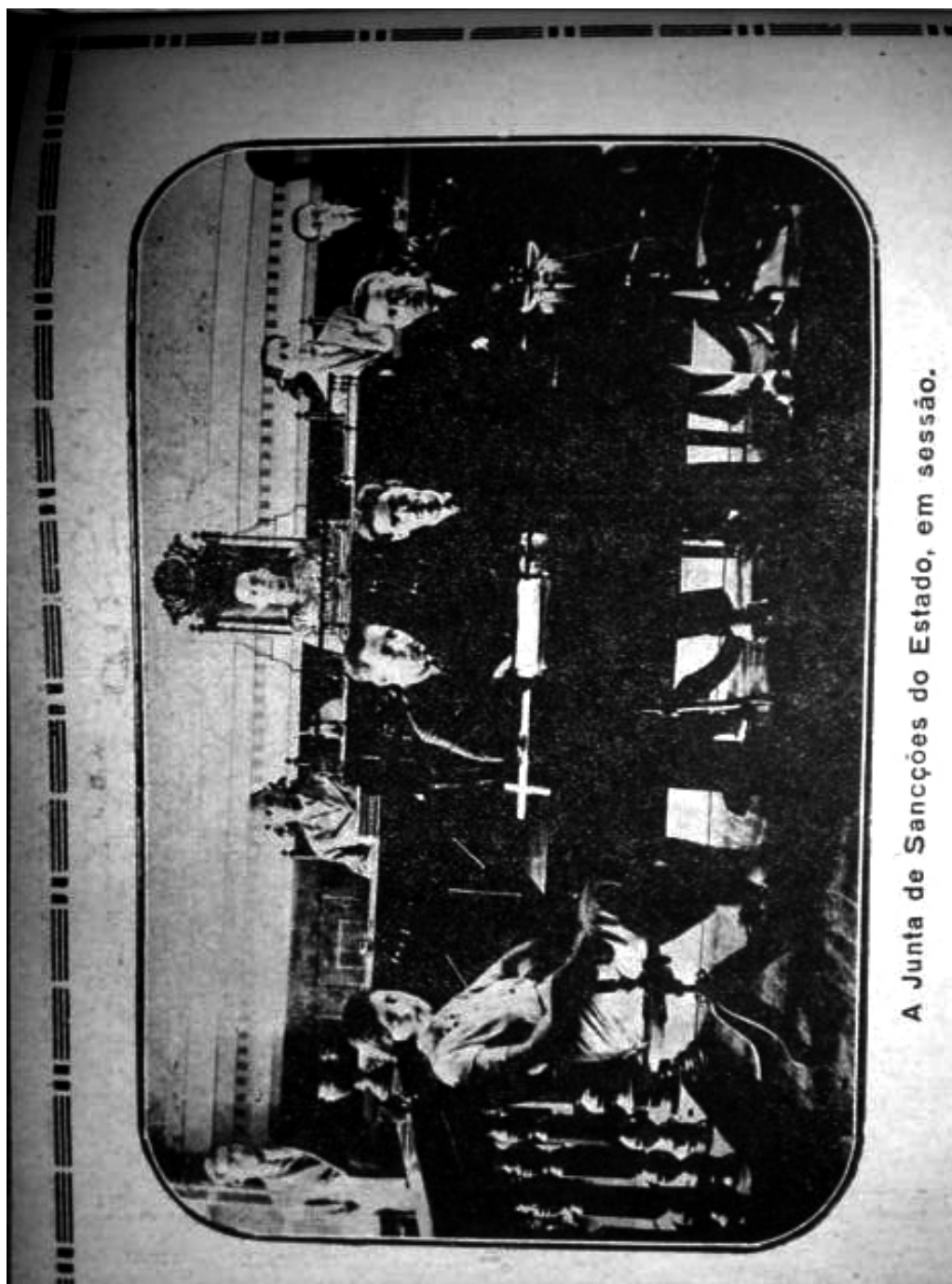
FOTOGRAFIA 3 – Lenços vermelhos no palácio do governo. Vitória, ES, out. 1930.
Legenda original: “Grupo de militares que tomaram parte saliente na revolução, vendo-se, sentados, da esquerda para a direita, tte. Wolmar Cunha, major Paes Brasil, cel. Octavio Amaral, cap. João Punaro Bley, ttes. Plo Borges, E. Lins, Carlos Medeiros, Quintão e Henrique Villá”.



Fonte: *Vida Capichaba*, ano VIII, nº 251, 20 nov. 1930.

FOTOGRAFIA 4 – Aprovação popular ao novo regime. Vitória, ES, 24 out. 1930, na escadaria principal do palácio do governo.

Legenda original: "Um aspecto da manifestação do povo de Vitória á Junta Governativa do Estado, no dia 24 de outubro ultimo, após a confirmação da victoria do movimento revolucionário no Rio". Fotógrafo: Paes.



A Junta de Sanções do Estado, em sessão.

Fonte: *Vida Capichaba*, ano IX, nº 297, 10 out. 1931.

FOTOGRAFIA 5 – A Junta de Sanções reunida. Vitória, ES, 1931.

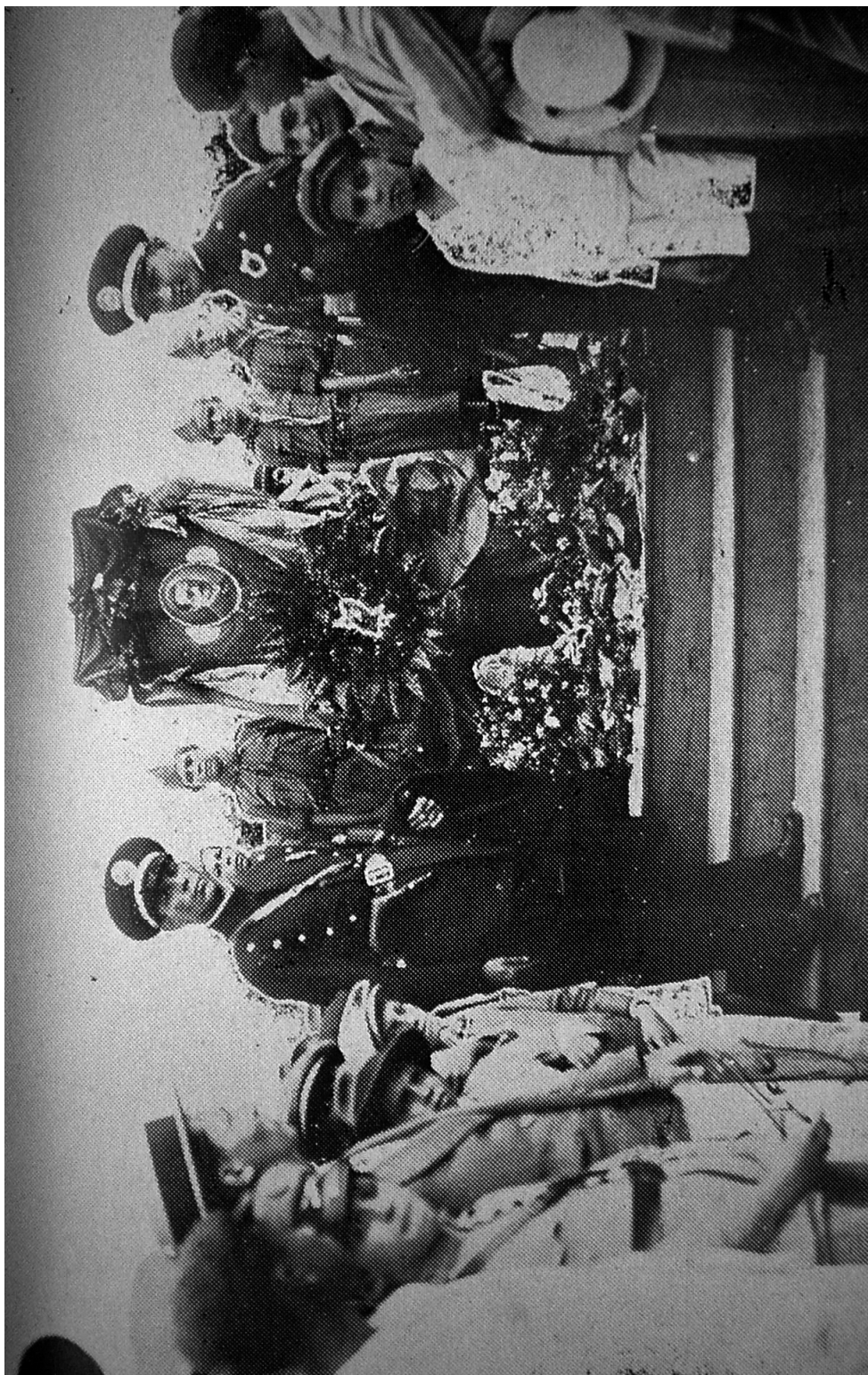
Legenda original: "A Junta de Sanções do Estado, em sessão".

Ao centro o interventor Bley, tendo a sua direita Afonso Correia Lírio, Secretário do Interior e Justiça.



Fonte: *Vida Capichaba*, ano IX, nº 263, 14 fev. 1931.

FOTOGRAFIA 6 – Comissão de Sindicância municipal. Rio Novo do Sul, ES, out. 1930 – fev. 1931. Título original: “APURANDO RESPONSABILIDADES”. Legenda original: “Comissão de Sindicância da Vila de Rio Novo. Ao centro vê-se o dr. Christiano Rezende, Prefeito Municipal, tendo a sua direita os snrs, Manoel Gomes Novo, Presidente, Joaquim Belizário Drummond e Miguel Elias, Peritos Mercantis; e [a] sua esquerda os snrs. Genesis B. Pinheiro, Vice-Presidente e Alfredo Mignac, Secretário”.



Fonte: *Vida Capichaba*, ano VIII, nº 250, 13 nov. 1930.

FOTOGRAFIA 7 – Inauguração da Praça João Pessoa. Vitória, ES, 26 out. 1930.

Título original: "O MOVIMENTO REVOLUCIONARIO NO ESPIRITO SANTO". Legenda original: "Altar erigido por iniciativa da 'Gazeta', na Praça João Pessoa, para a missa Campal em memoria do illustre brasileiro, martyr da revolução, no dia em que foi inaugurada a referida praça".



Fonte: *Vida Capichaba*, ano VI, nº 251, 20 nov. 1930.

FOTOGRAFIA 8 – A Junta Governativa junto ao povo. Vitória, ES, 26 out. 1930.

Legenda original: “Grupo apanhado após a inauguração da Praça João Pessoa, vindo-se, em pé, ao centro, a Junta Governativa do Estado”.

Os lenços vermelhos ainda em muitos pescoços.



Fonte: *Vida Capichaba*, ano IX, nº 265, 28 fev. 1931.

FOTOGRAFIA 9 – Inauguração da Praça 13 de Fevereiro. Vitória, ES.

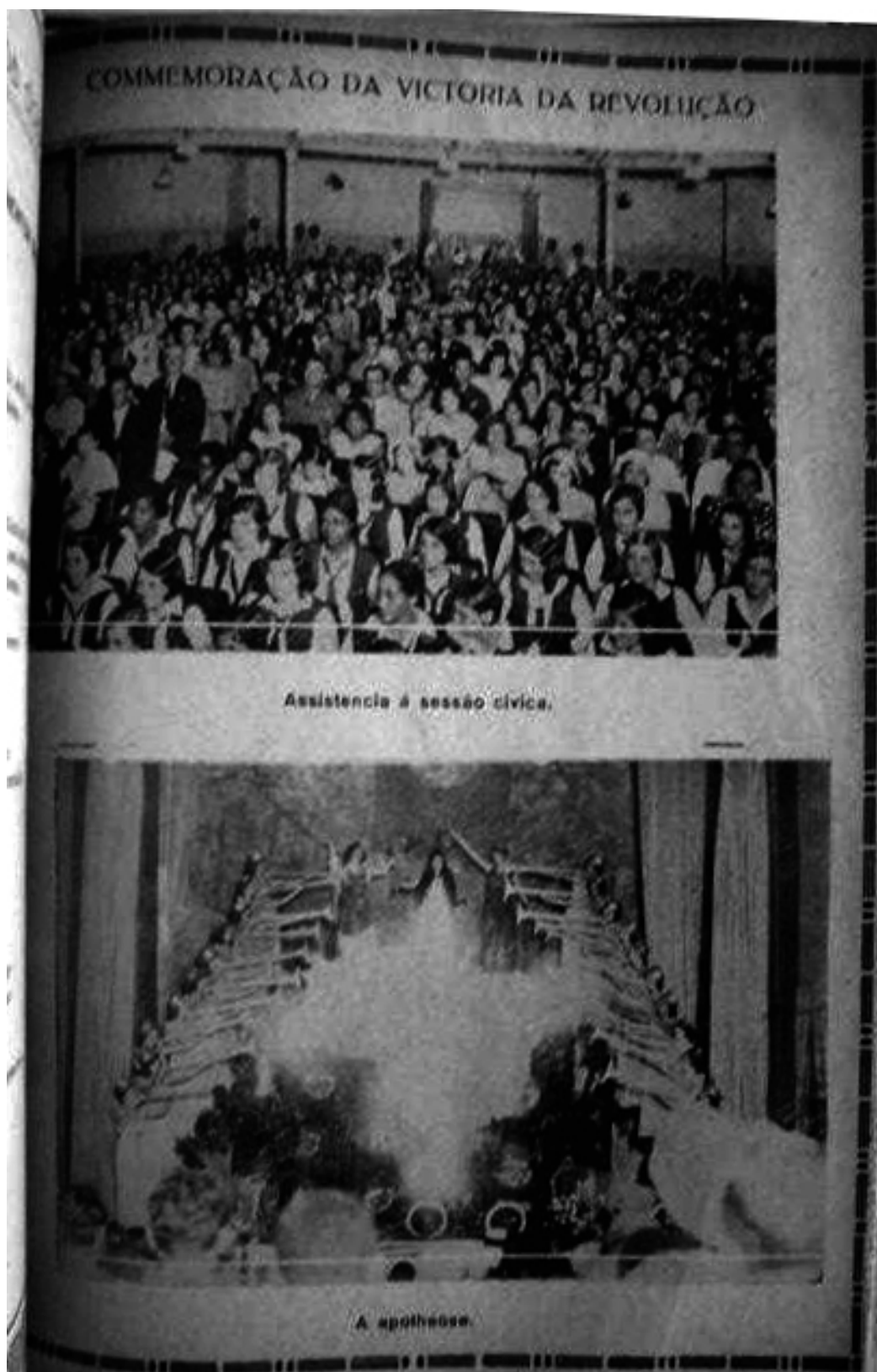
Legenda original: "Aspectos da missa realizada na igreja do Carmo no dia 13 de fevereiro último – Ao centro o dr. Asdrubal Soares inaugurando a Praça 13 de fevereiro".



Fonte: *Vida Capichaba*, ano IX, nº 288, 08 ago. 1931.

Fotografia 10 – Missa comemorativa em frente ao quartel. Vitória, ES, 26 jul. 1931.

Título original: "JOÃO PESSOA". Legendas originais: "Vista da praça do Quartel do R. P. M. onde se realizou a missa, em 26 de julho"; e "Celebração de Missa".

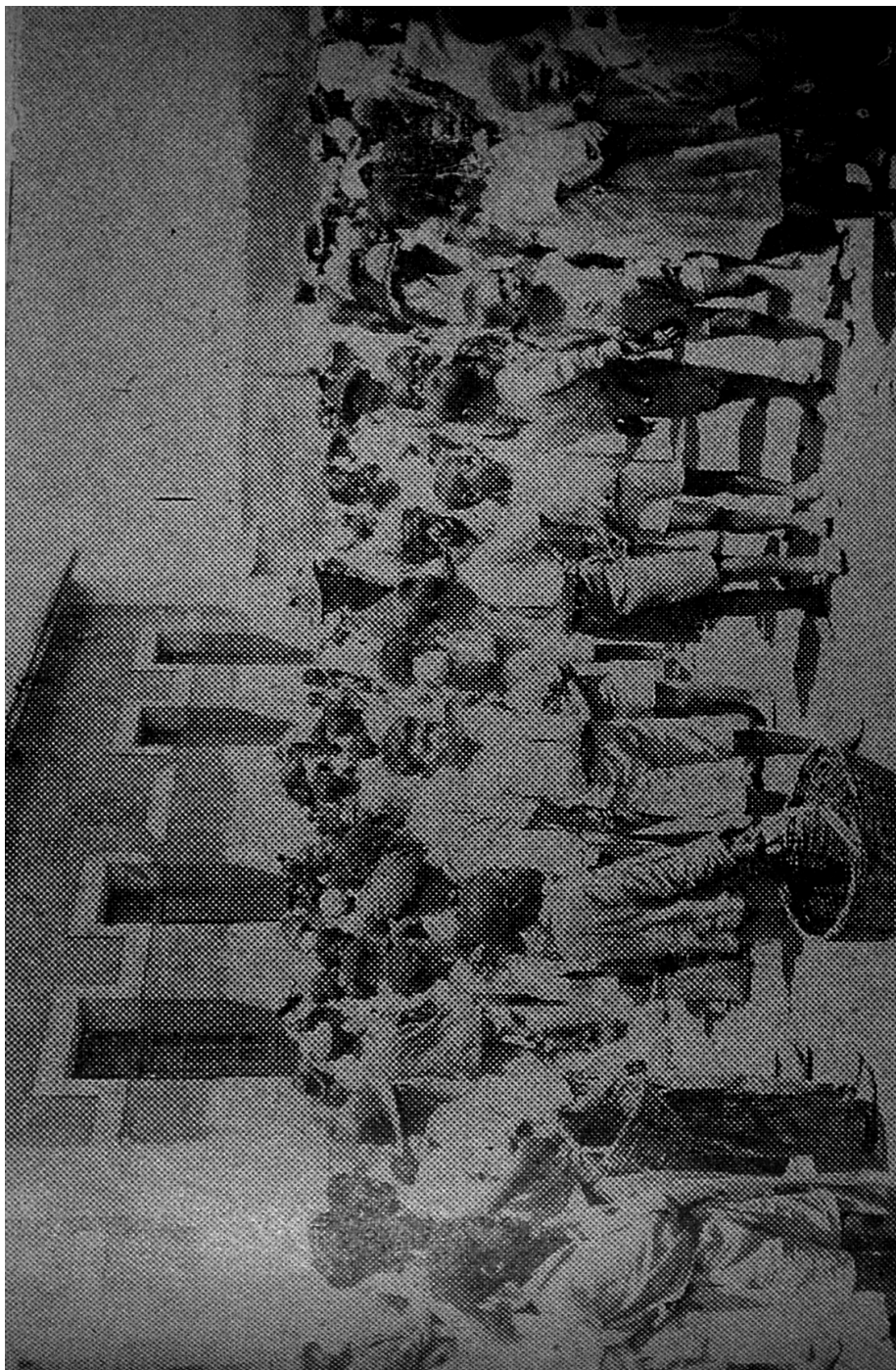


Fonte: *Vida Capichaba*, ano IX, nº 299, 24 out. 1931.

FOTOGRAFIA 11 – Apoteose no primeiro aniversário da revolução. Vitória, ES, Teatro Carlos Gomes, out. 1931.

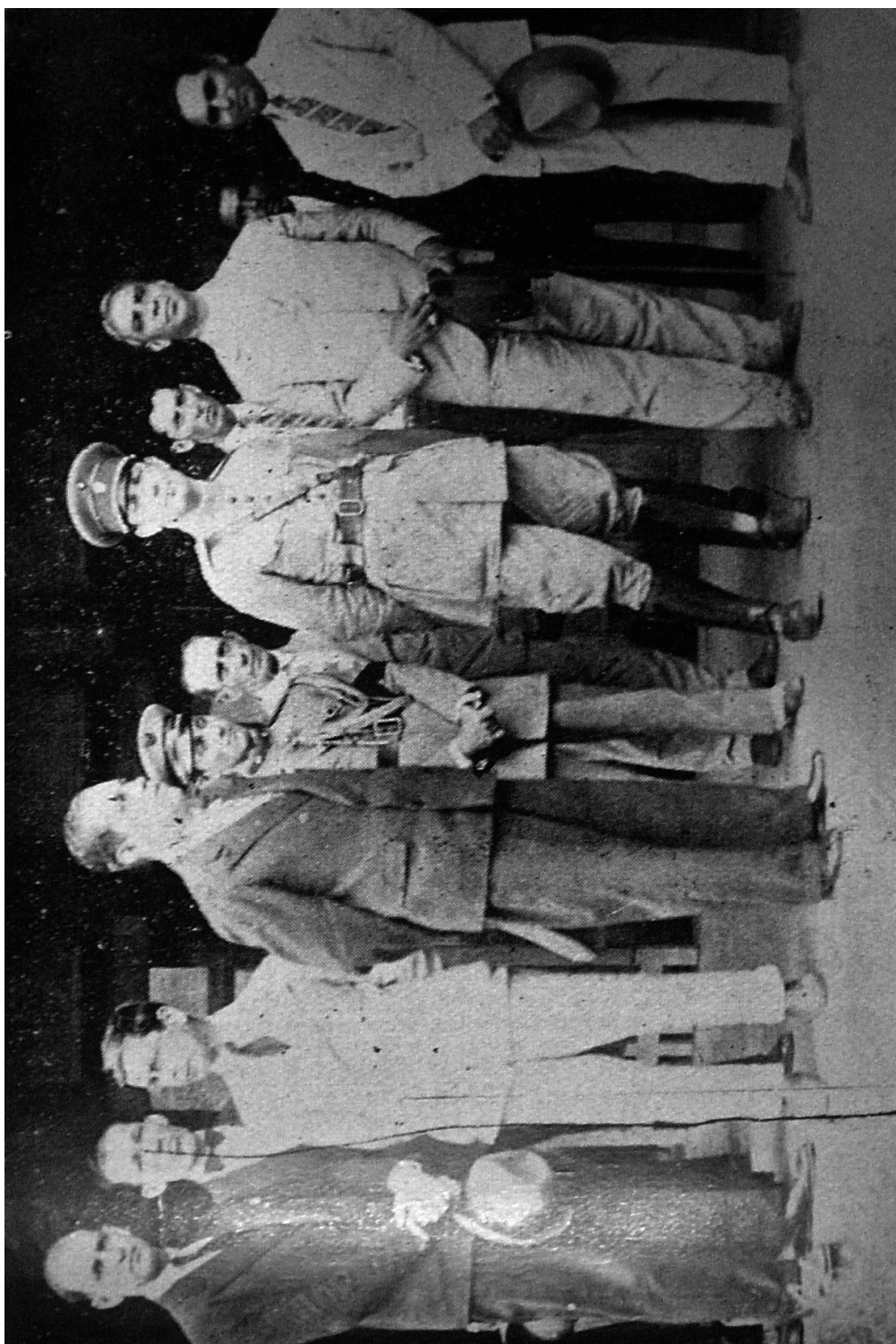
Legendas originais: “Assistencia á sessão civica” e “A apothéose”.

A revolução é identificada com o Brasil.



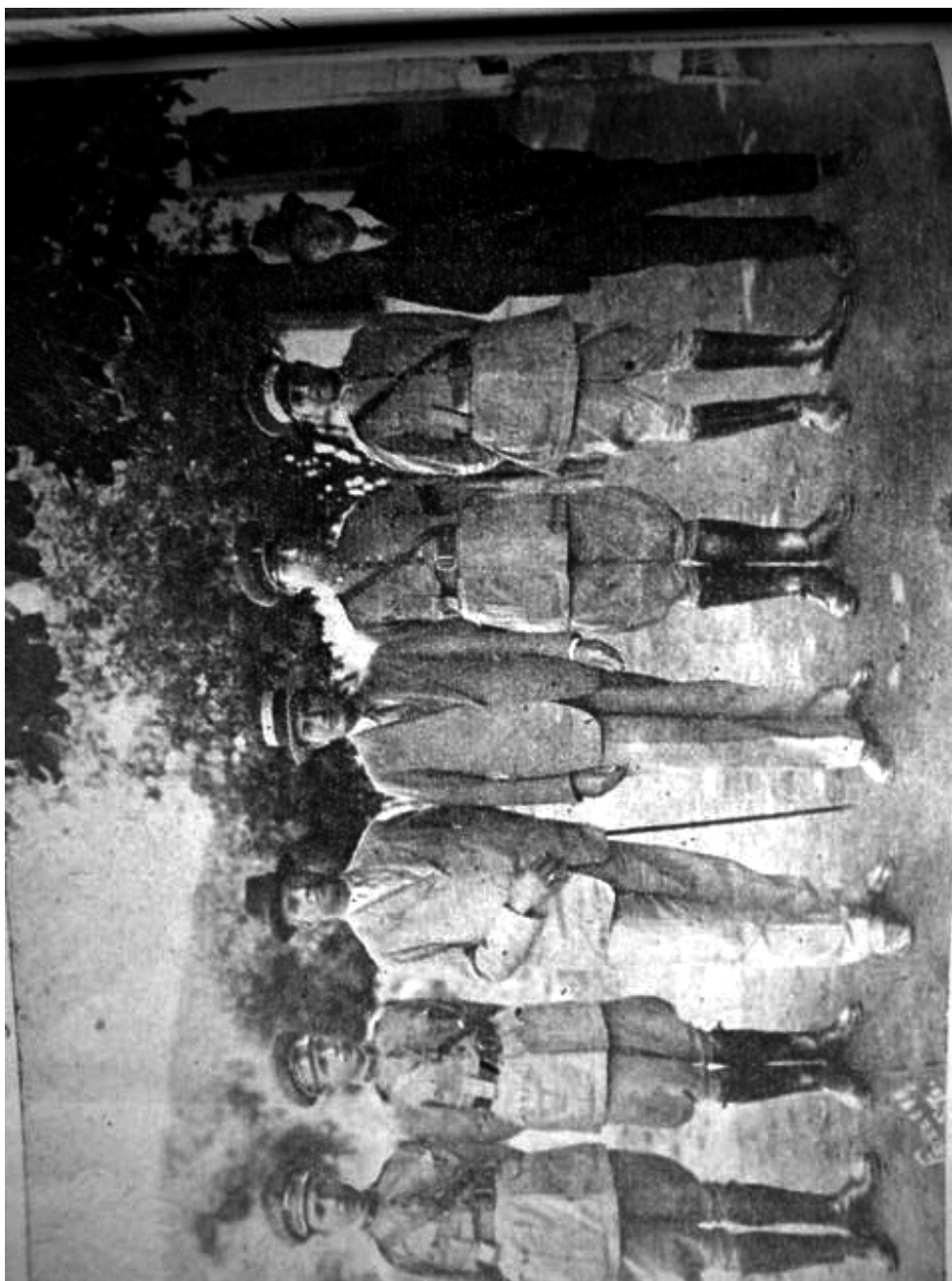
Fonte: *Vida Capichaba*, ano IX, nº 299, 24 out. 1931.

FOTOGRAFIA 12 – Um ato político-comemorativo. Vitória, ES, bairro de Santo Antônio, out. 1931.
Título original: “COMMEMORAÇÃO DA VICTORIA DA REVOLUÇÃO”. Legenda original: “Distribuição de viveres em Santo Antonio”.



Fonte: *Vida Capichaba*, ano IX, nº 280, 13 jun. 1931.

FOTOGRAFIA 13 – O interventor conhece o estado. Pau Gigante (atual Ibirapu), ES. 1931.
Título original: "EXCURSÃO GOVERNAMENTAL". Legenda original: "O sr. Interventor Federal em Pau Gigante".



Fonte: *Vida Capichaba*, ano IX, nº 286, 25 jul. 1931.

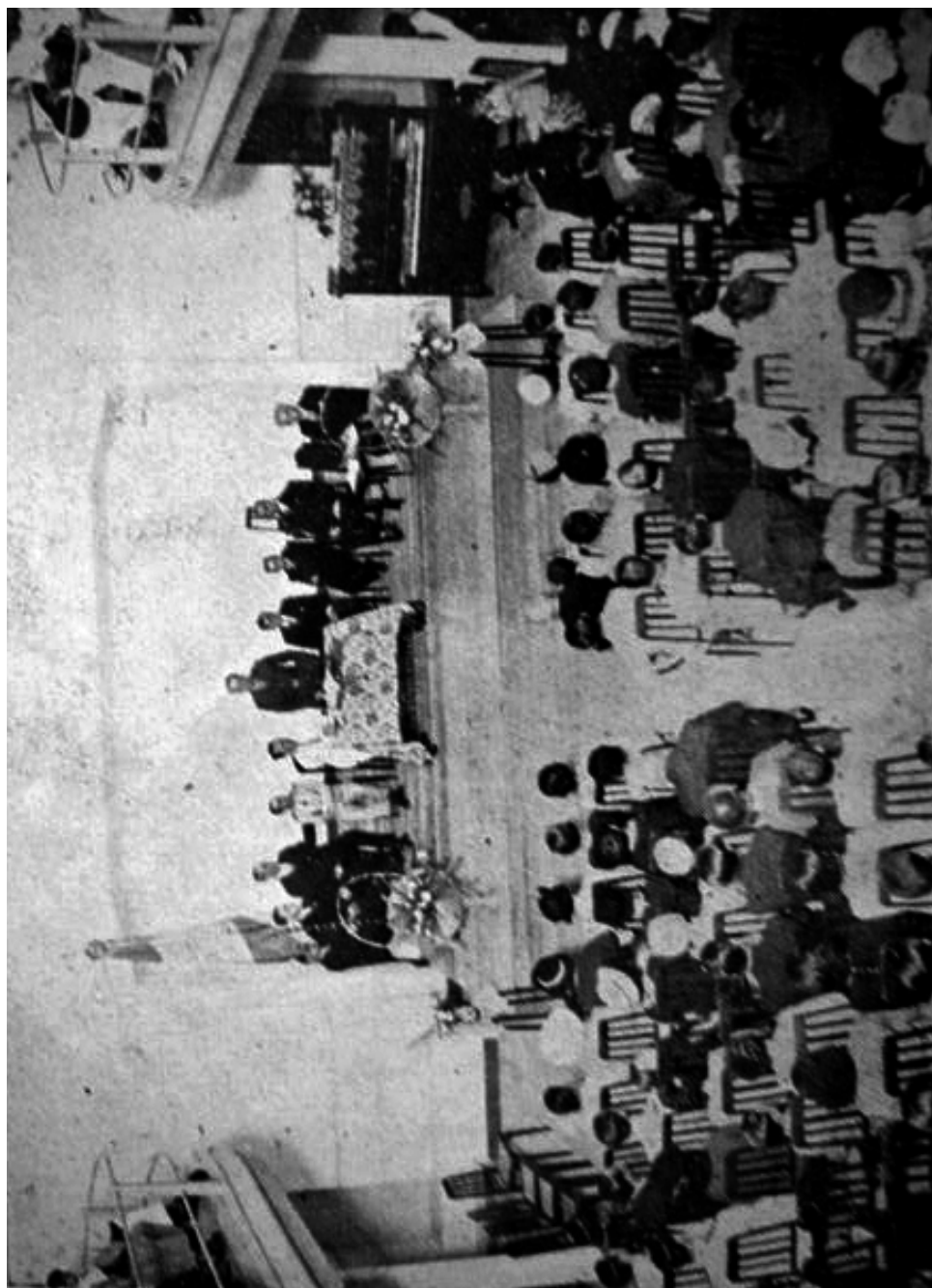
FOTOGRAFIA 14 – Antigos coronéis no novo pacto político. Itaguaçu, ES, jan. / jul. 1931.
Título original “Itaguassú”. Legenda original: “O sr. Interventor Federal tendo a sua esquerda o capitão Nóbrega e o cel Vicente Peixoto e a sua direita o cel Martinho Barbosa, prefeito municipal, dr. Affonso Lyrio e ajudantes de ordens tenentes Otto e Barreto”.
O coronel Vicente Peixoto era o titular da Inspetoria dos Municípios.



Fonte: *Vida Capichaba*, ano IX, nº 277, 23 maio 1931.

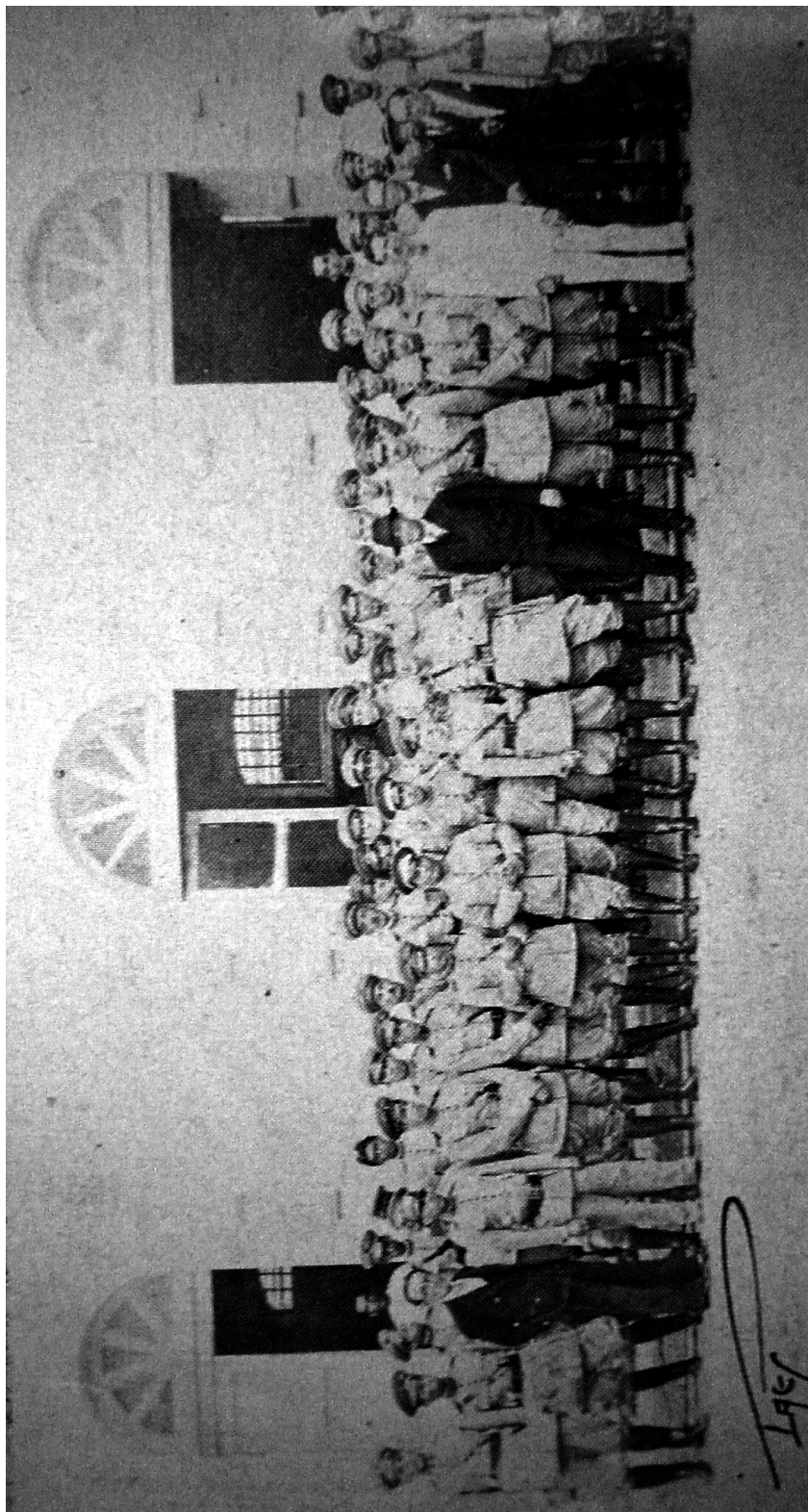
FOTOGRAFIA 15 – Manobras do Regimento Policial Militar. Vitória (?), ES, jan – maio 1931.

Título original: “MANOBRAS DO R. P. M.”. Legenda original: “Grupo de autoridades e convidados, no acampamento, por ocasião do churrasco oferecido ao sr. Interventor Federal”.



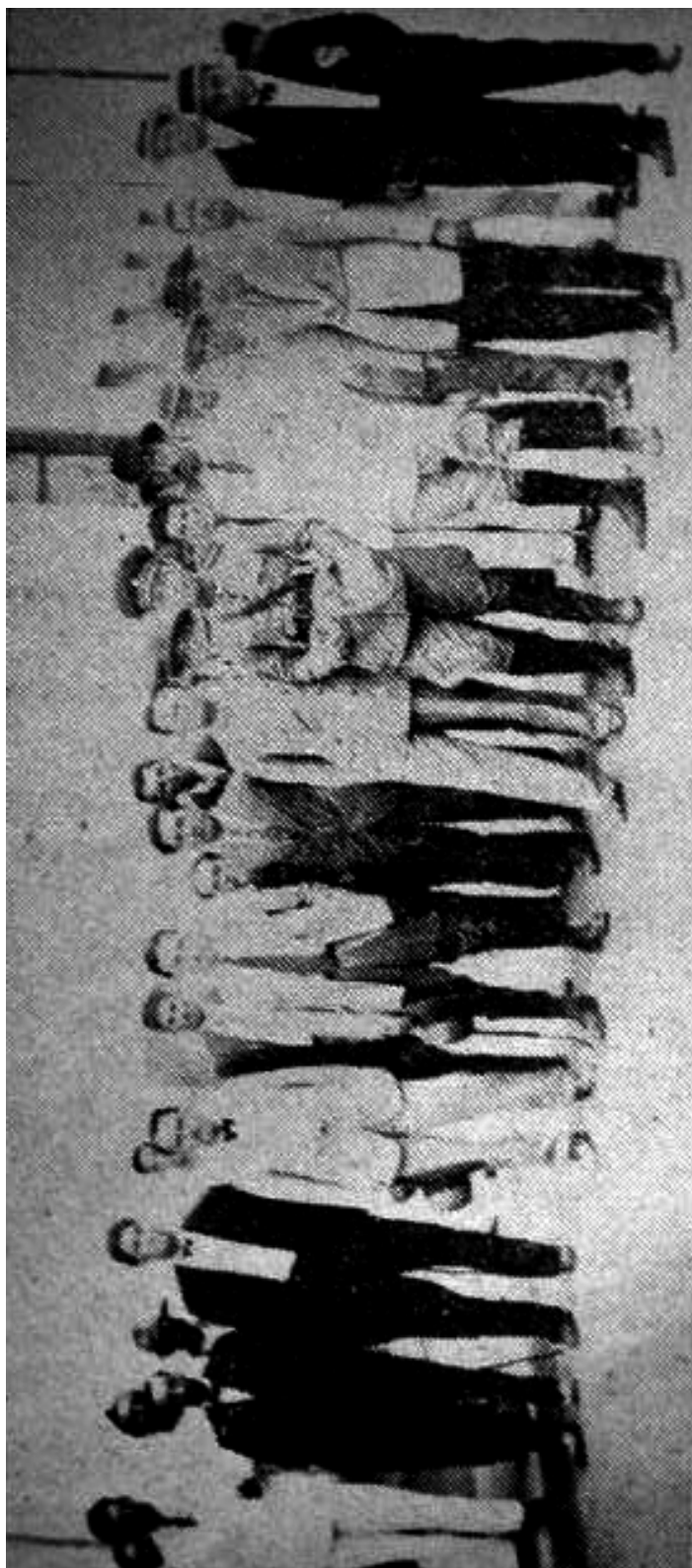
Fonte: *Vida Capichaba*, ano XII, nº 376, 15 nov. 1934.

FOTOGRAFIA 16 – Inauguração do novo edifício do Colégio Americano Batista. Vitória, ES, nov. 1934.



Fonte: *Vida Capichaba*, ano IX, nº 271, 11 abr. 1931.

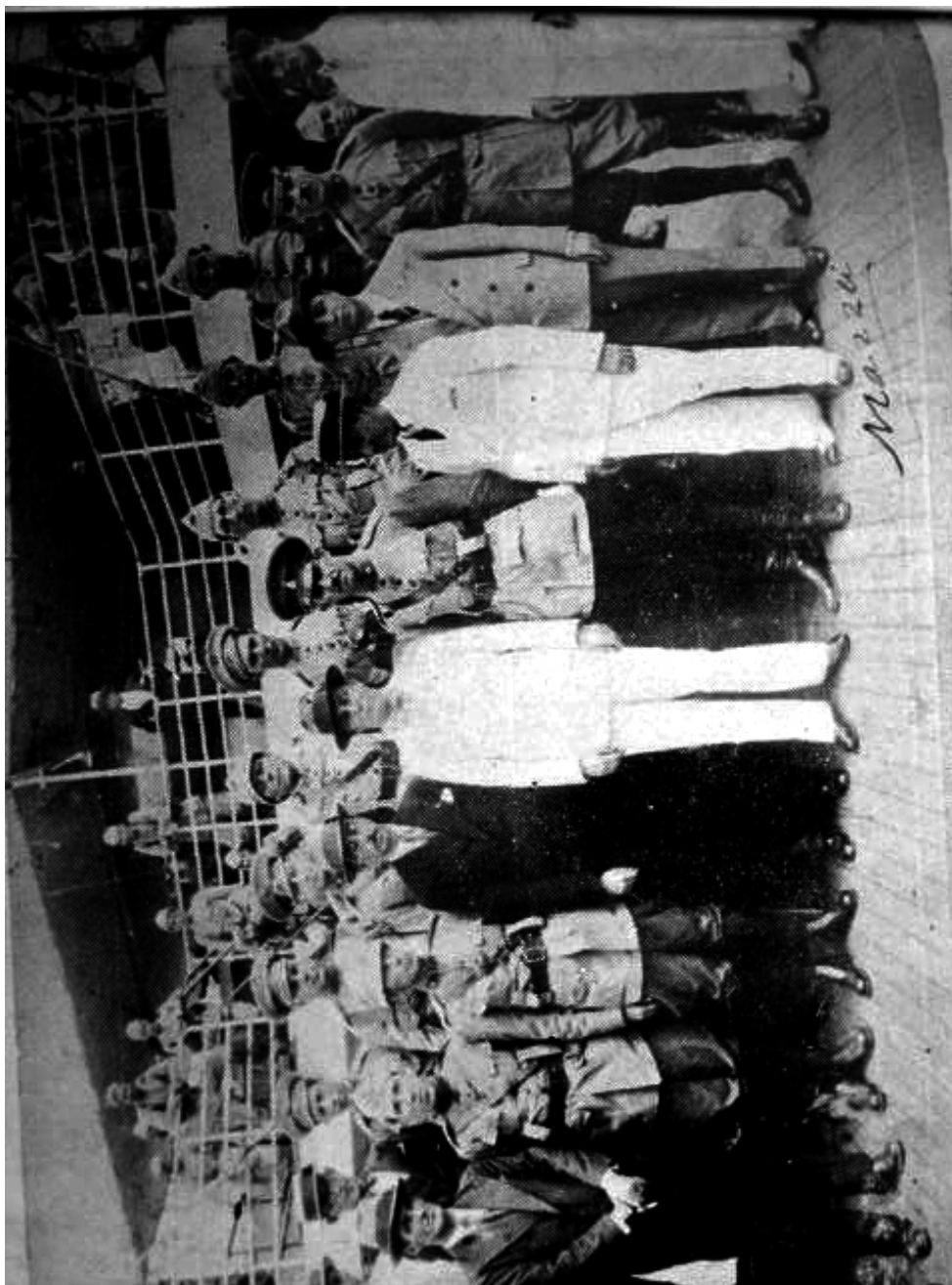
FOTOGRAFIA 17 – Almoço no 3º Batalhão de Caçadores. Vila Velha, ES, abr.(?) 1931.
Título original: “JUSTA HOMENAGEM”. Legenda original: “Grupo apanhado após o almoço que a oficialidade do R. P. M. ofereceu, ultimamente, á do 3º Batalhão de Caçadores, aquartelado em Piratininga, vendo-se ao centro o sr. Interventor Federal, rodeado das altas autoridades do Estado”. Fotógrafo: Paes.



Fonte: *Vida Capichaba*, ano IX, nº 300, 07 nov. 1931.

FOTOGRAFIA 18 – Visita ao interior do estado. Muniz Freire, ES, 1931.

Título original: "EM MONIZ FREIRE". Legenda original: "O sr. Interventor Federal entre autoridades locais".



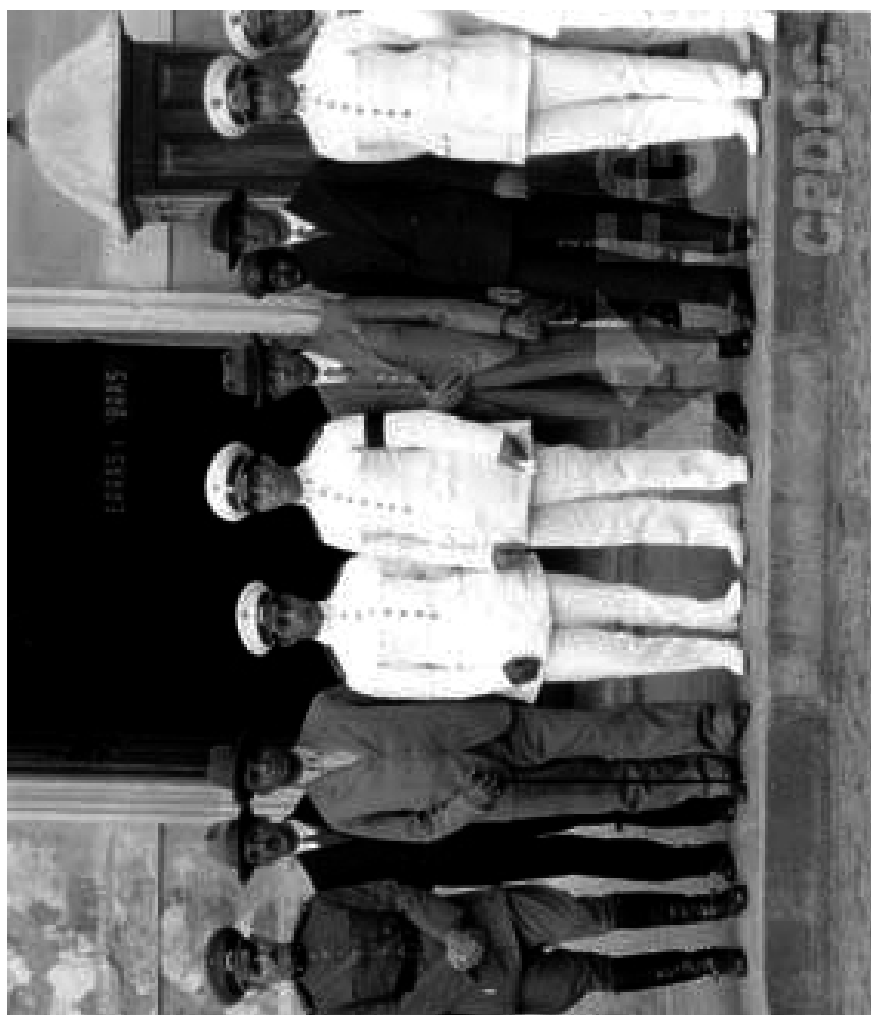
Fonte: *Vida Capichaba*, ano X, nº 325, 30 set. 1932.

FOTOGRAFIA 19 – Embarque de contingente da Força Pública do Estado. Vitória, ES, set. 1932.
 Título original: “A REVOLUÇÃO DE SÃO PAULO”. Legenda original: “Grupo tirado a bordo do ‘Ara’, por ocasião do embarque do 3º contingente da Força Pública do Estado, vindo-se ao centro, o exmo, sr, Interventor Federal”. Fotógrafo: Mazzei.



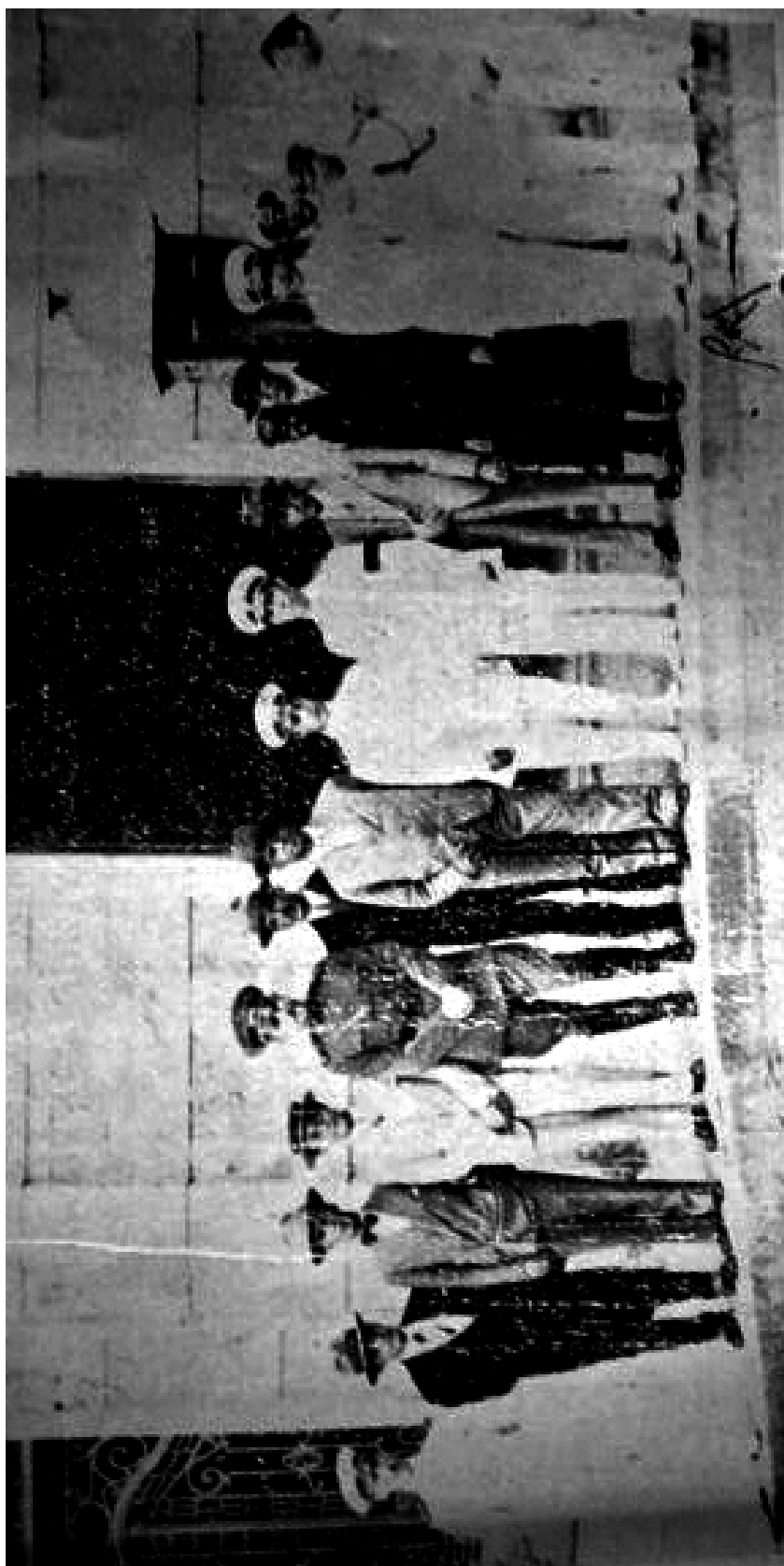
Fonte: CPDOC/FGV, JPB foto 010.

FOTOGRAFIA 20 – Por ocasião da Reunião dos Interventores. Recife, PE.
 Título original: “Punaro Bley, Juarez Távara e outros no desembarque de Juraci Magalhães em Recife para o Congresso de Interventores do Norte”.
 Data de produção original: “abr. 1934 (Data certa)”.
 Legenda original: “Esq. / dir.: (1º plano) Nelson Mello [Interventor no Amazonas]; Joaquim de Magalhães Cardoso Barata [Interventor no Pará]; Carlos Lima Cavalcanti [Interventor em Pernambuco]; Lavínia Magalhães; Juracy Magalhães (de chapéu preto) [Interventor na Bahia]; Juarez Távara e João Punaro Bley”.



Fonte: CPDOC/FGV, JPB foto 005.

FOTOGRAFIA 21 – Fundação da Legião de Outubro – fotografia recortada. Vitória, ES, entrada lateral do palácio do governo, jan. 1931.
 Título original: “Punaro Bley e outros na fundação da Legião 3 de Outubro”. Data de produção original: “jan. 1931 (Data certa)”. Legenda original: “Esq./dir.: José [Sinval Monteiro] Lindenbergh, Asdrúbal Martins Soares, Afonso Correia Lírio, [Milton] Pio Borges da Cunha, João Punaro Bley [com fumo no braço esquerdo], João [Luís Albuquerque] Tovar, João Milton Varejão, Carlos Marciano de Medeiros”.



Fonte: *Vida Capichaba*, ano IX, nº 276, 16 maio 1931.

FOTOGRAFIA 22 – Fundação da Legião de Outubro – fotografia completa. Vitória, ES, entrada lateral do palácio do governo, jan. 1931. Título original: “Fundação da Legião de Outubro”. Legenda original: “O sr. Interventor Federal ladeado por secretários de Estado e altas autoridades, ao sair do palacio para o Theatro ‘Carlos Gomes’, onde se realizou a solemnidade”. Fotógrafo: Paes.



Fonte: CPDOC/FGV. Referência: JPB foto 008-1.

FOTOGRAFIA 23– A Igreja e o poder temporal. Vitória, ES, Palácio do Governo. [c. 1935].

Esq. / dir.: Dom Helvécio Gomes de Oliveira (5º); João Punaro Bley (7º); Dom Luiz Scortegagna (10º); Carlos Marciano de Medeiros (12º). Fotógrafo: Lucarelli.



Fonte: *Vida Capichaba*, ano XV, nº 425, 30 jan. 1937.

FOTOGRAFIA 24 – Sessão na Loja Maçônica União e Progresso. Vitória, ES, 1936-1937.

Título original: "LOJA MAÇONICA". Legenda original: "Um aspecto da sessão solenne promovida pela Loja Maçônica desta Capital, no momento em que falava o orador oficial".



Fonte: CPDOC/FGV, JPB foto 012/26.

FOTOGRAFIA 25 – O Instituto Histórico próximo ao poder. Cine-teatro Glória, Vitória, ES.

Data: De 23 a 31 maio 1935 (Data certa). Sem legenda original. Fotógrafo: Mazzei.

Sessão solene do IHGES pelo 4º Centenário da Colonização do Solo Espírito-santense. Na mesa, esq. / dir.: Governador Bley, Antônio Ataíde (presidente do IHGES) e Dom Luís Scortegagna.



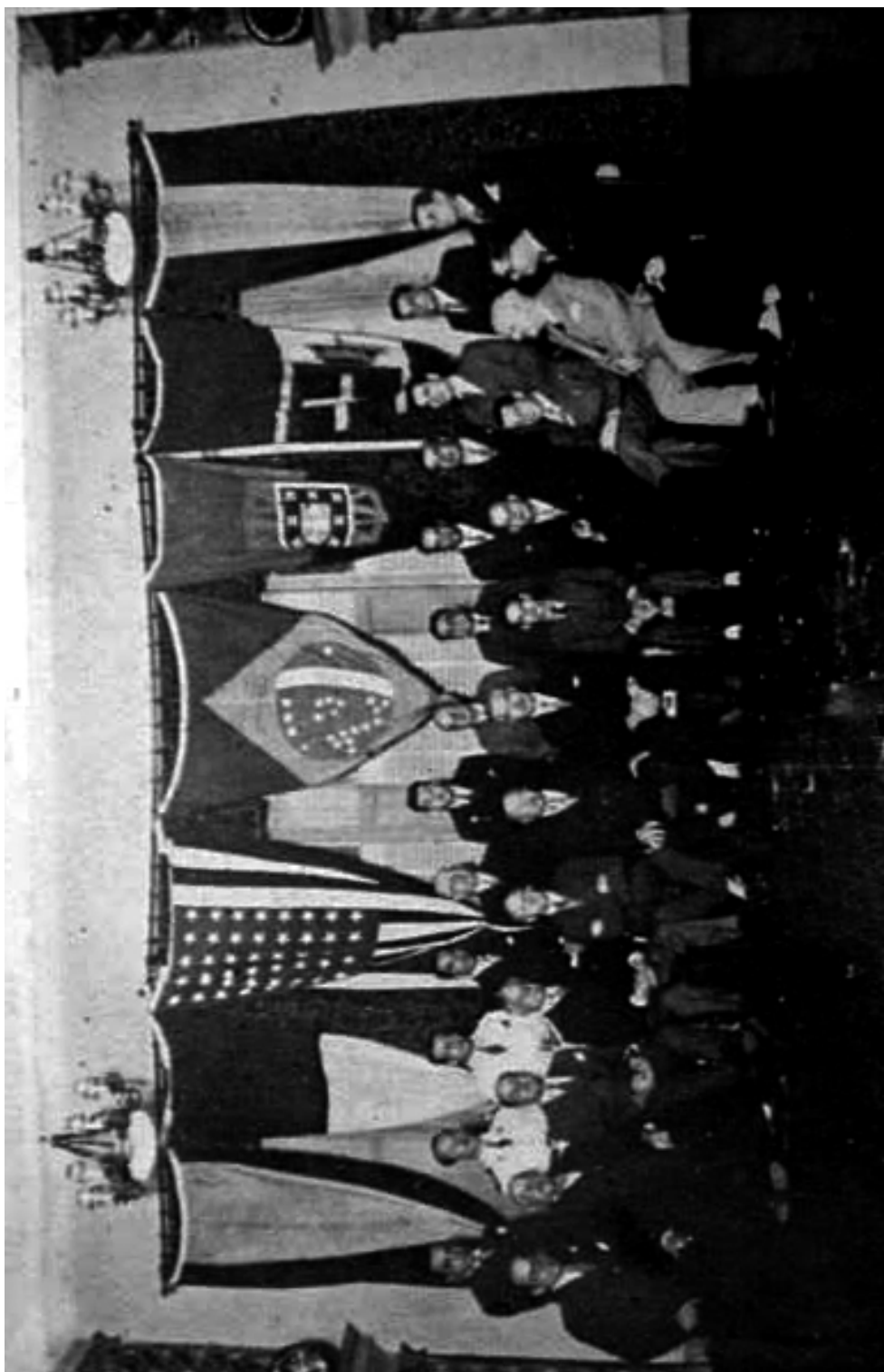
Fonte: *Vida Capichaba*, ano IX, nº 274, 02 maio 1931.

FOTOGRAFIA 26 – Alegoria de um certo estado de espírito. Vitória, maio 1931. Capa da *Vida Capichaba* com os dizeres: “TRABALHA E CONFIA / O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO / PELA GRANDEZA DO BRASIL”.



Fonte: CPDOC/FGV JPB foto 009-19.

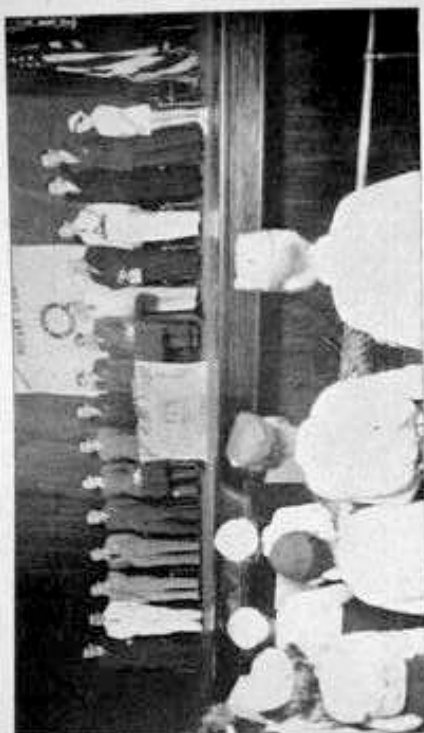
FOTOGRAFIA 27 – Manifestação operária oficial. Vitória, ES. Praça João Clímaco.
Por ocasião da visita de Getúlio Vargas a Vitória em 23 de agosto de 1933, que anota o evento em seu *Diário* (Cf. VARGAS, 1985, p. 233).



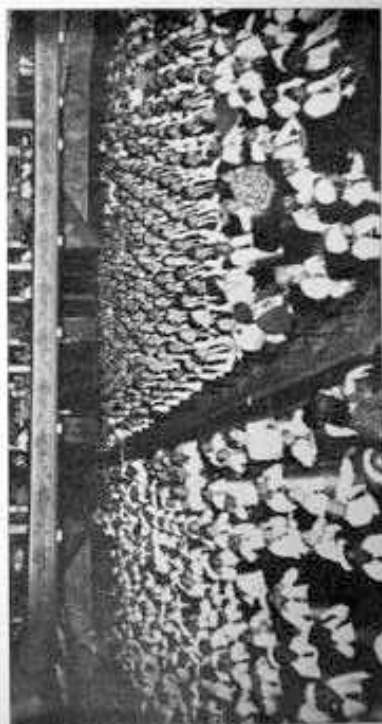
Fonte: *Vida Capichaba*, ano XII, nº 376, 15 nov. 1934.

FOTOGRAFIA 28 – Reunião de instalação do *Rotary Club* de Vitória. Vitória, ES, Clube Vitória, out. 1934.
Sentados, dir. / esq.: Manoel Lopes Pimenta (1º), Jones dos Santos Neves (3º).

Incentivando os nossos escolares



O Rotary Club desta Cidade ofereceu este ano aos seus alunos um prêmio em dinheiro que mais se destacou, que nos levou a distinguir nos nossos alunos públicos, fazendo-lhes doação de cadernos da Caixa Econômica. Vê-se no círculo a mesa que presidiu a cerimônia, embaixo, o Excmo. Sr. Governador, Secretário da Educação e diretores do Rotary Club.



Um aspecto do Festival Glória, realizado nos escolares que assistiram a transmissão de entrega de prêmios pelo Rotary Club aos alunos merecedores.

Plano MAZZEI

Fonte: Vida Capichaba, ano XV, nº 434, 15 jun. 1937.

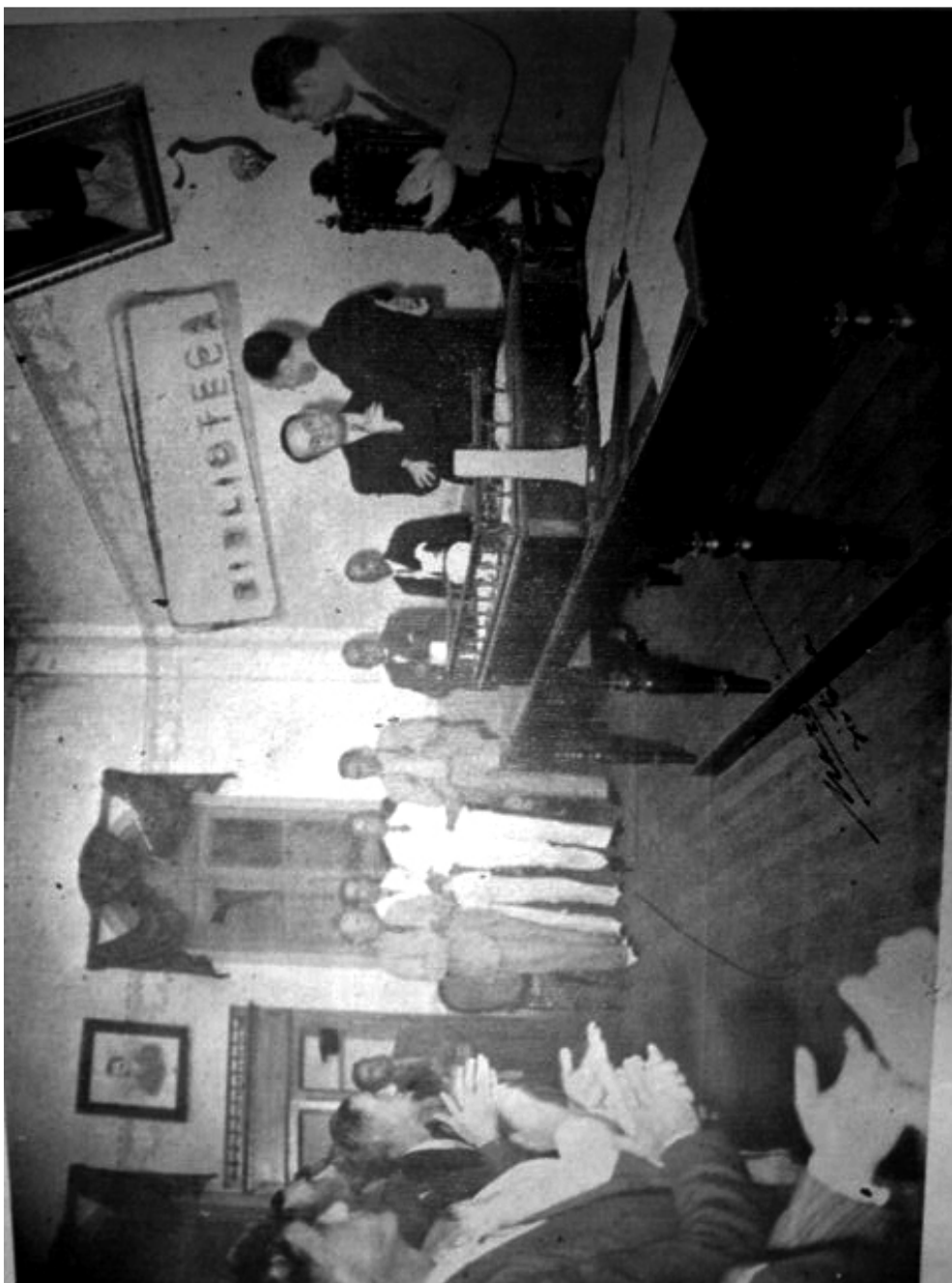
FOTOGRAFIA 29 – Incentivo aos bons estudantes. Vitória, ES, Cine-teatro Glória, 1937.

Entrega de cadernetas da Caixa Econômica pelo Rotary Club aos alunos que se distinguiram nos estudos. Fotógrafo: Mazzei.



Fonte: *Vida Capichaba*, ano XV, nº 429, 30 mar. 1937.

FOTOGRAFIA 30 – Convenção do PSD. Vitória, ES, antiga sede do IHGES, parque Moscoso. Delegados à sessão em que foram modificados os estatutos e eleito o novo diretório do partido. Fotógrafo: Mazzei.



Fonte: Vida Capichaba, ano XV, nº 429, 30 mar. 1937.

FOTOGRAFIA 31 – O governador Bley recebe a presidência do PSD. Vitória, ES, antiga sede do IHGES, parque Moscoso, 1937.

O dr. Brício de Mesquita passa a presidência da mesa ao governador Bley, eleito presidente da comissão executiva do partido. Fotógrafo: Mazzei.



Fonte: *Vida Capichaba*, ano XIV, nº 404, 29 fev. 1936.

FOTOGRAFIA 32 – Homenagem a deputado oposicionista. Vitória, ES, Clube Vitória.
Reunião pelo aniversário do deputado Nelson Monteiro. Primeiro à direita, Oswald Guimarães. Fotógrafo:
Mazzei.

Movimento Integralista no E. Santo

1º congresso integralista brasileiro

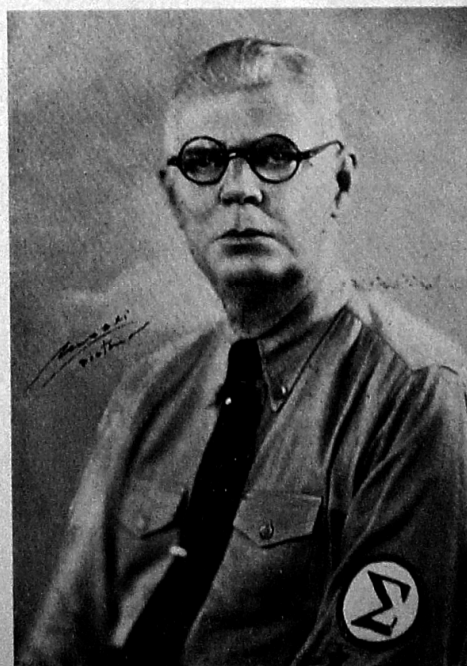


Plínio Salgado, Chefe Nacional, perpetuo e insubstituível, do grande movimento integralista do Brasil.

sa e selecta contribuição feminino, e nas ceremonias solemnes do Congresso, diversos oradores notaveis proclamaram em electrizantes discursos os supremos rumos e objectivos do maior movimento, lidimamente nacionalista, que prosegue victoriosamente dentro do Brasil, empenhando-se por vel-o, num regimen de ordem, de trabalho, de moralidade, entre as nações mais importantes do mundo contemporaneo.

O consagrado Chefe Nacional do Integralismo, dr. Plínio Salgado, falando varias vezes com o desassombro, a energia civica, a vibração patriótica, o calor nacionalista, que todos lhe applaudem delirantemente, teve oportunidades diversas de verificar que os grandes auditorios, que o escutaram, se escravizaram á eloquencia vigorosa de sua palavra relumbante, sincera, pregando-nos o advento do governo unico, que exhallará, para gloriosos fins, os magnos deslinos da Nacionalidade Brasileira.

No primeiro domingo de março corrente, a luzidia caravana integralista, profundamente encantada com a nossa terra e com a nossa gente, retornou ao Rio de Janeiro.



Arnaldo Magalhães, Chefe da Ação Integralista no Espirito Santo.

Victoria, a formosa capital do Espirito Santo, nos dias 28 de fevereiro, 1º, 2, 3 e 4 de março ultimos, viveu gloriosos dias de entusiasmo e vibrações integralistas.

Aqui se installou solememente, no theatro «Carlos Gomes», o primeiro congresso integralista brasileiro, que funcionou com grande animação, effectuando suas sessões plenarias na sede da Acção, á Avenida Capichaba, e os actos brilhantissimos da installação e encerramento, com a assistencia e os applausos da elite social victoriense, naquella theatro.

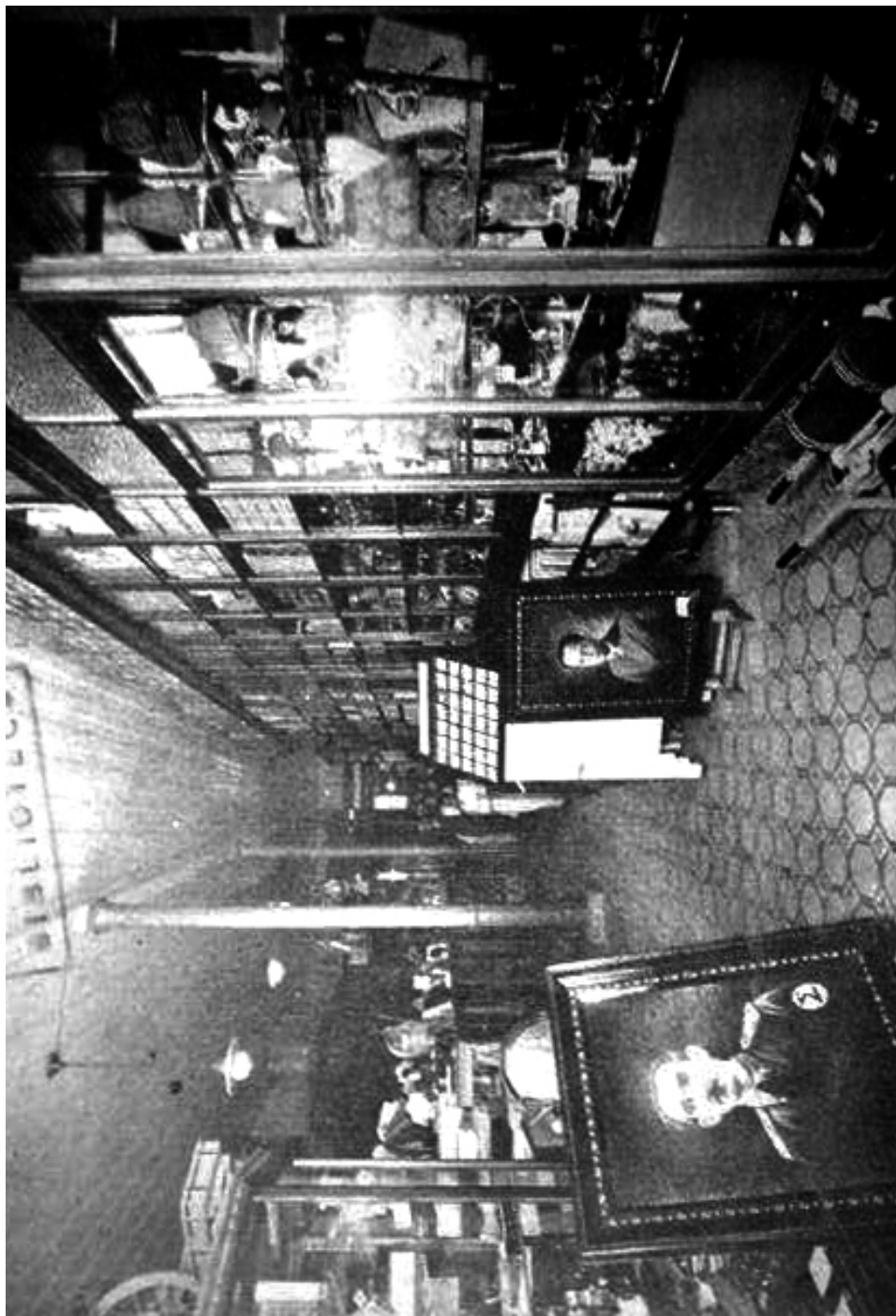
No dia 28, vindos do Rio de Janeiro, chegaram a esta capital os illustres e festejados *camisas verdes*—proceres e leaders desse forte movimento nacionalista— srs. drs. Plínio Salgado, Madeira de Freitas, capitão Jeovah Molla, Albiano de Mello, Ponciano Jaqueira, Francisco Stella, Miguel Reale, Loureiro Junior e outros muitos, desse lamenho e valia, os quais foram recebidos pelo Juizvirato municipal de Victoria e duas centurias de *camisas oliva*, sob as mais vibrantes e contagiosas demonstrações de regosio.

Na sede social do Nucleo, que esteve sempre repleta de integralistas e de sympathizantes, deslocando-se numero

Fonte: *Vida Capichaba*, ano XII, nº 360, 15 mar. 1934.

FOTOGRAFIA 33. Propaganda do 1º Congresso Integralista Brasileiro. Vitória, fev./mar. 1934.

Legendas originaes: "Plínio Salgado, Chefe Nacional, perpetuo e insubstituível, do grande movimento integralista do Brasil"; e "Arnaldo Magalhães, Chefe da Ação Integralista no Espirito Santo".



FOTOGRAFIA 34 – Quadros numa exposição. Vitória, ES.
Propaganda de uma vidraçaria.

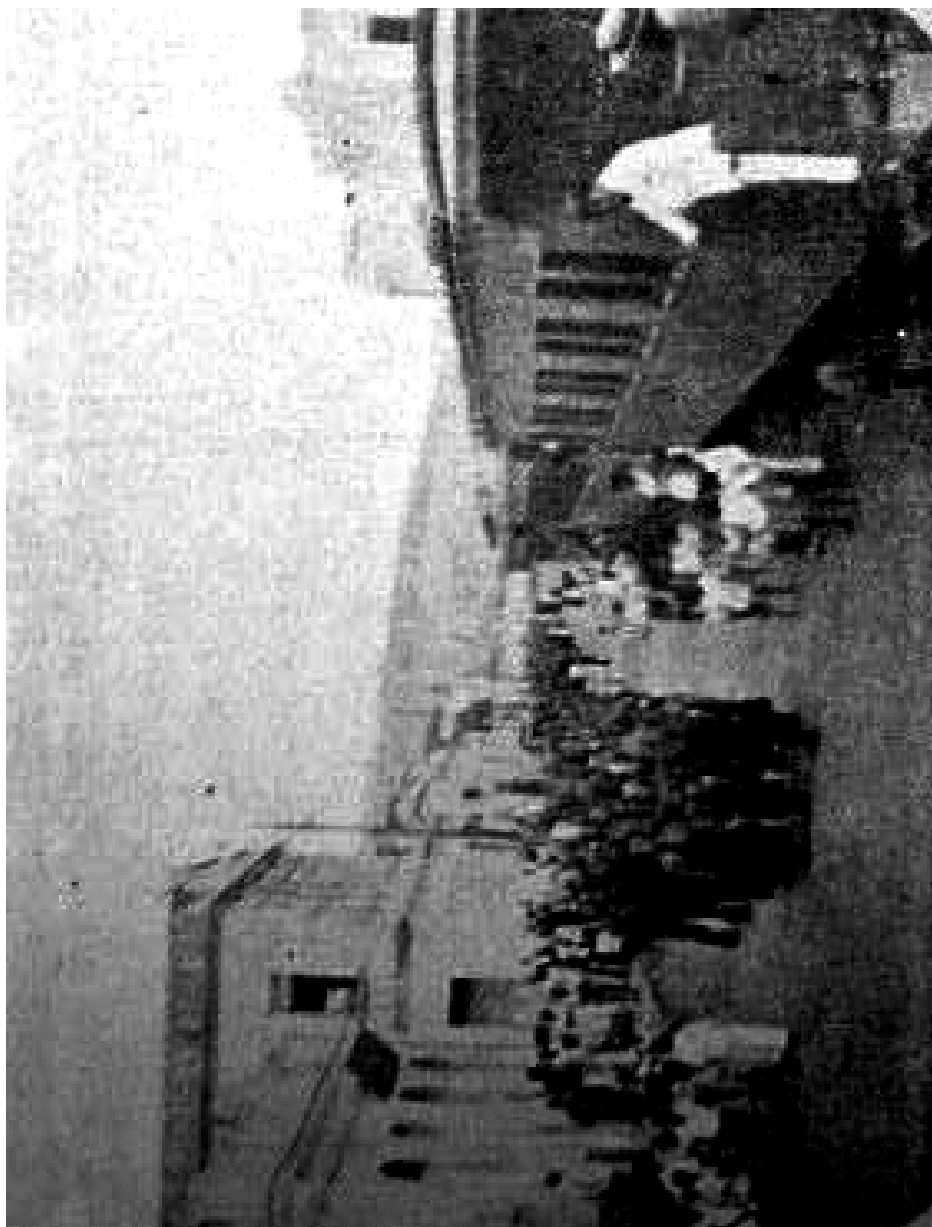
Fonte: *Vida Capichaba*, ano XV, nº 432, 15 maio 1937.



Fonte: *Vida Capichaba*, ano XIII, nº 387, 30 maio 1935.

FOTOGRAFIA 35. Reunião de doutrinação integralista. Vitória, ES. Cine Politeama, parque Moscoso.

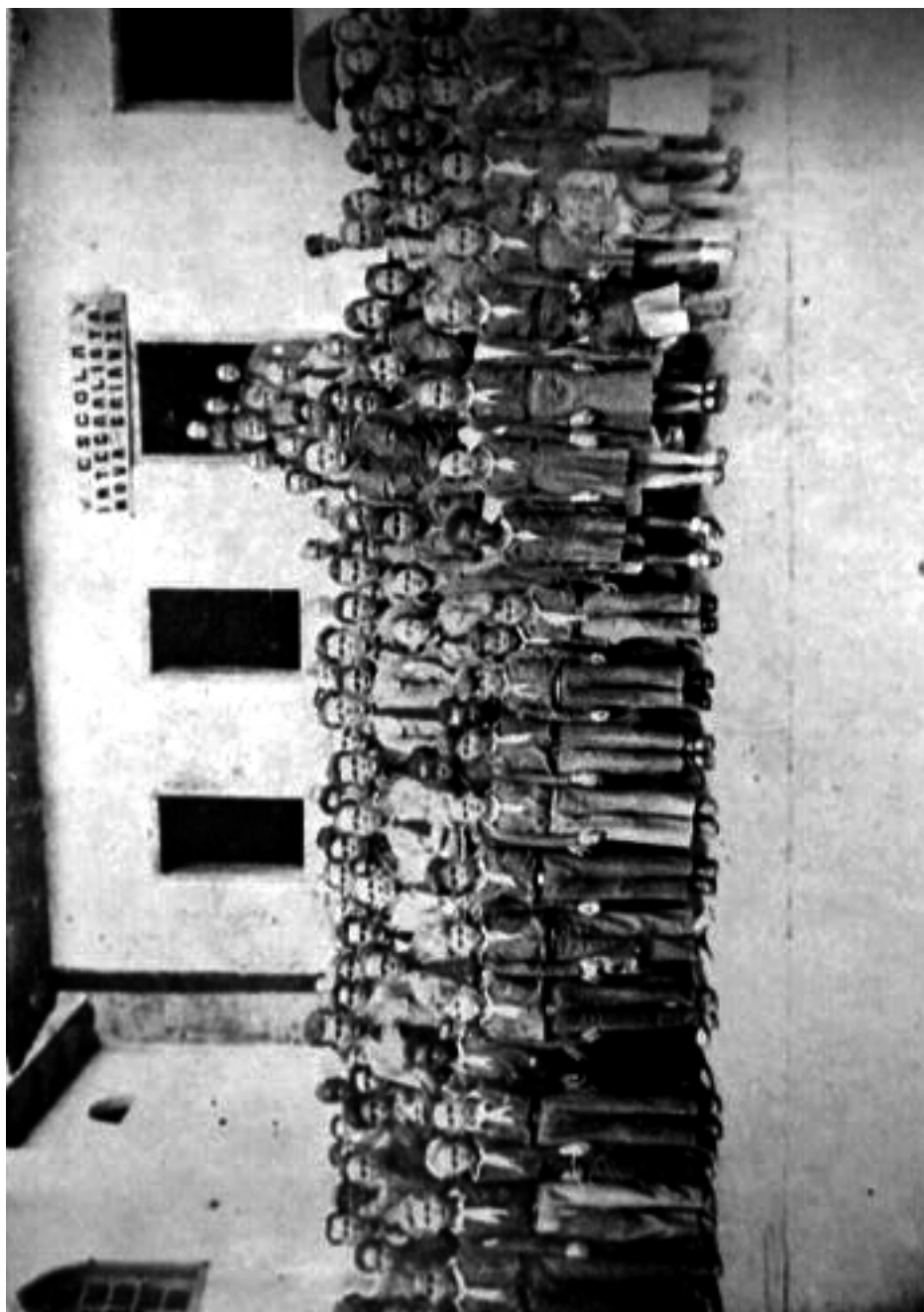
Título original: "MOVIMENTO PROVINCIAL DO ESPÍRITO SANTO DA ACÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA". Legenda original: "Sessão doutrinária, realizada em 24 de abril p. passado no Theatro 'Politheama', vendo-se o dr. Jair Etienne Dessaune, quando fazia uma explanação sobre as bases do Regime Integralista".



Fonte: *Vida Capichaba*, ano XII, nº 369, 30 jul. 1934.

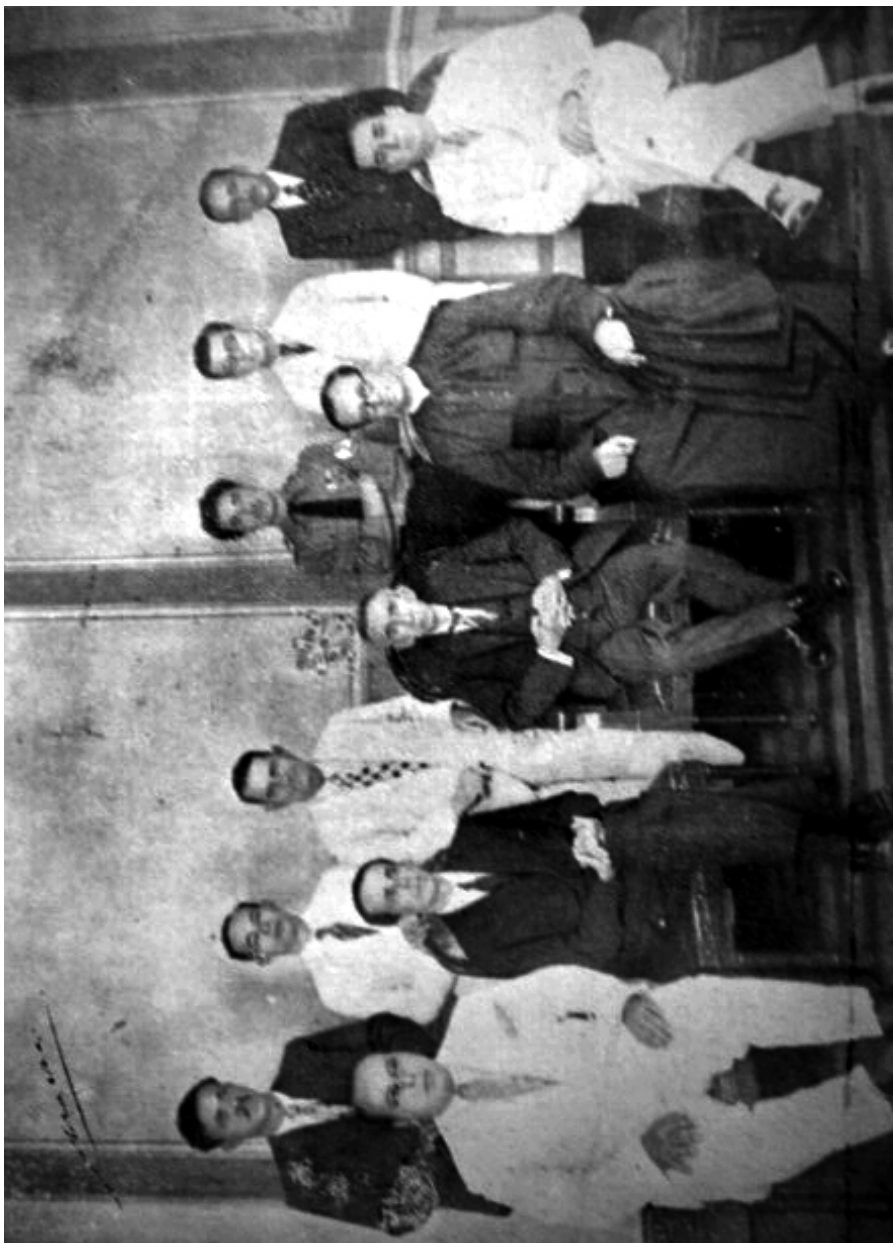
FOTOGRAFIA 36 – Os camisas-verdes desfilam. Colatina, ES, 1934.

Título original: "INTEGRALISMO". Legenda original: "Desfile de 400 integralistas nas ruas da 'Princesa do Norte'. Ei-los, cheios de fé e entusiasmo, para a grandeza do Brasil".



Fonte: *Vida Capichaba*, ano XIV, nº 414, 30 jul. 1936.

FOTOGRAFIA 37 – Escola integralista no interior do estado. Itá (atual Itapina), Colatina, ES.
Título original: “OBRA EDUCACIONAL DO INTEGRALISMO”.



Fonte: *Vida Capichaba*, ano XIV, nº 411, 15 jun. 1936.

FOTOGRAFIA 38 – Vereadores à Câmara Municipal de Vitória. 1935.
Dois vereadores integralistas – Jair Etienne Dessaune (de uniforme) e padre Ponciano Stenzel.
Fotógrafo: Mazzei.



Fonte: *Vida Capichaba*, ano XIII, nº 398, 15 nov. 1935.

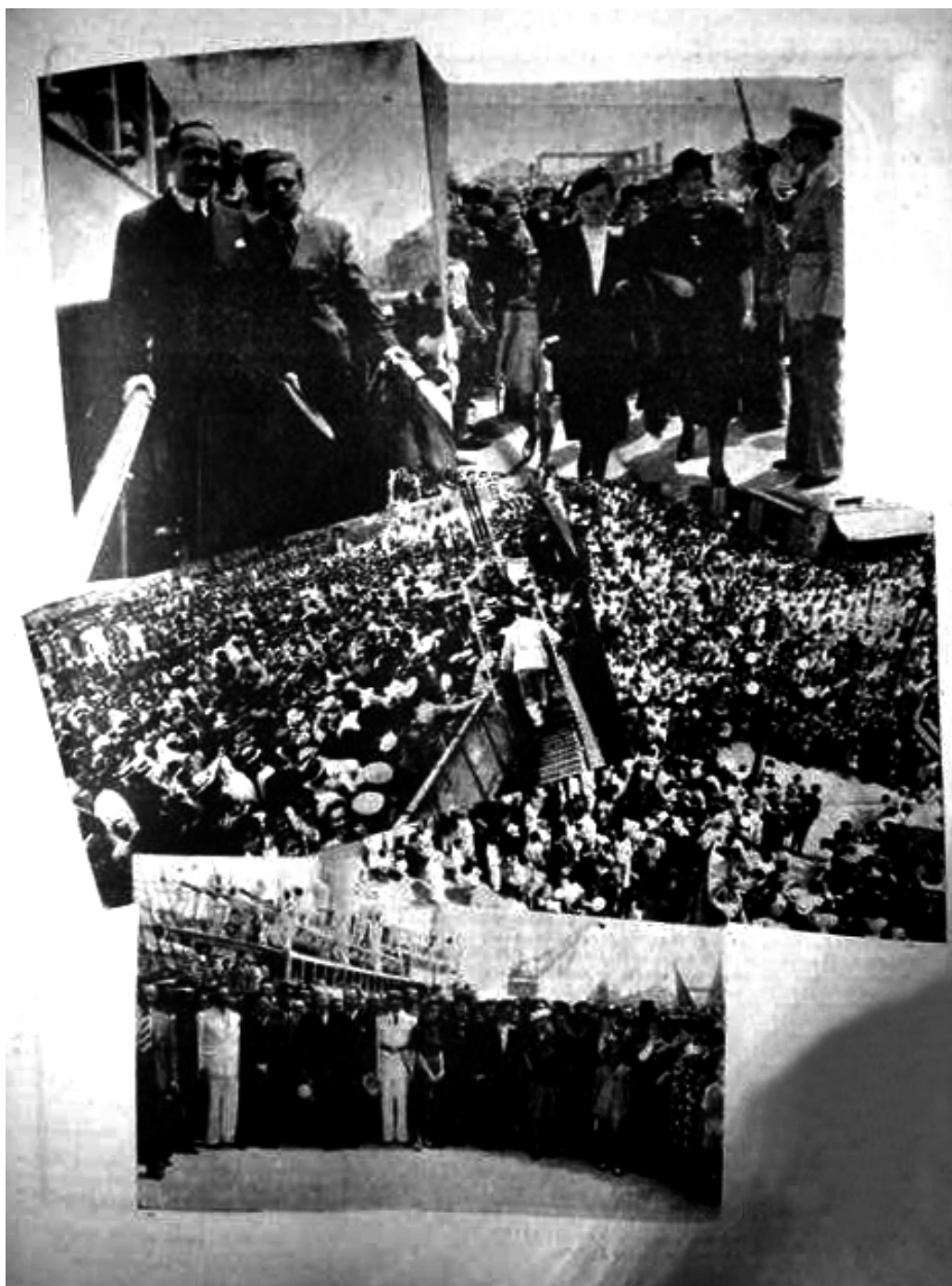
FOTOGRAFIA 39 – Casamento integralista. Cachoeiro de Itapemirim, ES.
O pai da noiva era chefe integralista na cidade.



Fonte: *Chanaan*, ano I, nº 5-6, maio / jun. 1936.

FOTOGRAFIA 40 – Bley retorna à sede do seu governo. Vitória, ES.

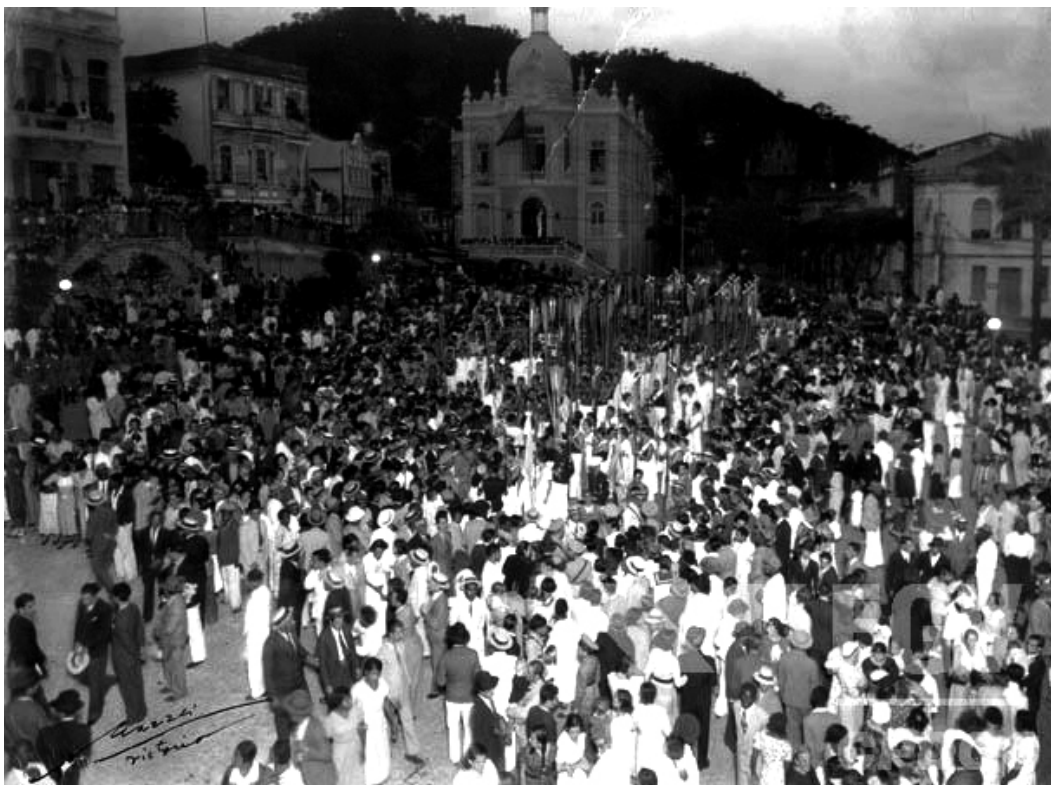
Após um mês de ausência, a recepção foi grandiosa: ponto facultativo nas repartições, desfile cívico, formação da Força Pública, estudantes de direito apresentaram as boas-vindas.



Fonte: *Vida Capichaba*, ano XV, nº 440, 15 set. 1937.

FOTOGRAFIA 41 – Recepção ao governador Bley. Vitória, ES.

Legenda original: “Flagrantes da chegada do exmo. Sr. Governador Punaro Bley e sua exma. esposa a esta Capital, no dia 11 deste mes”.



Fonte: CPDOC/FGV JPB foto 012/20.

FOTOGRAFIA 42 – Desfile de remadores saldanhistas. Vitória, ES, praça João Clímaco.

Na parada esportiva, atletas do Clube de Regatas Saldanha da Gama desfilam com os remos erguidos. Fotógrafo: Mazzei.

Publicada em *Vida Capichaba*, ano XIII, nº 388, 15 jun. 1935. Título original: “EM HOMENAGEM AO IV CENTENÁRIO DE NOSSA COLONIZAÇÃO”.



Fonte: *Chanaan*, ano I, nº 5-6, maio/jun. 1936.

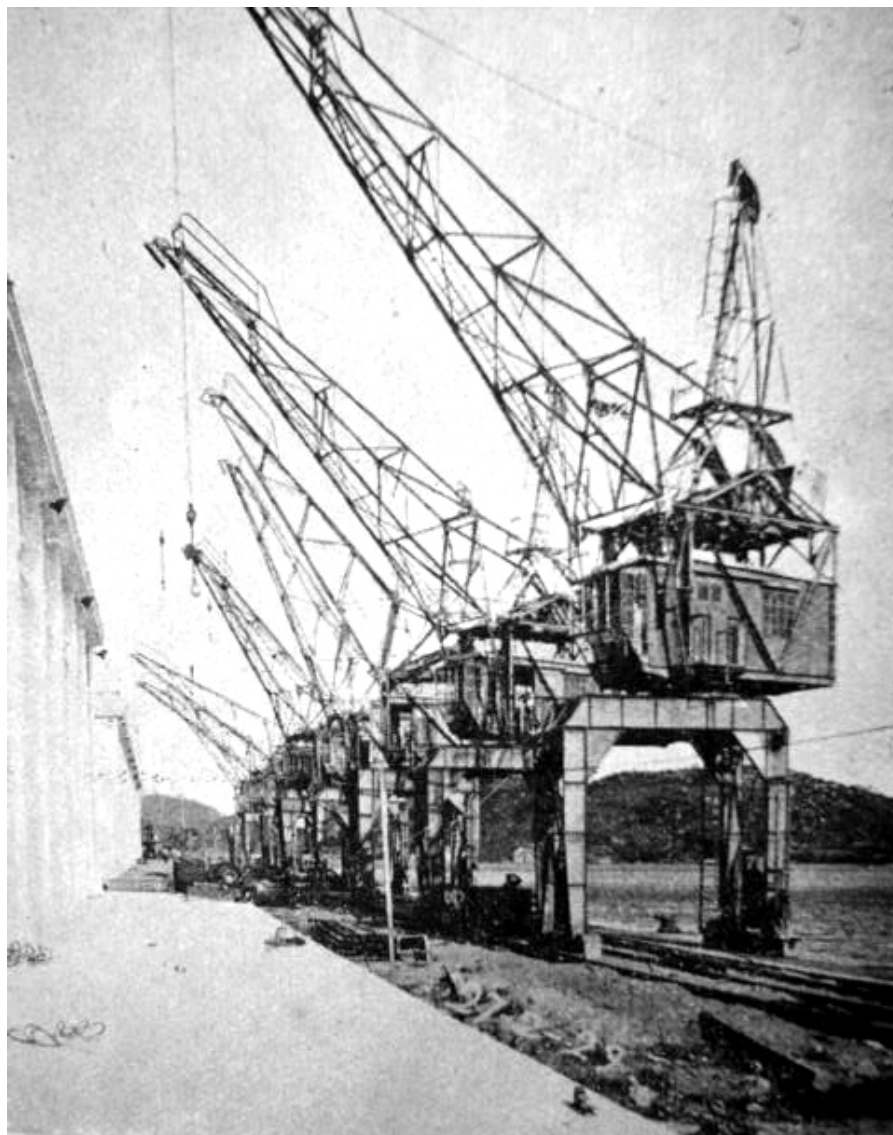
FOTOGRAFIA 43 – Inauguração do Estádio Governador Bley. Vitória, ES, Jucutuquara. Legendas originais: “Flagrantes, por ocasião dos discursos inaugurais, no Stadium ‘Governador Bley’, do Rio Branco F. C.”; e “Cultura Physica, pelas escolares, no ground”.



Fonte: *Chanaan*, ano I, nº 7, jul. 1936, p. 26.

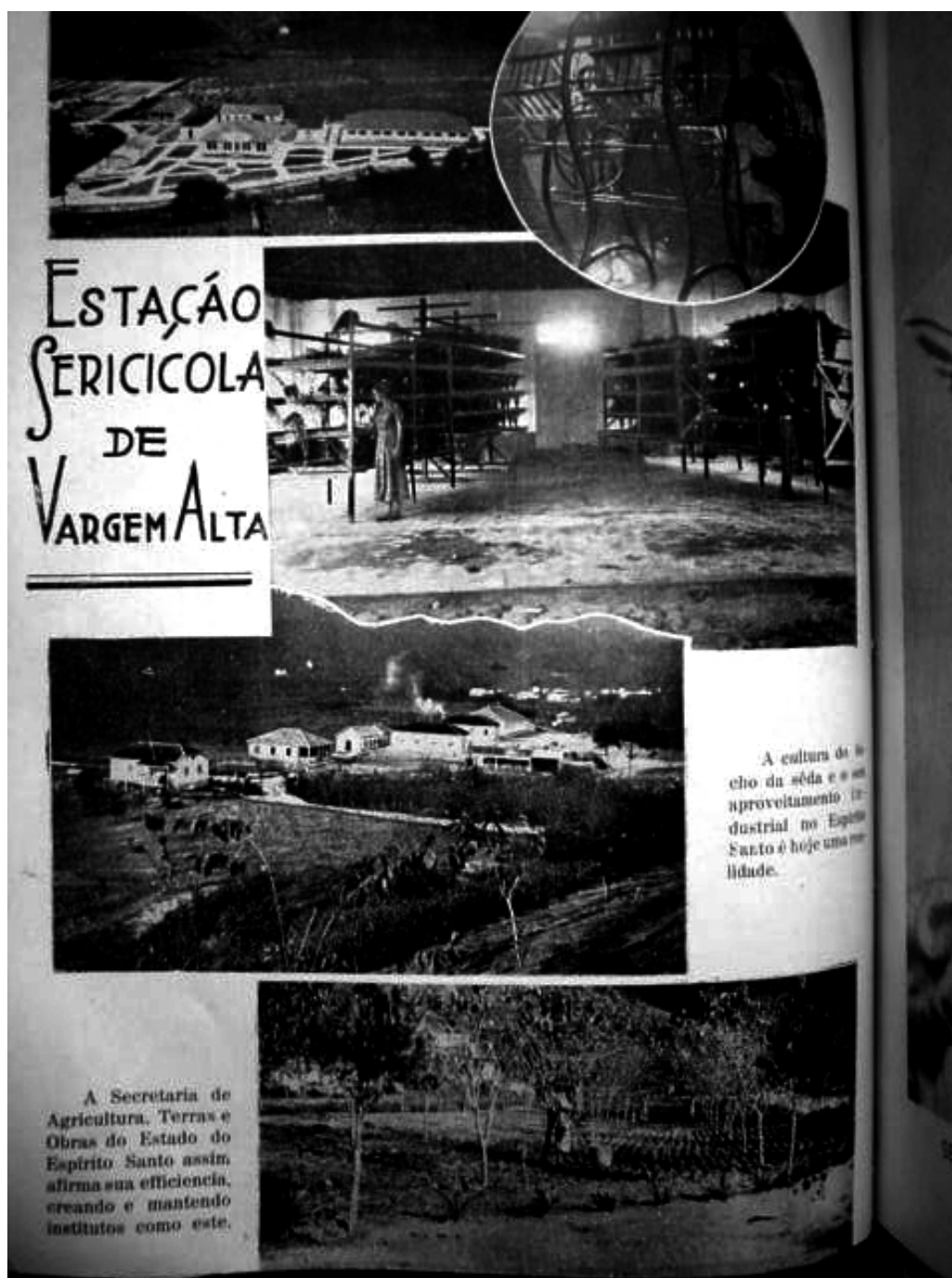
FOTOGRAFIA 44 – Liquidação de empréstimos externos. Vitória, ES, Palácio do Governo.

O governador Bley assina a escritura de liquidação da dívida do estado para com o Banco Francês e Italiano.



Fonte: *Chanaan*, ano I, nº 7, jul. 1936, p. 27.

FOTOGRAFIA 45 – Porto de Vitória. Vitória, ES.



Fonte: *Chanaan*, ano III, nº 22-23, jan./fev. 1938.

FOTOGRAFIA 46 – Estação de Sericicultura em Vargem Alta. Cachoeiro de Itapemirim, ES.



Fonte: *Chanaan*, ano III, nº 22-23, jan./fev. 1938.

FOTOGRAFIA 47 – Faculdade de Farmácia e Odontologia.



Fonte: CPDOC/FGV. Referência JPB foto 17.

FOTOGRAFIA 48 – Entrega da bandeira nacional ao estado. Rio de Janeiro, DF, Palácio do Catete, 1937.

Esq./dir.: Getúlio Vargas (terno branco); Fernando de Abreu (terno branco, gravata clara); Punaro Bley (gravata listrada).

Fotografia publicada em *Chanaan*, ano II, nº 18-19, set. out. 1937.

Título original: “CRUZADA NACIONAL DE EDUCAÇÃO”.

Legenda original: “A entrega da bandeira brasileira ao Exmo. Snr. Governador do Estado do Espírito Santo, Capitão João Punaro Bley, do Exército Nacional, pelo Exmo. Snr. Presidente da Republica, Dr. Getulio Vargas, no Palácio do Cattete, como premio ao Estado vencedor da Cruzada de Alphetização, – o Espírito Santo, que installou, durante um anno, o maior numero de Escolas, no Brasil”.



Fonte: *Chanaan*, ano II, nº 20, nov. 1937.

FOTOGRAFIA 49 – O “Altar da Pátria” no parque Moscoso. Vitória, ES.

Legenda original: “Sua Excia. O Governador do Estado, em companhia do Tenente Coronel Lopes da Costa, Capitão dos Portos Antão Barata, executores do Estado de Guerra no Espírito Santo, tendo ao lado Dr. Celso Calmon Nogueira da Gama, Secretario do Interior e Justiça, e mais autoridades civis e militares”.



Fonte: *Chanaan*, ano II, nº 20, nov. 1937.

FOTOGRAFIA 50 – “Das competições partidárias à unidade da pátria”.
Capa da revista.